

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos
Orientadora: Professora Dr^a Eleonora Zicari Costa de Brito**

Uma História da Circulação Monetária no Brasil do Século XVII

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História Cultural.

Aluno: Luís Augusto Vicente Galante

Brasília, março/2009

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos

Aluno: Luís Augusto Vicente Galante

Uma História da Circulação Monetária no Brasil do Século XVII

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Eleonora Zicari Costa de Brito - Presidente (PPGHIS/UnB)

Prof^a Dr^a Maria T, Ferraz Negrão de Mello ((PPGHIS/UnB)

Prof^a Dr^a Selma Pantoja - (PPGHIS/UnB)

Prof^a Dr^a Edlene Oliveira Silva (CEAD/UnB)

Prof. Dr. Ronaldo Vainfas - (PPGHIS/UFF)

Para meus pais e
Para Jucy e Beatriz, meu norte magnético

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas, ao longo destes cinco anos, prestaram valiosa ajuda para que esta tese chegasse até sua conclusão, espero me lembrar de todas elas. Para começar Eleonora Zicari Costa de Brito, minha Orientadora e meu *alter ego* - temos uma relação de amizade e cumplicidade que se iniciou quando ela foi minha professora em 1991. Antes disso, sem o saber, fomos colegas de curso. Em minha dissertação de mestrado escrevi que, no caso dela, palavras não eram suficientes para expressar minha gratidão. Isto continua válido. Professor Marcos Albuquerque, da UFPE, foi extremamente gentil, fornecendo informações sobre os achados no Forte de Orange. Para ele e sua equipe, especialmente a Arqueóloga Eleonora Curado, que teve muito trabalho em me enviar excelentes fotografias, minha gratidão e minha admiração pelo trabalho singular. O Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto sempre me estimulou e me mandou livros do exterior. Foi o primeiro a me alertar sobre o sorvedor de dinheiro que foi a Flandres. Ministro João Luiz Pereira Pinto, meu chefe, generosamente me concedeu uma licença a fim de que este trabalho pudesse ser realizado. O Professor Jaime de Almeida me forneceu exemplares de testamentos de bandeirantes, abrindo assim um novo filão na tese. A equipe do Banco Central em Recife sempre me atendeu com gentileza e distinção, além de providenciarem belas fotografias de moedas. A equipe do Museu de Valores do Banco Central em Brasília, especialmente Misael Viana, sempre esteve à disposição. Ao final,

não fui à biblioteca do museu tantas vezes quanto pretendia, mas sempre tive o conforto de saber que eles estariam lá para me apoiar se fosse necessário. Para todos eles meus agradecimentos. Rejane Maria Lobo Vieira, do Museu Histórico Nacional, me deu indicações sobre como abordar a questão das oficinas monetárias, forneceu uma cópia do livro do Conselheiro Galvão e, em momentos difíceis, me estimulou a prosseguir. José Tarcísio Cecílio e sua esposa Dona Alice sempre me acolheram. Os preciosos “Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira” foi um presente deles. De certa maneira, esta tese nasceu de conversas com eles nas manhãs de sábado. A equipe de funcionários da pós-graduação, cujos nomes creio que não vou conseguir lembrar, sempre me atendeu o orientou nos trâmites burocráticos. Devo um agradecimento todo especial à Professora Márcia Kuyumjian. Ela concordou em ministrar um curso de manhã, a fim de atender aos meus horários. Acredito que ela nem se lembre desse evento. Todavia, sem a atenção dela, este trabalho não teria chegado ao termo.

Creio que algumas pessoas estão ausentes, mas quero reservar este espaço para meu agradecimento ao apoio de todos. Nesta hora, quando o estudante acredita que seu trabalho, enfim, se encerrou, é que noto a importância de todos nesta pesquisa. Grato.

RESUMO

A presente tese trata da circulação monetária no Brasil colônia ao longo do século XVII. Nela são analisados alguns desdobramentos que ocorrem após a União Ibérica no que se refere à obtenção de moedas nas colônias espanholas. Da mesma forma, o posterior rompimento é apreciado considerando sua influência sobre o meio circulante colonial. Aspectos do cotidiano colonial no que diz respeito ao manuseio do dinheiro, assim como o universo das macro-decisões são apreciados de modo a oferecer uma visão multifacetada da colônia durante os seiscentos .

Palavras chave: história do Brasil, moeda, circulação monetária, século XVII, União Ibérica.

ABSTRACT

This thesis deals with the circulation of money throughout the colonial Brazil in the seventeenth century. It analyzes some consequences of the Iberian Union on the methods of obtaining the currencies in the Spanish colonies. Thereafter, the subsequent disruption is assessed on its influence on the colonial currency. Aspects of daily colonial life regarding the handling of money are also appreciated.

Key words: history of Brazil, currency, monetary circulation, seventeenth century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - 1

PARTE I

A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XVII NUMA VISÃO CALEIDOSCÓPICA - 6

CAPÍTULO 1. AS MOEDAS NO BRASIL DA UNIÃO IBÉRICA - 8

1. União Ibérica: a prata e o tráfico “ilícito” - 9

- 1.1. As fundações de um Sistema: aquisição em “Grande Estilo” - 9
- 1.2. Um Bispo negociante - 15
- 1.3. Buenos Aires, o Brasil, a prata e os peruleiros - 19
- 1.4. Escravos por prata - 25
- 1.5. O périplo de dois peruleiros - 29
- 1.6. Artimanhas monetárias - 34
- 1.7. Portugueses em um Império Espanhol - 35

2. O atoleiro da Flandres e o dinheiro do Brasil - 39

- 2.1. Um general genovês descobre a prata americana - 39
- 2.2. A guerra hispano-holandesa chega ao Brasil - 43
- 2.3. Uma esquadra colossal - 49
- 2.4. E o Império português se restaura - 50

3. Brasil, população e dinheiro - 62

- 3.1. Colonização e moedas - 63
- 3.2. Uma primeira crise de moedas - 66
- 3.3. “Formoso horror” - 68
- 3.4. O Bispo e seu dinheiro - 70

CAPÍTULO 2. AS MOEDAS NO BRASIL PÓS UNIÃO IBÉRICA - 77

1. A política monetária da Restauração - 78

- 1.1. A interrupção no tráfico de moedas e a busca por alternativas - 79

- 1.2. O primeiro levantamento - 82
- 1.3. A criação das primeiras oficinas monetárias - 83
- 1.4. O governador que sucumbiu às reações à política monetária - 87
- 1.5. A WIC ataca Angola - 91
- 1.6. Salvador Correia de Sá: um estadista do Atlântico Sul - 93
- 1.7. O grande escândalo de Potosi - 102
- 1.8. A “lepra” dos carimbos - 105
- 1.9. O preço da paz - 111

2. As moedas adulteradas no Brasil - 115

- 2.1. O sermão da primeira oitava da Páscoa - 117
- 2.2. Os paulistas escondem seu ouro - 123
- 2.3. Um governador astuto - 125
- 2.4. O maior dos galeões - 127
- 2.5. O galeão Sacramento - 130
- 2.6. No panegírico fúnebre, as despesas do Governador - 133

3. A crise das moedas - 139

- 3.1. As moedas começam a escassear - 139
- 3.2. Novas remarcações - 143
- 3.3. Moedas cerceadas - 147
- 3.4. O Conde de Ericeira e o saneamento do meio circulante - 150
- 3.5. Portugueses Brasis - 155
- 3.6. Uma Casa da Moeda para o Brasil - 166
- 3.7. A Casa da Moeda se estabelece - 176

PARTE II

A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XVII: UMA “ABORDAGEM MULTISCÓPICA” - 180

CAPÍTULO 1. O DINHEIRO E COTIDIANO NA VILA DE PIRATININGA - 184

1. Nos testamentos, os rastros do dinheiro - 185
2. O caso do belga paulista - 199
3. Um bandeirante singular – 204
4. Uma vida de extrema pobreza - 215
5. O ferreiro e suas moedas de cobre - 221
6. Os paulistas e suas moedas - 231

CAPÍTULO 2. O BRASIL HOLANDÊS - 236

1. WIC – nêmesis dos luso-brasileiros - 238
2. WIC – um crisol de práticas e nações - 242
3. Nassau e a multiplicidade monetária do Brasil holandês - 247
4. Frei José procura suas moedas - 253
5. Vai-se Nassau, vão-se as moedas - 261
6. As moedas quadradas - 266
7. Guararapes e as tropas mal pagas - 271
8. O Recife recuperado: e surgem novas moedas quadradas - 274
9. O legado de uma experiência - 278

CAPÍTULO 3. UMA HISTÓRIA DE COFRES, MISERICÓRDIAS E DINHEIRO - 280

1. Entre juro e caridades - 281
2. O banco colonial - 288
3. A Irmandade saqueada - 291

CAPÍTULO 4. O DINHEIRO NA POESIA DE GREGÓRIO DE MATOS - 295

1. A poesia “armada” de Gregório de Matos - 296
2. “Não vos espanteis que inda lá vem mais” - 303
3. O infame Dom Nicolau - 309

CONCLUSÃO - 314

ÍNDICE DAS IMAGENS - 318

FONTES DOCUMENTAIS - 321

BIBLIOGRAFIA - 323

INTRODUÇÃO

É freqüente que o século XVII seja percebido como um período de crises. Crises de consciência, com a dualidade entre bem e mal, vida e morte, típicas do estilo barroco. Crises políticas como a que levou à Guerra dos Trinta Anos que devastou a Europa Central e crises econômicas de que este século foi pródigo.

No século XVII a dependência econômica e psicológica das fontes de metais preciosos pareceu aumentar se comparada ao século anterior. Afinal esta foi a época do mercantilismo, com sua preocupação em conservar as riquezas monetárias, assim como foi a época dos grandes ataques navais contra as frotas que transportavam a prata e o ouro americanos para a Espanha. E a captura de uma dessas frotas tinha a capacidade de amortecer o poder espanhol, até que a frota seguinte trouxesse algum alívio. Em nenhum outro século esse tipo de ação, de abocanhar o numerário do inimigo, se manifestou de forma tão clara.

O Brasil colonial não escapou da febre dos metais. Muito ao contrário, a obtenção de ouro e prata se constituiria em uma obsessão de nossos governantes. Notícias de descobertas se espalhavam rapidamente e incendiavam a imaginação dos povos.

O período que será tratado nesta tese, em termos básicos conhecido como os seiscentos, assistiu ao nascimento, à consolidação e ao fim, do que chamo, na falta de melhor denominação, de nosso segundo meio circulante, caracterizado pela dependência com relação às fontes espanholas e ao amplo predomínio das moedas de prata.

Ao contrário do que ocorreu quando de nosso primeiro meio circulante, que se constituía de moedas portuguesas importadas, nos seiscentos o Brasil forneceria muito mais moedas à Metrópole do que receberia dela. O Brasil se tornara fornecedor, ao invés de um receptor menor de moedas. E na qualidade de fornecedor, o Brasil passaria a ocupar

uma posição singular, alvo de uma maior atenção por parte tanto de Portugal quanto de seus rivais.

Nesta tese tentarei mostrar um pouco desse furor, quando o dinheiro parecia se tornar um ser vivo. Atuava, surgia, se escondia, impunha sua presença.

Naquela sociedade, tanto afeita à hierarquia, as moedas iriam introduzir-se no tecido social e fundir-se em sua tessitura. Havia as moedas de cobre, que Braudel designava como as moedas do povo pequeno, eram estas as moedas das esmolas para os altares dos santos e das esmolas para mendigos nas ruas. Havia as moedas de prata usadas no dia a dia, com seus diferentes tamanhos também compondo hierarquias. E havia as fascinantes moedas de ouro, o dinheiro dos príncipes e da Igreja, o dinheiro feito para ser guardado. Mas mesmo essas regras podiam ser mudadas, com as moedas trocando de papéis. Esse seria o caso de um obscuro ferreiro paulista, do qual nos ocuparemos adiante, que no século em questão, formou uma reserva financeira exclusivamente em moedas de cobre.

Este também foi o século das moedas cerceadas, limadas, que provocavam desconfiança e, à vista de moedas em melhor estado, podiam ser recusadas pelo comércio. Essas moedas cerceadas dariam um eloqüente testemunho da decadência econômica do Brasil em fins do século XVII. São documentos de um tempo tanto quanto quaisquer outros indícios que nos chegam do passado.

Se as moedas podem desvelar algo de épocas passadas, elas também ter o poder de provocar paixões. E para além das paixões, as moedas podem derrubar crenças arraigadas. Como, por exemplo, a da falsa mesmice de nossa sociedade colonial. Na maioria de nossos museus as ferramentas expostas são raras. Quadros nos mostram aquela vida que parece um tanto monótona em um engenho, com escravos trabalhando enquanto capatazes observam. Há que mencionar os indefectíveis e embolorados santos barrocos, presença quase obrigatória em nossas exposições sobre a vida colonial. Parece que dos santos barrocos, tal como ao olhar de Deus, é impossível fugir.

Ma eis que surgem as moedas, um tanto ignoradas, para ocupar um lugar à parte, específico. As moedas tanto seriam necessárias para manter indústrias como a de construção naval quanto a do açúcar. Aliás a manufatura de moedas se constituía em uma indústria por si mesma. Quando, em 1694, foi fundada a Casa da Moeda da Bahia, nela trabalharam perto de vinte artesãos que, séculos antes dos métodos de linha de produção preconizados por Henry Ford para construção de automóveis, utilizavam-se na Casa da Moeda de um processo similar.

A abordagem que se procurou seguir nessa empreitada intelectual revela uma certa maneira de se conceber a História que julgo importante explicitar. Este é um trabalho que se inscreve na área de concentração de História Cultural e como tal, dialoga com uma postura que compreende o ofício do historiador como aquele que se debruça sobre o passado que nos chega a partir das representações inscritas nos rastros que dele sobrevivem e que nós, historiadores, lemos como fontes. Como afirma Jenkins: “o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e não (...) podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a ‘realidade’.”¹

Mas é bom que se esclareça, admitir que lidamos com representações não significa acreditar que não exista um passado concreto a ser investigado. Ao contrário, da lida com as fontes o que resulta é um contato com um mundo que por mais estranho que nos possa parecer apresenta-se vivo e pulsante. Conforme Brito, em diálogo com Bourdieu², “é importante que se apreenda que as representações *fazem existir aquilo que anunciam*, no próprio ato de sua enunciação”.³ Postura corroborada por Chartier para quem as representações que construímos sobre o mundo social são aquilo que compõe a realidade social.⁴

¹Keith Jenkins. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p.28.

² Cf. Pierre Bourdieu. “A força da representação” In: *A Economia das Trocas Lingüísticas*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 1998.

³ Cf. Eleonora Zicari de Brito. “O campo historiográfico: entre o realismo e as representações”. *Universitas*. Vol 1, n. 1, Revista da Faculdade de Ciências da Educação/História, UNICEUB, 2003.

⁴ Cf. Roger Chartier. *História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990; Roger Chartier. “O mundo como representação” e

Muito em função da tipologia das fontes documentais que fundamentam este trabalho, optou-se por uma perspectiva que, sem perder de vista a reflexão de caráter mais estrutural, deteve-se, preferencialmente, no universo das miudezas que cercavam a vida cotidiana no Brasil do século XVII.⁵ A narrativa que toma conta das páginas que seguem procurou dar conta das diferentes estratégias colocadas em prática em diferentes lugares e momentos por habitantes da colônia portuguesa, fossem eles afamados ou anônimos, ricos ou pobres. Realizou-se, portanto, um trabalho o mais próximo daquilo que a historiografia contemporânea consagrou como micro história.

Essa escolha exigiu atenção às conseqüências de se trabalhar com aquilo que os historiadores da micro história denominam de “jogos de escalas”, para ficar com o título da obra organizada por Revel⁶: uma certa forma de narrativa que, de acordo com “a descoberta progressiva dos contornos do objeto estudado e as discontinuidades que os saltos de escala provocam impedem-no [o historiador], por exemplo, de se ater a uma simples narração linear”.⁷

O argumento principal desta pesquisa e que orientou a leitura das diferentes fontes que a compõem, sinaliza para a existência de uma situação nova, se comparado ao século anterior, no que se refere à aquisição, posse e circulação de moedas na colônia portuguesa no século XVII. Essa novidade explica-se por um lado, pelo evento da União Ibérica, que fará do Brasil um dos eixos de um intrincado sistema de aquisição e distribuição monetária no circuito Atlântico. Outro importante ponto de inflexão se dará, não por acaso, com o advento da restauração portuguesa, momento marcado por

“Poderes e limites da representação. Marin, o discurso e a imagem” In *À Beira da Falésia. A História entre Certezas e Inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

⁵ Mais ou menos como explicitou Fernando Novais ao justificar o plano da obra coletiva que dirigiu. Segundo esse historiador, o esforço intelectual ali reunido procurou as “correlações entre estruturas da colonização e as manifestações da intimidade”. Fernando Novais. “Condições de privacidade na colônia” In Laura de Mello e Souza. (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. Vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997, 17.

⁶ Jacques Ravel (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁷ Paul-André Rosental. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrix Barth e a ‘microstoria’” In: Jacques Ravel (Org.). *Jogos de Escalas...* Op cit., p. 152.

forte crise monetária e que exigirá a procura de novas saídas para a resolução dos impasses colocados pelo novo contexto.

A narrativa organizou-se a partir de uma estruturação que assim se desenhou:

Uma primeira parte, intitulada “A Circulação Monetária no Brasil do Século XVII numa Visão Caleidoscópica”, preocupa-se em discorrer sobre a movimentação das moedas ao longo do século, em múltiplas práticas. Esta parte foi dividida em dois capítulos, o primeiro deles “As Moedas no Brasil da União Ibérica” trata do tráfico de moedas e de características de sua circulação sob a união das coroas ibéricas. No segundo, “As Moedas no Brasil Pós União Ibérica” aprecia o brusco rompimento do tráfico, as políticas monetárias de Portugal restaurado e a crise da progressiva falta de moedas.

Na segunda parte, de título “A Circulação Monetária no Brasil do Século XVII: uma abordagem multiscópica”, a análise concentra-se nos aspectos característicos das moedas e de sua circulação ao longo de todos os seiscentos, pelo recurso ao estudo de casos. Em seu primeiro capítulo “O Dinheiro na Vila e Piratininga” será apreciado o numerário da Vila de São Paulo e seus arredores. O segundo tratará do meio circulante da colonização holandesa que controlou parte do Nordeste durante um quarto daquele século. O terceiro capítulo “Uma História de Cofres, Misericórdias e Dinheiro” tratará daqueles autênticos “bancos” coloniais e, por último, será dedicado um capítulo à poesia de Gregório de Matos e sua relação com o dinheiro seiscentista.

Foco de tensões, grande preocupação das autoridades, objeto de desejo, esta tese irá se debruçar sobre os problemas e estratégias que nossa numária levantou nos seiscentos.

PARTE I

A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XVII NUMA VISÃO CALEIDOSCÓPICA

Nesta parte da pesquisa, o esforço volta-se à construção de um trabalho de caráter ao mesmo tempo panorâmico e assumidamente fragmentado, caracterizado por fazer uso de fontes heterogêneas, mas que, embora marcadas pela dispersão, são capazes de oferecer visões das estratégias que regiam a aquisição, posse e circulação de moedas no Brasil do século XVII. O resultado é o que chamo de visão caleidoscópica.

As fontes para a construção desta parte da tese vão desde obras historiográficas de caráter mais geral como a *História de Portugal* de Veríssimo Serrão, *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador e *Portugal, Brasil e o Atlântico* de Frederic Mauro, até material de conteúdo mais específico como *Casa da Moeda do Brasil* de Cléber Baptista Gonçalves e *O Domínio Colonial Holandês no Brasil* de Hermann Wätjen. Foram consultados ainda relatórios e escritos do período como a coletânea de cartas do Conde da Torre e o Livro Primeiro do Governo do Brasil.

Tomou-se como pressuposto inicial que entre a fase de União Ibérica e aquela marcada pela dissolução dessa aliança houve uma importante ruptura nas formas de circulação monetária no Brasil do século XVII, assim como das práticas para se conseguir dinheiro, o que justifica a criação dos dois capítulos que seguem. São eles: Capítulo 1. **As moedas no Brasil da União Ibérica** e Capítulo 2. **As moedas no Brasil Pós União Ibérica**.

Neles, a preocupação foi, a partir da leitura preliminar das fontes disponíveis, encontrar temáticas a serem exploradas em tópicos. Portanto, deixou-se que o trabalho fosse guiado pelas fontes que ofereciam as condições possíveis para se vislumbrar como se davam essas práticas nas diferentes situações que aqui foram analisadas.

CAPÍTULO 1

AS MOEDAS NO BRASIL DA UNIÃO IBÉRICA

1. UNIÃO IBÉRICA: A PRATA E O TRÁFICO “ILÍCITO”

Em fins do século XVI inaugurou-se uma rota comercial que envolvia as colônias espanholas do sul da América do Sul e os principais portos do Brasil. Do ponto de vista das autoridades e comerciantes do Brasil o principal produto a ser obtido era a prata. Esse ativo comércio, apesar de oficialmente proibido, floresceu mais ou menos tolerado até o rompimento ibérico ocorrido em 1640. Através dele a prata era fornecida ao Brasil e, indiretamente, a Portugal.

O tráfico, que envolvia dinheiro sonante, despertava paixões e comprava lealdades. Neste capítulo, iremos remontar, a partir de um conjunto diversificado de fontes, o início do tráfico e os eventos que levaram a sua consecução. Em seguida iremos apreciar alguns artifícios usados para facilitar o escoamento das moedas. O périplo de dois aventureiros espanhóis “peruleiros” (assim eram chamados os indivíduos que se dedicavam a esse comércio) será narrado em seguida, sempre de acordo com os dados obtidos, de forma a ilustrar como essa prática se desenvolvia. Por fim, poderemos observar o início do estabelecimento de uma comunidade portuguesa no Peru e em Buenos Aires, comunidade essa que irá apoiar o comércio com o Brasil.

1.1. AS FUNDAÇÕES DE UM SISTEMA: AQUISIÇÃO EM “GRANDE ESTILO”

No dia 13 de setembro de 1598, no grandioso palácio-monastério do Escorial, Felipe II, Rei da Espanha e Portugal, morria após uma prolongada doença. A doença devastadora e brutal que até hoje desafia diagnósticos não alquebrou o espírito de Felipe. Até o fim ele permaneceu lúcido e era informado dos acontecimentos passados pelo seu império que se estendia por todos continentes.

Felipe esteve a um passo, em termos temporais, de alcançar o século XVII e talvez assim pudéssemos nos ocupar mais dele neste trabalho. Mas ele não conseguiu. O seu mundo e o mundo de suas ações foi o do século XVI. Talvez seja injusto definir Felipe como o pioneiro do império americano, pois as bases do império foram lançadas no reinado de seu pai Carlos V. Mas foi no reinado de Felipe que esse império se consolidou, ganhando sua forma característica. Na Europa ele se esparramava da Península Ibérica para os Países Baixos e englobava, além do Franco Condado, diversas partes da Itália. Na América ele ia de Buenos Aires até o noroeste dos Estados Unidos.

No caso específico do Brasil, a influência de Felipe se explica pelo fato de ele ter se tornado Rei de Portugal. A mãe de Felipe era a Rainha Isabel, filha do Rei de Portugal, Manuel I. Mulher culta, de uma beleza que impressionava seus contemporâneos, cujo retrato pintado por Ticiano ainda hoje se destaca no Museu do Prado, Isabel criou Felipe em um ambiente de damas da corte e nobres de origem portuguesa, enquanto que Carlos V vagava pela Europa cuidando de seu império. Para Felipe, um espanhol, a cultura portuguesa foi instilada desde a infância. Até cerca de seis anos ele viveu em um ambiente povoado quase exclusivamente por portugueses.¹

Tudo isso lhe seria de grande valor quando o seu sobrinho, Sebastião I de Portugal, morreu na Batalha de Alcácer-Quebir em 1580. Filipe mantinha boas relações com o sobrinho e com Portugal, na verdade havia se esforçado bastante para que D. Sebastião não embarcasse na sua catastrófica cruzada particular. Mas a oportunidade ocorreu e Filipe, após um período de depressão, se fez valer.² O novo rei de Portugal era o Cardeal Henrique, tio-avô de D. Sebastião, que contava com 67 anos e não tinha filhos. Além disso, o idoso cardeal estava “meio morto de ser nomeado rei”.³ Ou seja, a idéia o apavorava.

¹ Cf. Henry Kamen. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

² Insisto que a ascensão de Filipe ao trono de Portugal foi mais obra do acaso que um fato premeditado. Na verdade o temor maior na Espanha, antes da morte de D. Sebastião, era que ele se tornasse herdeiro do trono espanhol com a morte de Filipe que era muito mais velho. Idem.

³ Idem. p. 250.

O cardeal não viveu por muito tempo e, depois dele, era Filipe quem tinha mais credenciais para ocupar o trono de Portugal. E ele o fez, tanto usando a via militar quanto subornando e adulando uma boa parte da nobreza portuguesa. Boxer afirmou que Filipe usou os soldados do Duque de Alba e “balas de prata mexicanas”, no sentido de que subornou bastante.⁴

De outra parte, naquele momento, Portugal tinha um grande interesse nos metais produzidos pelos espanhóis. De um lado havia necessidade de metais preciosos para pagar o resgate dos cativos portugueses no Marrocos, após a desastrada aventura de D. Sebastião. E, desde a década de 1570, Portugal se tornava mais dependente da prata e do cobre vendidos em Antuérpia para o comércio com a Índia.⁵ Depois, Filipe II havia prometido manter a autonomia de Portugal. O que haveria seria uma união das coroas na pessoa do monarca. Portugal continuaria um reino separado.⁶ No que diz respeito à cunhagem de moedas, Portugal manteria sua independência monetária e todo o metal recolhido às casas da moeda seria cunhado “em moeda de Portugal, com os respectivos cunhos e armas”.⁷

No vasto império colonial português de que Filipe acabava de tomar posse, o Brasil era uma colônia menor, bem menos lucrativa e afamada do que a Índia. Segundo Veríssimo Serrão:

Ainda Filipe II se encontrava em Badajoz, a aguardar a hora de ser reconhecido nas cortes de Tomar, quando recebeu em 25 de setembro de 1580 uma lembrança para se enviar pessoa diligente às capitâncias do Brasil e que ali desse notícia de sua vitória em Portugal.⁸

⁴ Charles R. Boxer. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 121.

⁵ James Lang. *Portuguese Brasil. The king's Plantation*. New York: The Academic Press, 1979. p. 33 e 34.

⁶ Segundo Manoel Maurício de Albuquerque, o principal interesse português na união era facilitar o acesso às riquezas minerais do império espanhol. A curto prazo, Portugal precisava de metais preciosos para pagar o resgate de seus cativos no Marrocos, enquanto que a longo prazo os metais facilitariam suas trocas comerciais com a Ásia. A Espanha, por outro lado, tinha como objetivo “proibir o comércio luso-holandês completando assim o bloqueio comercial com o qual pretendia alcançar a submissão daquelas províncias rebeldes”. Manoel Maurício de Albuquerque. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p. 78.

⁷ Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal*. Volume IV. Lisboa: Editorial Verbo, 1978. p. 17.

⁸ Idem. p. 165.

Para os colonos portugueses estabelecidos no Brasil, era o caso de se apresentar uma situação já decidida. Rapidamente mudou-se o governador-geral que não era pessoa de confiança do novo rei. E com o tempo diversos funcionários foram sendo substituídos por pessoas mais simpáticas à nova dinastia.

Recuemos um pouco no tempo. Trinta e seis anos antes de Filipe tomar posse, portanto em 1544, um pastor de lhamas boliviano, Diego Huallpa, subiu uma montanha em busca de uma lhama perdida. Ele era pobre e qualquer lhama de seu rebanho contava. Diego não a achou, o tempo passava e a tarde prosseguia e ele decidiu que iria passar a noite na montanha. Diego sentia frio no ar rarefeito da montanha e, para se aquecer, acendeu uma fogueira. Para sua surpresa, o chão em volta dele brilhou com tal intensidade que machucava a vista. Por causa de uma lhama perdida, o maior veio de prata do mundo acabava de ser descoberto.⁹

Esses dois eventos, a descoberta do Cerro Rico de Potosi e a ascensão de Filipe II, tiveram, juntos e separados, uma tremenda importância na história nacional. Com Filipe e seus sucessores no trono, brasileiros e súditos americanos da Espanha passaram a ter um mesmo status jurídico. A presença de bandeirantes atacando além da linha de Tordesilhas passou a ser, do ponto de vista da coroa espanhola, uma dor de cabeça e não um acidente diplomático a ser resolvido pela força das armas. O Tratado de Tordesilhas se tornou irrelevante. A reação de Filipe IV (neto de Filipe II) às agressões dos bandeirantes em Sete Povos das Missões foi sugerir que os índios se armassem melhor. Por muitíssimo menos uma tentativa de colonização francesa na Flórida foi esmagada sem piedade.¹⁰ Aos luso-brasileiros era, depois de Filipe II, facultado avançar sobre a *terra incógnita*. Afinal, agora todos eram súditos da mesma dinastia. Quando Filipe II se tornou rei de Portugal ele abriu aos luso-brasileiros possibilidades inimagináveis.

⁹ www.boliviaweb.com/cities/potosi.htm

¹⁰ <http://palmm.fcla.edu/fh/outline/1492fre.html>

Quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral aportou em Porto Seguro, seus navios carregavam grandes quantidades de moedas, informação que nos chega graças ao relato de Vitorino Magalhães Godinho:

Quando em 1500 Miguel, o antigo gentio agora convertido, parlamenta, em nome de Cabral, com o rei de Cochim, a fim de o convencer a aceitar o trato com os portugueses, lança-lhe como isca a perspectiva de enormes quantidades de mercadorias de boa qualidade e faz cintilar ante seus olhos as moedas áureas que o seu reino receberá de Portugal. Porque as naus já quase tinham feito o pleno da carga em Cochim, Cabral apenas embarca um pouco de gengibre e canela em Cranganor; o rei desta cidade, receando que a modéstia das compras resultasse da escassez de dinheiro, oferece vender a crédito: para o desenganar, o capitão português manda-lhe mostrar dois ou três cofres ainda cheios de peças de ouro.¹¹

Mas as moedas que Cabral trazia não se destinavam ao Brasil e sim, como foi demonstrado, à Índia. A introdução de moedas no Brasil não se deveu ao descobrimento, nem às expedições guarda costas de Martin Afonso de Souza, mas ao início da colonização. Nas capitanias hereditárias era proibido a cunhagem de moeda, isso aliado ao fato de não terem sido encontrados metais preciosos em grande quantidade, determinou que as moedas tinham de ser importadas de Portugal.¹²

Essas primeiras moedas quinhentistas começaram a chegar em quantidades consideráveis quando do início da colonização. A instituição de um governo geral implicava na instalação de soldados e funcionários públicos que deveriam ser pagos com regularidade. Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, foi enviado de Lisboa, trouxe junto a primeira grande leva de soldados e funcionários públicos recebidos pela colônia. Como está relatado em sua biografia: “Com o governador vieram mais de mil pessoas. Trezentas e vinte nomeadas e recebendo salários. Vinham seiscentos militares”.¹³

Os primeiros rastros consistentes de moedas no Brasil são, muito sintomaticamente, do período de governo de Tomé de Souza. A primeira

¹¹ Vitorino Magalhães Godinho. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Volume I. Lisboa: Editorial Presença, 1981. p. 242.

¹² Manuel Maurício de Albuquerque. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Op. Cit. p. 78.

¹³ *Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo: Editora Abril, 1969. p. 66.

referência escrita foi uma carta de agradecimento dele a Dom Sebastião, datado de primeiro de junho de 1553, aonde Tomé de Souza agradece o dinheiro enviado pelo rei na naveta comandada por um tal Manuel da Fonseca.¹⁴

Assim uma boa parte do material arqueológico coletado no sítio da antiga Sé de Salvador, no Pelourinho, muito provavelmente provém daquele governo. Um grande conjunto de moedas quinhentistas foi desenterrado ali por arqueólogos da UFBA. O conjunto, em parte catalogado e classificado por mim,¹⁵ aponta para um conjunto de moedas de manuseio diário. Essa coleção proviria basicamente de salários. Assim, as moedas encontradas eram, em sua maioria, reais de cobre e algumas peças de prata de valor facial mais baixo. O conjunto do sítio arqueológico da Sé corrobora as observações de Maria Bárbara Levy, quando assinalou que o numerário do século XVI ia parar nas mãos de párocos e funcionários públicos estabelecidos nos incipientes centros urbanos.¹⁶

Uma questão interessante sobre a cunhagem de moedas no Brasil colonial é que existia um boato persistente de que teria havido cunhagem na Capitania de São Vicente durante o período colonial. O historiador baiano Pedro Calmon conseguiu reunir antigos relatos sobre a cunhagem dos “São Vicente” no Brasil, mas sempre existiram dúvidas sobre se tal cunhagem teria realmente existido.¹⁷ Contando a favor da hipótese de ter havido cunhagem existem algumas evidências, tais como a de que havia jazidas de ouro próximas ao local, ou que havia ali pessoal habilitado para cunhar

¹⁴ Joaquim Romero Magalhães e Susana Münch Miranda. *Tomé de Souza e a Instituição do Governo Geral. Documentos*. In: *Mare Liberum*. Junho 1999. Número 17. p. 34.

¹⁵ Em 2002 tendo lido em jornais sobre as escavações arqueológicas realizadas em Salvador, decidi procurar os arqueólogos responsáveis. Após contatar o Professor Carlos Etchevarne, descobri que a maior parte das moedas ainda não havia sido catalogadas. Procedi então à classificação de cerca de cinquenta peças.

¹⁶ Maria Bárbara Levy. *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979. p. 54 Em outro sítio arqueológico do século XVI, o Engenho dos Erasmos em Santos, não foram encontradas moedas, o que talvez reforce a impressão de que nesse século e no seguinte a circulação monetária era, antes de tudo, um fenômeno urbano.

¹⁷ O São Vicente (moeda) era assim chamado porque no reverso exibia o santo com seus atributos. No anverso surgia o escudo português com uma coroa por cima. Essa moeda de ouro, que era grande com cerca de 31 milímetros de diâmetro e pesando 7,5 gramas, teve sua cunhagem iniciada no reinado de D. João III (1521-1557).

moedas, ou ainda, por alguns relatos sobreviventes que afirmavam que a cunhagem foi, de fato, efetivada.

Todavia a hipótese de ter havido cunhagem fora contestada baseado no fato de nenhum São Vicente facilmente identificável como proveniente do Brasil ter chegado até nossos dias e de que poderia ter havido confusão na linguagem dos documentos do período, confundindo “casa da moeda” com “oficina monetária”.¹⁸

Recentemente a historiadora Maria Helena Brancante encontrou no Arquivo Colonial, em Lisboa, material referente a 1223 moedas desse tipo depositadas em uma casa da moeda e que deveriam ser fundidas.¹⁹ O passo seguinte neste processo de investigação seria determinar que as moedas deste tipo que sobreviveram até nossos dias seriam provenientes de São Paulo, diferenciando-se das cunhadas em Portugal.

1.2. UM BISPO NEGOCIANTE

A primeira pessoa que parece ter se dado conta do grande potencial da chamada União Ibérica foi Dom Francisco de Vitória, Bispo de Tucumã, no norte da atual Argentina. Dom Francisco era português de nascimento, mas cedo emigrou para o Peru. No princípio trabalhou em uma loja de Lima. Depois ingressou na carreira eclesiástica, professando no Convento de Rosário. Após um tempo retornou à Europa trabalhando em Madri e Roma e, subindo mais na carreira, conseguiu o Bispado de Tucumã.²⁰

Ele percebeu que dada a extrema especialização da produção de metais preciosos na Bolívia e em menor grau no Peru, praticamente tudo o que aquela sociedade extremamente rica deveria consumir teria de ser

¹⁸ Casa da moeda é o lugar onde se cunham moedas. Oficina monetária é aonde as moedas são carimbadas e modificadas. Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil. 290 Anos de História*. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora, 1984. p. 40.

¹⁹ Aracy A. Amaral. *As Artes Plásticas de São Paulo*. In: *História da Cidade de São Paulo. A Cidade Colonial. 1554-1822*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 435.

²⁰ Alice Canabrava. *O Comércio Português no Rio da Prata. 1580-1640*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1984. p. 82-83.

importado.²¹ E a capacidade daquela cidade para importar era colossal. Já foi avaliado que mais de 60% da prata disponibilizada no período viesse dos Andes, sendo que 50% vinham de Potosi.²² A cidade chegou a contar 160.000 habitantes tornando-se, talvez, a maior cidade do império espanhol.

Para se fazer idéia do luxo em que viviam seus habitantes e do alto nível de seu poder aquisitivo, basta dizer que, em 1580, havia famílias que gastavam 800.000 pesos por semana; calculava-se então, que as fortunas particulares oscilavam entre 300.000 a 6.000.000 pesos. No fim do século XVI, a cidade possuía 14 escolas de dança, 36 casas de jogo; no seu único teatro, cobrava-se pelo preço das entradas 40 a 50 pesos.²³

Para fins de comparação, na Espanha, nesse mesmo período, uma lavadeira ganhava 84 pesos. Um hortelão ganhava 110 pesos.²⁴

Ainda havia que considerar o fato de que, geograficamente, a região mineira, travada entre suas montanhas, era muito isolada, fato que encarecia o custo dos artigos importados.

Tendo em vista a extensão da via do tráfego legal, a diversidade dos meios de transporte, as inúmeras baldeações, o funcionamento precário das vias – sujeitas, no mar, ao ataque dos inimigos da Espanha, em terra, aos assaltos dos selvagens que dificultavam a livre circulação dos caminhos – as altas taxas alfandegárias, a quantidade de mercadorias perdida ou deteriorada, podemos imaginar as cifras astronômicas a que atingiam os preços das mercadorias européias quando chegavam a ser vendidas nas povoações mais remotas do Vice-Reino.²⁵

O preço médio de artigos importados era quatro vezes mais baixo em Lima do que em Potosi. No caso de Tucumã era de seis vezes.²⁶

²¹ Esse fenômeno da extrema especialização da lucrativa atividade mineira que absorve quase toda mão de obra, tornando a importação uma necessidade, deveria se repetir nas Minas Gerais do século XVIII e na África do Sul e Alasca no século seguinte.

²² <http://mansell.stucen.gatech.edu/rlg7/data/worlddeconomies/remissionssummary570-650.xls> Consultado em 04/05/2007

²³ Alice Piffer Canabrava. Op. cit. p. 35.

²⁴ Earl Hamilton. *El Tesoro Americano y La Revolución de Los Precios em Espana. 1501-1650*. Barcelona: Editorial Crítica, 2000. p. 417. Os salários apresentados por Hamilton estavam originalmente relacionados em reales. Stuart Schwartz definia a relação entre reales e pesos como oito reales valendo um peso. Stuart Schwartz e Alcir Pécora. *As Excelências do Governador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 324.

²⁵ Alice Piffer Canabrava. Op. cit. p. 48.

²⁶ *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática*. São Paulo: Salles de Oliveira e Cia. Ltda, 1937. p. 635.

Dom Francisco imaginou que poderia simplificar parte do problema e baratear os custos ao inaugurar outra rota de transporte de mercadorias para as regiões mineiras. O caminho normal de abastecimento do Vice-Reino do Peru, ao qual a Bolívia estava subordinada, era através do Istmo do Panamá, que o ligava à Espanha.

A articulação de todas as dependências do vice-reino do Peru com a metrópole se realizava por intermédio da grande via de comunicação do mar dos Caraíbas e do Istmo do Panamá. A região Ístmica, depois da descoberta das minas do Peru, constituiu um vínculo de importância essencial para o sistema de transportes entre o vice-reino do Peru e a Espanha, dado o volume de mercadorias e metais que transitava entre os dois oceanos. Era nessa região, em Nombre de Dios e, depois, em Porto Belo, que se realizavam, por ocasião da chegada dos navios de Espanha, as famosas feiras em torno das quais gravitava toda a população comerciante da América do Sul. A principal função das feiras do istmo era a troca de mercadorias provenientes da metrópole, pelos metais preciosos e matérias primas oriundas do vice-reino do Peru.²⁷

No raciocínio do prelado, ele poderia atuar como uma espécie de intermediário. Levar moedas ao Brasil, onde ele deve ter deduzido ou sido informado que elas eram insuficientes, e comprar mantimentos e escravos, passando ao largo do fisco espanhol, o que baratearia o produto. Em 1585 ou 1587, Dom Francisco resolveu então armar um navio, encheu-os de moedas de prata e ouro (o montante chegava a 30.000 pesos), e partiu para o Brasil. Mais do que uma empresa individual, na verdade o bispo se colocou à frente de um grupo pois que, além de dinheiro seu, diversas pessoas da região também investiram na viagem.²⁸ Para iludir eventuais opositores, foi declarado que o motivo oficial da viagem seria trazer da Bahia padres jesuítas para Buenos Aires. Como capitão do navio ia Diogo Carillo e como representantes de D. Francisco iam, o Deão Francisco de Salcedo, que sintomaticamente também era português, e Alonso de Vera que pretendia comerciar escravos.²⁹ Tudo indica que o Bispo já possuía contatos com as autoridades portuguesas.

²⁷ Alice Piffer Canabrava. Op. cit. p. 43.

²⁸ Enrique de Gandia. Los Piratas em El Rio de La Plata. In: *Historia de La Nación Argentina*. Vol. 3. Buenos Aires: El Ateneo, 1961. p. 209.

²⁹ Alice Piffer Canabrava. Op. cit. p. 83.

A primeira parada foi em Santos, aonde foram bem recebidos. Como o casco do navio estava danificado por vermes marinhos, eles compraram outro navio e partiram para Salvador. Ali ficaram por cerca de seis meses, comprando um novo navio de pequeno tamanho e uma considerável quantidade de escravos, caldeiras de cobre, pérolas para fabricação de açúcar, bacias, sinos, ferro, aço e artigos diversos para Dom Francisco.

A expedição, agora contando dois navios, rumou para o sul parando no Espírito Santo, Rio de Janeiro e novamente Santos. Ali foram embarcados mantimentos para viagem: cem quintais de arroz (cerca de 450 quilos) e conservas diversas. Em janeiro de 1587 rumaram para o Rio da Prata. Todavia, na foz do rio foram atacados por piratas ingleses e as mercadorias foram perdidas.³⁰

Dom Francisco não desistiu. Mandou novas expedições em 1587 e 1588. Quando deixou seu bispado, Dom Francisco se orgulhava de ter aberto uma nova rota comercial. Em avaliação que faz sobre as práticas atribuídas a Dom Francisco, Charles Boxer dizia: “De todas as partes da América partiram denúncias contra esse clérigo mundano, cuja vida e cujo exemplo eram mais de um negociante do que de um prelado.”³¹

Mas, em que tivesse pesado o ódio de seus correligionários, Dom Francisco conseguiu confundi-los e manteve sua posição episcopal. Ele foi um personagem notável, com grande tino comercial.³² Quando de sua profissão de fé, ele se orgulhava de ter organizado uma nova rota comercial em direção ao Brasil. E os dados que chegaram até nós comprovam esse fato.

³⁰ Idem, *ibidem*. p. 84.

³¹ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 89 Em que pese as enormes acusações de desvio de conduta e ganância atribuídas a Dom Francisco, no curso das pesquisas para a elaboração desta tese encontramos uma carta escrita por Domingo de Orinex em nome de Dom Francisco de Vitória em que aquele narra as dificuldades materiais que imperavam em Tucumã quando do início da prelazia de Dom Francisco. Se as informações forem corretas, o Bispo de Tucumã seria parcialmente escusado de suas excessivas atividades comerciais tendo se dirigido ao Brasil a fim de conseguir dinheiro para suas atividades. O bispo, nesse caso, teria feito apenas o necessário. Cf. pizarro.fll.urv.es/proyecto/cddocs3/ArgTucuman6.doc Consultado em 18/08/2007.

³² Alice Canabrava acreditava que já existia algum comércio entre a Argentina e o Brasil antes das expedições patrocinadas por Dom Francisco de Vitória. Se foi assim, seu papel teria sido mais o de um grande organizador do que de um verdadeiro pioneiro. Alice Canabrava. *Op. cit.* p. 82.

Um estudo, citado por Alice Canabrava, indica de forma clara que houve uma grande evolução na exportação de moedas pelo Rio da Prata.

Importação em reales de prata a partir do porto de Buenos Aires

1586 – 6.833	1591 – 427.589
1587 -	1592 – 73.094
1588 – 70.673	1593 – 259.073
1589 – 69.868	1594 – 627.271
1590 – 73.917	

FONTE: Alice Canabrava. *O Comércio Português no Rio da Prata. 1580-1640*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1984.

O Bispo de Tucumã teve diversos seguidores e foi precursor de uma categoria social, a dos peruleiros, prováveis introdutores do culto a Nossa Senhora de Copacabana no Brasil.³³

1.3. BUENOS AIRES, O BRASIL, A PRATA E OS PERULEIROS

Esses “traficantes da prata” começaram a atuar ainda no século XVI. Utilizavam embarcações pequenas e leves de trinta a quarenta toneladas que, por serem muito rápidas, ficavam fora de alcance dos enormes galeões de guerra, além de poderem navegar em águas rasas.³⁴ Em 1591, por exemplo, em Salvador, habitava um certo Antônio Poderoso, português de nascimento, que se definia como “tratante para o Perum”. Poucos meses antes sua presença foi notada no Rio da Prata.³⁵ As atividades dessas pessoas iriam aumentar ao longo do século. Em 1598, o Governador do Rio da Prata, Diogo Rodrigues de Valdéz, a caminho de Buenos Aires parou em Salvador, ali se impressionou com a enorme quantidade de moedas

³³ Paulo Berger. *Rio Antigo. Pinturas e Pintores*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1990. p. 35. Berger, ao tratar da antiga Ermida de Copacabana, localizada onde hoje se situa o forte homônimo, explica as origens ao culto de Nossa Senhora de Copacabana.

³⁴ O próprio meio de transporte, navios pequenos e rápidos, é indicativo da precariedade de quando do início do tráfico. Alguns anos depois o mesmo já era feito “às claras” em grandes navios de até 400 toneladas. Charles Boxer. *Salvador de Sá e a Luta Pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 90.

³⁵ Joaquim Romero Magalhães. *A Construção do Espaço Brasileiro*. In: Francisco Bethencourt. (org.) *História da Expansão Portuguesa*. Volume II. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 41.

espanholas circulando.³⁶ Chegando a seu destino procurou coibir a exportação de moedas, ao que parece sem sucesso. Um ano antes, os holandeses capturaram uma carta de um comerciante português radicado no Rio de Janeiro, dirigida ao seu irmão. Nessa carta a atividade dos peruleiros é bem descrita:

Cem ducados da Espanha sendo empregados aqui devem dar um lucro de 1.200 a 1.500 ducados. (...) Porque podemos subir até as minas de Potosi, que são as melhores e as mais ricas de todo o Peru. Se os mercadores de Espanha e Portugal tivessem conhecimento desse comércio não se aventurariam tanto a enviar suas mercadorias a Cartagena. Porque este rio (o Rio da Prata) é o caminho mais curto e o mais fácil para se ir ao Peru. Os peruleiros, ou negociantes do Peru, que aqui residem, vêm ao Rio de Janeiro a este porto trazendo consigo 15 a 20 mil ducados, em reais de prata e de ouro, para emprega-los aqui em mercadorias; e não havendo nesta praça artigos para comprar, esses mercadores do Peru vêm-se constrangidos a ir à Bahia, ou a Pernambuco, para ali aplicar o seu dinheiro. (...) Aqui, com 500 ducados uma pessoa pode ganhar 5.000 ducados no espaço de cinco meses. (...) Um florete que pode custar na Espanha 24 ou 25 reais, aqui se vende por 40 ou 50 ducados; uma rédea para cavalo vende-se aqui por 15 ducados; uma fechadura custa, com a chave, 10 ducados (...); e tudo o mais na mesma proporção. Assim, 1.000 ducados de Espanha, devem dar 10.000 ducados de lucro. (...) Aqui veio do Peru, por esse Rio da Prata, um negociante chamado Alonso Ramirez, trazendo 10 ou 12 mil ducados em reais de prata (cerca de 15 mil peças de oito), com os quais construiu um navio para regressar à Espanha, tendo um bispo em sua companhia.³⁷

Esse tráfico descia também pelo Altiplano Boliviano e pelas cidadezinhas do norte da Argentina até chegar a Buenos Aires, de onde era embarcado para o Brasil.³⁸ Obviamente, o êxito do processo dependia da anuência e da boa vontade das autoridades coloniais espanholas. Segundo Canabrava:

O comércio que se efetuava por Buenos Aires e que uniu numa longa cadeia as regiões mineiras do Peru e os portos brasileiros, tinha podido desenvolver-se graças à vigilância complacente das autoridades de Tucuman.³⁹

³⁶ Alice Canabrava. Op. cit., p. 121.

³⁷ Apud Charles R. Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p.90.

³⁸ Testemunhos que obtive junto a numismatas argentinos reforçam a importância desse tráfico. Segundo ouvi desses especialistas, até mesmo em nossos dias, as antigas estâncias do norte da Argentina são uma boa fonte de antigas moedas coloniais espanholas, bem como de antiguidades em prata.

³⁹ Alice Canabrava. Op. cit. p. 90.

As tentativas de coibir o contrabando começaram cedo. Este era percebido pelos espanhóis como uma intrusão portuguesa.⁴⁰ Uma atividade ilegal que prejudicava os legítimos direitos de Castela. Enfim, se havia uma união das duas coroas na pessoa do rei, teoricamente Portugal e Espanha deveriam viver como Estados autônomos. Uma cédula real, de 1604 tratava do assunto:

...he sido informado que a bueltas de la permission que esta dada al arrendador de las licencias para navegar esclavos negros para las índias para la cantidad que por esse puerto a de meter se llevan mucho mas que es em gran cantidad la plata y oro que sale por esse puerto assi de la que sacan los que com licencia del arrendador van a comprar negros a guinea y el brasil como de la que procede de los dichos negros y de las mercaderias que se llevan em los navios que entre año van a esse puerto y que tienen traça esconder y sacar la dicha plata entre lãs harinas que sacan y compran de la ciudad de cordova y que todo o la mayor parte de la plata y oro que se saca cada ano desse puerto que os em cantidad, muy considerable biene a parar el brasil y de alli a ynglaterra y a los otros Reynos de enemigos....⁴¹

Mas é interessante notar que muitas vezes as moedas passavam ao largo de Buenos Aires.

Pelas cidades de Tucuman descia a prata de Potosi para o porto de Buenos Aires, e para lá seguia também a maioria dos produtos desembarcados no porto platino. Neste, a população em geral não compartilhava dos benefícios do tráfico ilegal. Já se pode perceber na cidade, o fenômeno da coexistência de dois tipos de economia, um das trocas in natura, para as operações locais, outro à base monetária, para o intercâmbio com o exterior, fenômeno que se acentuou no primeiro quartel do século XVII. Segundo o testemunho de Zárate, vinham de Potosi e de Tucuman os mercadores que afluíam ao porto por ocasião da chegada dos navios, atraídos pelos preços mais compensadores dos artigos pela via atlântica. Assim, na mesma época em

⁴⁰ Em uma demonstração da rápida percepção pelos espanhóis dos prejuízos que o tráfico poderia causar ao erário espanhol, o Vice-Rei do Peru reclamava da falta de moedas em Potosi e em Lima motivada pelo comércio. Alice Canabrava. Op. cit. p. 144.

⁴¹ "...fui informado das dificuldades que a autorização dada para a importação de escravos negros para as Índias tem provocado. Há um número excessivo de escravos que são enviados para esse porto e isso é devido a grande quantidade de ouro e prata disponível aí. O dinheiro é usado para pagar os escravos que são adquiridos na Guiné e no Brasil. O dinheiro é escondido entre as mercadorias transportadas nos navios, como na farinha adquirida na Cidade de Córdoba. E a maior parte da prata e do ouro que daí saem termina passando para o Brasil e dali para a Inglaterra e outros reinos inimigos". Apud Alice Canabrava. Op. cit., p. 102. Cédula Real era uma ordem arrazoada pelo rei que resolvia alguma questão jurídica. Eram geralmente aplicadas para o império colonial. http://pt.wikipedia.org/wiki/Cédula_real Consultado em 20/01/09

que cruzavam a cidade de Buenos Aires milhares de reales de prata, negros e artigos manufaturados, aí verificavam-se fenômenos de rarefação de moeda e de gêneros importados....⁴²

No que diz respeito a Portugal e como que para justificar a crescente dependência da prata castelhana, deve-se dizer que o domínio espanhol parece ter tolhido bastante as atividades das casas da moeda em Portugal. Apesar de não termos encontrado dados seguros, o Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas assinala para o Reinado de Dom Sebastião, 37 espécies de moedas diferentes, registradas em fotografias. Esse número cai para onze no reinado de Felipe II e treze durante o governo de Felipe III, que foi mais longo.⁴³ Se Portugal conservou-se autônomo no que tange ao seu império, sua independência financeira e econômica parece ter sido um tanto tolhida em função dos desígnios de Castela. E esse fato, ainda não muito visível no início do século, iria se agravar com o tempo.

Mas durante o primeiro decênio do século XVII, a prata esteve bastante disponível para os portugueses. Ela era tanta que chegava até Angola naquele emaranhado de relações econômicas que ligavam o Brasil àquela colônia. Alencastro cita o caso de um certo Manuel de Souza Coutinho: “...ex militar, morou e fez negócios em Cartagena, no Prata e, talvez, no Rio de Janeiro. Atuando no lucrativo circuito Buenos Aires – Rio – Luanda, ele negociava com a prata, cavalos e escravos”.⁴⁴

Um aventureiro francês, François Pyrard de Laval, esteve na Bahia em 1610. Homem bastante viajado ficou extasiado com a grande quantidade de moedas que viu na Bahia.

Nunca vi terra onde o dinheiro seja tão comum, como é nesta do Brasil. E vem do Rio da Prata, que é a 500 léguas desta baía. Não se vê ali moeda miúda, mas somente peças de oito, quatro, e dois reales e metade destas, que valem cinco soldos; e procuram em Portugal as moedas de cinco soldos e

⁴² Alice Canabrava. Op. cit., p. 90.

⁴³ Cf. C. M. Almeida do Amaral. *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas*. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1977.

⁴⁴ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 81.

de seis brancos, para as vender ali por moeda miúda e nisso tiram proveito; porque usam mui pouca outra moeda afora a de prata.⁴⁵

Pyrard de Laval notou que as moedas eram tantas e sua circulação tão intensa que provocavam, mesmo, o encarecimento dos artigos de comércio.⁴⁶

Em que pese a sazonalidade do meio circulante daquela época, que poderia se apresentar abundante em um momento e escasso no outro, as observações de Pyrard são válidas. Em primeiro lugar, como ele bem observou, havia a enorme quantidade de moedas de prata espanholas circulando pelo país e especialmente em Salvador e no Recife. Ao contrário do período pré-1580, quando havia uma grande quantidade de moedas de cobre, no século XVII as moedas de prata imperavam. Aliás, o historiador Vitorino Magalhães Godinho definiu esse período como o “Século de Prata”.⁴⁷ Em 1610 o tráfico de prata era ainda relativamente livre de empecilhos e as moedas fluíam para o norte em grande número. A fonte era sempre o Rio da Prata. O fato de Pyrard de Laval, um europeu culto e bastante viajado, se impressionar com a quantidade de moedas no Brasil é bem revelador do grande montante que ele deve ter visto.

Sobre a questão mencionada por Laval de se comprar moeda miúda de cobre em Portugal para as vender no Brasil, nunca pude encontrar qualquer vestígio dessa atividade. É aceitável que em se havendo muitas moedas de prata, principalmente de valor mais alto (peças de oito e quatro reales), a moeda de cobre se valorizaria um pouco, sendo portanto lucrativo comprá-las em Portugal para vendê-las na colônia. Todavia, se tal procedimento acontecia deve ter sido um fenômeno típico desse período, não sendo observado em outras épocas.

Para esse início do século, cabe perguntar como pode ter sido a circulação monetária. Se no século XVI o governo era o grande introdutor,

⁴⁵ François Pyrard de Laval. *Viagem de François Pyrard de Laval*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944. p. 375.

⁴⁶ Robert Southey. *História do Brasil*. Volume 2. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1977. p. 377.

⁴⁷ Isabel Marson. *Moedas e História no Brasil. 1500-1889*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989. p. 17.

através do pagamento a seus funcionários e a terceiros, seguindo aquele esquema braudeliano, no período de que agora tratamos o Estado Português parece ter perdido um pouco dessa função.⁴⁸

Já foi visto que os peruleiros passaram a desempenhar o papel de fornecedores de numerário. Eles se dirigiam basicamente para os portos comerciais. De Salvador e Recife, as moedas faziam seu caminho para o interior e para o norte da colônia.

Existe um documento do início do século, denominado *Ordenados e Emolumentos dos Offícios e Cargos do Estado do Brasil*,⁴⁹ em que são relacionados os gastos com funcionários e tropas pelas diversas capitânias. O total de pagamentos montava em 37.170\$400 réis em dinheiro e 22.162\$800 réis em fazendas (artigos diversos). Essa relação mostra uma clara mudança para uma economia monetizada. Graças à monarquia dual e à ação dos peruleiros, a proporção dos pagamentos feitos em moeda aumentou consideravelmente ao longo de cinquenta anos. No período do primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza (1549-1553), de um total de 1201 pagamentos, apenas 345 foram feitos em dinheiro.⁵⁰ 700 pagamentos foram feitos em mercadorias e 156 em resgate.⁵¹ Portanto, de um total de 28% de pagamentos feitos em moedas nos meados do século XVI passou-se para 62% de pagamentos feitos dessa forma por autoridades governamentais no começo do século seguinte e tudo isso com aumento de gastos administrativos. O depoimento de Pyrard de Laval, assim como a relação de pagamentos apresentada, demonstram que a colônia estava bem abastecida de numerário.

Assim, no século XVI enquanto a entrada de moedas no país se fazia através do pagamento de funcionários públicos e de subsídios ao clero, no século seguinte a maior parte do numerário entrava principalmente através

⁴⁸ Fernand Braudel. *Civilização Material e Capitalismo*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 401.

⁴⁹ *Livro Primeiro do Governo do Brasil. 1607-1633*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1937. p. 67.

⁵⁰ Alexander Marchant. *Do Escambo à Escravidão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. p. 79.

⁵¹ Marchant notou que o termo resgate tinha algum significado na época que não pôde ser esclarecido, designava, portanto, alguma forma de pagamento específica.

de peruleiros, ficando o governo como um fornecedor secundário. Certamente, nas transações entre particulares esses percentuais deveriam cair bastante.

1.4. ESCRAVOS POR PRATA

Um dos artigos mais lucrativos para serem colocados em Buenos Aires eram os escravos negros. Sua importância era tanta que as autoridades alfandegárias concordavam com frequência em esquecer as restrições administrativas para recebê-los. Sua presença não era tão importante no Altiplano mineiro. Ali, em Potosi e outros lugares, a mão de obra era basicamente livre. Um censo realizado em 1603 revelou que a força de trabalho se constituía de 4.780 mitaios, 11.020 mingas e 43.200 trabalhadores livres.⁵² Na Bolívia, escravos africanos eram muito mais usados como artistas e artesãos.

Buenos Aires continuou a ser um dos portos de entrada para escravos no Império Espanhol no sul da América Meridional, o que dá um novo significado à entrega de escravos em seu porto. Dali eles seriam enviados para diversas regiões. De lá partiam colunas de pessoas acorrentadas para serem vendidas em Santiago, Potosi, Córdoba e Tucuman. O Governador de Buenos Aires, Hernandierias, em carta ao rei da Espanha, afirmava que em três anos (1612-1615), saíram da cidade 4.515 escravos.⁵³ Dado que os espanhóis não tinham colônias na África e pouco praticavam o tráfico de escravos, isso os tornava dependentes de fornecedores externos como os portugueses. Em dado momento no ano de 1615 resolveu-se proibir o comércio de escravos negros a serem enviados para as minas. O regedor da cidade, ele mesmo contrabandista, argumentou que o comércio de escravos era necessário. Segundo Alice Canabrava:

⁵² Mitaio era o trabalhador nativo que durante certo período deveria prestar serviços para o Estado, segundo o modelo adotado pelos espanhóis copiado do governo inca. Minga era o trabalhador contratado para substituir um mitaio, sendo o seu salário pago por aquele. Robin Blackburn. *The Making of New World Slavery. From the Baroque to the Modern. 1492-1800.* London: Verso, 1997. p. 144.

⁵³ Daniel Schávelzon. *Buenos Aires Negra.* Buenos Aires: Emecé, 2003. p. 21.

Os argumentos de que se lançou mão, nessa ocasião, valem por uma apologia ao comércio de contrabando; proibir o comércio dos negros de arribada com as províncias interiores seria condenar o porto à ruína e, portanto, ameaçá-lo de novo despovoamento; resultaria ainda grave dano à Fazenda Real, pois somente o descaminho de negros rendia à Coroa uma soma 40 a 60 mil pesos, que se remetiam para Potosi, além da parte despendida com o pagamento de salários aos soldados do porto. A medida ainda iria atingir os comerciantes das províncias de Tucumán, Chile e Peru, que participavam do comércio de escravos como mercadoria de retorno, pois os vecinos do porto apenas podiam adquirir pequeno número deles, devido ao valor ínfimo dos produtos da terra.⁵⁴

Podemos ter uma idéia da amplidão territorial do comércio que se fazia por Buenos Aires apreciando os argumentos do regedor. Os principais rendimentos com o tráfico vinham do Alto Peru, mas Buenos Aires comandava toda uma rede que se estendia do interior da Argentina até alcançar o Chile. No caso específico dos escravos, eles se tornaram um dos artigos mais procurados no porto de Buenos Aires. E, ao longo do século, as elites mercantis coloniais sabiam muito bem que a venda de escravos seria uma forma segura de se obter moedas de prata e artigos de ouro.

E a prata e o ouro eram necessários para dar um maior dinamismo à economia. Todavia, sua quantidade não atendia à demanda que se fazia dela. Foi uma característica interessante do século XVII a de que a presença do dinheiro era sazonal. Assim, uma cidade poderia estar bem abastecida de numerário e quando viesse a frota ela seria “desabastecida” em função das compras que seriam feitas.⁵⁵ Inversamente, era observado que o navio que chegasse antes comprava e vendia melhor. Aproveitando o fato de que um grande volume de mercadorias estava estocado, os comerciantes do primeiro navio a atracar tinham mais facilidade para impor preços e fazer barganhas. Isso foi notado pelo autor espanhol do documento relacionado no *Livro Primeiro do Governo do Brasil*:

É necessário que se imponham penas pesadas ao navio que se afastar da armada pois assim serão poucos os que o farão. Assim se evitará a cobiça

⁵⁴ Alice Canabrava. Op. cit. p. 99.

⁵⁵ Essa característica pode ser observada mesmo em períodos mais abonados em termos de moedas. Assim, mesmo no Rio de Janeiro da década de 1720, era observado que após a partida da frota a cidade se esvaziava de moedas, tornando a se abastecer à medida que as tropas de mulas das Minas Gerais chegavam.

que os faz querer chegar antes dos outros para vender suas mercadorias. Esta artimanha será diminuída se Sua Majestade além de lhes dar o castigo adequado ao navio que se afastar da frota ...⁵⁶

Assim, haveria uma tendência de melhores negócios, que obviamente envolveriam moedas, no momento imediato da chegada das frotas e com os navios que aportassem primeiro. A distribuição do dinheiro era bastante desigual. Além da questão da sazonalidade, as moedas tendiam a escassear à medida que se afastava dos grandes portos. Maria Bárbara Levy já havia notado que o comércio com Buenos Aires rendia moedas para as capitânicas que estivessem mais aptas e que fossem economicamente mais competitivas. Segundo ela “esta abundância metálica é localizada apenas ao longo da rota comercial”.⁵⁷ Isto significava os portos e as regiões circunvizinhas. Brandônio, em uma passagem do seu livro *Diálogos das Grandezas do Brasil* faz comentários sobre os portos receptores bem como sobre o destino final das moedas.

Do Rio da Prata costumam a navegar muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quatro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavrar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão, e ouro lavrado em cadeias, os quais aportam com estas cousas no Rio de Janeiro, Baía de Todos os Santos e Pernambuco, e comutam as tais cousas por fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando toda a prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam carregados das tais fazendas a fazer outra vez viagem para o Rio da Prata. E ainda os moradores assistentes na terra se interessam também nesta navegação com não pequena utilidade, e dos tais peruleiros se deixam também ficar alguns na terra, que dão o seu dinheiro por letra, ou compram assúcares, ou o levam consigo para Portuga.⁵⁸

O livro de Brandônio foi publicado em 1618, portanto, nesse período já se utilizavam navios de maior porte, sugerindo que o comércio com o Prata

⁵⁶ Sempre que se proceder à atualização ortográfica de algum documento o trecho original será apresentado na nota, antecedendo à referência. “he nesessario ponha grandes pennas ao navio que se apartar da dita Armada por que assy não for há de aVer muytos que Com quoaquer ocazião de tempo oBrigados da Cobisa de maginar que Com chegar primeiro que Esta frota Vendera melhor suas drogas por ser dos primeyros. Esta malisia se pode atalhar com mandar Vmgde que alem de lhe dar o Castigo que lhe pareser o navio que se apartar da frota...”. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1937. p. 39.

⁵⁷ Maria Bárbara Levy. Op. cit. p. 76

⁵⁸ Brandônio. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Apud: Alice P. Canabrava. Op. cit. p. 122.

tivesse se tornado um pouco mais aceitável.⁵⁹ Novamente os portos definidos são aqueles do comércio com açúcar, onde se acumulavam os capitais disponíveis. É interessante notar que os peruleiros não transportavam apenas moedas, mas ainda prata trabalhada e em pinha. Traziam ainda ouro, apesar de que em quantidade menor que a prata e em que pese o fato de que Peru e Bolívia praticamente não produziram moedas de ouro no século XVII.⁶⁰

A segunda década do século XVII parece ter sido o período áureo do comércio com Buenos Aires. Charles Boxer, citando Ruiter, assinala para o ano de 1618 de quarenta a cinquenta pequenos navios deixando Buenos Aires anualmente com destino ao Brasil, transportando 120.000 reais.⁶¹

Um dado que o livro de Brandônio deixa entrever, mas que não pude encontrar indícios mais consistentes, é que alguns peruleiros poderiam acumular algum dinheiro e, feito isso, desistir do negócio se dedicando a outras atividades. Isso fazia sentido quando lembramos que essa atividade era, pelo menos em princípio, ilegal e sujeita a riscos. Brandônio afirma que alguns deles após algum tempo ficavam no Brasil, dedicando-se uns a negociar com açúcar e outros a levar a prata acumulada para Portugal a fim de gozarem uma aposentadoria ou se dedicarem a outro negócio. Esse processo deve ter se iniciado cedo, pois que Veríssimo Serrão cita um memorial de autoria de Pero Ruiz Soares em que é relatado um ataque inglês a um navio que saía do Brasil para Portugal carregado de açúcar e fazendas dos peruleiros, cuja perda foi orçada em 90.000 cruzados.⁶²

⁵⁹ A vigilância das autoridades espanholas em torno do contrabando parece ter se alternado, ora em períodos de maior rigor ora em períodos de grande tolerância, dependendo tanto de circunstâncias políticas na Europa quanto na vontade administrativa que se manifestava na América.

⁶⁰ Cf. Michel Amandry. *Dictionnaire de Numismatique*. Paris: Larousse, 2001. As ordens para o ouro é que ele deveria ser embarcado o mais rapidamente possível para a Espanha. Segundo Alice Canabrava: “A preponderância da prata nas exportações de metal para o Brasil, se explica pelo maior contacto com a praça de Potosi, como pela ordem da metrópole para que se não fizessem pagamentos em ouro, que devia ser remetido na sua totalidade para a metrópole”. Esse deve ser um dos motivos para a pequena quantidade de ouro cunhada no século XVII no Peru e na Bolívia. Alice Canabrava. Op. cit. p. 144.

⁶¹ Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola*. p. 91.

⁶² Veríssimo Serrão. Op. cit. Volume IV. p. 203.

Ou seja, eram as capitanias mais ricas, que podiam comprar artigos europeus que depois seriam vendidos em Buenos Aires que se mantinham ativas no negócio peruleiro, fornecendo o essencial em capital e pessoal para a atividade. Foi no primeiro quartel do século XVII que o intercâmbio entre Buenos Aires e Brasil atingiu o ápice, segundo Canabrava: “...foi Salvador o principal centro desse intercâmbio, o que se explica pelo florescimento da indústria açucareira e pela maior concentração de capitais na sede da colônia portuguesa”.⁶³

Desse comércio que rendia moedas os maiores beneficiários eram em primeiro lugar Salvador e Recife, sedes de capitanias ricas que possuíam cacife para comerciar e Rio de Janeiro, porto que em função dos lucros com o açúcar podia adquirir alguma quantidade de bens para o tráfico com o Prata. O Rio para compensar a pobreza relativa, tinha a vantagem de estar mais próximo do Rio da Prata. Southey menciona que devido a essa proximidade, ao invés de se embalar o açúcar em caixas os comerciantes do Rio o embalavam em couros.⁶⁴

1.5. O PÉRIPO DE DOIS PERULEIROS

Existe um caso documentado de dois peruleiros espanhóis que ilustra bem essa movimentação de dinheiro e cargas. A relação de documentos exposta no *Livro Primeiro* se debruça principalmente sobre o Espanhol Pero Valdez, mas a documentação é bastante sugestiva e uma parte dela tem de ser complementada através de conclusões sobre os aspectos onde ela se cala. O episódio envolvendo os peruleiros exigiu um trabalho aos moldes do que Ginzburg definiu como *paradigma indiciário*,⁶⁵ método em que os traços/ vestígios encontrados nas fontes, nem sempre claros em si, são confrontados com outros, oriundo de outras fontes, de modo a que se possa romper com

⁶³ Alice P. Canabrava. Op. cit. p. 123.

⁶⁴ Robert Southey. Op. cit. Vol. II, p. 378.

⁶⁵ Cf. Carlos Ginzburg. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. Não que esses princípios não tenham sido observados em outros momentos da tese, mas especialmente nesse caso, o diálogo com as sugestões de Ginzburg foi bastante profícuo.

sua opacidade. È o tipo de leitura analítica que exige atenção aos mínimos detalhes. Foi o que se procurou realizar de maneira mais detida aqui.

A contenda começa com a presença de dois castelhanos, Pero Valdez e Jacome da Rosa, em Olinda, aonde foram pedir ao Governador Gaspar de Sousa, um antigo conselheiro de Filipe III, uma autorização para fretar um navio para ir às “Índias” comerciar. O governador Gaspar de Sousa aceitou por escrito e os espanhóis se apressaram em levantar dinheiro pela cidade para conseguir mercadorias para trocas. Eles conseguiram mais de mil patacas (320\$000 réis) e fretaram um navio para sua viagem.

Em seguida eles são localizados no Rio de Janeiro e aí a confusão começa. Eles já haviam realizado sua viagem e deveriam estar voltando para o Porto do Recife, se tudo estivesse ocorrendo a contento. Mas devido a uma tempestade tiveram de parar no Rio, provavelmente para reparar o navio. Ali as autoridades puseram os olhos na dupla e houve uma ação para prendê-los e confiscar suas mercadorias.

Foi apurado, não se sabe como, que os espanhóis tinham intenção de evitar o Brasil e fugir com as compras de sua viagem para Sevilha, na Espanha. A chegada do temporal e a parada no Rio de Janeiro, como se viu, vieram a atrapalhar os planos deles.

Muito bem, acredito que as “Índias” para onde eles se dirigiam signifique, na verdade, Buenos Aires. Digo isto baseado no fato de que, o comércio direto entre Brasil e as colônias portuguesas na Índia era bastante eventual. Uma viagem do Rio e Salvador para Buenos Aires levava de dez a quinze dias,⁶⁶ enquanto que a rota entre Brasil e Índia consumia bem mais de um ano. O Rio de Janeiro, além disso, se situa na rota de retorno de Buenos Aires para o Norte. Além disso, o que eles compraram no seu destino é conhecido, vem descrito como “couramas e outras fasemdas”. O carregamento básico, portanto, foi couro. Ora, o lugar onde se poderia obter couro era justamente Buenos Aires e na Índia não se obtinha esse artigo.⁶⁷

⁶⁶ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 110.

⁶⁷ Kirti Chaudhuri. *O Comércio Asiático*. In: *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2. Navarra: Círculo Leitores, 1998. p. 201.

Acredito, também, que houvesse prata envolvida. Navios brasileiros em Buenos Aires significavam, quase sempre, contrabando e as pessoas envolvidas nunca se sentiam dispostas a assumir o carregamento ilegal. Em tudo que tratava de contrabando as autoridades coloniais portuguesas eram extremamente reticentes. No caso de Valdez e de Rosa, a própria ausência de documentos que não sejam os relativos ao Império Colonial português parece sintomática. O Governador, bem como outras autoridades, pode ter estado envolvido.⁶⁸ Ele autorizou a viagem pessoalmente e quando da fuga da dupla espanhola passou a demonstrar uma grande preocupação em apanhá-los. No precatório que dirigiria a Angola ele pede todo “segredo, diligência e brevidade possível” para prender os espanhóis.⁶⁹ Mais, o governador nunca explica o caso em detalhes, ele apenas usa sua autoridade afirmando que possui documentos devastadores contra os espanhóis mas deixando claro que nunca os exibirá, provavelmente por estar ele próprio comprometido. Ele escreve: “...como tudo me constou dos ditos papéis que ficam em meu poder não querendo dar satisfação às partes do que me foi feito queixa pois por minha autoridade e licença se fez o dito fretamento”.⁷⁰

O Governador Gaspar de Sousa foi muito bem recomendado por Frei Vicente do Salvador, que considerava ele um governante muito trabalhador e atento a detalhes.⁷¹ Todavia muitas outras pessoas viam o governador com desconfiança. O Escrivão da Junta, Farto da Costa, não hesitou em apontar o governador como cúmplice de plantadores de cana para fraudar impostos. Francis Anthony Dutra em sua tese de doutorado afirma que Gaspar de Sousa passou tempo demais em Pernambuco, ao invés de permanecer em Salvador capital do Estado do Brasil, onde deveria permanecer. Segundo Dutra, as possibilidades de enriquecer em Pernambuco eram muito maiores, dado que era uma capitania rica e relativamente pouco vigiada por Lisboa.

⁶⁸ Não seria a primeira vez. O Padre Raphael Galanti sugeria que o Governador Dom Francisco de Souza fazia a mesma coisa durante seu governo. Raphael Galanti. *História do Brasil*. Volume I. São Paulo: Duprat, 1911. p. 361-362.

⁶⁹ “segredo, diligencia e brevidade posivel”. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. p. 145.

⁷⁰ “...como tudo me constou dos ditos papeis que ficão em meu poder não querendo dar satisfação aspartes do que me foi feito queixa pois por minha autoridade e lisemsa se fes o dito fretamento”.Idem.

⁷¹ Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931. p. 465.

Além disso, havia grandes lucros que poderiam ser obtidos na conquista do Rio Grande do Norte que se operava então.⁷² Para além das que foram registradas pela história, tudo leva a crer que o governador estivesse envolvido em outras atividades.

Voltando aos espanhóis, os dois conseguiram escapar. O provedor de defuntos e ausentes do Rio de Janeiro passou a rondar os dois e ouviu conversa de prisão e confisco da carga. Todavia, os espanhóis, “por manhas e invenções”⁷³, conseguiram um navio e fugiram para Angola.

Imagino que Valdez e da Rosa subornaram pessoas no Rio. Para começar, os couros e fazendas que adquiriram com o dinheiro de Pernambuco desaparecem dos registros e não foram levados na viagem para a África. O dinheiro que traziam com eles foi, sem dúvida, usado para comprar os ditos couros e fazendas, mas eles possuíam bem mais pois compraram mantimentos e pagaram tripulação, além de ter conseguido escapar para a África. Manhas e invenções deve significar dinheiro trocando de mãos. O governador deixa entrever isso quando escreveu que os espanhóis usaram de “artimanhas e outras invenções com o que conseguiram o dito dinheiro e, logo após, fugiram”.⁷⁴

Mas, uma vez em Angola, a sorte da dupla acabou. O Ouvidor Manoel Soutomaior conseguiu prender Valdez em 17 de fevereiro de 1617. De Rosa conseguiu escapar. Valdez foi colocado na cadeia de Luanda aos cuidados do Carcereiro Belchior. A carga do navio dos dois foi apreendida. O carregamento era composto de produtos típicos do Brasil que com certeza foram adquiridos no Rio de Janeiro com a prata de Buenos Aires. Eles haviam embarcado 1.039 alqueires de farinha de mandioca (o que perfazia por volta de trinta e sete toneladas) e sete arrobas (105 quilos) de conservas definidas como “do Brasil”, alocadas em barris.

⁷² Francis Anthony Dutra. *Matias de Albuquerque. A Seventeenth-Century Capitão-Mor of Pernambuco and Governor-General of Brasil*. Ann Harbour: Univ. Microfilms Int., 1968. p. 207-210.

⁷³ “por manhas e invenções”. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. p. 145.

⁷⁴ de “peitas e outras invenções de que usarão ouverão asin o dito drº con o qual fugirão”. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. p. 145.

Valdez parecia ter contatos anteriores em Luanda pois que rapidamente conseguiu fiadores: o Tanoeiro Simão Ferreira, morador da praia, e Antônio Henriques, os dois moradores de Luanda. Porém, se Valdez conseguiu fiadores não conseguiu a liberdade e continuou preso. Em 14 de abril, foi definido que Valdez seria embarcado de volta a Pernambuco para enfrentar a justiça real e a ira de seus desafetos. No dia oito de maio foi definido o navio no qual embarcaria, que seria o Nossa Senhora de Nazaré, sob o comando do Capitão Luís Ribeiro.

No dia 29 de maio surgiu o motivo da viagem dos espanhóis a Angola. Foi relatado que Valdez e de Rosa haviam comprado catorze escravos. É um outro indicador muito claro de que eles chegaram com dinheiro do Rio de Janeiro. Imagino que eles pretendiam comprar mais antes de partir. Catorze “peças” é um número pequeno de escravos para serem embarcados. Os carregamentos da época apontam para números maiores. Todavia foram interrompidos pelas autoridades coloniais portuguesas. Os custos processuais foram orçados em 3.762 réis, além de quatro panos e dois libongos.⁷⁵ Ao fim, Pero Valdez foi embarcado, junto com os escravos que havia comprado, para o Brasil.

Parece-me que Valdez e de Rosa pretendiam comprar escravos em Angola para vendê-los em Buenos Aires. Eles certamente iriam vender os escravos em algum lugar. No Brasil parece complicado, uma vez que havia processo correndo contra eles e as autoridades portuguesas estavam mais do que alertadas contra os dois. Em Buenos Aires, por outro lado, além da venda ser lucrativa, como já foi visto, ficava fora do âmbito colonial português. Foi visto que o seu destino original era Sevilha na Espanha, como relataram no Rio de Janeiro. É certo que se sentiam seguros fora do mundo português. A história de Valdez e de Rosa é complexa e só passa a fazer sentido quando se inclui nela, Buenos Aires e a prata boliviana. Temos dois peruleiros incomuns. Tentaram enganar as pessoas que os financiaram

⁷⁵ Libongo era uma espécie de pano que corria como moeda. L. Rebelo de Sousa. *Moedas de Angola*. Lisboa: Bertrand, 1967. p. 32

e se deram mal. Sua viagem ilustra aquele complexo seiscentista de viagens entre Brasil, Rio da Prata e Angola.

1.6. ARTIMANHAS MONETÁRIAS

Enquanto isso, as moedas de prata continuavam chegando. Na década de 1620 o contrabando continuava ativo e lucrativo, se bem que talvez com menos intensidade que na década de 1600. Da década de vinte existe um relatório escrito em Buenos Aires no qual o autor se queixa de que os portugueses levavam “mantimentos, gêneros de boca proibidos e prata oculta”.⁷⁶ Alice Canabrava recolheu um raro testemunho de um contrabandista da época. Em que pese que o indivíduo, Acarète du Biscay, era francês e sua base de atuação era a Europa, seus métodos deviam ser bem parecidos com os dos contrabandistas luso-brasileiros.

Enquanto estava na Europa, du Biscay se dirigiu ao Porto de Cadiz na Espanha. Lá conseguiu embarcar em um navio espanhol se fazendo passar por sobrinho do capitão a fim de esconder sua nacionalidade. Chegados a Buenos Aires desembarcaram em uma ilha deserta as mercadorias sem licença. Enquanto isso ofereciam um rico presente ao governador. As mercadorias proibidas eram, então, vendidas ocultamente. Para maior segurança, se providenciava autorizações falsas. De volta de Potosí, aonde foi vender mercadorias, du Biscay transferiu sua prata para um bote escondido a vinte cinco quilômetros de Buenos Aires no Rio Lujan. Depois que os oficiais da alfândega visitavam o navio e o liberavam, este se dirigia ao local e a prata era embarcada. A artimanha valia tanto para navios que iam para o Brasil quanto para Angola⁷⁷

Robert Southey menciona uma artimanha interessante. Os fiscais iam visitar o navio que estava de partida e antes de sua chegada se amarravam sacos com a prata nas âncoras. Como estas ficavam submersas quando o

⁷⁶ “... heneros de boca gênero prohibido y plata oculta”. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. p. 156

⁷⁷ Alice Canabrava. Op. cit. p.128. Gutman e Hardoy situam a viagem de Biscay nos anos de 1658 e 1659. Margarita Gutman. Jorge Enrique Hardoy. *Buenos Aires*: Madrid: Editorial Mappre, 1992. p. 36.

navio estava parado ninguém via as moedas. Os fiscais (se fossem honestos) davam o seu aval e o navio levantava as âncoras com a prata e partia.⁷⁸

Esse esquema de presentes para autoridades, papelada falsa e embarques escondidos deveria se repetir na ação de contrabandistas brasileiros. Canabrava menciona também que a carga poderia ser embarcada e desembarcada em estâncias⁷⁹ situadas próximas da costa. Uma dessas estâncias, de propriedade de um certo Sebastian de Orduña, tornou-se célebre como ponto de contrabando.⁸⁰

A década de 1620 viu também um grande aumento na proporção das moedas argêntas utilizadas pela administração colonial portuguesa. Pesquisas recentes no naufrágio do navio São José que levava o polêmico Vice-Rei da Índia, Dom Francisco da Gama, Conde de Vidigueira, para o seu novo posto, trouxeram à tona uma grande quantidade de moedas. Do navio que naufragou em Moçambique, aonde se reabastecia em 1622, foram retiradas pelo menos doze mil moedas. A quase totalidade desse montante se constituía de pratas espanholas, embarcadas para cobrir os custos de particulares e da administração na Índia Portuguesa.⁸¹

1.7. PORTUGUESES EM UM IMPÉRIO ESPANHOL

Para além das moedas enviadas para a Ásia, a União Ibérica abriu grandes possibilidades para portugueses se instalarem em diversas partes do império colonial espanhol. Na própria Espanha metropolitana havia muitos portugueses na Galícia e na rica Sevilha, destino das frotas da América, e um quarto da população era de portugueses.⁸² Além disso em todas as grandes cidades do império espanhol havia colônias de portugueses, geralmente cristãos novos, que faziam negócios e azeitavam o comércio com Portugal e Brasil. No caso específico do Prata é certo que para além de uma profunda complementaridade econômica, o comércio da prata entre Brasil e

⁷⁸ Robert Southey. Op. cit. Vol 2. p. 377.

⁷⁹ Estância é a denominação usual de fazenda na Argentina.

⁸⁰ Alice Canabrava. Op. cit. p. 128.

⁸¹ www.arg.de/english/mainindex.htm Consultado em 02/04/08. Notar que o total de moedas embarcadas era muito maior.

⁸² Veríssimo Serrão. Op. cit. p. 268.

Buenos Aires foi apoiado pela afinidade étnica entre as duas comunidades envolvidas.

Segundo Russell-Wood:

Os emigrantes portugueses para cidades da América espanhola dão-nos uma perspectiva diferente quanto aos problemas da integração, assimilação e identidade nacional. Nos séculos XVI e XVII, Vera Cruz, Cartagena, Lima e Buenos Aires contavam com comunidades portuguesas de imigrantes, invariavelmente envolvidas no comércio, mas Buenos Aires era o único refúgio onde estavam livres de perseguições religiosas. Muitos comerciantes portugueses haviam fugido para Buenos Aires para escaparem à Inquisição em Portugal ou às investigações inquisitórias que ocorriam no Brasil. As composições sociais e as atitudes das sociedades anfitriãs espanholas eram diferentes. Por exemplo, enquanto em Lima, Vera Cruz ou Cartagena os crioulos eram brancos e se consideravam como espanhóis, em Buenos Aires os crioulos reconheciam-se como mestiços e mantinham-se separados tanto dos espanhóis como dos índios. Em 1643 existiam entre 108 e 144 chefes de família portugueses em Buenos Aires. Na sua maioria, eram colonos. Não obstante manter os seus interesses comerciais, a elite também investia na terra e atingia um alto grau de assimilação econômica.⁸³

Para facilitar ainda mais as coisas, havia esse aspecto de Buenos Aires ser um centro, digamos, periférico, com pouca vigilância para com estrangeiros e cristãos-novos. Em Buenos Aires, era muito mais fácil para um estrangeiro recém chegado se integrar na sociedade e progredir. Dessa forma, o comércio ilegal podia prosperar sem pressão em demasia.

Buenos Aires tinha um ambiente mais acolhedor para os imigrantes portugueses do que as outras cidades da América Espanhola. Não só não eram perseguidos religiosamente, nem incomodados pela comunidade mercantil anfitriã, como também não tinham de sofrer o antagonismo revelado pelos pais crioulos de outros locais, que se opunham fortemente ao casamento das filhas com imigrantes portugueses. Em Buenos Aires, as diferenças entre os espanhóis e os crioulos eram tais que distraíam as atenções sobre os recém-chegados portugueses, e estes, no seu papel de minoria intermediária tiveram a possibilidade de se instalar num vazio para mais tarde, com pouca oposição, realizarem a transição da posição de intermediários para as posições dominantes na sociedade portenha.⁸⁴

Caldeira cita uma carta irada de um vice-rei espanhol que reclamava:

⁸³ A. J. R. Russell-Wood. "Políticas de Integração e Fixação". In: Francisco Bethencourt (org.). *História da Expansão Portuguesa*. Volume II. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 144-145.

⁸⁴ Idem p. 145.

Nas Províncias do Paraguai, Tucumán e Rio da Prata houve muita desordem, porque estão muito povoadas de portugueses que negociam com o Brasil, e esta é a origem do dano de que se queixa sua majestade, que a prata do Peru vá ao Brasil e do Brasil vá a Holanda e em virtude dessa negociação vêm muitos navios de negros e mercadorias que vêm do Brasil, que levam o dinheiro ao Brasil e barateiam as mercadorias de Potosi, de que se queixa o comércio de Sevilha.⁸⁵

Os portugueses, espalhados pela Província de Buenos Aires facilitavam o transporte e a venda dos produtos colocados pelos peruleiros no mercado. Alojados até mesmo em Lima,⁸⁶ capital do vice-reinado, os portugueses emigrados usavam seus conhecimentos mútuos para impor um controle ainda maior sobre o fluxo de prata. Segundo Canabrava:

...além da penetração comercial, metódica e contínua desde a colonização definitiva do estuário, realizaram ao mesmo tempo um movimento de imigração e povoamento nas terras do Vice-Reino do Peru, que constitui mais uma prova do extraordinário dinamismo da gente de língua portuguesa nesse período. Ao mercador sucedeu o povoador e, ao nosso ver, é essa obra pacífica de povoamento, que explica em grande parte o sucesso da conquista dos mercados platinos pela burguesia lusa no século XVII.

Contando com elementos de sua nacionalidade, não somente no porto de Buenos Aires, mas em todos os recantos do vice-reino, muitos deles desempenhando cargos administrativos que constituíam posições-chave para o sucesso das empresas clandestinas, puderam eles desenvolver com relativa facilidade uma vasta empresa comercial que explorava os melhores mercados do vice-reino peruano.⁸⁷

Os portugueses no Peru, além de exercerem um grande controle do comércio que se fazia rumo ao sul também parecem ter exercido uma grande influência na rota que se dirigia ao norte em direção ao Panamá. Em 1619 os portugueses possuíam ou pilotavam 18 navios da marinha mercante peruana.⁸⁸

Braudel apreciou essa rede de relações de forma clara. Segundo ele, o grandioso esquema das colônias de portugueses comerciando e vivendo pelo

⁸⁵ Jorge Caldeira *O Banqueiro do Sertão*. Vol I. São Paulo: Mameluco, 2006. p. 380.

⁸⁶ A presença dos portugueses ali pode ser rastreada até o século XVI.

⁸⁷ Alice P. Canabrava. Op. Cit. p. 157.

⁸⁸ James Lang. *Portuguese Brazil. The King's Plantation*. London: The Academic Press, 1979. p. 93.

império espanhol, agenciando a entrega de moedas para Portugal e seu império, dependia de uma série de fatores e, por isso mesmo, era frágil.

Centralizado em Lisboa, estendido às duas margens do Atlântico, africana e americana, ligado ao Pacífico e ao Extremo Oriente, o sistema português é uma imensa rede que se expande pelo Novo Mundo em dez ou vinte anos. Esta viva expansão é forçosamente um fato de importância internacional. Sem ela, talvez Portugal não se teria restaurado em 1640, isto é, não teria recuperado sua independência diante da Espanha. Explicar a restauração, como se faz habitualmente, pelo surto do açúcar brasileiro não poderia, de todo modo, ser suficiente. Aliás, nada nos garante que o ciclo do açúcar brasileiro não esteja ele próprio ligado a essa opulência mercantil. Também nada nos garante que esta não tenha concorrido para a glória um tanto breve da rede dos sefardins, tanto em Amsterdam como em Lisboa e Madri. A prata clandestina de Potosi, graças aos cristão-novos portugueses que emprestavam a Felipe IV, o rei Planeta, juntava-se deste modo à prata oficial que desembarcava legalmente nos cais de Sevilha. Mas o vasto e frágil sistema deveria durar apenas algumas décadas.⁸⁹

⁸⁹ Fernand Braudel. *Civilização Material e Capitalismo*. Vol 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 137.

2. O ATOLEIRO DA FLANDRES E O DINHEIRO DO BRASIL

O confronto que opunha a Espanha à Holanda provocava enormes gastos entre os contendores. Com os custos da guerra aumentando ano a ano e com um sistema de crédito baseado na moeda metálica o meio circulante do império colonial luso-espanhol iria sofrer fortes pressões em prol do socorro da Bélgica.

Em sua busca de recursos para sustentar a luta, a Espanha iria recorrer a diversos artifícios e expedientes. O esforço militar espanhol, aliado à crença de que Portugal e seus domínios passavam a ocupar uma posição secundária, atacados pelos holandeses e subordinados a outras prioridades impostas por Madri levaram ao rompimento de 1640 entre os países ibéricos.

2.1. UM GENERAL GENOVÊS DESCOBRE A PRATA AMERICANA

Quando a união das duas coroas ibéricas foi realizada em 1580, a sublevação dos protestantes dos Países Baixos contra seus senhores espanhóis já durava doze anos. Na visão dos estadistas de Madrid, a incorporação de Portugal tinha aspectos importantes e diretos no desenrolar da guerra, pois agora poderiam negar aos holandeses acesso ao comércio com Portugal, que controlava o maior império colonial europeu na Ásia.⁹⁰

A guerra correu pelo fim do século XVI e pelo começo do seguinte com a sorte pendendo de um lado para o outro. De início os espanhóis levavam vantagem. Tinham as melhores tropas da Europa e um comandante hábil na pessoa do Duque de Parma, sobrinho de Felipe II. Na verdade, durante a década de 1580, os espanhóis estiveram perto da vitória final por diversas vezes.

⁹⁰ Manoel Maurício de Albuquerque. *Pequena História da Formação Social Brasileira...* Op. cit., p. 78.

Mas a vitória não chegou. Os holandeses construíram um moderno sistema de fortificações defensivas, aproveitando seus canais e diques, que era quase impenetrável e, privados do comércio com o Oriente, passaram a desenvolver uma tremenda marinha mercante e de guerra, que passaria a atacar frotas e colônias luso-espanholas.⁹¹ Seu complexo financeiro e mercantil era o mais avançado da Europa e era capaz de enfrentar uma guerra prolongada.

Utilizando essas vantagens, os holandeses começaram a impor sucessivas derrotas aos espanhóis. Um preocupado governo espanhol passou então a uma política de concessões. A parte sul dos Países Baixos, a atual Bélgica, foi entregue à filha de Felipe II, a Princesa Isabela, e a seu marido, o Arquiduque Alberto da Áustria. A Bélgica, teoricamente, passava a ser um país à parte do Império Espanhol. Mas, por detrás dessas manifestações, os cordões do poder continuavam claramente sendo manejados da Espanha enquanto o país continuava ocupado por tropas espanholas empenhadas na guerra contra a Holanda, atacando-a pelo sul. A Bélgica permaneceu uma possessão espanhola fiel até sua separação no início do século XVIII.

Entre cerca de 1597 e 1603, a guerra foi uma fieira de desastres para os espanhóis. Tudo isso mudou no último ano, quando chegou ao teatro de operações um novo general que nunca havia visto uma batalha. Ambrósio Espínola era genovês, de uma família rica de banqueiros. Depois que assumiu o comando ele passou a derrotar os holandeses em sucessivas batalhas e cercos.

Espínola pôde perceber que qualquer esperança de vitória repousava em dois fatores. O primeiro era a tremenda qualidade da infantaria espanhola, que tendo ele no comando, podia operar milagres contra o complexo defensivo holandês. O segundo fator que Espínola deixou claro a todos era o dinheiro retirado da Espanha ou da América.

⁹¹ Naquele tempo não havia diferenças definitivas entre navios de guerra e mercantes. Era comum navios mercantes levarem canhões, enquanto que navios de guerra, algumas vezes, podiam fazer o transporte de cargas mais preciosas. Cf. Brian Lavery. *Ship*. London: National Maritime Museum, 2004.

Segundo ele, soldados sem comida e pagamento fornecidos com regularidade são antes um elemento de fraqueza e desordem, não de força.⁹² Ou seja, sempre havia o perigo de motins, quando a soldadesca partia sobre a população civil a fim de conseguir seu sustento, o que do ponto de vista do governo era profundamente desestabilizador. O próprio Espínola tinha comprometido sua enorme fortuna no pagamento de tropas mercenárias para segurar a situação no campo. Por duas vezes ele esteve na Espanha para pleitear ajuda na campanha. Nessas duas ocasiões ele pôde testemunhar que o país se encontrava empobrecido pelas necessidades inexauríveis da guerra.⁹³ A Região de Castela, cujos comerciantes e camponeses sustentavam a guerra através de impostos pesados, não poderia ser tosquiada por muito mais tempo.⁹⁴ As esperanças passariam cada vez mais a se concentrar no transporte incerto dos tesouros do Novo Mundo.

Espínola, depois de empenhar sua enorme fortuna, concluiu:

Deus, Vossa Majestade e todo o mundo serão minhas testemunhas de que fiz tudo o que pude. Mas eu sou apenas um homem e não tenho recursos para sustentar um exército.⁹⁵

Altos custos humanos e econômicos convenceram os dois lados a assinar uma trégua. Ela foi iniciada em 1609, devendo durar doze anos. Portanto, a luta se reiniciaria em 1621.⁹⁶

⁹² <http://www.uni-mannheim.de/mateo/camenaref/cmh/cmh316.html>

Consultado em 14/09/2007. Neste site encontramos um resumo da história da Europa no período.

⁹³ Idem. No original: “His two visits to Spain had opened his eyes to the exhaustion of that country; and he saw that continued and sufficient resources could not be found there”.

⁹⁴ Paul Kennedy. *Ascensão e Queda das Grandes Potências. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 59

⁹⁵ Apud *Enciclopédia Universal Ilustrada. Tomo LVIII*. Madrid: ESPASA CALPE S.A., 1927, p. 833. Quando Espínola retornou à Espanha ele atravessou a França e Luís XIII lhe perguntou como poderia vencer os protestantes sublevados na cidade costeira de La Rochelle. Espínola lhe respondeu que era necessário fechar o porto e abrir a bolsa. É mais uma demonstração de como dinheiro e guerra andavam juntos no século XVII.

⁹⁶ Havia uma percepção na Holanda de que a paz poderia ser prejudicial e que o melhor a fazer era deixar a guerra prosseguir. Um dos argumentos era justamente a grande lucratividade da guerra naval. Na facção pró-guerra figuravam o Staathouter Maurício de Nassau (não confundir com o governador homônimo do Brasil), a maioria dos almirantes e generais e o clero calvinista. Na facção pró-trégua se alinhavam o Estadista Odenbarnevelt, o corpo de conselheiros municipais e a maior parte da população.

<http://www.authorama.com/history-of-holland-10.html>

Caldeira observou que:

Quando faltou o apoio para dividir as despesas entre as várias coroas, os olhos voltaram-se para o método tradicional: a prata do novo continente seria o sangue para irrigar e alimentar o conjunto de territórios fragmentados e em guerra. Quando se desataram os conflitos, a esperança era a de que a descontinuidade terminasse e as partes se juntassem num único corpo, cuja cabeça ficava em Madrid. Mas, quando se percebeu que a realidade não estava obedecendo às expectativas, a prata da América tornou-se fundamental para manter a fluida ligação entre as partes desconexas de um império em crise financeira.⁹⁷

A prata da América possuía vantagens extraordinárias, pois se tratava de um rendimento que não era direcionado por tradição, além de só ser trazido em espécie. Há que se lembrar que a Espanha chefiava um império mutinacional. A tendência constante e esmagadora era o tributo obtido em uma região ser, obrigatoriamente, aplicado localmente. Caldeira assim explica essa prática:

...estes rendimentos vinham na forma de prata – e podiam ser gastos sem vinculações, ao contrário da maioria das receitas metropolitanas internas, obtidas com tributos tradicionais, e associadas a gastos também tradicionais. Sendo assim, a prata americana era o verdadeiro elemento garantidor da ação universal da extensa monarquia, pois podia ser diretamente transferida para o ponto do vasto império onde se fizesse mais necessária. Nos momentos de fatura, a imaginação era o limite para estas transferências.⁹⁸

As pressões sobre o meio circulante colonial devem ter aumentado muito na década de 1620. Já em 1625 o *asiento* para o fornecimento de dinheiro para a Flandres foi entregue para cristãos novos, possuidores de fortes contatos tanto em Lisboa quanto em Amsterdam. Tal fato pode ter aumentado, ainda que de forma indireta, o desvio as moedas coloniais.

Há ainda outra consideração que precisa ser feita sobre a circulação monetária seiscentista. Parte da movimentação financeira era feita por letras de câmbio. Todavia, como observou Geoffrey Parker, o base de todo o sistema de crédito era o metal sonante. Havia limites para a utilização de

⁹⁷ Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão. Vol. I...* Op. cit., p. 280.

⁹⁸ Idem. p. 212.

letras e havia ocasiões em que elas não podiam ser usadas e uma parte da movimentação financeira tinha de ser feita obrigatoriamente em moedas.

Essa constatação é válida para o panorama atlântico português. Ao fim, não havia como fugir do “dinheiro de contado”. E essas transferências monetárias devem ter aumentado em épocas de paz, quando era mais seguro enviar dinheiro pelo Atlântico.⁹⁹

2.2. A GUERRA HISPANO-HOLANDESA CHEGA AO BRASIL

Os conflitos nos Países Baixos na década de 1620 iriam reverberar na América do Sul e afetar o meio circulante brasileiro de quatro maneiras diferentes. Em primeiro lugar, aumentaria a pressão para a exportação da prata para a Península Ibérica. Em segundo, o conflito se espalharia e levaria a ataques sobre o território brasileiro com o Nordeste do país sendo invadido e colonizado pelos holandeses e com a introdução de um novo meio circulante na colônia. Ainda, os custos daquela guerra teriam um impacto indireto em Portugal e provocariam a secessão da metrópole com a Espanha, afetando, novamente, o conjunto de moedas que circulavam no Brasil. Por fim, a esquadra holandesa passaria a martelar com firmeza as rotas comerciais portuguesas.

O reinício da guerra em 1621 provocou novos gastos nos orçamentos nacionais. Após um início indeciso, Espínola esmagou um exército holandês em Breda no ano de 1625. Ele percebeu que o momento era propício para um tratado de paz. Os holandeses estavam abalados pela derrota e, de outro lado, os recursos espanhóis estavam muito pressionados. Tanto de um lado como de outro, as facções favoráveis à paz foram vencidas e as hostilidades continuaram. Para sair do impasse Espínola pressionava por mais dinheiro, como não foi atendido renunciou ao comando.¹⁰⁰

⁹⁹ Geoffrey Parker. *The Army of Flanders and The Spanish Road. 1567-1659*. London: Cambridge University Press, 1972. ps. 139-158 e Daniel Dessert. *O Financeiro*. In: O Homem Barroco. (Rosário Villari) org. Lisboa: Editorial Presença, 1995. os 59-81.

¹⁰⁰ <http://www.fact-index.com/a/am/ambrosiospinolamarquesdelosbalbases.html>
Consultado em 14/10/2004.

O reinício das ações nos Países Baixos desencadeou ataques devastadores contra as linhas de comunicações marítimas do Império Português. O disparate entre as forças que iriam se defrontar no mar era colossal. Boxer, citando Vieira, assinalava que enquanto os holandeses podiam dispor de duzentos e cinquenta mil marinheiros para tripular seus navios, Portugal mal podia reunir quatro mil. Boxer assinalou que Vieira exagerou, mas não muito.¹⁰¹ De 1623 a 1638 os holandeses apresaram 547 navios portugueses carregados, o que dá uma média de 36 navios por ano.¹⁰² No lado português as perdas principais eram contabilizadas no açúcar apreendido, como é óbvio, mas o dinheiro desempenhou sua parte na relação das perdas. Entre 1626 e 1636 cerca de um terço do comércio da colônia foi capturado pelos holandeses.¹⁰³ Porém, este último dado teve um efeito ambíguo. Se em um primeiro momento levou a grandes perdas monetárias, posteriormente tendeu a manter as moedas nas colônias por medo dos corsários holandeses.

Boxer, examinando documentos da época, cita o comentário de um funcionário colonial português que elucida bem a questão do dinheiro e do capital disponível no desenvolvimento da campanha:

O Padre Fernão de Queiroz, o cronista jesuíta da guerra luso-holandesa no Ceilão, queixava-se de que “os holandeses diziam com razão que a nossa guerra era sempre uma guerra de pobres”. Um experiente comandante português na Índia disse ao vice-rei, em 1663: “É fato bem sabido que a sorte da guerra não pode ser melhorada sem homens e sem dinheiro, e esta é a razão por que vemos tantas desordens.”¹⁰⁴

O que era verdade para a Ásia da década de 1660 o era também para o Atlântico da década de 1620. Os holandeses construíam muito mais navios, além do que estes geralmente eram mais bem construídos e equipados.

¹⁰¹ Charles R. Boxer. Op. cit. p. 129.

¹⁰² Segundo Bethencourt, entre 1623 e 1638, os navios da WIC apresaram 547 navios portugueses, sendo que apenas em 1633 foram 90. No biênio 1647 e 1648 foram 249. Francisco Bethencourt. *Competição Entre Impérios Europeus*. In: Francisco Bethencourt. *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 368.

¹⁰³ Stuart Schwartz. *Luso-Spanish Relations in Hapsburg Brasil. 1580-1640*. p. 36.

¹⁰⁴ Apud Charles Boxer. Op. cit. p. 129.

Os funcionários coloniais mais sensíveis perceberam bem a relação entre a Guerra na Flandres e os ataques à navegação portuguesa no Atlântico. Em um documento intitulado *Memorial do Estado do Brasil para Sua Majestade*, datado de 1627, estão relacionados os problemas causados pelas devastações marítimas holandesas.

Os moradores do Estado do Brasil compelidos de contínuos roubos e intoleráveis danos que recebem do inimigo rebelado da Holanda que lhes toma os navios, bem como cargas de couros, ouro, prata e outras coisas importantes.¹⁰⁵

Um período de tempo de quase quatrocentos anos tem o poder de aquietar angústias e silenciar paixões, mas lendo documentos do período temos um vislumbre claro dos transtornos e da impressão que luso-brasileiros tinham de estar enfrentando um inimigo hábil e ardiloso. O documento dá vazão aos sentimentos de frustração da população desencadeados pelos ataques holandeses.

O autor do documento, que imagino ser o Governador-Geral, uma vez que é dirigido ao rei, já inicia o documento declarando qual o principal problema, a saber: ataques marítimos dos holandeses e os prejuízos que causam. Em seguida ele nota de uma forma bastante mercantilista que o déficit econômico de Portugal causa a saída de metais preciosos para cobrir os prejuízos.

A menor parte destas drogas (ele se refere aos produtos da lavoura do Brasil) é gasta em benefício de nosso Portugal. A maior parte as levam os estrangeiros em troca das roupas e mantimentos de que o Reino padece. E como não podemos prescindir delas, na falta delas teríamos de despender a mesma quantia em ouro e prata para importá-las.¹⁰⁶

¹⁰⁵ “Os moradores do estado do Brasil compelidos de contínuos roubos, e intoleráveis danos que recebem do inimigo rebelado d’Olanda tomandolhe seus navios, carga de acueros (couros), ouro, prata e outras cousas importantes”. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. p. 315.

¹⁰⁶ “A mínima parte destas droga gasta o nosso Portugal o mais sacão os estrangeiros por troco das roupas e mantimentos de que o Rno. padece falta, e como estas já não poderia escuzar, ...na falta dellas necessariamente sacarião a mesma quantia de ouro e pratta; que outra cousa não tede sua lavra e próprio proventu que lhe dar” Idem p. 316 e 317.

O autor escreveu na margem do papel a título de resumo e esclarecimento: “A perda do açúcar que fornece os metais, enfraquece a coroa de Portugal“. A perda do açúcar, cujo preço se manteve bem alto durante a década de 1620, uma vez que a concorrência das Antilhas se mantinha mínima, obrigava Portugal a compensar a perda daquele produto altamente rentável com a exportação de metais, o que segundo a política mercantilista vigente era suicídio econômico.¹⁰⁷

Pois com falta destes metais, que são como sangue arterial, em quantidade de quatro ou mais milhões que se consegue com o açúcar e o pau-brasil (segundo se pode avaliar), como se pode duvidar que [essa retirada] em poucos anos enfraqueceria nosso Portugal?¹⁰⁸

Enfim, o governador chega à questão monetária:

Além destas quantias, o pau-brasil, o algodão e outras coisas valiosas, muito dinheiro amodado, ouro, prata, âmbar, que ordinariamente vão deste Estado, cuja quantia ao certo não se pode saber com certeza, mas que sem dúvida é grande como se pode deduzir das constantes queixas dos que as perdem.¹⁰⁹

Ao contrário do açúcar, que o governador dá montantes do que teria sido roubado pelos holandeses, os montantes das moedas junto com outros produtos não é quantificado. Ele afirma, todavia, que a quantidade é grande. Quanto ao ouro e prata, no singular, que é mencionado pelo governador, é quase certo que estariam incluídas as “semi-moedas”, ou barras feitas desses metais.

A solução proposta por ele é a de se providenciar uma pequena esquadra para acompanhar os navios do Brasil. E se essa esquadra irá custar dinheiro, o governador pondera que:

¹⁰⁷ Norberto Bobbio et Alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 746. Verbetes: Mercantilismo.

¹⁰⁸ “Pois co a falta destes metais, ou arterial sangue, em quantidade de quatro ou mais milhões q suprem o açucre e pão Brasil (segundo q~ das premissas fica manifesto) como se pode duvidar q~ a poucos annos enfraqueceria nosso Portugal. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*”. p. 317.

¹⁰⁹ “Alem destas quantias, o pao Brasil, algodão e outras cousas de importancia, muito dinheiro amodado, ouro, prata, ambar q~ ordinariamente vão deste stado, cuja quantia se bem ao certo se não pode saber, menos se pode duvidar ser grande pelas continuas queixas dos que padece, e quotidiana experiencia dos q~ o vem”. Idem, p. 318.

... a segurança desta rota comercial se equipara em importância ao cerco mantido ao território dos rebeldes, (com esta esquadra) tira-se aos rebeldes os lucros que fazem com as presas, ataca-se seu comércio diminuindo suas rendas. Isto será um substituto para os milhares de ducados que são enviados a Flandres. (O que se deve fazer) é aprimorar nossas defesas de modo contínuo.¹¹⁰

Ou seja, uma esquadra patrulhando permanentemente as costas do Brasil intimidaria os holandeses e lhes roubaria os lucros que tinham com o apresamento de navios. Segundo o governador, tal medida seria mais proveitosa do que aquela enorme quantidade de dinheiro enviada para a guerra contra a Holanda e de que, segundo ele, não se tirava tanto proveito.

Vemos aqui, muito bem explicado, aquele jogo de causas e efeitos da chamada “Guerra dos Oitenta Anos”.¹¹¹ Os lucros com os ataques a navios portugueses ajudavam a enriquecer corsários e a sustentar a campanha militar contra a Espanha. Sob o ponto de vista dos “moradores do Estado do Brasil” o prejuízo vinha da apreensão de bens pessoais. O governador tinha uma visão mais ampla e sabia relacionar a seguinte cadeia de acontecimentos: perda de açúcar, mercadorias e dinheiro que tinha como consequência direta o enriquecimento do inimigo e como consequência indireta a transferência de metais preciosos do estoque português para o exterior a fim de compensar a perda dos rendimentos do açúcar. A forma de pagamento e a organização da esquadra são sugeridas pelo próprio governador. Deveriam ser construídos quatro grandes galeões de 600 toneladas e mais oito galeões ligeiros de 300 toneladas. Os grandes galeões deveriam ser armados com vinte e quatro canhões e os menores com dezoito. O critério de promoções deveria ser baseado numa meritocracia e para manter a esquadra o sugerido foi o seguinte:

¹¹⁰ “...a segurança desta navegação equipara, ou põem em igual cerco ao rebelde; tirandolhe o util das presas, e atalhando seus comercios deminuindolhe direitos; que os campos pa q~ S Magde. Envia tantos milhares de ducados a flandes? Porque destes vemos por fructo a ocasião de hu continuo exercicio militar, co q~ inventando, e cada dia machinando novos estratagemas se tornão mais aptos à deffensão”. Idem, p. 319

¹¹¹ Na historiografia anglo-holandesa, o conflito entre Espanha e Holanda tem esse nome.

... que de todo navio que saia da barra de Lisboa para os portos de Pernambuco e Bahia se cobre uma taxa, a ser paga no Brasil, de seis mil réis por tonelada e de seiscentos réis para as despesas com a armada.¹¹²

O Brasil, portanto, ficaria responsável pelo pagamento da esquadra. Os pagamentos deveriam ser feitos quando do carregamento dos navios em portos brasileiros. É até possível que o pagamento fosse feito em açúcar. O governador não o explicitou, mas pagamentos de impostos nesse produto eram comuns no século XVII.¹¹³ Se o pagamento fosse feito em moedas estaria aí um bom sorvedouro de moedas da colônia para a metrópole.

Voltando à questão dos produtos tomados pelos holandeses, em nenhum momento nos argumentos do governador, vemos explicada a origem da prata. Todos os produtos apresentados por ele eram encontrados no Brasil. Mesmo o ouro era periodicamente explorado em São Paulo. Todavia, como foi observado, no Brasil não havia minas de prata. Era, novamente, ao ativo contrabando praticado no Porto de Buenos Aires, que se referia o Governador, quando lastimava a perda da prata “brasileira” frente ao roubo holandês sem, contudo, esclarecer a ilegalidade amplamente aceita de que ela era obtida de forma fraudulenta.

Em 1624 os holandeses, através da Companhia das Índias Ocidentais, passaram de ataques navais para uma grande ação em terra. O ataque, muito ambicioso, era dirigido a Salvador, então capital do Brasil. Foi um sucesso e a cidade foi tomada rapidamente. Pelo depoimento de um soldado da Companhia, Johan Aldenburg,¹¹⁴ os holandeses mediam a prata e o ouro capturados em chapéus cheios em um belo indicativo da quantidade de dinheiro e metais preciosos que havia na cidade.

¹¹² “Que sya da barra de Lx^a (Lisboa), e carregue tod a carga q~ ouver pa os portos de Pernambuco, e Bahia, e q~ outro nenhu navio sob cominação de pena a possa carregar, da qual se lhe pague no Brasil a 6U rs de frete por t^a (tonelada), e a 600 rs de auas pa a receita das despesas d’armada”. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. p. 322.

¹¹³ Cf. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1937.

¹¹⁴ Hernani Donato. *Dicionário das Batalhas Brasileiras...* Op. cit. p. 454.

2.3. UMA ESQUADRA COLOSSAL

O ataque atrevido, contra uma capital do império, provocou ondas de choque na península e a reação foi rápida. Foi organizada uma enorme expedição militar que até àquela época era a maior já enviada ao Novo Mundo. Um total de 52 navios com um complemento de 12.566 homens, entre marinheiros e soldados, foi preparado para retomar Salvador aos holandeses, o que foi conseguido após um cerco.

Em Portugal se fizeram esforços ingentes para financiar a reconquista. Diversos bispos, arcebispos e personalidades da nobreza empenharam dinheiro. Veríssimo Serrão captou detalhes do movimento como a contribuição de Castelo Rodrigo que armou no Porto uma companhia de 100 soldados a quem pagou cinco pagamentos adiantados, à razão de 4 cruzados cada um.¹¹⁵ O dinheiro proveio das mais variadas fontes como aquele que foi recolhido para a construção de uma fonte em Chelas e foi desviado para o esforço na reconquista.¹¹⁶

O total de material embarcado foi impressionante, colossal.¹¹⁷ Stuart Schwartz registrou que foi a melhor armada organizada pela coroa

¹¹⁵ Veríssimo Serrão. *História de Portugal...* Op. cit. p. 101.

¹¹⁶ Idem p. 103.

¹¹⁷ Hernani Donato conseguiu os montantes totais no *Compêndio de la Jornada del Brasil y Sucesos Della*. São eles: 52 navios de guerra, 18 de transporte, 1.185 canhões, 77.163 balas, 5.745 quintais de pólvora, 1.309 quintais de chumbo, 1.357 quintais de corda. Alimentos embarcados em Cadiz: 39.535 quintais de bolacha, 4.500 pipas de vinho de Jerez e Málaga de 27 arrobas cada pipa, 3.278 quintais de toucinho de Flandres, 1.200 quintais de queijo da Sardenha, 1.300 quilos de grão de bico, 2.500 de bacalhau, 300 pipas de vinagre forte, 16.000 arrobas de leite de Sevilha em 32.000 botijas de barro, 16.000 pipas para água, 6.000 arcos de ferro, 2.000 quilos de farinha, 360 carneiros vivos, 2.720 galinhas, 1.000 perus, 200 quilos de uvas passas, 112 de amêndoas, 130 de ameixas pretas, 30 de açúcar, 800 de bolachas brancas, 25 de conservas diversas, 3.200 colchões e enxergões, 6.000 lençóis, 4.000 almofadas e 2.000 mantas. Em Lisboa: 6.500 quilos de bolacha, 2.500 pipas de vinho de Lamego, 2.000 quilos de toucinho, 480 de queijo, 1.000 de arroz, 840 de grão de bico, 1.500 de bacalhau, 150 pipas de vinagre, 12.000 arrobas de azeite, 4.000 pipas para água, 800 quilos de trigo. Armamento em Cadiz e Lisboa: 1.500 lanças, 2.000 arcabuzes, 1.700 mosquetes, 850 quintais de balas de chumbo, 17.900 tábuas para reparações e serviços do campo, 950 viguetas, 3.800 peças de ferramentas, 360 estacas de pau, 1.800 mangos para ferramentas, 14.000 capachos de esparto, 300 escadas de 8 degraus cada, 8.000 mochilas para levar comida, 1.200 fachões de cera, 820 machados, 3.870 pás de ferro, 2.879 enxadas, 1.649 enxadões, 320 picaretas, 96 martelos, 86 cunhos de ferro, 8 chapas de ferro de 8 arrobas cada, 30 palanquetas de ferro, 2.000 palanquetas de madeira, 6.230 hastes de repostado, 311 cunhas de madeira para assestar a artilharia, 5 guindastes para cavalgar e descavalgar a artilharia, eixos de ferro, polias, pregos, 8 canhões batedores novos e 20.000 balas para os mesmos. Além dos gastos na compra do todo esse material, havia o

espanhola desde a Invencível Armada em 1588.¹¹⁸ Ao que parece, devido ao esforço, Portugal sofreu uma queda abrupta em estoque de moedas.

A vitória da Baía foi saldada em várias terras com manifestações de júbilo (...). Mas o Reino estava depauperado com o esforço militar que realizara e as câmaras não tinham meio de satisfazer os tributos que a fazenda real exigia. Em resposta ao pedido de dinheiro dos governadores, o Senado da capital era peremptório: “Rija cousa he quererem lançar a costas da cidade a despeza da deffenção della; mas como ella tomou à sua conta a de Urmuz (Ormuz)¹¹⁹ e Baía, ficouse empenhando, e nua certa forma obrigando ao que agora querem della.”¹²⁰

Esse seria o primeiro de uma série de abalos financeiros que levariam Portugal a separar da Espanha em quinze anos. Do ponto de vista da Bahia a situação não era melhor. A cidade havia sido saqueada de seus metais.¹²¹ Tanto os holandeses, que chegaram a desmontar o órgão da Sé, quanto os soldados espanhóis, que se comportaram mal após a reconquista, saquearam muito do que sobrou e tomaram o seu quinhão.¹²²

2.4. E O IMPÉRIO PORTUGUES SE RESTAURA

Nos últimos vinte anos do domínio espanhol aumentaram as dificuldades econômicas portuguesas. Relatos que chegam até nós, testemunham a impressão que se tinha à época de que o domínio espanhol era grandemente responsável pelas dificuldades atravessadas pelo país. Nos últimos anos, as guerras enfrentadas pelos espanhóis agravaram a situação.

pagamento de marinheiros e soldados e o fretamento de navios. Hernani Donato. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987. p. 456 e 457.

¹¹⁸ Cf. www.helsinki.fi/iehc2006/papers2/Lenk.pdf Consultado em 05/12/07

¹¹⁹ Ormuz, posto português no Golfo Pérsico, havia sido tomada pelos ingleses e iranianos. Todavia, parece que os custos do contra ataque naquela região foram bem menores do que na reconquista de Salvador.

¹²⁰ Joaquim Veríssimo Serrão. Op. cit. p. 102.

¹²¹ Severino Sombra. *História Monetária do Brasil Colonial*. In: *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática*. São Paulo: Salles de Oliveira & Cia Ltda., 1937. p. 643.

¹²² Frei Vicente do Salvador menciona que pelo que foi acordado no armistício, os holandeses deveriam deixar em Salvador todo dinheiro que tivessem apreendido. Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil. 1500-1627*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931. p. 583. Schwartz mencionou que os espanhóis “arrombaram todas as portas e abriram todos os cadeados”. Stuart Schwartz. *Luso-Spanish Relations in Hapsburg Brazil. 1580-1640...* Op. cit. p. 35.

Guerras eram e são caras e as guerras espanholas, contra a França e a Holanda provocavam aumento de impostos em Portugal. À medida que avançava o século XVII, a Espanha se aproximava de sua “crise imperial”. Suas guerras, o custo da expansão de seu império que se tornou relativamente menos rentável frente às despesas gerais, provocavam tensões enormes nas sociedades ibéricas que tinham de suportar o peso da enorme estrutura imperial construída em tempos melhores.

Em Portugal essas dificuldades afetavam todos. A crise espanhola repercutia sobre o reino. O ponto de inversão foi identificado por Veríssimo Serrão como a segunda metade da década de 1620 quando da conquista e posterior reconquista de Salvador e do ataque holandês sobre o Nordeste. Veríssimo Serrão, muito agudamente, fez notar que no momento em que Portugal mais precisava de todos os recursos internos de seu império colonial, a fim de fazer frente aos pesados impostos colocados pelas ambições espanholas, este se encontrava duramente atingido, tanto no Brasil quanto nos Oceanos Índico e Atlântico. Portugal passava a depender de todos os recursos, principalmente os monetários, para fazer frente à crise. Mas de onde se tirariam recursos de um país que era muito dependente de seu império colonial se esse império se encontrava assediado?

Para a conservação do império era necessário dinheiro e este ia se tornando cada vez mais raro. Para segurar o comércio com o Oriente, cada vez mais acossado pelos rivais holandeses, foi criada a Companhia da Índia Portuguesa. A idéia era boa, mas a falta de dinheiro minou a Companhia.¹²³ De uma média anual de 38.500 réis em moedas de ouro e prata enviadas anualmente para a Índia entre 1611-1628, passou-se a enviar uma média de 28.760 réis entre 1628-1633. E a Companhia, pressionada, deixou de existir.¹²⁴

¹²³ Isso apesar da surpreendente boa vontade dos reis espanhóis em prover dinheiro de contado, como se pode apreender do estudo de Frederic Mauro. *Portugal, Brasil e o Atlântico*. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 164 e 165.

¹²⁴ A. R. Disney. The First Portuguese Índia Company. In: *Economic History Review*. New Series. Vol. 30, n° 2, 1977. p. 248.

A administração carecia do dinheiro para pagar soldados e marinheiros. Os pagamentos deixaram de ser regulares. Por diversas vezes os capitães dos fortes pagavam os soldados do próprio bolso.

Um relatório de 1636 reconhecia que a prática, prevalecente nos primeiros tempos, de os fidalgos darem mesa aos soldados durante os meses de inverno deixara de ser usada por causa do declínio das oportunidades comerciais.¹²⁵

Filipe IV entendia a importância da defesa do império português, porém,

... para tal carecia do tesouro português, que se achava exausto com as tributações que a coroa filipina, ao longo dos anos lhe havia imposto. Nunca o equilíbrio da política nacional estivera tão dependente da sorte das possessões ultramarinas que o inimigo ameaçava.¹²⁶

Uma testemunha contemporânea, o atento polígrafo D. Francisco Manuel de Melo, que compreendia bem os meandros do êxodo monetário, uma vez que havia sido oficial em Flandres, descreveu como causa dos tumultos que iriam sacudir o Reino, a falta de moedas, que naquele momento de crise, não paravam de sair do país.

Diziam os atrevidos que ninguém solicitava o proveito público, com tão extraordinária diligência; e se provava, como sendo cada dia mais crescidas as contribuições, o cabedal não se aumentava; afirmando que se a água dos rios não saíra do mar, assim como entra nelle, já o mundo estivera coberto das águas que o mar recebe cada instante; e que da própria maneira sucedia ao cabedal do Reino, visto que com tão perene curso de dinheiro, qual se contribuía a el Rei, jamais em sua fazenda se enxergava um breve melhoramento.¹²⁷

Dom Francisco certamente comentava o clima de cinismo existente entre a população. A posição periclitante da Espanha implicava em maiores quantidades de tributos monetários e isto esgotava o país. Quando Dom Francisco comparava a situação monetária de Portugal com as águas que

¹²⁵ A. J. R. Russell-Wood. Grupos Sociais. In: *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2. p. 175.

¹²⁶ Veríssimo Serrão. Op. cit. Vol. IV. p. 114.

¹²⁷ Francisco Manuel de Melo. *Epanáforas de Vária História Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. p. 18.

vão para o oceano, ele dizia que o caudal monetário apenas saía do país em quantidades muito maiores do que entrava.

Como conseqüência, a falta de numerário era generalizada no país. A única solução seria a Espanha fazer a paz com seus adversários, de forma a garantir pelo menos um período de recuperação. Todavia, para os estadistas em Madri, a paz sem vitória total era desonra. E a honra era fundamental.¹²⁸

Portanto, em sua queda, a Espanha arrastava Portugal com ela.

A partir de determinado momento, no final da década de 1630, o rei passou a acelerar a roda de modo jamais visto. Seu apetite por prata tornou-se extremo. Isto se explicava pela situação européia. Em 1635, a França declarou guerra à Espanha, e a mobilização acabou gerando revoltas na Catalunha. Para fazer frente às despesas militares, aumentou-se a arrecadação até esta chegar, em 1642, ao dobro daquilo que se pagava em 1621.¹²⁹

De acordo com Evaldo Cabral de Mello:

Esta menor atenção, ou cuidado pelos negócios do Brasil são sintomáticos da situação crescentemente caótica e incontrolável das finanças imperiais castelhanas, agravadas pela entrada da França na Guerra dos Trinta Anos em maio de 1635. Apenas no ano que antecede a declaração de guerra se verificara um acréscimo superior a 11.000.000 de ducados nas despesas militares da Espanha, ao mesmo tempo que se verifica, a partir de 1629-1631, uma queda abrupta no volume do comércio sevilhano com a América, o que vale dizer um declínio marcado no volume da prata do Potosi que através do mecanismo dos asientos, é a mola fundamental do orçamento militar.¹³⁰

Crescia assim a percepção de que para Portugal sobreviver era necessário um rompimento com Madri. Dizia-se em Portugal que a guerra era do rei e não do reino.¹³¹ Enquanto isso, com a pressão tributária

¹²⁸ Cf. Paul Kennedy. *Ascensão e Queda das Grandes Potências...* Op. cit. p. 57. "...se a Espanha não tivesse mais a Flandres esta ficaria com a França ou com as Províncias Unidas, aumentando com isso o poder e o prestígio de um desses inveterados inimigos dos Habsburgos; e tal idéia era repulsiva aos dirigentes da política espanhola, para quem a reputação significava mais do que qualquer outra coisa".

¹²⁹ Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão...* Op. cit. Vol. I p. 398.

¹³⁰ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Op. cit. p. 146.

¹³¹ Veríssimo Serrão notou, todavia, as diferentes percepções do destino dos impostos. Enquanto que impostos para custear a luta contra a Holanda no Império eram até

aumentando, crescia o ódio popular aos espanhóis. Criavam-se tanto impostos extraordinários quanto se impunham impostos antigos que haviam caído em desuso.

A Duquesa de Mântua, regente de Portugal, se encontrava em uma posição desconfortável. De um lado tinha de atender às exigências de Madri, de outro cuidar do descontentamento português. A realeza espanhola,

...não tinha em conta a exaustão do tesouro português e só pensava em obter impostos para salvar a delicada posição externa da Espanha. Na primeira metade de 1635 a situação agravou-se com a exigência feita às câmaras de um subsídio para o socorro do Brasil, vindo logo a seguir as providências sobre o real d'água e o aumento de $\frac{1}{4}$ do cabeção das sisas a cobrar durante seis anos.¹³²

Havia boatos de que o real d'água se destinava a outros fins que não o socorro do Brasil. Por todo lado aumentavam os motins e por diversas vezes tropas espanholas foram chamadas para conter os populares exasperados.

Como conseqüência das imposições fiscais, a moeda desaparecia de circulação.¹³³ E a falta dela paralisava o comércio e empobrecia os povos. Veríssimo Serrão nos relata que

A falta de numerário era cada vez mais angustiante, sucedendo que a concentração do ofício monetário em Lisboa tornou inútil o funcionamento da casa existente no Porto, onde havia muitos anos os moedeiros não exerciam seu mester. Estavam inactivos o juiz, os oficiais e os artistas, embora continuassem a receber os salários e a beneficiar dos seus privilégios.¹³⁴

A Casa da Moeda do Porto foi fechada então pela pura falta de matéria prima para se cunhar as moedas. Pelo interior do país as moedas que restavam eram espanholas. As portuguesas saíam progressivamente de circulação.¹³⁵

tolerados, como demonstraram os tremendos gastos com a Expedição de 1625, os impostos destinados às lutas exclusivamente européias eram vistos com aversão. Veríssimo Serrão. *História de Portugal...* Op. cit. p. 120.

¹³² Veríssimo Serrão. Op. cit. Vol. IV p. 125.

¹³³ Idem p. 123, 127, 130 e 135. Mesmo a igreja tinha seu dinheiro tributado.

¹³⁴ Idem p. 336.

¹³⁵ Idem p. 165.

Obviamente, a ira contra os excessos tributários não pode ser apontada como o único motivo da restauração. Como observou Antônio Manuel Hespanha: “Outras (insatisfações) existiam quase sempre corporativas e segmentares”.¹³⁶ Havia desde mercadores que se irritavam com os ataques holandeses ao comércio português até nobres que se ofendiam com a ocupação de cargos por recém-chegados espanhóis. Todavia, para os objetivos desta tese, devemos nos debruçar sobre as conseqüências monetárias do movimento da restauração. O fato é que Serrão, de quatro motivos econômicos principais, lista dois que são diretamente ligados ao estoque monetário de Portugal. Além dos maus anos de safra e das convocações para compor o exército espanhol, havia o excesso de impostos e a falta de moedas para o uso cotidiano.¹³⁷

A Guerra dos Oitenta Anos por fim provocou mudanças no acesso do Brasil colonial à prata dos Andes. A Espanha não tinha como enfrentar a Holanda, em uma guerra que se tornava mais cara a cada ano, sem arrochar severamente seus domínios. Uma paz de concessões estava fora de cogitação para os estadistas em Madri. A conseqüência lógica seriam mais pressões tributárias sobre áreas consideradas pouco “tosquiadas”, e Portugal e seu império se enquadravam nessa premissa. As pressões da luta em Flandres e na Alemanha, cominadas com a guerra contra a França, só aumentariam. O todo poderoso Conde-Duque Olivares, ao final da vida, ponderava que o seu maior erro foi não atar mais fortemente Portugal à coroa de Castela, obviamente, sacrificando ainda mais os interesses portugueses à coroa de Castela. Sem as tremendas pressões financeiras da guerra é possível que a União Ibérica tivesse perdurado, pelo menos mais algumas décadas. Como isso não ocorreu o resultado foi a restauração.

Alice Canabrava considerava que a ruptura entre Portugal e Espanha colocou algum cobro ao contrabando no Rio da Prata encerrando, de certa forma, esse capítulo da história. Tal avaliação parece bastante pertinente haja vista a evidência de que as relações do Brasil colonial com Buenos Aires

¹³⁶ Antônio Manuel Hespanha. “As Faces de Uma ‘Revolução’”. *Penélope*. Revista de História e Ciências Sociais. A restauração e sua época. N°9/10. Lisboa, 1993. p. 12.

¹³⁷ Veríssimo Serrão. *Op. cit.* p. 141.

não seriam mais as mesmas a partir desse episódio. Com Portugal independente da Espanha, cresceu uma impressão de hostilidade entre as duas populações na América meridional. O contrabando prosseguiria aos trancos e barrancos, sujeito a mais interferências e rupturas do que antes da restauração.

Cientes do descontentamento dos portugueses, os dirigentes em Madri resolveram fazer um derradeiro esforço para livrar o Brasil dos holandeses e assim demonstrar que Portugal não ficara relegado a um segundo plano. Uma grande esquadra foi colocada às ordens de Dom Fernando de Mascarenhas, Primeiro Conde da Torre. Aristocrata cuidadoso, ele reunia cópias das cartas que enviava para diversas autoridades, bem como as respostas dadas por elas. Ao fim, o Conde da Torre reuniu uma enorme coleção de documentos de sua passagem pela vida pública. Em dado momento seus descendentes decidiram vender o material que montava em 1551 páginas manuscritas. Esse conjunto foi dividido em quatro volumes e vendido por uma firma inglesa. Três desses volumes foram adquiridos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e editados pela Fundação Alexandre de Gusmão.

Pude adquirir um exemplar do primeiro desses volumes. Nele está a correspondência mantida pelo conde desde quando da organização da esquadra até o início de seu governo na colônia portuguesa (porque entre outras coisas, o conde vinha para assumir o governo da colônia). Na correspondência, datada dos anos de 1638 e 1639, há sinais da crise de numerário reinante, bem como do desgaste nas relações entre Portugal e Espanha, nos últimos anos da década de 30.

Para começar, a porção portuguesa da esquadra, colocada diretamente sob o comando do conde, não tinha condições plenas de se fazer ao mar. Por um lado se a quantidade de mantimentos parecia aceitável, faltavam tripulantes e soldados e os soldos estavam atrasados, para variar.¹³⁸ Nessas condições, o conde hesitava em sair pela barra do Rio Tejo.

¹³⁸ *Cartas do 1º Conde da Torre. Volume I.* Brasília: Centro de Documentação Histórica – MRE, 1991. p. 65, 94 e 104. Boxer também notou o contínuo atraso nos pagamentos de soldados e marinheiros, de resto, típico do século XVII.

Para forçá-lo a sair, a regente Margarida de Parma, em um gesto um tanto incomum, mandou oficiais de justiça para cortar as amarras dos navios, fato esse que muito ofendeu ao Conde da Torre.¹³⁹

No mar um enorme número de componentes da força adoeceu, possivelmente devido aos alimentos inadequados. A esquadra ancorou nas Ilhas Cabo Verde para esperar a esquadra espanhola e para fazer aguada. Fora o dinheiro trazido por particulares, a esquadra não carregava moedas para custear a administração portuguesa no Brasil. Não havia dinheiro, portanto, para comprar alimentos frescos e remédios nas boticas das ilhas. A solução sugerida foi confiar doentes aos habitantes locais e esperar que eles fornecessem os mantimentos necessários. Foi uma decepção. Os habitantes não queriam se separar de sua comida. E o governador local fazia corpo mole. A uma solicitação de que trezentos doentes fossem confiados aos moradores para que cuidassem deles, o governador impôs dificuldades.

O relatório do conde transbordou de fúria.

Vi a resposta que o senhor governador de Cabo Verde deu à proposta que comuniquei na junta que, com o parecer do senhor Francisco de Mello de Castro do Conselho de Sua Majestade e general da armada de Portugal, e de todos os que na dita junta se achavam, se levou ao dito senhor governador, a qual me causou desejar gritar tão alto que me ouvissem em toda Espanha. Mas me impede de fazê-lo a grande fraqueza em que me acho, causada pela grande enfermidade que tive e de que ainda não estou convescido.¹⁴⁰

Ou seja, até mesmo o conde almirante estava doente, como, aliás, boa parte da oficialidade. A solução encontrada, após muita deliberação, foi vender parte dos mantimentos levados pela esquadra de forma a se conseguir dinheiro para a compra de remédios e tratamento dos doentes.¹⁴¹

Quando a esquadra espanhola chegou, começaram a se notar os primeiros sinais de conflito e falta de cooperação entre as duas partes que deveriam se constituir no mesmo lado. Houve conflitos sobre questões de

¹³⁹ Cartas do *Conde da Torre*. p. 137.

¹⁴⁰ Idem p. 152.

¹⁴¹ Idem p. 142 e 154.

cerimonial e precedência e cooperação.¹⁴² Nesta altura o Conde da Torre já definia a estadia em Cabo Verde como um inferno.

À chegada da esquadra reunida no Brasil, a intenção inicial era atacar o Recife de imediato, mas não havia condições. A esquadra ancorou em Salvador onde os problemas continuaram. Havia algum dinheiro disponível, mas em quantidade insuficiente e decidiu-se que a tropa seria paga, em parte, com mantimentos que depois ainda seriam descontados no soldo!¹⁴³ Às tropas que se pretendia reunir, foi decidido que seriam pagos em metade em moedas e metade em fazendas.¹⁴⁴

Em uma parte do volume de cartas, é mencionada uma quantia enviada da metrópole como auxílio. E é mencionada uma arca onde havia catorze mil cruzados para o pagamento de mantimentos para a esquadra.¹⁴⁵ Aqui é definida a maneira pela qual se realizaram alguns gastos. E são dados detalhes do que foi feito para se levantar o montante de dinheiro necessário.

...e por essa causa [o apresto da esquadra] se arrematarão os dízimos com antecipação e se conseguiu onze mil cruzados em dinheiro para se pagarem os mantimentos e materiais (...) se há tomado a mercadores e navegantes a quem é necessário dar-se satisfações por não serem moradores do lugar. É necessário que Sua Majestade mande um regimento novo em função das queixas que logo chegarão ao Reino, pois do contrário podem ocorrer grandes inconvenientes para esta praça ser socorrida, se houver correspondência desfavorável.¹⁴⁶

O que ocorreu é que se teve que adiantar dinheiro de impostos para as necessidades da guerra. Como o dinheiro não foi suficiente, dado o esgotamento da colônia, foi necessário se retirar o resto à força tanto de

¹⁴² Idem p. 163 e 201.

¹⁴³ Idem p. 239.

¹⁴⁴ Idem p. 249.

¹⁴⁵ Idem p. 255. Permanece a questão secundária de como catorze mil cruzados, o que montaria em cerca de 8.700 peças de oito, caberiam em uma arca. Há a hipótese de que por arca se designasse apenas o total do dinheiro disponível no momento ou de que parte do dinheiro fosse em letras, o que não me parece provável.

¹⁴⁶ “e por essa cauza se arematarão os dizimos com anticipado de onze mil cruzados em dinheiro para se pagarem os mantimentos e materiaes...se há tomado a homenz mercantis e navegantes, que he forçado dar lhes satisfação por não serem moradores neste lugar e Sua Magestade o mandar assy no regimento novo da fazenda pelas queixas que chegarão ao reino e do contrario naserem grandes inconvenientes para esta praça poder ser socorrida avendo ruim correspondencia”. Idem p. 287.

comerciantes quanto de capitães de navio. Todavia, a missiva alertava que como estes não tinham interesses imediatos na guerra, era necessário dar-lhes algum tipo de satisfação ou recompensa, caso contrário, quando essas notícias chegassem ao Reino haveria uma comoção.

Quanto ao dinheiro obtido em tributações, este já estava reservado a outras despesas.

E o dinheiro dos assentistas não pode ser usado em sua maior parte por estar consignado para a compra das farinhas da terra (farinha de mandioca) que é o principal sustento, e é necessário se dar dinheiro antecipado para dela não haver falta.¹⁴⁷

Há também uma questão sutil, relativa às crescentes tensões entre Portugal e Espanha, que o missivista (que não é o Conde da Torre) apenas deixa entrever. A questão versa sobre uma quantia de vinte mil cruzados em dinheiro que deveriam ser levantados. Segundo o missivista:

...não é possível se dar os vinte mil cruzados em dinheiro que se pede. Além do que não há ordem de Sua Majestade para tal provimento na forma que se pede. E se por acaso houvera se havia de despende pela mão dos ministros da fazenda real e não pelo Vitor geral da armada de Castela a quem não toca essa importância.¹⁴⁸

Em uma tentativa de se levantar dinheiro, que juridicamente parecia irregular, o missivista Sebastião de Brito, argumentou que o dinheiro não poderia ser reunido, pois não havia uma instrução real nesse sentido. E, pelo que se depreendo do que está escrito, parece ter havido uma tentativa de interferência por parte de oficiais espanhóis que queriam utilizar o dinheiro. A esquadra, com muitos doentes e poucas provisões, foi para a Bahia. Lá, entre outras dificuldades, não conseguiu comprar mantimentos porque havia saído da Europa com pouco dinheiro.¹⁴⁹

¹⁴⁷ “E o dinheiro dos asentistas se há despendido a mayor parte por estar consignado para o mantimento das farinhas da terra, que he o principal sustento, e he forçado dar se dinheiro antecipado para não aver falta”. Idem. p. 287-288.

¹⁴⁸ “...não he possível dar se os vinte mil cruzados em dinheiro que se pedem, alem de que não há ordem de sua Majestade para tal provimento na forma que se pede, e quando as ouvera se avião de despende por mão dos menistros da fazenda real e não pelo vedor general da armada de Castella a quem não toca este despendio”. Idem. p. 288.

¹⁴⁹ www.ancruzeiros.pt/anchistoria-comb-1640.html Consultado em 05/08/2008. Este é um bom site sobre história naval.

Em que pesem as crescentes tensões luso-espanholas, a esquadra partiu para libertar o Nordeste. Interceptada por uma esquadra holandesa, a esquadra do Conde da Torre travou quatro batalhas com o inimigo. A sorte da luta variou, tendo os holandeses perdido o seu almirante para uma bala de canhão. Todavia, os holandeses acabaram vencendo por pouco. A esquadra do Conde da Torre se dispersou, com diversos navios se dirigindo para o Caribe e com outros retornando para a Europa. O último empreendimento luso-espanhol acabara de fracassar.

Em Portugal, decidiu-se que o momento havia chegado. A nobreza, que permaneceu mais ou menos livre das pressões tributárias, começou a conspirar em segredo para colocar um rei português no trono. O candidato óbvio era o Duque de Bragança, descendente da antiga dinastia.

Os acontecimentos da restauração podem ser apenas resumidos aqui. No dia primeiro de dezembro de 1640 um grupo de nobres entrou no palácio guardado por tropas espanholas. Rapidamente tomaram conta da situação, apesar dos protestos da Duquesa de Mântua. Após argumentar inutilmente e cobrar a lealdade dos portugueses, a duquesa foi convidada a se retirar para os seus aposentos. De um dos balcões do palácio, um dos conjurados, o venerando Dom Miguel de Almeida, deu vivas à liberdade e ao novo Rei de Portugal, Dom João IV.

Por todo o país os nacionalistas tomaram rapidamente conta da situação. O Castelo de São Jorge, em Lisboa, com sua guarnição espanhola foi cercado. Navios espanhóis surtos no porto foram abordados.

No Brasil a notícia chegou em 15 de fevereiro de 1641. Todo o cuidado foi tomado para conter as tropas espanholas aquarteladas em Salvador. De lá foi enviado o Padre Manuel Fernandes como mensageiro para o Rio de Janeiro. O padre ali chegou em 10 de março.

O império colonial português, que se manteve com relativamente pouca interferência dos espanhóis, aceitou a nova situação bastante rápido. Parecia haver uma clara impressão que a colônia se encontrava embrulhada demais em problemas espanhóis e guerras espanholas. Aos holandeses foi

enviado um navio todo engalanado ao Recife com as novas da restauração e uma proposta de trégua.

3. BRASIL, POPULAÇÃO E DINHEIRO

Fernand Braudel, na série de livros *Civilização Material e Capitalismo*, decidiu colocar sua principal abordagem sobre moedas no volume que trata do cotidiano: “As Estruturas do Cotidiano”.¹⁵⁰ De fato, quando observamos o trato das moedas no século XVII vemos que estamos nos debruçando sobre um outro mundo. A circulação das moedas no século XVII podia variar muito conforme o país. É uma das dificuldades que se apresentam no estudo da circulação monetária é sua utilização no cotidiano da população. Sobre este aspecto, mesmo estudos bastante completos costumam não abordar o manuseio do dinheiro pela população. Para ficarmos num exemplo, a importante série de livros *História da Vida Privada no Brasil*¹⁵¹ não aborda, no volume que trata do Brasil colônia, nem mesmo de forma indireta, aspectos da circulação de moedas no cotidiano daquela população. É esse o esforço intelectual que se propõe realizar neste tópico.

Às “estranhezas” tão próprias de quem pesquisa em fontes provindas de “outros mundos”, e que certamente serão encontradas ao longo de mais essa narrativa, aplicaremos, como estratégia de análise, a indicação sempre válida oferecida por Darnton e que aqui é lembrada: diante de dados pouco familiares, resta-nos acreditar que onde o documento “é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho. O fio pode até nos conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo”.¹⁵²

¹⁵⁰ Cf. Fernand Braudel. *Civilização Material e Capitalismo*. Vol.1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹⁵¹ *História da Vida Privada no Brasil*. Fernando Novais (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁵² Robert Darnton. *O Grande Massacre dos Gatos*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. XV.

3.1. COLONIZAÇÃO E MOEDAS

Uma das questões candentes, e menos abordadas, de nossa história monetária é a da concentração de moedas. Por um raciocínio lógico sabemos que as moedas poderiam se concentrar mais em certos lugares dependendo do tempo e de circunstâncias. Todavia, são muito poucos os documentos que podem indicar os montantes existentes nas diversas regiões da colônia. Sobre este aspecto existe um documento, datado de 1617, que relaciona as despesas governamentais das capitânicas de Itamaracá para o norte, excluindo Pernambuco e Bahia.¹⁵³ O documento, intitulado: “Despezas da folha Geral de Pernambuco e mais Capitânicas do Norte do Anno que começou O primro. de Agosto de sies centos E dezasette e acabou em fim de julho de seis Centos e dezanove” é fundamental porque assinala despesas em dinheiro e fazendas para as diferentes regiões, como se pode constatar da tabela apresentada abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS

CAPITANIAS	DINHEIRO	FAZENDAS
Itamaracá	357\$840	20\$000
Paraíba	1476\$713	644\$266
Rio Grande	2045\$181	1465\$400
Ceará	135\$000	600\$000
Maranhão	2609\$710	4469\$000
Pará	325\$140	2481\$840

Fonte: *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. p. 175.

O documento não explica se o dinheiro foi enviado, coletado localmente com impostos ou as duas coisas. Todavia, o fato se mantém, e na medida em que se afastava dos grandes centros a proporção de negócios feitos com moedas tendia a diminuir frente à utilização de mercadorias diversas. A proporção de moedas frente a mercadorias é de 17.85 para as

¹⁵³ Observe-se que Maranhão e Pará não eram capitânicas, sendo referidos como conquistas.

moedas em Itamaracá; 2.2 na Paraíba e 1.3 no Rio Grande do Norte. A partir daí, subindo o litoral, a proporção se volta para o pagamento em fazendas: 4.4 no Ceará; 1.7 no Maranhão e 7.6 no Pará. Existe uma quebra na progressão no Maranhão que parece usar proporcionalmente mais dinheiro do que no Ceará e no Pará, mais ainda assim com predominância de mercadorias. Isso talvez se explique pela recente expulsão dos franceses da região. Os portugueses passaram então a construir fortificações e a enviar tropas e colonos, aumentando em muito seus gastos naquela área importante para a defesa da Bacia Amazônica. De fato, o montante de gastos no Maranhão para o biênio 1617-1619 é muito maior que nas regiões vizinhas.

No Livro Primeiro estão relatados alguns detalhes monetários da conquista do território. Em agosto de 1612 o Senhor de La Ravardière chegou com três navios e quinhentos colonos para tomar posse da terra. Batizou a ilha aonde aportou de São Luís, em homenagem ao rei da França. Com a chegada de mais colonos, o governo português se alarmou e, em 1615, enviou Jerônimo de Albuquerque à frente de uma expedição para expulsar os franceses.¹⁵⁴ Estes foram derrotados com grande número de mortos, inclusive diversos aristocratas, na Batalha de Guaxinduba.

Durante as conversações de paz decidiu-se mandar enviados à França e Portugal para consultas. Para os enviados que deveriam ir a Portugal notou-se que faltava um navio. Os portugueses viram-se então na necessidade de comprar um dos melhores navios de La Ravardière. Esse navio foi pago com “as roupas e fazendas do rei que iam para o pagamento dos soldados”, o valor da aquisição era de quinhentos cruzados.¹⁵⁵ Mais tarde foi necessário mandar um navio a Pernambuco para apanhar munições e mantimentos. Novamente foi necessário adquirir um dos franceses. A embarcação era menor e originariamente era portuguesa tendo sido apresada pelos franceses. Ela foi avaliada em duzentos cruzados,

¹⁵⁴ *Enciclopédia Delta Larousse*. Volume 9. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1970. p. 4267.

¹⁵⁵ *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. p. 87. Uma expedição que se dirigia ao Pará em 1619 teve seus participantes pagos metade em dinheiro e metade em fazendas. *Idem*, p. 268.

novamente “pagos da fazenda del Rei”.¹⁵⁶ É de se imaginar que, se a aventura francesa no Maranhão foi militarmente falando um desastre, deve ter sido proveitosa se avaliada sob um ponto de vista estritamente econômico. Mais tarde, quando chegaram as instruções de Lisboa, veio escrito que deveria ser tentada uma cooptação dos franceses. O governo português deveria pagar aos que quisessem mudar de lado.

...Sua Majestade avisa em uma dessas cartas, trate Vossa Mercê com o General Ravardière, e os mais capitães franceses que puder ser reduzidos ao serviço de Sua Majestade, prometendo-lhes em seu nome quinhentos escudos da praça a cada ano, e mil de mercê para ajuda de custo, e aos mais capitães a duzentos e trezentos conforme as suas qualidades. E estes pagos neste estado quando cá queirão ficar entre nós, ou passando-se a Espanha, Sua Majestade lhos mandará pagar na parte que lhe parecer.¹⁵⁷

Tal como está escrito, o dinheiro deveria ser pago no Brasil ou na Espanha, conforme o caso. Não pude obter dados sobre eventuais deserções por parte dos franceses, então não há como saber se algo foi pago. É interessante notar que a oferta de pagamento foi feita em dinheiro francês, os denominados escudos. Com algum esforço já poderíamos imaginar dinheiro francês circulando no Brasil. Todavia, a palavra seguinte muda o significado original. A expressão usada foi “escudos da praça”.

A intenção do governo era então afirmar aos franceses que seriam pagos em um montante total de escudos, mas com a moeda disponível no local, fossem reales ou fazendas? Acredito que sim. Para os que quisessem embarcar para a Espanha, as contas deveriam ser feitas lá a critério do governo, o que dá uma idéia de que a intenção do rei era que, de preferência, os franceses permanecessem no Brasil, talvez porque já possuíssem experiência nos trópicos.

Note-se, que dos pagamentos efetivamente feitos, não se usou moeda, mas roupas e fazendas. Esse fenômeno tendia a se repetir por toda América. Nas zonas de fronteira, onde a influência européia diminuía, as trocas com moeda davam lugar ao escambo generalizado. Isso se devia à falta de segurança da vida fronteiriça, à diminuição das possibilidades de se gastar

¹⁵⁶ Idem, p. 88.

¹⁵⁷ Idem, p. 119.

moedas com índios não-integrados e ao comércio mais restrito das áreas de fronteira.¹⁵⁸

3.2. UMA PRIMEIRA CRISE DE MOEDAS

Enquanto prosseguia o cerco luso-brasileiro a Salvador, ocorreu um fato pitoresco, bem revelador das dificuldades monetárias seiscentistas. Frei Vicente do Salvador relata um fato de que muito provavelmente foi testemunha uma vez que ele foi contemporâneo do evento. Com holandeses entrincheirados em Salvador, o governador convocou habitantes de todo Recôncavo para ajudarem nos esforços da retomada. Diversos habitantes se queixaram de que eram pobres e não tinham dinheiro para se manter, uma vez que deveriam se afastar de suas terras e se sustentar durante o cerco. O governador então convenceu um mercador muito rico que era seu “privado” para fornecer três vinténs (o que perfazia três pequenas moedas de prata) por dia para cada um. A questão é que muitas moedas seriam necessárias para pagar a todos e não havia delas em quantidade suficiente. Informado disso, o governador determinou que os mais necessitados trouxessem uma moeda de um tostão (moeda de prata de 100 réis). Quando o “pobre” aparecia com o tostão, era dito a ele que o gastasse em alguma coisa qualquer. Depois disso feito lhe seria entregue as três moedas de vintém.

Acredito que a esperança, no caso, era que poucas moedas de tostão aparecessem. Assim, desse modo, menos vinténs teriam de ser entregues. De fato, a quantidade de “pobres” que apareceram com o tostão na mão seria bem menor que a totalidade que surgiria de mãos abanando esperando receber os três vinténs. A questão é que muitos dos que apareceram com as moedas reclamavam que as tinham pedido emprestadas e que não podiam gastá-las de qualquer maneira. Esse problema termina em mistério. Frei Vicente não nos informa como a questão foi resolvida.¹⁵⁹

¹⁵⁸ No Maranhão em 1626 havia três fortes com 261 soldados de guarnição. A ocupação custava 9:706\$920 réis anuais. Dois anos antes havia chegado 200 casais açorianos para iniciar o povoamento. Manuel Murias. *A Restauração e o Império Colonial Português*. Lisboa: Portugal/Agência Geral das Colônias, 1940. p. 87.

¹⁵⁹ Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil. 1500-1627*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931. p. 509

Essa escassez monetária, no caso do Brasil, parece ter sido momentânea e restrita a Salvador e regiões adjacentes. Não pude encontrar reclamações provindas do resto da colônia nesse momento. As forças que a libertaram vieram de Portugal que pagou pelo envio delas. Os holandeses ocuparam Salvador por menos de um ano, o que era pouco tempo para se organizar uma defesa em termos nacionais, ou seja, envolvendo todo o território colonial. Além disso, os holandeses ficaram sitiados na cidade, nunca indo muito além de suas muralhas. A “crise de moedas” foi, portanto, local.

A queixa que ocorreu no período se referia à falta de moedas de cobre de baixo valor. Aquelas mais usadas no dia a dia. Em uma representação datada de 1626 é solicitado ao rei que autorize a cunhagem de até 50.000 cruzados em moedas de “cobre e outros tantos vinténs” porque “são muito necessárias ao comércio e ao uso da terra”.¹⁶⁰ De fato, faz sentido que o pedido fosse feito para moedas de cobre. Do Rio da Prata só chegavam moedas de prata e Portugal nos reinados de Felipe III e IV não provia a colônia com moedas de cobre. Se considerarmos que seriam cunhadas apenas moedas de 20 réis, o montante seria de uma produção de um milhão de moedas. Essa foi a primeira vez nesse século em que um pedido para a cunhagem de moedas localmente foi feito. Sendo a cunhagem de moedas nas colônias um assunto extremamente delicado (salvo, é claro, quando havia uma grande produção de metal que deveria ser organizada no local), o pedido foi negado. Uma vez que Salvador articulava as reclamações monetárias da colônia, pode se acreditar que houvesse um número suficiente de moedas de prata de valor mais alto, as peças de oito e quatro reales.

De fato, do conjunto de moedas cunhadas em Portugal pelos dois últimos reis espanhóis (Felipe III e Felipe IV), não se contemplou moedas de cobre. Mesmo as moedas de valor mais baixo eram os vinténs que pesavam entre 1 e 2 gramas.¹⁶¹ Portanto, uma grande quantidade de moedas de cobre de dez e cinco réis deve ter sido muito necessária.

¹⁶⁰ Severino Sombra. *História Monetária do Brasil Colonial...* Op. cit. p. 643.

¹⁶¹ Cf. C. M. Almeida do Amaral. *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 617-644.

3.3. “FORMOSO HORROR”

Devido a métodos de exploração antiquados, a produção de prata do Cerro Rico de Potosi começou a declinar no começo da década de 1630.¹⁶² Isto, em princípio, poderia provocar uma falta de moedas na América Portuguesa, todavia, a ameaça do progressivo decréscimo da produção foi contrabalançada pelos ataques da marinha holandesa que provocaram receio de perdas, mantendo proporcionalmente mais moedas na América. Portugal foi, sem dúvida, afetado por estes eventos e Veríssimo Serrão notou que nesse período começou a ocorrer uma crescente falta de moedas em Portugal.¹⁶³

Na América portuguesa ela parece ter sido mais abundante. Aqui a prata bancada pela ativa comunidade de portugueses em Buenos Aires continuava chegando, dando alento à economia e ajudando a conter a ameaça holandesa que logo iria se manifestar.

Enquanto tudo isso ocorria, em 1638 Maurício de Nassau tentou alterar de forma decisiva o equilíbrio que se instaurara entre portugueses e holandeses na América do Sul. Tal como na Ásia, a luta na América era planejada principalmente nas respectivas capitais coloniais. Enquanto na Ásia golpes e contragolpes eram desferidos sob a direção de Goa e Batávia, no Brasil as cabeças da guerra eram Salvador e Recife.¹⁶⁴ Nassau fora informado que a guarnição da cidade não era paga há meses e estava a ponto de se amotinar e a população de Salvador, obrigada a sustentar a tropa, estava descontente em abrir as bolsas.¹⁶⁵ E decidiu-se a decepar a cabeça da colônia portuguesa de forma a abreviar a guerra.

...saiu do Recife com quarenta naus (...). Trazia nelas os melhores cabos e a infantaria mais escolhida que tinha a Companhia de Holanda nas praças

¹⁶² Fernand Braudel. Op. cit. Vol. 3. p. 390.

¹⁶³ Veríssimo Serrão. Op. cit. Volume IV p. 336.

¹⁶⁴ O Conde da Torre ponderava em 1639 que “sendo esta Bahia prassa d armas de todo este estado e cabesa d'elle, e toda a esperança de se poder recuperar o perdido enquanto ella se conserva...”. *Cartas do 1º Conde da Torre*. Brasília: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 212.

¹⁶⁵ www.helsinki.fi/iehc2006/papers2/Lenk.pdf Consultado em 02/01/08. Ver, ainda, Evaldo Cabral de Mello. *Nassau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 75.

que nos tomaram, e de todas escolheu a milícia de que fizera a maior confiança para este empenho de tão relevantes conseqüências à sua fama, aos interesses da Companhia e dos Estados. Aos catorze de abril do ano de mil e seiscentos e trinta e oito, apareceu a sua armada, e entrando pela barra da Bahia, penetrou toda a sua enseada, fazendo vistoso alardo de bandeiras, flâmulas e instrumentos bélicos, que causaram um **formoso horror** nos ânimos de todas as pessoas que se achavam na cidade.¹⁶⁶

Em 17 de abril, Nassau desembarcou perto de Salvador à frente de 3.400 soldados e 1.000 índios.¹⁶⁷

Era, sem dúvida, a maior operação militar desenvolvida pelos holandeses desde seu segundo desembarque no Brasil e o perigo de que Salvador caísse, dando um golpe devastador, e talvez mortal, na administração portuguesa, era bem real. Com o *hereticus ad portas* a população de Salvador, antes reticente, se decidiu a fazer sacrifícios, a começar pelo seu dinheiro. O cerco durou de 17 de abril a 18 de maio, quando os holandeses tentaram um ataque noturno generalizado contra o flanco em que havia tropas comandadas por Luiz Barbalho Bezerra. Derrotados, os holandeses embarcaram em seguida de noite e em silêncio de volta para o Recife.¹⁶⁸

O principal relato do segundo sítio de Salvador é o de Pedro Cadena de Vilhasanti. Testemunha ocular do evento, Vilhasanti deixou um escrito intitulado “Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638” aonde descreve o sítio. Ele era uma testemunha privilegiada porque na ocasião trabalhava como provedor-mor na cidade.

Como foi dito, os habitantes contribuíram para o pagamento das tropas e mantimentos necessários para o cerco. Vilhasanti em seu relato menciona um certo Lourenço de Britto Corrêa que cedeu seiscentos mil réis para a defesa. Vilhasanti fez uma relação das contribuições na qual prometia que “... pagará este drº. Ao credor em qualquer parte, onde o pedir, e não o Perdendo se lhe pagara nesta cidade do dia que se levantar o

¹⁶⁶ Rocha Pitta. *História da América Portuguesa...* Op. cit. p. 204. (grifos meus)

¹⁶⁷ Hernani Donato. *Dicionário das Batalhas Brasileiras...* Op. cit. p. 459.

¹⁶⁸ Idem.

Serco”.¹⁶⁹ Era mais ou menos claro para todos que o governo se encontrava em sérios apertos financeiros e que não poderia pagar o auxílio da população. Todavia, nesse século e antes dele, a regra era que esses benfeitores do governo não fossem recompensados com dinheiro, mas com honrarias diversas. No livro de Vilhasanti é mencionado um certo João Alves da Fonseca que pedia o hábito de Cristo. “Pede o dito João Alves da Fonseca, em consideração do referido, que lhe faça Vossa Majestade mercê de mandar dar cumprimento dos referidos sessenta mil réis que lhe fez, juntamente com o hábito de Cristo”.¹⁷⁰ O próprio Vilhasanti pede sem meias palavras sua recompensa quando o cerco se finalizar: “...esperando da grandeza de Sua Majestade que lhe agradeça com honras e favores este e os mais serviços que lhe fez e tem feito...”.¹⁷¹

Com a situação periclitando, as contribuições foram generosas. A Câmara de Salvador forneceu 6.000\$000 réis em um primeiro momento, depois forneceu mais. O bispo contribuiu com 800\$000 réis. Ao que parece, Vilhasanti detestava o bispo. Tivera de lhe dar garantias quanto ao dinheiro emprestado, mas isso não foi suficiente. Logo o bispo voltaria à carga e todo este dinheiro jamais seria visto se a situação não fosse de extrema emergência.

3.4. O BISPO E SEU DINHEIRO

Ao que tudo indica Dom Pedro da Silva, Bispo de Salvador, era uma pessoa de difícil trato. Impôs diversas condições para soltar o dinheiro (Vilhasanti comenta que teve de relacioná-las por escrito). Assim que Nassau retirou suas tropas, o bispo começou a pressionar Vilhasanti

¹⁶⁹ Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638*. Lisboa: Coleção Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, 1941. p. 25.

¹⁷⁰ “Pede o ditto João alvez da fonçeca, em conçideração do referido, lhe faça VMg.de meçe mandar dar comprimento a promessa dos dittos sessenta mil rs. de q~ lha fez com o habito de christo...”.Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638*. Lisboa: Coleção Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, 1941. p. 208.

¹⁷¹“...esperando da grandeza de sMag.de lhe agardessa com honras e favores este, e os mais cerviços q lhe faz e tem feito ...”. Na verdade a solicitação foi feita pelo Tabelião Pascoal Teixeira, todavia, podemos notar claramente que Vilhasanti estava por detrás do pedido.

constantemente para reaver suas moedas. Vilhasanti o definia como “pior que os ministros da guerra”.

O provedor concordou em colocar o Bispo Dom Pedro da Silva na lista de prioridades a serem pagas. Todavia isso não foi suficiente. “Nem com isso se satisfez em esperar a que se faça a folha [de pagamento] que se costuma fazer aqui no primeiro quartel do Natal”.¹⁷²

Em uma ocasião, o bispo foi pessoalmente à residência do provedor. “Veio a minha casa com tanta cólera a me pedir o seu dinheiro, como se eu lho devesse, e se pudesse me excomungava”.¹⁷³ Vilhasanti certamente explicou que os recursos monetários eram limitados e que havia uma lista de prioridades a ser cumprida. A inclusão do bispo se faria a custa de outras despesas. “Tenho instado com o governador que o coloque na folha, o que será feito, mesmo tendo em conta as grandes necessidades que temos passado”.¹⁷⁴

Por fim Vilhasanti termina contrapondo o comportamento de Dom Pedro da Silva ao das pessoas simples de Salvador:

E saiba também Vossa Majestade que ele não me tem edificado e nem a este povo com a sua maneira de adquirir dinheiro nesta ocasião em que temos tantos doentes, feridos em estado miserável, para os quais ele demonstra bem pouca caridade. Este povo, por outro lado, ajudou com tudo o que tinha, com toda boa vontade.¹⁷⁵

Os jesuítas, que das ordens religiosas eram os mais encarniçadamente anti-holandeses, fizeram grandes esforços físicos e econômicos.

¹⁷² “...nem cõ isso se satisfaz em esperar em esperar a q~ se faça a folha q~se custuma aqui fazer no primeiro quartel que he pello natal”. Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638*. Lisboa: Colecção Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, 1941.

¹⁷³ “Veio a minha casa cõ tanta cólera a pedir-me o seu drº como se eu lho devesse q~ não faltou mais q~ excomungarme se pudera”. Idem. p. 125.

¹⁷⁴ “...tenho asentado cõ o g.or q~ se lhe meta na folha como se fará, ainda que he tiralo nesta occazião de grandissimas necessidades em q estamos”. Idem.

¹⁷⁵ “E saiba VMg.de também q~ nos não tem edificado e a este povo o seu modo de proceder na materia de adquirir drº antes nesta occazião de tantos doentes feridos Pobres miseraveis, tem mostrado pouca charidade sendo bem ao contrario, a este Povo q~ cõ grande assistencia e charidade acudirão todos cõ tudo o que tinhão cõ m.to boa vontade Idem ibidem.

...oferecendo com generosidade os escravos e serventes do colégio, além de gastarem grande parte do seu gado e criações para sustentar o exército de Pernambuco na retirada que fez daquela capitania, na ocasião em que os comuniquei da falta que havia de carnes ao tempo do cerco e da dificuldade que havia em trazer carne de áreas mais distantes. Os jesuítas mandaram entregar grande quantidade de vacas com que ajudaram a aliviar a fome que se sentia quando do cerco. E sendo necessário ferramentas, madeiras para se reparar as fortificações, deram com generosidade todos estes gêneros de que foram de grande utilidade para o serviço de Vossa Majestade nesta ocasião de dificuldades. Além disso deram um subsídio em dinheiro retirado de suas posses.¹⁷⁶

O provedor torna a demonstrar o enorme esforço que a população da cidade fez para enfrentar o cerco preparado por Nassau. Todo dinheiro foi cedido na qualidade de empréstimo. Como já foi dito, naquele tempo o dinheiro muitas vezes era fornecido não em troca da mesma quantia a ser devolvida no futuro, mas em troca de honrarias. O montante de dinheiro gasto no sítio deve ter sido muito grande (nas guerras era quase sempre assim). Quando do final do cerco, Vilhasanti teve de proceder às devoluções e era bem menos dinheiro do que a quantidade que entrou originalmente. A infantaria estacionada na cidade, por exemplo, já não era paga há meses e boa parte do dinheiro entrou para cobrir despesas já feitas anteriormente. Aliás, essa foi a única vez que o exército de Pernambuco viu a cor do dinheiro, quando a Câmara de Salvador, agradecida, votou uma quantia para ser entregue aos soldados.¹⁷⁷

No Rio de Janeiro foi feito um leilão de artigos não especificados (muito provavelmente açúcar). O lote foi vendido por 72.500 cruzados. Dois terços desse valor deveriam ser pagos em dinheiro e um terço em fazendas. É possível que parte desse dinheiro fosse para pagar as despesas na Bahia,

¹⁷⁶ “...offerecendo liberalmente os escravos, e serventes do Collegio, e sem embargo de se aver despendido grande parte do seu gado, e criações para sustento do Exercito de Pernãobuco na retirada que fez daquella capitania, avendo sabido de mim a falta q~ se padecia de Carnes no tempo do Cerco, e a impossibilidade para se poder trazer de partes mais Remotas, mandarão entregar grande cantidade de Vacas com q~ se ajudou a aliviar a opreção que nesta parte sentião os cercados, e sendo assi mesmo necessário para se fabricarem, e repararem as fortificações, ferram.tas, muitas mad.as, e esportas offereçerão, e derão liberalmente todos estes generos, de que me vali com grande Utilidade do serv.o de Smag.de em occazião de tanto aperto, na qual também derão de sua fazenda hum subsidio de dinheiro..”. Idem p. 197.

¹⁷⁷ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 144.

uma vez que o negócio foi mencionado por Vilhasanti. O curioso é que as autoridades coloniais tiveram de se precaver de espertalhões. Havia uma “tramóia” para comprar o lote por uns cinqüenta e cinco mil cruzados, considerado um preço muito baixo.

... que sobre esta arrematação se fizeram as diligências mais convenientes ao serviço de Vossa Majestade, o que se fez que frustrasse uma tramóia que estava preparada para levarem a mercadoria por menos de dezesseis ou dezessete mil cruzados.¹⁷⁸

Além do bispo e de diversos espertalhões cariocas, Vilhasanti teve problemas com diversos oficiais, e aqui o caso esteve para terminar em agressões físicas.

...Ministros maiores e menores têm me pedido seus pagamentos como se por aqui houvesse o tesouro de Veneza ou como se Vossa Majestade tivesse por aqui alguma cidade de Potosi. Na verdade é um de meus maiores trabalhos, já que a maior parte deles está muito bem paga e a outros se deve muito pouco.¹⁷⁹

É de se crer que o trabalho de Vilhasanti fosse um tanto difícil. Durante o cerco ele trabalhou muito. Foi testemunhado que ele ficou quarenta e três dias sem tirar a roupa ou ir para casa!¹⁸⁰ Não bastasse o fato de que havia pouco reconhecimento quanto a isso e ele ainda tinha de enfrentar os credores da fazenda real.

Alguns capitães e oficiais maiores que me pedem o pagamento com a espada na mão, fazendo-me a cada dia muitas descortezias em função de meus procedimentos atuais. Tais descortezias que me fazem não são merecidas.¹⁸¹

O provedor parece ter sido ameaçado com mais veemência por dois oficiais: o Capitão Tristão de França e o Sargento-Mor João de Araújo.

¹⁷⁸ “q~ sobre esta rematação fizera as (diligências) que convierão ao serviço de VMg.de com que frustrarão os intentos de hua tramoya que estava armada p.^a os levarem por menos dezaceis ou dezacete mil cruzados”.Idem p. 185.

¹⁷⁹ “...Menistros mayores e menores sobre me pedirem seus pagamentos como se houvera cá o thezouro de veneza, ou VMg.de tivra aqui Algum Potosy, e na verdade q~ he hum dos mayores trabalhos q~ eu aqui padesso p. que a mayor Parte delles estão muy bem pagos, e outros se o não estão em todo deveselhes muy pouco”. Idem p. 122.

¹⁸⁰ Idem p. 178

¹⁸¹ “Alguns capitaes o officiais mayores q~ com a espada na mão me Pedem o seu Pagamento fazendome cada dia muytas descortezias não merecidas dos meus procedimentos q~ eu soffro p.la occaziam Presente...”.Idem p. 93.

O capitão, enquanto o cerco ainda corria com os holandeses ameaçando a capital, encontrou Vilhasanti que estava trabalhando em um armazém. Aos gritos o capitão exigiu que Vilhasanti saísse. Talvez quisesse duelar com ele. A questão era que o capitão exigia “dois terços do pagamento”. Segundo Vilhasanti, o dinheiro já deveria ser pago na Casa da Torre Garcia D’Ávila o que o capitão, por algum motivo ignorado recusou.¹⁸² Vilhasanti também alegava que o capitão havia recebido seis pagamentos em Lisboa e que, portanto, não deveria reclamar. Segundo o provedor a questão deveria ter sido arbitrada pelo governador ou pelo Conde de Bagnuolo, oficial italiano, chefe do terço napolitano e oficial mais graduado na cidade.¹⁸³ O Governador Pedro da Silva, homônimo do bispo, era sintomaticamente conhecido como “o mole”. É bem possível que o governador considerasse aquela trama como assunto exclusivamente militar, é também possível que Bagnuolo não quisesse se envolver naquele vespeiro luso-brasileiro que envolvia autoridades civis. Fosse como fosse, Bagnuolo e Pedro da Silva se detestavam, se acusando mutuamente para Lisboa, o que não contribuía para melhorar a situação. Desconheço a forma como o caso foi resolvido, se é que foi resolvido.

Todavia, a Nêmesis de Vilhasanti foi o Sargento-Mor João de Araújo.¹⁸⁴ Estava o provedor-mor trabalhando na casa dos contos, no dia primeiro de junho de 1638, entre cinco e seis horas da tarde, e junto com ele trabalhavam o contador-geral Jorge Coelho Castanho, o escrivão dos contos Paulo Corrêa de Moura, o almoxarife dos armazéns João Guilherme junto com seu Escrivão Simão Álvares Pinheiro e o Escrivão do Tesouro Duarte Carvalho, quando o sargento-mor irrompeu e interrompeu a reunião perguntando a Vilhasanti se este estava de partida para o Reino. Vilhasanti

¹⁸² A Casa da Torre Garcia D’Ávila, construção quinhentista situada em Tatuapara, próximo a Salvador serviu de quartel durante o cerco. Pagamentos foram feitos ali. De fato, segundo o testemunho do Professor Ivan Dória que chefiou escavações arqueológicas no local em 1977, foram encontradas ali moedas seiscentistas. Sobre a atuação da Casa e dos proprietários durante a ocupação holandesa ver: Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O Feudo. A Casa da Torre de Garcia D’Ávila: da Conquista dos Sertões à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁸³ Evaldo Cabral de Mello. *Nassau*. Op. cit. p. 75.

¹⁸⁴ O posto de sargento-mor equivale hoje ao de major. Portanto, tratava-se de um oficial de nível intermediário. www.arqnet.pt/exercito/postos.html Consultado em 11/01/08.

respondeu que sim. O sargento-mor então exigiu seu ordenado atrasado e se Vilhasanti não o pagasse não embarcaria para a metrópole. Vilhasanti retrucou que a fazenda não tinha dinheiro disponível e lembrou as grandes despesas feitas por ocasião do cerco holandês. O sargento-mor, furioso, trovejou que Vilhasanti havia pago a seu filho e a outras pessoas e que ele, sargento-mor, haveria de ser pago pois que tinha uma provisão real. Segundo o testemunho, Vilhasanti se dirigiu ao sargento-mor para acalmá-lo. Talvez o sargento tenha interpretado mal, pois que levantou a bengala que tinha na mão à guisa de porrete dizendo que Vilhasanti não se aproximasse mais. Em seguida o sargento-mor “saiu pela porta fora proferindo palavras insultuosas e as ficou repetindo na praça onde logo se concentrou uma multidão dando a tudo ares de motim.”¹⁸⁵

Os oficiais presentes fizeram então um auto contra o sargento-mor que foi mantido em cárcere por uns dias. O Sargento-mor João de Araújo talvez não tivesse tantos motivos para reclamar. Na verdade os oficiais recebiam com muito mais regularidade que os soldados. Em uma rodada de pagamentos Vilhasanti escreveu que a cada soldado não couberam mais que sete patacas (2.800 reais) que, segundo ele “são os mais necessitados”.¹⁸⁶ Em um documento, o Conde Bagnuolo escrevia ao rei que “a dificuldade em se dar o dinheiro é que não é suficiente dar quatro pagamentos aos soldados e mais quatro aos oficiais...”.¹⁸⁷ Ou seja, os oficiais receberiam o pagamento completo e os soldados uma parte. Em outro documento Vilhasanti declara que “...não faltando oficiais mais graduados que levam a maior parte dos soldos sem merecimento algum, tudo em prejuízo da fazenda real”. Naquele século, como também ocorre em nosso tempo de uma maneira mais atenuada, os oficiais pertenciam aos estamentos superiores da população. Além de serem geralmente mais instruídos que seus subordinados, também possuíam maiores meios de pressão através de contatos sociais etc.

¹⁸⁵ “com palavras mui desentoadas se sahio pella porta fora repetindoas na praça em q~ estava muita gente q se aiuntou ao modo de motim que deu grande escândalo a elle Provedor mor e officiaes que com elle estavam”. Pedro Cadena de Vilhasanti. Op. cit. p. 99.

¹⁸⁶ Idem p. 123.

¹⁸⁷ “La dificultad para dar el dinero, consiste q~ no basta para dar quatro socorros a los s.dos y quatro Pagas a los officiales...”. Idem p. 126.

Assim, além dos oficiais terem soldos maiores eles tinham mais acesso às moedas que sempre eram em quantidade insuficiente.¹⁸⁸ Isso levava à situação que nas guerras coloniais do século XVII, a fidelidade dos oficiais ao governo pelo qual lutavam costumava ser mais constante. Por exemplo, em Angola durante o ano de 1694, a tropa se amotinou por falta de pagamento.¹⁸⁹ Um trãnsfuga holandês, Theodor Straeten, antes de entregar o Forte de Nazaré a troco de dinheiro, fez uma preleção para a guarnição na qual dizia que mais valia entregar o forte do que “servir a mercadores, que lhes não pagavam o seu soldo, nem lhes davam de comer nem vestir”. Nesta ocasião, a principal oposição a Straeten foi liderada por um de seus oficiais.¹⁹⁰

¹⁸⁸ Por exemplo Vilhasanti deu algumas moedas para os oficiais feridos que se encontravam em convalescença. Idem p. 179.

¹⁸⁹ L Rebelo de Sousa. Op. Cit. p. 59.

¹⁹⁰ Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004. p. 291.

CAPÍTULO 2

AS MOEDAS NO BRASIL PÓS UNIÃO IBÉRICA

1. A POLÍTICA MONETÁRIA DA RESTAURAÇÃO

Quando Portugal reconquistou sua independência em 1640 as circunstâncias políticas e econômicas dificilmente poderiam ser piores. Por um lado, em seu aspecto político, se o país até aquele momento se via onerado pelas exações espanholas, de agora em diante Portugal teria de sustentar sua própria guerra com a Espanha, um país maior, mais rico e mais poderoso. A França, que também travava guerra contra a Espanha, prestava um auxílio apenas eventual. A Holanda, com quem Portugal já cruzava espadas pelo mundo, se mostrava uma contraparte imprevisível e traiçoeira, desrespeitando acordos e atacando no além-mar. A Inglaterra, antigo aliado, agora sob a férula do teocrático e puritano General Cromwell se mostrava pouco confiável quando não estava declaradamente hostil, bloqueando com sua esquadra o porto de Lisboa e atacando as frotas comerciais portuguesas.

Como se todas essas agruras não fossem suficientes havia ainda que encarar o descalabro econômico. Portugal se encontrava empobrecido. O Estado da Índia lutava pela vida contra os predadores holandeses, e a cada ano se perdia mais terreno. O Brasil, jóia colonial, encontrava Pernambuco ocupado e a Bahia periodicamente sofria ataques. Para piorar ainda mais uma situação que parecia já desesperadora, os produtos brasileiros sofriam depreciação nos mercados internacionais.

No Reino e no império se tentavam medidas para remediar a situação. No que diz respeito às moedas a situação também não era boa. A tradicional rota de abastecimento, o contrabando feito em Buenos Aires, vinha sendo corroída pelas quedas na produção de prata e para piorar, o tráfico foi cortado dada a hostilidade entre as duas metrópoles.

Nessas circunstâncias de decadência econômica e falta de moedas, uma das soluções encontradas foi depreciar o valor das moedas através do método de carimbá-las, introduzindo-se na colônia portuguesa a prática da desvalorização monetária.

1.1 A INTERRUPÇÃO NO TRÁFICO DE MOEDAS E A BUSCA POR ALTERNATIVAS

A recém adquirida independência de Portugal iria lançar o país, bem como sua colônia, em uma dolorosa seqüência de dificuldades econômicas. Do lado português, o problema com a Holanda continuaria, apesar de ter sido assinada uma trégua. Já com a Espanha, obviamente, não seria possível se chegar a um acordo. Lá, a revolta de 1640 era vista como uma rebelião, uma espoliação de direitos.

No caso do contrabando que florescia no Prata, a nova situação política iria provocar controvérsias e juntar dificuldades ao comércio ilegal. Até então, este era escudado no fato de que os participantes eram súditos da mesma dinastia e isso agora era coisa do passado.

Em Buenos Aires:

Estabeleceu-se vigilância severa sobre a navegação do estuário, proibindo que do porto se aproximasse qualquer embarcação, sem licença especial. Chegou-se até a condenar à morte os pilotos do navio Nossa Senhora do Porto, procedente da Bahia, Gaspar e Simão Barbosa e dois outros portugueses, Manuel Martines Pinto e João Pires Bastos, por terem vindo comunicar aos lusos residentes em Buenos Aires a rebelião portuguesa.¹⁹¹

De fato, após a restauração, o ânimo local para com os luso-brasileiros, que já vinha sofrendo alguns desgastes desde a última década, passou a ser francamente hostil. Enviados do Brasil holandês mandados à Bahia para negociações, informaram que:

...os baianos, tal como os habitantes das outras capitânicas portuguesas, não mantinham mais comércio algum com o Rio da Prata; os que lá haviam chegado depois da restauração portuguesa, haviam sido recebidos como inimigos.¹⁹²

Por todas as cidades da América espanhola que haviam recebido portugueses durante a União Ibérica, o que se via agora eram claros sinais de intolerância. A rica comunidade portuguesa de Lima, ameaçada de expulsão, só não o foi depois de pagar uma enorme contribuição. Essa rica

¹⁹¹ Alice Canabrava. *O Comércio Português no Rio da Prata...* Op. cit. p. 179.

¹⁹² Idem, *ibidem*, p. 181.

comunidade, formada basicamente por cristãos novos, controlava a principal rua comercial da cidade, se destacando muito economicamente.

Em Buenos Aires, os portugueses residentes foram convocados a entregarem as armas. Apareceram 108 pessoas do sexo masculino. Calculava-se então que os portugueses, estabelecidos em uma época mais favorável, perfaziam um quarto da população da cidade.¹⁹³ O exemplo foi seguido em outros lugares estratégicos.

Para evitar os perigos de invasão iminente, providências defensivas semelhantes às de Buenos Aires foram tomadas em Lima e Potosi, onde os portugueses foram obrigados a se registrar perante as autoridades e proibidos de andar armados. Como não valia a pena retirar todos da região, o vice-rei atacou em outras frentes, procurando facilitar a nacionalização dos que ficassem, em vez de persegui-los. Escreveu para a Audiência da Prata, o órgão judicial máximo de sua administração, sugerindo algo mais que a fiscalização de armas. Ele desejava que se aceitassem como espanhóis os filhos de portugueses que tenham nascido na Coroa de Castela e aqueles que fizessem contribuições para a Igreja.¹⁹⁴

Do lado português havia mais tolerância:

Em todo o Brasil, mesmo depois da separação das Coroas, os espanhóis continuaram sendo aceitos como moradores e súditos a partir do momento em que se estabeleciam em uma vila.¹⁹⁵

É certo que o fim da União Ibérica não acabaria totalmente com o comércio da prata em Buenos Aires. Ele continuaria ocorrendo e, ao longo dos anos, notícias dele chegarão até nós. Ao fim, o Estuário do Prata permaneceu fechado aos luso-brasileiros durante cerca de sete ou oito anos. Mas o fato é que sua época áurea havia chegado ao fim. Os montantes do contrabando são difíceis de quantificar, portanto não se pode fazer uma avaliação clara de quanta prata foi exportada depois de 1640. Todavia, o que parece certo é que essa atividade se tornou muito mais eventual. Até o final do século desaparece uma certa segurança que havia no desenrolar do

¹⁹³ Idem. Alice Canabrava. p. 180. A população total da cidade era orçada em umas 1.500 pessoas.

¹⁹⁴ Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão*. Op. cit. Volume II. p. 123.

¹⁹⁵ Idem.

contrabando. Ou seja, temos notícias do contrabando mas elas se tornam muito mais vagas e esparsas.

Em São Paulo, onde o dinheiro não era abundante, o fechamento do porto platino tornou a valorizar a antiga rota terrestre para Assunção.

Além de um território abrigando tupis e guaranis, o sertão de Santana do Parnaíba era compartilhado por portugueses e espanhóis de um modo que ia muito além da imagem estereotipada das incursões sertanejas como expedições que visavam apenas escravizar índios. Se é certo que a escravização de índios era um motor para muitos eventos, é menos certo que esse processo se limitasse a disputas entre súditos de coroas européias por nativos, embora elas claramente existissem naquele momento. Entre os dois lados da fronteira, havia um fluxo de negócios acontecendo, num momento em que a rota tradicional de obtenção da prata na economia brasileira, o comércio de contrabando com Buenos Aires, havia sofrido um desmoronamento.¹⁹⁶

Mas mesmo que a rota alternativa provesse alguma prata, ela era necessariamente bem pouca para as necessidades coloniais e, no caso específico de São Paulo, levou a novas rugas sobre moedas com a Vila de Santos.

Assim o declara o termo de 24 de maio de 1642, quando o procurador do conselho requereu que o alcaide da villa [de São Paulo] fosse dar busca aos forasteiros em suas caixas e fatos que da villa levavam a Santos, porque tinha notícia que carregavam todo dinheiro ficando a villa sem nenhum ... [E] a 17 de janeiro de 1643, renovou-se a proibição de commerciareem os forasteiros, trocando gêneros por moeda, ficando-lhes defeso levar numerário para Santos.¹⁹⁷

Mas a crise continuou e em setembro foi decidido que os comerciantes que fossem vender vinho em São Paulo não poderiam receber moedas em troca da mercadoria.¹⁹⁸ A própria câmara, aliás, procedeu a levantamentos no valor das moedas, que de resto era um procedimento ilegal.¹⁹⁹

Foi contra este pano de fundo que foi organizada a grande bandeira chefiada pelo português Raposo Tavares que, partindo de São Paulo, fez um

¹⁹⁶ Idem p. 124

¹⁹⁷ Affonso de E. Taunay. *História Seiscentista da Villa de São Paulo*. São Paulo: Typografia Ideal, 1927. p. 151.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Idem p. 150.

grande arco e saiu pelo Rio Amazonas. Joaquim Romero Magalhães avança a hipótese de que a expedição, de grande magnitude uma vez que contava 120 paulistas e 1200 índios, talvez contasse com o apoio tácito do rei português. O que parece claro é que um dos objetivos da expedição era o de encontrar metais preciosos, ou pelo menos abrir um caminho alternativo para a prata boliviana.²⁰⁰ O choque da possibilidade de se faltar metal para as moedas levava a medidas mais audazes.

Stuart Schwartz, na verdade, ponderava que Portugal enfrentava uma situação bizarra, para se dizer o mínimo. Assim para enfrentar os enormes custos de suas guerras, contra a Espanha inclusive, Portugal precisava da prata das colônias espanholas. Após 1648 o comércio de escravos era a chave que abriu o cofre argênteo.

Os portugueses foram forçados a autorizar a venda de escravos para a América espanhola e em troca obter a prata espanhola necessária para pagar os custos da guerra. A Espanha queria evitar a sangria da prata e sua remessa para o reino rebelde, mas para isso tinha que assegurar o suprimento de mão-de-obra e suas colônias sem o auxílio dos portugueses.²⁰¹

1.2. O PRIMEIRO LEVANTAMENTO

Quanto ao numerário, especificamente falando, o governo do Reino decidiu proceder a um levantamento da moeda. Tal prática provocava toda uma gama de conseqüências econômicas. Em Portugal uma lei de 1º de julho de 1641 determinou que o valor da prata seria aumentado.²⁰² Dava-se um período de seis meses para as moedas serem levadas a lugares pré-determinados a fim de serem fundidas e recunhadas. Em um alvará de março, já havia se autorizado a cunhagem de novas moedas de ouro.²⁰³ Note-se que essas medidas se referiam apenas às moedas que circulavam em

²⁰⁰ Joaquim Romero Magalhães. “A Construção do Espaço Brasileiro”. In: Francisco Bethencourt (Org.) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 50 e Jorge Caldeira. Op. cit. Vol. 2, p. 126.

²⁰¹ Stuart Schwartz. Prata, Açúcar e Escravos: de Como o Império restaurou Portugal. *Tempo* vol. 12 n° 24 Niterói 2008. Consultado em 26/01/09.

²⁰² Veríssimo Serrão. *História de Portugal...* Op. cit. Volume V. p. 151.

²⁰³ Severino Sombra. *História Monetária do Brasil Colonial...* Op. cit. p. 647.

Portugal. Tratava-se de um esforço para purgar o meio circulante português das antigas moedas castelhanas cerceadas e organizá-lo para enfrentar os novos e difíceis tempos.²⁰⁴ Essas dificuldades começaram a se manifestar nas moedas de cobre. Estas, por conta da fabricação de canhões, peças para engenhos e construção de navios, já havia desaparecido. Sua escassez tornava mais difícil a vida das classes mais baixas e dificultava a entrega de esmolas para mendigos.²⁰⁵

Basicamente três motivos podem ser relacionados para tal medida. Em primeiro lugar havia a questão da escassez do metal que deve ter sido imediatamente sentida por causa da guerra. Além disso, com o contrabando com as colônias espanholas estrangulado deve ter ficado claro que um período de dura carência de moedas iria começar. Em segundo lugar, havia a própria guerra com a Espanha. Aumentar o valor do dinheiro e cobrar senhoriagens era uma maneira de se fazer frente aos tremendos gastos que envolviam o conflito militar.

O terceiro motivo não deve ter sido percebido imediatamente, mas com as desvalorizações posteriores ele ganhou importância. Alterar o valor da moeda para cima proporcionava competitividade para os exportadores nacionais. No caso de Portugal, o produto exportado de maior rentabilidade era o açúcar brasileiro. À medida que o tempo passava essas desvalorizações amparavam um pouco os exportadores brasileiros, então enfrentando forte competição do açúcar das Antilhas.²⁰⁶

1.3. A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS OFICINAS MONETÁRIAS

²⁰⁴ Chama-se de moeda cerceada aquela “cujo bordo foi limado ou raspado, geralmente com intuito criminoso, diminuindo o seu peso legal para obter as limalhas do metal precioso”. Kurt Prober. *Manual de Numismática*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1945, p. 147. As moedas espanholas de Potosi com seu estilo rústico eram cerceadas de forma maciça. Para se obter mais informações sobre moedas cerceadas. *Moedas de Todo Mundo. Guia do Colecionador*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997, p. 29-30. Mircea Buescu viu nesse primeiro processo de remarcação um claro indício de que o Ciclo da Cana de Açúcar começava a declinar. Mircea Buescu. *300 Anos de Inflação*. Rio de Janeiro: APEL Editora S. A., 1973, p. 50.

²⁰⁵ Frederic Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. Vol. II...op. cit. p. 170 e 171.

²⁰⁶ Esse procedimento seria repetido trezentos e quarenta anos mais tarde quando os governos desvalorizavam a moeda amparando a produção nacional mas, por outro lado, alimentando a inflação que corroeu a economia durante as décadas de 70 e 80.

Todas essas mudanças que ocorriam no numerário em Portugal não tardariam a chegar ao Brasil. Por aqui, a maioria esmagadora das moedas eram as antigas peças espanholas de Potosi. As moedas portuguesas eram bem mais raras. Mesmo durante a União Ibérica, Portugal continuou cunhando moedas em seu território. Nessas moedas estava gravado o brasão português. A única referência estrangeira eram os nomes dos monarcas, sempre os dos Felipes espanhóis.²⁰⁷ Embarcadas diretamente de Portugal para pagar funcionários ou trazidas por imigrantes, havia no Brasil algumas dessas peças, porém em minoria.

Com receio de uma saída das antigas moedas espanholas do Brasil devido ao seu baixo valor, foi determinado em um alvará de 26 de fevereiro de 1643, contramarcas as patacas espanholas (as grandes peças de 8 reales), com um carimbo apresentando o número 480 e as meias patacas (as peças de 4 reales) com um carimbo de número 240.

Imagem 1



²⁰⁷ Cf. Almeida do Amaral. *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas...* Op. cit.

Imagem 2



Edgard Romero afirmou que o alvará não fazia menção às moedas de 2 reales e 1 real, todavia estas também foram contramarcadas com carimbos de 120 e 60, respectivamente.²⁰⁸ Como uma forma de afirmação sobre essa novidade monetária, sobre todos esses carimbos deveria vir gravada a coroa real.

Imagem 3



Note-se que essas modificações seriam feitas apenas nas “moedas antigas”, ou seja, as de origem espanhola. As portuguesas manteriam seu

²⁰⁸ Edgar de Araújo Romero. Dos levantamentos do valor e das medidas para evitar o cerceio da moeda portuguesa no século XVII. Sua execução no Brasil. In: *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática*. São Paulo: Salles & Oliveira Cia. Ltda, 1937. p. 410.

valor, pelo menos por enquanto. Para procederem a essas modificações, os habitantes da colônia deveriam se dirigir a lugares pré-determinados, onde funcionariam oficinas monetárias. Esse tipo de estabelecimento era muito menor que uma Casa da Moeda. Nele trabalhavam apenas uns quatro ou cinco indivíduos. Em uma oficina monetária, ao invés de se cunharem moedas, se procedia a “carimbagem” das mesmas.

Além dos motivos listados acima, a coroa ao determinar essa medida, aumentava o poder aquisitivo de quem tivesse moedas. É necessário lembrar que nesse período não parece ter havido inflação de nenhum tipo na colônia dado o estoque relativamente pequeno de moedas. Além disso, a coroa lucrava com o expediente, pois, do valor acrescido, uma parte deveria ir para o erário real.

É necessário lembrar que as remarcações eram uma medida por assim dizer de emergência. O Padre Antônio Vieira, sempre agudo, se mostrava cético sobre a viabilidade do processo a médio prazo. Segundo ele:

Porque as confiscações e o cunho da moeda foram acidentes que se não podem repetir; as rendas e as comendas estão empenhadas para muitos dias e anos; os juros, as tenças (tipo de pensão paga geralmente em dinheiro) e os salários não se pagam com o levantamento da moeda, que cresce o preço às mercadorias e faz que os estrangeiros tragam prata em vez de drogas, com que quebram muitos os direitos das alfândegas; as terras das fronteiras, infestadas do inimigo, deixam de se cultivar por muitas léguas; as lavouras e as artes, levando-lhes os oficiais e lavradores para a guerra, se diminuem; o que tudo vai consumindo e atenuando as forças do reino com passos tão largos que em poucos anos não poderão os homens manter as vidas, quanto mais pagar os tributos e sustentar as despesas de guerra.²⁰⁹

O pessimismo de Vieira não afetou os maiores do reino e foi determinado que, no caso do Brasil, se abririam oficinas monetárias no Rio de Janeiro, Salvador e Maranhão. Assim se atenderia ao norte e ao sul do Estado do Brasil e se colocaria uma oficina específica para o Estado do Maranhão.²¹⁰ Os proprietários de moedas espanholas teriam até quatro meses para levar suas moedas espanholas até a oficina monetária mais

²⁰⁹ Antônio Vieira, Apud José Luiz Cardoso. Pensamento econômico da época da restauração. In: *Penélope*. Op cit., n. 9/10. 1993, p. 138.

²¹⁰ Àquela época o Brasil estava dividido entre os estados do Brasil e do Maranhão.

próxima para a remarcação. Aos moradores de Salvador era concedido um mês e aos que morassem fora da cidade dois meses.

A determinação de se criar uma oficina para o Maranhão evidencia que até mesmo aquele lugar se havia beneficiado do tráfico peruleiro, o que nos dá mais uma indicação indireta do quanto ele foi volumoso e, bem ao contrário de anos posteriores, que ali havia moedas em boa quantidade. Aliás, da grande leva de oficinas monetárias que iriam ser fundadas ao longo do século, a única que funcionou no Maranhão foi a de 1643.²¹¹

No Espírito Santo funcionou uma oficina monetária isolada em 1644. Acredito que a da Bahia já tivesse remarcado todas as moedas espanholas disponíveis e que o pessoal bem como o material de trabalho tivesse sido transferido para essa capitania.²¹² O caso do Espírito Santo é compreensível. Apesar da capitania não ser especialmente importante, ficava equidistante entre o Rio e Salvador, e o transporte de moedas por terra seria lento e difícil, fazendo jus assim de uma oficina monetária específica.

1.4. O GOVERNADOR QUE SUCUMBIU ÀS REAÇÕES À POLÍTICA MONETÁRIA

O funcionamento da oficina monetária no Rio de Janeiro foi, ao final, mais problemático e provocou uma querela política séria. Quando da instalação da oficina ali, era governador Luiz Barbalho Bezerra. Nascido na aristocrática Olinda em 1600, Barbalho Bezerra era provavelmente oriundo de uma família de posses. Quando do ataque holandês contra Pernambuco em 1630 ele militou no exército alcançando postos de comando. De certa feita, foi capturado pelos holandeses e enviado para a Europa como prisioneiro. Foi libertado algum tempo depois graças a interferência de Maurício de Nassau.²¹³

Servindo em Salvador, ele foi diretamente responsável pela derrota final do assalto de Maurício de Nassau contra a cidade em 1638. Um bairro

²¹¹ Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil. 290 Anos de História*. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica Editora, 1984. p. 45.

²¹² Idem.

²¹³ <http://www.geocities.com/Athens/Pantheon/2111/biografias.htm?200724>. Consultado em 24/10/2007.

da cidade, o Barbalho, se situa em terras que eram de sua propriedade. No ano seguinte, Barbalho Bezerra estava embarcado na armada do Conde da Torre, cujo objetivo era varrer os holandeses do Brasil. Em uma série de batalhas navais o Conde da Torre foi derrotado, e Barbalho Bezerra, com uma tropa de dois mil homens, foi desembarcado no Rio Grande do Norte.

Barbalho Bezerra e sua tropa estavam então em uma situação tremendamente difícil. Estavam sem saída, no extremo do território controlado pelos holandeses. Foi quando praticou o feito que o tornou famoso. À frente de seus homens, ele atravessou dois mil quilômetros de território holandês, combatendo os mercenários da WIC, bem como tribos de índios aliados dos holandeses.

Quando, finalmente, conseguiu atravessar o Rio São Francisco sua tropa estava reduzida a menos da metade, vitimada pelos inimigos e pela fome. Todavia, sua campanha não foi um desastre total. Pelo seu caminho ele devastou um grande número de engenhos. Hermann Watjen assim definiu a situação:

Muito duramente atingida foi, no ano de 1640, a cultura do açúcar na Paraíba, Itamaracá, Várzea e sul de Pernambuco, quando Luiz Barbalho em sua retirada do Rio Grande traçou através da região holandesa uma rubra linha de fogo.²¹⁴

Como se vê, Barbalho Bezerra era um comandante audacioso e duro. Todavia, como muitos dos oficiais da época ele reclamava da falta de pagamento.

Em outra petição diz o referido Luiz Barbalho que Vossa Majestade lhe fez uma merce, quando veio de cativo de dita guerra. A mercê era de servir nesta praça para o exercício do dito cargo e devido ao fato de que era costume se fazer o pagamento de três soldos em circunstâncias semelhantes. Só que, aparentemente, ele não recebeu em Pernambuco pagamento algum no exercício do dito cargo. Luiz Barbalho estava muito necessitado do dinheiro devido ao fato de ter estado cativo e ter gastado tudo o que tinha no serviço de Sua Majestade naquela guerra.²¹⁵

²¹⁴ Hermann Watjen. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 433.

²¹⁵ “*Em outra petição Diz o dito Luiz barbalho q~ Vmg.de lhe fez m.ee vindo de cativo da dita guerra mandar asentar aqui praça para o efeito de exercitar o dito cargo e porq~ era costume daramsse três paguas quando se asentão semelhantes praças e a elle supp.te se*

O que havia de mais comum nesse período eram queixas desse tipo. Mas o fato é que Barbalho Bezerra não parece ter tido muito interesse em riquezas monetárias. Em 1639 ele já havia avisado ao seu sobrinho antes de um combate: “Não quero dobrões nem fato,²¹⁶ quero negros e mais negros, todos em meu nome, que eu comporei com os soldados”.²¹⁷ Talvez, como compensação, pouco depois de sua campanha, ele foi nomeado governador do Rio de Janeiro. Com a trégua com os holandeses vigorando não havia tanta necessidade dele no Nordeste. No Rio de Janeiro ele teve de enfrentar um problema que, com todo seu conhecimento militar, não podia controlar.

Entre seus diversos afazeres, Barbalho Bezerra ficou encarregado dos trabalhos de instalação da oficina monetária.²¹⁸ As instruções dadas de Salvador, em julho de 1644, eram que “se cunhassem ali patacas e meias patacas”; a parte que competia à coroa do levantamento do dinheiro deveria ser enviada para aquela cidade.²¹⁹ A câmara do Rio então fez uma solicitação (e aqui já podemos notar os primeiros indícios do descontentamento local, uma vez que não foi o governador que solicitou), de que se as moedas fossem enviadas para a Bahia, a Capitania do Rio de Janeiro ficaria falta de dinheiro. O governador-geral então respondeu que se

*Ihe não deu em Pernãobuco nem as ditas paguas nem soldo Algu com o ditto cargo estava tão nesitado como hera notório por rezão de ser captivo e ter guastado tudo o que tinha no serviço de VMg.de naquella guerra”. Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Bahia*. Lisboa: Coleção Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, 1941, p. 173.*

²¹⁶ Por fato ele muito provavelmente se referia ao hábito de cavaleiro de Cristo ou qualquer outra honraria do tipo.

²¹⁷ Apud Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes*...Op. cit. p. 432.

²¹⁸ É praticamente certo que o trabalho de contramarcagem das moedas no Rio de Janeiro começou antes mesmo da chegada dos cunhos de Portugal. Edgar de Araújo Romero definia a data de 29 de dezembro de 1644 como a da chegada dos cunhos feitos na metrópole. Ele cita um auto da câmara do Rio de Janeiro em que se afirma: “...o mestre do navio nomeado Nossa Senhora [o original está incompleto] por nome Francisco Rodrigues, natural da Cidade do Porto, que ora chegara de Lisboa, apresentou à câmara, aos oficiais dela, uma carta de Felício Monteiro [o original está incompleto] juiz e tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa bem como quatro provisões de Sua Majestade em letra de forma em que ordena que se cunhe nesta cidade as patacas como consta das provisões. E para o dito efeito entregou uma caixinha cozida e lacrada cheia de cunhos reais, a saber: 35 de 480 réis e 15 de 240 réis. Tudo ficou armazenado na arca da câmara”. Por essa época já se carimbavam moedas no Rio de Janeiro. Edgar de Araújo Romero. Apud: *O Rio de Janeiro no Século XVII. Accordãos e Vereanças do Senado da Câmara*. In: *Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*. p. 412.

²¹⁹ Obviamente, o processo a ser realizado não era cunhagem com contramarcagem. *Projeto Resgate*. 2-2-259.

faria a substituição das moedas por letras. Foi o início do tumulto.²²⁰ A população quando foi informada invadiu a oficina e tentou tomar o cofre dos funcionários encarregados. O Governador Barbalho interveio e, para segurança do dinheiro, mandou levar o cofre para sua casa. Depois tentou acalmar a turbamulta, dizendo que escreveria ao governador-geral afirmando que não havia dinheiro disponível para a construção do Forte Lage e que o dinheiro deveria permanecer no Rio.²²¹ Barbalho Bezerra tentou convencer seus ácidos interlocutores de que tinha certeza que a resposta do governador-geral seria favorável.

Parece que o cerne da contenda havia mudado do suprimento monetário do comércio para a construção do forte, mas os ânimos permaneceram exaltados. A população se obstinava em que as moedas permanecessem no Rio de qualquer maneira. O Governador-Geral Antônio Telles da Silva, então, desconversou e pediu instruções a Portugal. E enquanto a resposta não chegava determinou que ninguém tocasse no dinheiro.

A população carioca não se deixou convencer e iniciou-se um motim. Os amotinados resolveram retirar à força o cofre da casa do governador. Percebendo que a coisa ia ficar fora de controle, Barbalho Bezerra decidiu convocar a milícia e mandou um tambor tocar pela cidade para reunir os milicianos.

Todavia a questão era um pouco mais sutil do que ele pensava. Antônio Telles da Silva descreveu para Lisboa o que aconteceu: "mas como a infantaria é pouca e a maior parte dela é casada com gente desta terra deu ânimo ao povo para insistir no tumulto"²²² Ou seja, a tropa com profundos interesses locais, se colocou ao lado da população.

²²⁰ Acredito que as letras em questão deveriam ser utilizadas no Rio, sendo as moedas enviadas para a Bahia. O texto contido no CD do Projeto Resgate não é esclarecedor.

²²¹ A construção do Forte Lage, denominado Fortaleza de Lage nos escritos da época, era a grande devoradora de dinheiro do período na capitania. Eram constantes as determinações de aumento de impostos para custear as despesas da construção. Por outro lado, a população percebia que o forte era importante para a segurança do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Rio de Janeiro. 1617-1757.

²²² "...mas como a infantaria he pouca, & a mais della gente cazada na mesma terra, deu animo aos do povo para insistirem" Pedro Cadena de Vilhasanti. Op. cit. p. 168.

Animados com essa vitória e sabendo que Barbalho estava de mãos atadas, os amotinados obrigaram-no a assinar um documento no qual se declarava um co-depositário do cofre, o outro seria o administrador. Mais, não confiando no governador exigiram que o cofre fosse transportado para a casa do administrador. Parece que houve sérias desavenças quanto ao momento em que se daria o transporte, pois Barbalho Bezerra teve de mentir aos amotinados dizendo que o cofre já havia sido retirado de sua casa, quando na verdade ainda estava lá. A impressão transmitida pelos documentos é que, se os amotinados tivessem descoberto que o cofre ainda estava na casa de Barbalho o teriam feito em pedaços.²²³

Barbalho Bezerra estava totalmente desmoralizado. Havia perdido o controle da situação e a maior parte da população do Rio de Janeiro estava contra ele. O governador-geral escreveu a Portugal: "Recebi um aviso do Rio de Janeiro, de que fora Deus servido levar para si o Governador e Capitão Mor daquela capitania Luiz Barbalho Bezerra".²²⁴ Depois explicou o motivo da morte: "Adoeceu o governador com a crença de que fora desonrado".²²⁵ Barbalho Bezerra faleceu em 1644. Ele era brutal. Produziu façanhas militares no campo de batalha contra os holandeses. Consta que de certa feita mandou arrancar o braço de um desafeto político. Mas fracassou miseravelmente quando teve de lidar com as paixões monetárias de uma cidade colonial.

1.5. A WIC ATACA ANGOLA

No Recife, logo que Maurício de Nassau soube que Portugal havia se levantando contra a coroa espanhola, decidiu agir com presteza. Acreditando acertadamente que uma trégua, ou talvez mesmo uma aliança com Portugal contra a Espanha, seria assinada nos próximos meses, ele decidiu que ataques deveriam ser desfechados contra diversas possessões

²²³ Idem.

²²⁴ "Tive aviso do Rio de Janeiro, de que fora Ds servido levar para si ao Governador & Capitão mor daquela Capitania Luiz Barbalho Bezerra". Idem ibidem.

²²⁵ "Adoeceu o Governador com a imaginação de que se fora dehonrar..."Idem ibidem.

portuguesas antes da assinatura de qualquer *agreement* com os portugueses.

Um acordo entre os dois países poderia congelar a situação política e militar durante anos, então competia agir rapidamente antes que qualquer acordo viesse a imobilizar a situação. Para Nassau o ataque mais proveitoso seria contra Angola.

Segundo Nassau explicou à metrópole, nenhuma iniciativa poderia ser tão proveitosa quanto a conquista de Angola nem desferir tamanho golpe contra a Espanha, de vez que dali exportavam-se anualmente cerca de 15 mil escravos, dos quais 10 mil para as minas e fazendas da América espanhola, e 5 mil para o Brasil, um tráfico que era avaliado em 6 milhões de florins, dos quais 1 milhão apenas em impostos... E encerrava sua argumentação acentuando que, dona de Angola, a WIC arruinaria a produção espanhola de prata, base do poderio militar de Castela na Europa, e, subsidiariamente, a portuguesa de açúcar, àquela negando acesso à mão-de-obra africana, e a esta cobrando preços que colocassem o gênero produzido no Recôncavo e no Rio de Janeiro em posição desvantajosa frente ao similar do Brasil holandês. Em tais circunstâncias, a Bahia acabaria por cair como uma fruta madura.²²⁶

Segundo Hermann Watjen: “Por mais artificiosa e sofisticada que parecesse ao Diretório a justificação de João Maurício do novo projeto, a expectativa de aumento de rendimentos fez calar toda e qualquer objeção”.²²⁷

A ação fazia um inexorável sentido econômico. Mas é interessante notar que os holandeses apenas se colocariam em uma posição de intermediários no tráfico de escravos, sem substituir os luso-angolanos completamente. Como observou Cabral de Mello:

É, contudo, digno de nota que os Estados Gerais não procurassem alijar inteiramente Portugal daquela parte da África e se mostrassem dispostos a reconhecerem sua presença no interior, o que só se pode explicar pela dependência em que se achava o comércio negreiro da Companhia em face da intermediação de pombeiros lusitanos e da sua clientela de mestiços e africanos.²²⁸

²²⁶ Evaldo Cabral de Mello. *Nassau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 126.

²²⁷ Hermann Watjen. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 184.

²²⁸ Evaldo Cabral de Mello. *O Negócio do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 113.

Em Angola além de escravos, havia uma boa quantidade de prata, evidenciada pelos relatos que nos chegam e que dão conta da existência de acumulação de moedas por ali em função do tráfico de escravos com o Rio da Prata. Quando do ataque contra Luanda os mercenários da WIC se locupletaram para valer, roubando prata das igrejas e de particulares.²²⁹ Isso não foi o suficiente. As tropas e funcionários da WIC sabiam que muito metal precioso havia sido retirado e levado para a Província do Bengo. Em 1644 foi organizado um ataque contra o Bengo, província ao norte de Luanda para onde muitos refugiados portugueses haviam se retirado.

...planejado pelo secretário do governo de Luanda, Gaspar Croesen, e pela oficialidade neerlandesa, de olha na pilhagem dos bens (inclusive muita prata oriunda do tráfico com a América espanhola), levados pelo jesuítas e pelos portugueses quando da perda da capital. O resultado é que o Bengo foi levado de vencida, e o governador Pedro César de Menezes, trazido preso para a capital. O saque rendeu mais de 500 mil florins, dos quais a WIC não viu a cor, enquanto Croesen fugia para o Recife trazendo sua parte na rapina. Em junho, desembarcavam em Recife a bordo um patacho, cerca de 178 lusitanos deportados pelos diretores, com a notícia da violação da trégua luso-neerlandesa. O espetáculo desses homens, descritos por Calado como “despidos e descalços, cobertos de piolhos e mortos de fome” e a quem se dera “a beber água salgada na viagem, de sorte que os mais deles vinham enfermos”, atiçou o ânimo dos compatriotas do Brasil holandês...²³⁰

Quanto à produção de prata da América espanhola, é bastante duvidosa a afirmação de que a interrupção do tráfico de escravos prejudicaria a produção. Já foi visto que ela se apoiava basicamente no trabalho dos índios. O golpe certamente seria mais indireto, prejudicando o fornecimento de escravos que trabalhavam nas fazendas onde se produziam os alimentos que eram consumidos em Potosi. O fato que talvez não fosse percebido imediatamente era que depois das restrições impostas ao contrabando, a venda de escravos para a América espanhola se tornava um dos veículos básicos na obtenção de moedas de prata. Isso acrescentado ao fato de que não agradava a ninguém pagar os impostos que os holandeses certamente imporiam para o tráfico de escravos.

²²⁹ Evaldo Cabral de Mello. *Nassau ...* Op cit., p. 128.

²³⁰ Idem, p. 190.

1.6. SALVADOR CORREIA DE SÁ: UM ESTADISTA DO ATLÂNTICO SUL

Em 1648, foi organizada no Rio de Janeiro uma expedição para retomar Angola para o Império português. Seu comandante seria Salvador Correa de Sá e Benevides que, embora nascido na Espanha, em 1602, descendia de uma família portuguesa. Ele pertencia àquela dinastia iniciada com o Governador-Geral Mem de Sá e seu sobrinho Estácio de Sá que fundou o Rio de Janeiro. Ele mesmo era filho e neto de governadores da capitania.

Imagem 4



Ao longo do século XVII, a família Sá gozou de uma profunda influência naquela cidade e, mesmo quando não estavam em algum posto de comando, continuavam exercendo um poder considerável através da câmara ou pelo seu poder econômico. Não é de se desconsiderar a hipótese dos Sá terem tido influência na queda de Barbalho Bezerra. Digo isso baseado em que parte da oposição a ele se concentrava na câmara e que seus opositores

assumiam uma posição claramente pró-capitania, contrariamente a Barbalho que defendia os interesses da administração central, além do que o sucessor de Barbalho Bezerra eleito pela câmara foi Duarte Correia Vasqueanes, um homem do Clã dos Sá.²³¹

Salvador de Sá estava destinado a ser uma das personalidades mais influentes no mundo português daquele século. Luiz Felipe de Alencastro se referiu a ele como: “...ao lado do Padre Antônio Vieira – o estadista europeu que melhor conheceu o Atlântico Sul”.²³² Em sua família contavam diversos governadores do Rio de Janeiro, a saber: Salvador Correia de Sá (1567-1572 e 1578-1592), Martin de Sá (1602-1608 e 1618-1620) e seu filho João Correia de Sá. O próprio Salvador foi governador em alguns períodos, isso sem contar diversos parentes e aliados que exerceram cargos menos notáveis.²³³

Com vinte e oito anos Salvador faria a pé o caminho do litoral brasileiro até Assunção no Paraguai, conhecendo assim em primeira mão o precário trajeto da prata que chegava a São Paulo.

A onda de entusiasmo despertada pela expansão para oeste trouxe até mesmo Salvador Correia de Sá e Benevides, 28 anos, primo de Vitória de Sá e filho do Governador Martin de Sá. Ele tinha ordens para chefiar a comitiva até São Paulo, entregar o comando a Fernandes (filho da fundadora de Santana do Parnaíba, Suzana Dias) e voltar ao Rio de Janeiro. Mas, segundo contaria mais tarde, foi aconselhado pelo Jesuíta João de Almeida a seguir com o grupo, com as seguintes palavras: “Deveis ir e escoltar vossa prima, mesmo que não tenhais obtido a permissão de vossos pais, pois é vontade de Deus que assim seja”.²³⁴

Essa viagem teria uma importância fundamental na vida de Salvador e o transformaria em um *expert* nos trâmites da prata boliviana, com conhecimento de primeira mão nas várias fases dos caminhos dos metais preciosos.

É importante notar que o grupo, que montava mais de quatrocentas pessoas, levava também negros e mercadorias. Uma vez em Assunção,

²³¹ Duarte Correia era tio de Salvador.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Duarte_Correia_Vasqueanes. Consultado em 05/08/2008.

²³² Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes* ... Op. cit.

²³³ Francisco Bethencourt. “O Complexo Atlântico”. In: *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 333.

²³⁴ Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão* ... Op. cit., Volume I, p. 354.

Salvador manobrou e conseguiu ser enviado para o oeste, como comandante na luta contra os índios de Tucuman. Tomando conhecimento da outra face da conquista, Salvador participou de combates ferocíssimos sendo ferido por flechadas.

Em Tucuman ele casou com uma viúva riquíssima. Dona Catalina de Alarcon talvez fosse a pessoa mais rica de Tucuman. Junto com ela vieram três estâncias e cento e vinte escravos. Mais tarde ele teve oportunidade de ir a Potosi, onde tomou contato com a produção de prata.

Salvador de Sá já vinha pensando em um ataque contra Angola muito antes da concretização da expedição. Em 1644 foi feita uma consulta ao Conselho Ultramarino sobre em que se sobressaíam razões apresentadas por ele para remediar os prejuízos causados pelos holandeses e abrir comércio com Buenos Aires, “e desde logo se poderia tirar delle (comércio) muito proveito”.²³⁵ Quando se iniciaram as discussões sobre um ataque contra Angola, a fim de retomá-la aos holandeses, Salvador se arvorou em defensor da expedição.

Salvador via a luta luso-holandesa no Atlântico Sul como um todo integrado. Em uma de suas estadias em Portugal, fez um esboço para D. João IV de toda uma série de procedimentos para bater os holandeses na área.

Ao primeiro quesito, ponderou Salvador que nenhuma esperança havia de restabelecer, em bases vantajosas, o tráfico com Buenos Aires, uma vez que os portugueses não podiam continuar a fornecer escravos negros de Angola. Sugeriu, por isto, a conquista de Buenos Aires, que seria fortificada para servir de base para controlar o estuário do Rio da Prata. Era de opinião que uma força de quinhentos ou seiscentos homens vindos do Rio de Janeiro em navios de pequeno calado poderia atacar o porto pelo lado do mar, enquanto os paulistas, com suas bandeiras, avançariam por terra, através do Paraguai. Como incentivo para que os paulistas tomassem parte na expedição, sugeria, tentativamente, que se lhes permitisse, durante ela fazer uma pequena caçada de índios. Insistia em que se deveria conceder aos paulistas a permissão de escolher, eles próprios, o seu capitão-mor, até porque nenhum estranho conseguiria controlá-los devidamente. Acrescentava que embora a tomada de Buenos Aires pudesse parecer inútil no momento em que escrevia, ela, ainda assim, redundaria em proveito imediato, com suprir o Brasil com couros e gêneros de alimentação. Finalmente – e nisso consistia o ponto vital de seu plano – a estrada para

²³⁵ CD – Projeto Resgate. 2-2-229. Consulta do Conselho Ultramarino de 10/06/1644.

Potosi seria aberta para um futuro ataque dos portugueses, como ele se sentia autorizado a garantir, graças ao conhecimento pessoal que tinha do caminho das minas de prata.²³⁶

Essa ação para colocar Angola novamente sob controle português foi notável por vários motivos. O primeiro deles foi que pela primeira vez na história uma força do novo mundo era deslocada para combater no hemisfério oriental.²³⁷ O segundo motivo era que do ponto de vista dos organizadores da expedição o motivo principal da ação era reorganizar o fluxo de prata para o Brasil mais uma vez.

Alencastro observou que à pequena economia açucareira do Rio de Janeiro não pesaria tanto a falta de escravos africanos.²³⁸ O que pesava na verdade era a visão da prata boliviana. Era aceita a teoria de que o antigo tráfico de prata podia ser restaurado em benefício do Rio de Janeiro. Quatro anos depois da restauração se notava as dificuldades com o tráfico de Buenos Aires. Existe uma consulta do Conselho Ultramarino que relaciona as vicissitudes monetárias cariocas, desde o falecimento de Barbalho Bezerra, passando pela perda de Angola, até a constatação de que a prata do sul já não chegava em quantidade suficiente (devido tanto à restauração como à falta de escravos para comerciar).

Examinou-se, neste Conselho, uma carta de Francisco de Souto Maior, Capitão Mor e Governador da Capitania do Rio de Janeiro, datada de 23 de junho do ano corrente. A carta diz que o referido estava servindo como ao Rei na guarnição da Bahia, com o cargo de mestre de campo de um dos terços da infantaria encarregados da defesa do local, quando o Governador Antônio Telles da Silva, lhe ordenou, em vista da morte de Luiz Barbalho Bezerra, que fosse suceder no governo da dita capitania não obstante a eleição pela câmara local de Duarte Corrêa Vasqueanes. Pareceu ao dito general que Francisco de Souto Maior fosse acompanhado de uma das melhores companhias de seu terço, cujo número perfaz 110 soldados de primeira linha. Isto feito, outras resoluções foram tomadas de forma a se realizar o melhor serviço a Sua Majestade. Em função do escândalo do tumulto passado, que já deve ter sido comunicado a Vossa Majestade, parecia ser necessário dar-se logo alguma demonstração de castigo. Contudo foi aconselhado ao novo governador esconder esta intenção, para que se faça o provimento da milícia e se terminem as novas fortificações, medidas que dependem da cooperação da população local. Esta medida se

²³⁶ Charles R. Boxer. *Salvador Corrêa de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola ...* Op. cit., p. 184.

²³⁷ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Viventes ...* Op. cit., p. 234.

²³⁸ Idem p. 226.

deve ao fato de que os rendimentos da fazenda de Vossa Majestade, com a falta de Angola e do Rio da Prata, estarem muito reduzidos. As medidas de brandura para com os revoltosos e a presença de tropas armadas foi bem acertada, uma vez que no mesmo dia da chegada do novo governador, 10 de junho, os oficiais da câmara entregaram o cofre onde estava depositado o dinheiro do avanço do cunho. O mesmo cofre foi tomado pelo povo ao governador Luiz Barbalho cuja morte causou.²³⁹

A missiva demonstra que em Lisboa “o escândalo do tumulto” que envolveu Barbalho Bezerra não foi esquecido. Todavia as punições deveriam ser adiadas. Havia diversos gastos a serem feitos e para isso seria necessário taxar a população de alguma maneira. O dinheiro que era conseguido com o tráfico de escravos e com o comércio no Rio da Prata estava diminuído, todavia não haviam cessado totalmente. Ou seja, as causas da falta de moedas eram bastante conhecidas.

Na visão dos espíritos mais agudos da época, a ocupação holandesa do Nordeste, a falta do tráfico africano vindo de Angola, devido também à ação holandesa, a restrição do fluxo de prata em função de problemas políticos e a ausência de escravos, eram problemas interligados. A reconquista de Angola seria o primeiro passo na queda do Brasil holandês, uma vez que o privaria de escravos e afetaria a lucratividade da colônia de forma indireta, privando

²³⁹ “Viose neste Conselho huma carta de Francisco de Sottomaior, Capitão-Mor e Governador da Capitania do Rio de Janeiro de 23 de junho passado deste anno presente, no qual diz, que achandose servindo a V. M. no prezidio da Bahia com o cargo de mestre de campo de hum dos terços de infantaria na deffensa daquele estado, o governador geral della Antônio Telles da Silva com ocasião da morte de Luiz Barbalho Bezerra, lhe ordenou que fosse suceder ao governo da dita capitania, não obstante por eleição da câmara ocupava nella o posto de capitão mor Duarte Corrêa Vasqueanes, em controvérsia do sargento mor da guarnição da praça, por respeito de cuja divizão parecia conveniente ao dito general que elle Francisco de Sottomaior fosse prevenido de huma das melhores companhias do seu terço que fez número ao todo de 110 soldados com a primeira plana, e com estas e outras rezoluções de tão assinado júizo, como o seu foi Nosso Senhor servi-lo que conseguisse muy ao serviço de V. M. os intentos da jornada. Que posto que o escândalo do tumulto passado, da que já se deve aver dado conta a V. M. insitava a tratar-se logo de algumas demonstrações de castigo, comtudo lhe observou por mais necesario a dissimulação dellas por ora, atento ao melhor fim do provimento da milícia e continuação das fortificações, o que fatalmente depende da vontade e união do povo, por serem aly os effeitos da fazenda de V. M. com a falta de Angola e Rio da Prata muy diminutos, ao excessivo da despeza necessária, e que he boa prova da utilidade de que lhe sevo aver vindo a mão armada, e hugar toda a brandura, que tanto que se introduzio no governo que foi o mesmo dia 10 de junho, que se seguio ao de sua chegada, lhe farão fazer os mesmos officiaes da câmara a entrega do cofre do dinheiro, que rezultou a V. M. do avanço do cunho, avendose por alteração do povo privado delle ao governador Luiz Barbalho, que o tinha em seu poder, o que se crê que foi causa do sentimento que o matou...”.CD – *Projeto Resgate*. 2-2-312. Consulta do Conselho Ultramarino. 28/09/1644.

a WIC dos impostos do tráfico. Acionados pelos Sá, principalmente por Salvador e Vasqueanes que estava governando novamente a capitania,²⁴⁰ os habitantes do Rio de Janeiro se empenharam de forma ampla na organização da expedição. Os jesuítas abriram seus currais para fornecer carne para os soldados. Mathias de Albuquerque Maranhão, naquela altura senhor de engenho no Rio, doou material e dinheiro. Cristóvão Vaz, fazendeiro, providenciou diversos sacos de moedas e contratou músicos que tocavam “toadas alegres” enquanto os sacos eram entregues. Os próprios Sá contribuíram com muito dinheiro. Foi calculado que a capitania forneceu 60.000 cruzados para a expedição, ou seja, 24 milhões de réis, uma soma que beira o inacreditável. Salvador de Sá posteriormente escreveu ao rei dizendo que sem tal esforço a expedição nunca poderia nem mesmo ter partido.²⁴¹

Quando a esquadra estava para partir chegou a notícia de que uma contribuição estava sendo solicitada ao Rio de Janeiro para ajudar na permanência da esquadra do Conde de Vila Pouca na Bahia. A população do Rio se abespinhou e, em virtude do seu pretérito esforço, a contribuição foi cancelada.

Era natural que essa expedição partisse do Rio que naquele momento era a única capitania em condições de realizar o esforço. O Maranhão ficava longe demais e talvez não dispusesse de contingentes para a empreitada. Além disso, como o dinheiro ali se tornaria rapidamente escasso, é provável que não pudesse sustentar uma campanha fora de seu território. Pernambuco estava ocupado. A Bahia tinha de se precaver contra um possível ataque holandês sendo necessário manter ali grande número de soldados. No eixo Santos – São Paulo certamente haveria falta de navios. Sobrava então o Rio de Janeiro, o único lugar que dispunha da combinação dinheiro-navios-tropas em quantidades sustentáveis.

O financiamento da expedição de reconquista de Angola mostra que havia uma clara consciência dos benefícios do tráfico peruleiro no Rio. Além

²⁴⁰ <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hrsvii.htm>. Consultado em 05/11/2007. Apresenta uma relação cronológica dos governadores do Rio de Janeiro.

²⁴¹ Charles Boxer. *Salvador Corrêa de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola ...* Op. cit., p. 267-268.

disso, o enorme volume de dinheiro levantado demonstra que na capitania, seus comerciantes e fazendeiros tinham uma boa reserva monetária acumulada durante os anos de prata fácil.²⁴²

À semelhança de Salvador, na Bahia, em 1638, o exemplo do Rio demonstra que costumava haver uma grande quantidade de moedas mantidas em estoque pela população, às escondidas das autoridades coloniais. Em casos de extrema pressão, ou de grandes possibilidades, o dinheiro costumava aparecer.²⁴³

A esquadra de Salvador de Sá era composta de quinze navios e 1.400 soldados. De fato os gastos para equipá-la devem ter sido imensos, pois até mesmo os voluntários receberam meio soldo.²⁴⁴ Todo tempo a expedição foi vitimada por desastres. Um dos navios naufragou levando consigo duzentos soldados. Quando desembarcou, Salvador foi informado que dos postos portugueses no interior de Angola não poderia vir nenhuma ajuda, pois que estavam em situação precária. Um ataque português aos fortes holandeses fracassou miseravelmente causando cento e cinqüenta baixas nas já minguadas forças de Salvador. E, a qualquer momento, poderia chegar reforços para os holandeses vindos do interior. Após a desastrosa batalha da madrugada de 17 para 18 de agosto os holandeses, inexplicavelmente, se renderam. Angola voltava a ser portuguesa.²⁴⁵ Parte da guarnição holandesa consistindo de cem soldados franceses e católicos alemães se propôs a ficar em Angola e a servir com os portugueses, desde que seus soldos atrasados fossem pagos. Salvador prontamente fez o pagamento. É mais um indicador da enorme quantia de moedas embarcadas no Rio de Janeiro.

Salvador determinou aos régulos locais que qualquer mina de ouro ou de prata existente deveria ficar sob administração portuguesa. Bem como os importantes pesqueiros de zimbos (conchas que eram usadas como dinheiro

²⁴² Se transformarmos o valor levantado em peças de oito, verificamos que importaria em mais de 35.000 moedas.

²⁴³ O fenômeno do entesouramento iria perdurar pelo século seguinte. Braudel menciona um cálculo que apontava que no Reino de Nápoles em meados do século o metal entesourado perfazia quatro vezes o montante do metal circulante. Fernand Braudel. *Civilização Material e Capitalismo ...* Op. cit., Volume I, p. 424.

²⁴⁴ Charles R. Boxer. Op. cit. p. 269.

²⁴⁵ Idem, ibidem, 286.

pelos africanos). D. João IV determinou que o comércio de africanos com o Rio da Prata deveria ser imediatamente aberto desde que os espanhóis pagassem em prata amoedada ou barras do mesmo metal.

Muito sintomaticamente, o primeiro navio a partir de Luanda depois da reconquista foi uma pinaça que se dirigiu a Buenos Aires para, como explicado por Salvador de Sá:

... de conformidade com a permissão de Vossa Majestade, a fim de ver se os espanhóis aprovam o tráfico que será de grande proveito e vantagem para os domínios de Vossa Majestade, por causa da prata que disso advirá, fazendo com que eles se tornem mais prósperos, o Brasil cresça e os vassallos de Vossa Majestade fiquem ricos.²⁴⁶

Os próprios africanos se interessaram pelo tráfico e o líder tribal Nfumu-Etú-Lálànà mandou navios com escravos para o porto de Buenos Aires “e arrenda em seu próprio benefício um contrato para o fornecimento de escravos ao prata”.²⁴⁷

Assim ao que tudo indica, os primeiros escravos exportados de Angola também foram direto a Buenos Aires. A resposta foi afirmativa e em agosto de 1649 ele enviou três ou quatro navios cheios de escravos para lá, inclusive um navio genovês. Boxer afirmou que a história nada diz sobre se houve continuação dessa prática, mas tudo indica que sim. Em que pesem as restrições políticas e administrativas, a prata parece ter continuado a chegar ao Brasil pelo resto do século, se bem que em quantidades menos apreciáveis. E o evento que proporcionou essa reabertura foi a reconquista de Angola.

Se entre 1640 e 1648 o Prata com suas moedas permaneceu absolutamente fechado aos portugueses, isso iria mudar um tanto.²⁴⁸ Em

²⁴⁶ Idem p. 292. Boxer sugere, também, que o assentista do tráfico de escravos entre 1649 e 1654, Thomas Filgueira Bultão, poderia ser um testa de ferro de Salvador de Sá, certamente ele mantinha relações com Salvador e era homem de confiança dele.

²⁴⁷ Luiz Felipe de Alencastro. *Op. cit.* p. 263.

²⁴⁸ Boxer afirma que Salvador de Sá, sempre atento às dificuldades monetárias, mandou cunhar em Angola uma pequena moeda de cobre no valor de 25 réis “Introduziu-se, para começar, uma moeda metálica desse valor, com o fim apenas de suplementar, e não substituir a moeda normal, que consistia em quadriláteros de pano de fibra de palmeira (libomgos); mas isso foi suspenso por ordem do governo de Lisboa”. Nunca foi encontrado um exemplar dessa moeda, mas se de fato ela foi cunhada como acreditava Boxer, foi a

1651, reconhecendo uma situação de “supremacia monetária”, o Conselho Ultramarino determinou que navios vindos da América espanhola tivessem preferência no embarque de escravos em Angola, uma vez que entregavam moedas de prata e eram bem rentáveis.²⁴⁹

A reconquista de Angola mostrou ser providencial.²⁵⁰ Nesse mesmo ano, pressionado pela guerra contra a Espanha, foi baixada uma nova lei em 22 de abril que restringia o envio de moedas para o Brasil, considerado excessivo. A nova lei determinava que a quantidade de moedas deveria ser a suficiente para se manter o comércio na colônia e deveria ser precedida de uma licença do Conselho da Fazenda.²⁵¹ Temia-se também a atuação dos corsários holandeses que atacando navios portugueses, aumentavam seu cabedal ao mesmo tempo que diminuía o de Portugal.²⁵²

Por essa época o meio circulante da colônia portuguesa iria receber um golpe devastador que proviria das fontes originárias de suas moedas e não teria nada a ver questões políticas internacionais.

1.7. O GRANDE ESCÂNDALO DE POTOSI

Por volta de 1648, insistentes rumores sobre moedas falsas começaram a circular na Espanha. Essas moedas não pareciam apresentar grandes alterações faciais, mas todas tinham problemas relacionados ao peso adulterado. Em uma economia em que a moeda não era fiduciária, ou seja, em que ela valia o quanto pesava, isso era muito grave. Das moedas que se identificavam como adulteradas, todas eram identificadas como sendo

primeira moeda cunhada e posta a circular nos domínios sul atlânticos de Portugal. Charles R. Boxer. Op. cit., p. 295. Os libongos criaram posteriormente o problema de que apesar de aceitos em Angola, não eram usados em outras partes do Império Colonial Português. Os panos se acumularam no tesouro atravancando o movimento financeiro de Angola com o resto do império. Esse é, aliás, um excelente indício das dificuldades de se enviar os lucros produzidos de um lugar para outro por meios não-monetários. É óbvio que havia letras de câmbio, e elas desempenhavam seu papel, mas sua utilização era bem menos disseminada que no século seguinte. Frederic Mauro. Op. cit. Vol. II. p 135.

²⁴⁹ Luiz Felipe de Alencastro. Op. cit., p. 31.

²⁵⁰ Em uma demonstração da importância de Angola, Frederic Mauro afirmou que frente às despesas da conquista a manutenção do território foi extremamente cara os direitos sobre os escravos dificilmente cobriam as despesas. Frederic Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico ...* Op. cit. Vol II. p. 237.

²⁵¹ Severino Sombra. *História Monetária do Brasil Colonial...* Op. cit., p. 650.

²⁵² Veríssimo Serrão. *História de Portugal ...* Op. cit., Volume V, p. 119.

provenientes da Casa da Moeda de Potosi. As moedas das outras casas da moeda coloniais não apresentavam dificuldades em serem aceitas pelo comércio por não serem adulteradas.

De fato, era fácil falsificar as moedas da Casa da Moeda de Potosi, pois as mesmas eram muito toscas, fabricadas a golpe de martelo. Boxer, citado por Giraldez, fornece uma boa descrição do que eram os métodos de falsificação. Estes costumavam ser realizados à noite “que é a capa dos pecadores”.

...começando a arder o fogo, alguns funcionários iam embora, e os que ficavam em um canto e dormiam, ou assim fingiam; e neste momento, com toda a liberdade os negros e peões, com as espuertas de carvão que achavam na fundição, levavam muitos saquinhos de baeta negra do tamanho da palma de uma mão, cheios de pedaços pequenos de prata e cobre comprados por eles, alimentando o fogo mais do que era necessário a fim de aumentar seu ganho, com o que aumentava o consumo de carvão. E com estes reais que faziam, trocavam a prata enviada pelos mineiros para fundir, ficando com ela e furtando a Real Fazenda de V. M. em grandes quantidades de prata.²⁵³

As moedas adulteradas provocaram ondas de choque na Espanha. De Castela, aonde chegavam através do Porto de Sevilha e aonde o problema foi notado primeiro, as moedas de Potosi logo estavam sendo recusadas em Valência, Aragão e Navarra. O problema se revelava insistente, as moedas não paravam de chegar e iam abalando o crédito espanhol pela Europa. Problemas começavam a ocorrer nos dois principais destinos de prata espanhola: Gênova e a Bélgica.²⁵⁴ Nos dois lugares a prata espanhola só estava sendo aceita pelo peso verificado e um comunicado da época mencionava “os embarços ocasionados pela moeda, não querendo os comerciantes aceita-las até que se realizasse o respectivo ensaio”.²⁵⁵

O escândalo teve seu ponto alto quando a esposa do Rei Filipe IV, a Rainha Mariana, após fazer compras e pagar com moedas bolivianas

²⁵³ Boxer Apud Arturo Giráldez. *eHumanista*: Volume 6, 2006. p. 160.

²⁵⁴ Na Bélgica se concentravam as operações militares dos espanhóis contra o norte da França e Gênova concentrava parte das grandes operações financeiras espanholas.

²⁵⁵ “los embarços ocasionados por la moneda, no queriendo aceptarla los comerciantes hasta que se realizase el ensayo respectivo”.

http://www.segoviamint.org/espanol/articulos/efectos_moneda_potosina_en_Espana.htm

adulteradas, foi avisada que com aquelas moedas a compra não poderia ser efetuada. O constrangimento havia chegado à família real.²⁵⁶

Entre 23 de janeiro e 5 de dezembro de 1651, 42.810 marcos de reais peruanos foram afinados na Casa da Moeda de Burgos. Desse montante, foram produzidos 37.367 marcos com a quantidade de prata definida na lei. A perda, portanto, foi orçada em pouco mais de dez por cento do peso. Já no Hospital de La Sangre de Sevilha, o administrador teve de separar 576 reales de um total de 3.204 provenientes do Peru, porque não se podiam fazer pagamentos com eles. As moedas tiveram de ser fundidas e afinadas. Earl J. Hamilton afirmou que, em função do ocorrido, o grau de envilecimento não era uniforme o que sugere que os indivíduos que estavam adulterando as moedas não procediam de uma maneira metódica.²⁵⁷ De qualquer maneira, quando a frota de 1652 chegou a Espanha, as autoridades já estavam alertas e providências administrativas para contenção das moedas adulteradas foram tomadas. Foram derretidas e recunhadas na própria Casa da Moeda de Sevilha.

Seguindo o rastro das moedas adulteradas tornou-se óbvio que os fraudadores estavam agindo na América. O governo espanhol decidiu enviar um investigador para Potosi. O investigador Nestaris Marin começou suas investigações em fins de dezembro de 1648. Ele descobriu que os envolvidos eram muitos e exercendo diversos cargos de destaque. Em função do trabalho do investigador, o Prefeito de Potosi, Don Juan Velarde Treviño foi destituído e preso. O Tesoureiro da Casa da Moeda, Bartolomé Hernandez também foi demitido. Os antigos tesoureiros, Francisco Ximénez de Cervantes e Miguel Ruiz foram condenados à morte pelo garrote vil. Depois de executados, os corpos foram expostos em praça para execração pública. Havia diversos outros envolvidos que foram executados mais tarde.²⁵⁸

Foi decidido que as moedas fraudadas seriam derretidas em Potosi e cunhadas novamente com a quantidade de prata legal. A confusão

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Earl J. Hamilton. *El Tesoro Americano y La Revolución de Los Precios em Espana, 1501-1650*. Barcelona: Crítica, 2000. p. 83-84.

²⁵⁸ http://www.segoviamint.org/espanol/articulos/efectos_moneda_potosina_en_Espana.htm

provocada pela quadrilha foi tamanha que um novo desenho para as moedas foi elaborado. Essas novas moedas deveriam transmitir a certeza de que os problemas de fraude haviam sido resolvidos.

Pelo novo desenho que as moedas cunhadas em Potosi passaram a ostentar a partir de 1652, tínhamos no anverso o brasão espanhol com os leões e os castelos inseridos em uma cruz de Jerusalém. No reverso estavam as duas colunas de Hércules com a inscrição latina “*Plus Ultra*” (mais além).

Murdo Macleod sintetizou bem a situação, como podemos verificar:

A cunhagem de moedas no Peru estivera sob suspeita desde a conquista e, à medida que a oferta de prata do sul decaiu, passou a ser mais e mais adulterada. Isso irritou a coroa que necessitava da prata e, por meio de suas autoridades coloniais locais, foi suficientemente tola para recorrer a uma série de recunhagens, revalorizações, desvalorizações, retiradas de circulação e, finalmente, a uma reemissão de macacas e moeda recortada suspeitas, o que na década de 1650 arruinou a confiança do comércio na moeda... Os mercadores locais estavam abertos às moedas adulteradas, raspadas, do Peru, em que ninguém confiava.²⁵⁹

1.8. A “LEPRA” DOS CARIMBOS

A década de 1660 marcou o clímax da luta pela restauração em Portugal, com conseqüências óbvias para o Brasil e seu numerário. Em 1659 a Espanha e a França assinaram a paz depois de mais de vinte anos de guerra. Acertadas as pendências com a França, a Espanha estava agora pronta a destinar todos os seus recursos para reconquistar Portugal.

Desde 1661 corriam fortes boatos de uma grande ofensiva espanhola. No primeiro semestre de 1663 os espanhóis invadiram. Estavam sob o comando de Don Juan de Áustria, militar capaz e filho bastardo de Filipe IV. Seu exército contava com cerca de 22.000 homens, tanto espanhóis quanto mercenários contratados. Para enfrentar aquele choque, que era claramente decisivo, Portugal teria de praticar medidas de emergência. Uma delas era a proibição da exportação de numerário para outros países

²⁵⁹ Murdo J. Macleod. “A Espanha e a América: O Comércio Atlântico, 1492-1720”. In: Leslie Bethell (Org.). *América Latina Colonial*. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 377.

européus, enviado de forma a atender emigrantes portugueses ali estabelecidos.²⁶⁰

A outra era aumentar o valor das moedas em circulação.²⁶¹ Não por acaso, data desta época o verdadeiro início do que foi chamado por um numismata português de “a lepra dos carimbos”.²⁶²

No imaginário ocidental lepra é aquela doença devastadora que mutila e desfigura. O tratamento da época recomendava o isolamento absoluto de forma a preservar a comunidade. Para além das metáforas reveladoras não restam dúvidas de que o recurso ao levantamento das moedas provocava alívio a curto prazo e dificuldades a longo prazo.

Já em 1662, através de uma carta régia, o Rei D. Afonso VI determinou ao governador-geral que se fizesse cunhar toda moeda existente no Brasil. Mais detalhes deveriam ser fornecidos posteriormente.

Em 6 de julho de 1663 foi lavrado um alvará que detalhava o processo de carimbagem que deveria ser apostado nas moedas. O alvará foi enviado para o Brasil e o Vice-Rei, Conde de Óbidos logo mandou cópias para o provedor-mor da fazenda real e para os provedores de todas as capitânias com as instruções para sua execução.

O alvará era bastante detalhista e convém examiná-lo com vagar. Em seu primeiro parágrafo determinava que em Salvador a oficina monetária deveria funcionar na Casa dos Contos ou aonde parecesse melhor ao provedor-mor. Em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Vicente as oficinas funcionariam onde costumavam trabalhar os provedores com seus oficiais.

O parágrafo seguinte determinava as modificações que seriam feitas nas moedas de ouro. Essas foram marcadas de forma a equiparar as antigas moedas de ouro (cruzados) de D. João IV e D. Afonso VI, com as novas moedas do reinado de D. Afonso VI, conforme determinado na Lei de 20 de novembro de 1662. A relação de modificações encontra-se representada no quadro abaixo:

²⁶⁰ A. J. R. Russell-Wood. *Ritmos e Destinos da Emigração*. In: *História da Expansão Portuguesa*. Volume II. p. 116.

²⁶¹ Almeida do Amaral. *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas...* Op .cit. p. 121.

²⁶² Edgard de Araújo Romero. *Dos Levantamentos do Valor e das Medidas para Evitar o Cerceio da Moeda Portuguesa no Século XVII...* Op. Cit. p. 435.

Tipo de moeda	Reinado	Peso	Valor	Carimbo
$\frac{1}{4}$ de moeda	Afonso VI	3.06 gramas	1.000 réis	1
1 cruzado	João IV	3.06 g.	750 réis	1
$\frac{1}{2}$ moeda	Afonso VI	6.12 g.	2.000 réis	2
2 cruzados	João IV	6.12 g.	1.500 réis	2
Moeda	Afonso VI	12.24 g.	4.000 réis	4
4 cruzados	João IV	12.24 g.	3.000 réis	4

Fonte: Michel Amandry. *Dictionnaire de Numismatique ...* Op. cit. p. 470.

O aumento de 25% praticado nas moedas de ouro era referente tanto para moedas circulando em Portugal quanto nas colônias.²⁶³ E de fato, a desvalorização havia sido considerável, olhando o quadro pode-se notar que para o mesmo peso em ouro o valor das moedas subia.

No parágrafo terceiro ficavam determinadas as alterações nas moedas de prata.

...se abrirá o cunho, nas de pratas, com o valor, sem ter escudo sobre as letras uma coroa: na forma seguinte. Nos selos que corriam a 480 réis, 600; nos cruzados 500; nos meios cruzados 250; nos meios selos de 240 réis 300; nas meias patacas 200; nas moedas de 120 réis 150; nas de 100 réis 125, nas de 80 réis 100, nas de 60, 80; e nas que se acharem de 50 réis 60, por se evitar nestas o prejuízo de não terem troco de outro modo.²⁶⁴

Em seguida vinha a distribuição geográfica das competências. Para Salvador deveriam convergir as moedas da Bahia, Sergipe até o Rio São Francisco, Boipeba, Cairú, Camamú, Ilhéus e Porto Seguro. Para a Oficina Monetária a ser instalada em Olinda, o dinheiro que houvesse em Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Para o Rio de Janeiro deveriam ser entregues as moedas de Espírito Santo, Paraíba do

²⁶³ Michel Amandry. Op. cit. p. 476

²⁶⁴ Severino Sombra. *História Monetária do Brasil Colonial ...* Op. cit. p. 656.

Sul, Cabo Frio e o resto da Capitania do Rio de Janeiro. E para São Vicente deveria ir o dinheiro de Santos, São Vicente e São Paulo.²⁶⁵

Através das normas contidas no regimento podemos apreender alguma coisa do funcionamento de uma oficina monetária no Brasil seiscentista, assunto que de resto se conhece tão pouco. O proprietário entregava suas moedas na oficina, ao provedor e ao escrivão. O escrivão então descrevia o lote de moedas em um livro específico.²⁶⁶ O tesoureiro fazia a assinatura referente ao lote recebido. Uma vez carimbado o lote pelo oficial do cunho, eram feitos os descontos devidos à fazenda real, e deveria ser feito outro assentamento no livro do montante entregue e do que ficava.²⁶⁷

Dos 25% de valor levantado, 20% (ou 5% do total original) ficavam para a fazenda real. Do montante da fazenda se retiravam um por cento do valor da prata e meio por cento do valor do ouro para cobrir as despesas da oficina monetária. Competia ao provedor dividir o auferido da seguinte maneira: 4/10 para o provedor, 2.5/10 para o tesoureiro, 1.5/10 para o escrivão e 2/10 para os oficiais do cunho cujo número acredito que variava entre dois e três.

O regimento concedia prazo de trinta dias para a entrega das moedas nas Capitânicas da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Vicente. Para os moradores das Capitânicas de Sergipe de El-Rei, Boipeba, Cairú, Ilhéus e Porto Seguro levarem suas moedas a Salvador o prazo era de dois meses. Três meses era o prazo para os moradores das localidades do São Francisco, Alagoas, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará levarem o dinheiro até a oficina monetária em Olinda. Para as Capitânicas do Espírito Santo, Paraíba do Sul, Cabo Frio e vilas limítrofes a São Vicente o prazo era de dois meses para o dinheiro ser carimbado no Rio de Janeiro. Dois meses tinham os habitantes de São Vicente, Parnaíba e “*vilas e lugares da banda*

²⁶⁵ Ao final não foi criada a Oficina Monetária de Olinda (ou Pernambuco). As moedas de sua área de competência devem ter sido batidas em Salvador.

²⁶⁶ Nenhum livro desses foi encontrado até nossos dias. Se algum deles tiver sobrevivido, perdido em alguma biblioteca ou arquivo, será um documento fundamental para compreender nossa história monetária.

²⁶⁷ Severino Sombra. Op. cit. p. 656-657.

do sul' para as moedas serem apresentadas em São Vicente.²⁶⁸ O prazo começava a contar do dia em que se abrisse o primeiro cunho na oficina. Para o conhecimento dos povos os governadores e capitães-mores deveriam enviar cópia do Regimento a todos os lugares de sua jurisdição.²⁶⁹

O parágrafo décimo determinava que ao se terminar o tempo concedido, seria considerada como perdida toda moeda que não fosse contramarcada. O conjunto dessas moedas seria considerado como falso, incorrendo seus possuidores na pena de moeda falsa onde metade do metal apreendido iria para o denunciante e a outra metade para as despesas do presídio da capitania.²⁷⁰

Foi prevista também a possibilidade de mais moedas chegarem após o término do prazo. Quando este terminava os cunhos deviam ser destruídos. Mas

... se depois de quebrados nas mais capitánias chegar a qualquer delas navios do Rio da Prata, de outra qualquer parte, que leve dinheiro considerável. O provedor da fazenda o representará ao governador, ou capitão-mor e o governador mandará fazer cunhos, e determinando tempo que parecer bastante se cunhará, dando-me logo ambos conta da quantia de dinheiro e que navio o trouxe, e acabado o cunho se quebrarão os cunhos, e se remeterão também com certidão do mesmo escrivão assim quebrados aos contos desta cidade.²⁷¹

Esta parte do regimento é importante, pois demonstra, sem qualquer dúvida, que os cunhos podiam ser feitos no Brasil. Em segundo lugar porque revela que ainda na década de 1660 os navios de Buenos Aires continuavam chegando com a tão necessária prata, apesar dos esforços espanhóis em coibir o tráfico.

O parágrafo 12 do regimento dava as providências finais para quando as moedas locais fossem contramarcadas. Assim, deveria ser feito um relatório com os montantes cunhados e a parte que pertencia à fazenda real.

²⁶⁸ O termo capitania foi usado no original muitas vezes, mesmo quando a localidade em questão não se constituía em uma capitania.

²⁶⁹ Severino Sombra. Op. cit. p. 657.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Idem. p. 657-658.

Quanto ao tráfico da prata que teimava em persistir existe uma questão importante. Entre as tentativas para se proibir o tráfico figurou a criação da chamada Alfândega de Córdoba, na Argentina. Alice Canabrava situa a fundação da alfândega em 1623, já Braudel a fixa em 7 de fevereiro de 1662. Todavia, enquanto Canabrava era cética sobre a eficiência da alfândega, Braudel acreditava que ela pelo menos coibia o tráfico diminuindo sua fluência. Sendo a alfândega um mecanismo de controle interno, é difícil determinar em que medida ela foi eficaz no trato do contrabando dada a dificuldade de se encontrar documentos. O que é provável que tenha ocorrido é que até o rompimento luso-espanhol em 1640 o contrabando se manteve relativamente estável. Após 1640, Buenos Aires de manteve fechada, pelo menos até 1648, ano da retomada de Angola por Salvador Correia de Sá.

Braudel era de opinião que após 1662 o tráfico fora coibido.²⁷² Mas os fatos indicam que não, pois temos notícias,²⁷³ que como sempre são vagas, de navios chegando com prata após essa data. O que parece ter ocorrido foi uma redução do contrabando e, à medida que o tempo passava, até a descoberta do ouro em 1694, as moedas se tornaram um tanto mais raras. Fosse porque a economia da colônia tivesse se diversificado ficando menos dependente da cana e solicitando mais moedas, fosse porque a prata não chegasse em tão grande quantidade, ou talvez por uma combinação desses dois fatores, a falta de moedas provocaria uma crise que com o tempo se tornaria aguda.

Todavia, no momento as oficinas monetárias trabalhavam com toda rapidez. Tornou-se claro que a Oficina Monetária de Salvador não conseguiria carimbar todo numerário disponível no prazo de um mês. Fora o próprio conjunto de Salvador que se revelou ser grande, havia as moedas das capitanias que demoravam a chegar. O Conde de Óbidos decidiu então dar mais um mês de prazo à carimbagem.

²⁷² Fernand Braudel. Op cit. Volume 2. p. 136.

²⁷³ Severino Sombra. Op. cit. p. 652 e Joaquim Romero Magalhães *O Domínio Territorial*. In: Francisco Bethencourt. (Org.). *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 58.

Em Pernambuco houve problemas com os cunhos dificultando o trabalho. O vice-rei então baixou uma portaria em que, observando

... o Provedor da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco a dificuldade que ali houvera para se fazerem os cunhos necessários à moeda que mandei levantar; e pode provavelmente acontecer o mesmo na do Rio de Janeiro a que mando a mesma ordem: para se obviar aquele inconveniente, e se não dilatar o serviço da oficina que ahi há de haver. O Provedor-Mor da Fazenda Real deste Estado mande com a pessoa ao dito cunho, um ferro de cada moeda, a entregar ao Provedor da Fazenda Real, com conhecimento da forma em que vão fechados, e lacrados para que os dê em mão própria sua sem perigo de se poder usar delas.²⁷⁴

1.9. O PREÇO DA PAZ

O levantamento do valor das moedas proveio o governo com dinheiro metálico para suas necessidades mais imediatas. Assim, o vice-rei determinou que 2.000 cruzados do dinheiro do cunho fossem utilizados para a reforma do palácio em Salvador e decidiu-se enviar um socorro para Angola na forma do dinheiro conseguido com o levantamento.²⁷⁵ Em 10 de janeiro de 1664 foi enviada uma carta régia para o Brasil determinando que fosse remetido para Lisboa o rendimento do cunho das moedas de ouro e de prata.²⁷⁶ Todavia, talvez o auxílio já não fosse tão necessário para as despesas, pelo menos as mais imediatas. Portugal, depois de esforços ingentes, havia esmagado a invasão espanhola na Batalha de Montes Claros.²⁷⁷ A grande tentativa espanhola de reconquistar Portugal havia

²⁷⁴ Severino Sombra. Op. cit. p. 659. Não posso assegurar se esse foi o problema que levou a Oficina Monetária de Pernambuco a não funcionar, tendo as moedas sido remetidas posteriormente a Salvador. Todavia, é óbvio que a oficina, desde a sua instalação, já apresentou problemas de funcionamento.

²⁷⁵ Idem, ibidem. p. 658-659. Sobre a questão da ajuda a Angola, Severino Sombra localizou uma carta régia datada de dez de janeiro de 1665, determinando que o socorro de Angola deveria ser feito com o sobejo das rendas da coroa no Brasil. O dinheiro do cunho deveria ir para Portugal a fim de custear as despesas com a guerra. Por meio disso podemos concluir que Portugal continuava muito onerado com as despesas da guerra de independência contra a Espanha. Tal caso, de longo período de recuperação econômica em seguida a uma guerra, não seria inédito na época. Kennedy cita o exemplo da França do início do século XVII. Paul Kennedy. Op. cit. p. 63..

²⁷⁶ Severino Sombra Op cit. p. 658.

²⁷⁷ Veríssimo Serrão Op. cit. p. 56. Todavia é certo que, mesmo após a vitória, havia muitas contas a pagar. Como, por exemplo, foi lavrada carta régia no qual era ordenado dar-se um mês de soldo às famílias de soldados estrangeiros que houvessem morrido na guerra e dois

fracassado. Entretanto, os custos econômicos do conflito perdurariam por um tempo. Caldeira resumiu bem a situação quando afirmou:

A consolidação da Dinastia de Bragança havia custado muito caro, e no último quarto do século XVII Portugal era apenas uma potência secundária na Europa, cujo império ultramarino se desfazia a olhos vistos. Apesar disso, a paz com a Espanha foi fundamental: permitia a normalização da atividade diplomática, o reconhecimento do Vaticano (que havia suspenso a nomeação de bispos durante todo o conflito) e a busca de uma recuperação do patamar antes ocupado pela nação.²⁷⁸

Em 1664, o Conde de Óbidos foi informado de que a Capitania do Espírito Santo não havia enviado as moedas disponíveis para o Rio de Janeiro. Como já foi dito, o Espírito Santo era uma capitania relativamente isolada e seus habitantes temiam o “perigo da travessia”, o que significava, muito provavelmente, medo de piratas tomando o dinheiro no mar. O vice-rei então, por meio de um alvará datado de 5 de setembro, comunicou que enviaria os oficiais do Rio de Janeiro para o Espírito Santo a fim de cunhar o numerário que estivesse ali sem abrir, todavia, uma oficina monetária. Para todos os procedimentos se deveria “guardar inviolavelmente a forma do regimento”.²⁷⁹

Entretanto, havia sido assinado um tratado de paz com a Holanda em 1661. Pelo tratado, a Holanda renunciava ao Nordeste do Brasil, ficava com algumas possessões tomadas aos portugueses na Ásia e Portugal se comprometia a pagar “4.000.000 de cruzados em numerário, cancelamento de impostos, açúcar, fumo e sal, ao preço vigente no Reino na ocasião do pagamento”.²⁸⁰

Além do tratado com a Holanda, Portugal, como forma de se garantir contra a Holanda e a Espanha, decidiu se aliar com a Inglaterra pela via

meses de soldo no caso em que as mulheres e eventuais filhos houvessem ficado em Portugal.

²⁷⁸ Jorge Caldeira Op. cit. Vol. 2 p. 223.

²⁷⁹ Severino Sombra. Op. cit. p. 661.

²⁸⁰ Evaldo Cabral de Mello. *O Negócio do Brasil. 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 225. Não pude determinar a proporção desse montante que seria pago em moedas. Negociações anteriores, mencionadas por Cabral de Mello, fixavam a compra da paz em uma determinada quantia de caixas de açúcar ou então 600.000 cruzados pagos em seis anos, metade em moeda holandesa a ser pago em Amsterdam e metade em moeda corrente na Bahia a ser pago em Recife. Havia ainda a possibilidade do pagamento ser feito metade em açúcar, metade em dinheiro. Op cit., p. 111-112.

dinástica. Catarina, filha de D. João IV, casaria com o Rei Carlos II. Com ela iriam as cidades de Tanger no Marrocos e Bombaim na Índia e dois milhões de cruzados. Essa quantia, muito necessitada por uma Inglaterra em dificuldades e carente de meio circulante, teria de ser paga, em parte, pelo Brasil. Esse seria o preço da nova aliança inglesa.²⁸¹

O Governador Francisco Barreto de Menezes, o vencedor dos Guararapes, reuniu-se com os notáveis no palácio em Salvador e decidiu com eles as cotas das capitanias. Para a Bahia, a mais rica capitania, ficou a obrigação de pagar metade. Pernambuco, que havia saído de uma guerra e sofria as agruras da reconstrução, ficaria no mesmo grupo de Itamaracá e Paraíba e as três deveriam fornecer trinta mil cruzados. O Rio de Janeiro contribuiria com vinte e seis mil cruzados. São Vicente entregaria quatro mil cruzados. Quanto a Ilhéus, Porto Seguro e o Espírito Santo “não ficaram isentos mas suas contribuições serviriam para as quebras”. Ou seja, complementariam o que porventura faltasse das outras.²⁸²

Os documentos oficiais desse período frequentemente se referem à coleta de dinheiro para o pagamento do tratado e do dote. Existe uma provisão datada de 12 de julho de 1666 que trata de um pedido de prorrogação do pagamento do dote pela população da Capitania do Rio de Janeiro. Segundo ela:

Eu El-Rey faço saber aos que esta minha provisão virem que tendo respeito ao que se me representou por parte do Provedor Geral do Estado do Brasil em razão de estar lançada a Capitania do Rio de Janeiro em 26.000 cruzados, cada anno, por tempo de 16 e ser pouco tempo referido em que a dita Capitania havia de contribuir com o dito donativo que se lhe lançou no primeiro lançamento para o dote da Sereníssima Rainha da Grã-Bretanha e

²⁸¹ Nessa época era freqüente que tratados de paz esvaziassem os países de seu meio circulante. Para citar apenas um exemplo bastar citar o Tratado de Alvsborg que retirou enormes quantidades de prata da Suécia a fim de comprar a paz com a Dinamarca. O Rei Gustavo II Adolfo teve de mandar derreter sua baixela de prata. Lars Lagerqvist. *A History of Sweden*. Varnamo: The Swedish Institute, 2001. p. 60. Outro exemplo dos montantes envolvidos em negociações de paz e aliança é o do navio HMS Sussex que naufragou em 1694 perto de Gibraltar. O Sussex levava 10 toneladas em moedas de ouro destinadas ao Duque de Savóia, aliado da Inglaterra na guerra contra a França. Seus destroços estão sendo explorados atualmente.

[http://en.wikipedia.org/wiki/HMS_Sussex_\(1693\)](http://en.wikipedia.org/wiki/HMS_Sussex_(1693)) Consultado em 25/06/2007

²⁸² Affonso de Taunay. *História Seiscentista da Villa de São Paulo...* Op. cit. p. 161. O Brasil pagou pela paz 1.920.000 cruzados em dezesseis anos. Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 120.

paz de Hollanda tendo eu a isso considerado e aos poucos frutos com que nestes últimos annos se acha aquella Capitania por falta de cabedaes e parco commercio e das esterilidades que tem havido nella: Hey por bem e pras por fazer mercê a seus moradores que dentro de 24 annos paguem somente 400.000 cruzados, ficando por esta maneira alliviando-os na prorrogação dos annos em 16.000 cruzados que se lhe tenham lançado mais no primeiro lançamento e que a Capitania de São Vicente e as mais do sul, paguem também no decurso dos ditos 24 annos, 64.000 cruzados repartidamente pelo tempo referido, assy como havião de pagar nos 16 annos do primeiro lançamento sobre o que se fizer agora e para o mais que for necessário tocante a suas cobranças e dependências se fará huma junta de 6 pessoas e a de cada estado eleitas pela nobreza, povo e eclesiástico, para se evitarem subornos e desordens.²⁸³

A reclamação da Capitania do Rio de Janeiro (e deve ter havido outras de diversas capitánias) mostra que o ônus da contribuição era pesado. Mostra, também, que a carimbagem de moedas retirou uma parte do meio circulante da capitania porque apesar do valor facial das moedas ter sido elevado, uma porcentagem das moedas ia para a coroa por conta dos custos da carimbagem, havendo ordens expressas para que fossem enviadas para Portugal.²⁸⁴ Como a quantidade de moedas não aumentava com o processo de contramarcação e um parte delas era retirada, o número de moedas, na verdade, diminuía após o fechamento das oficinas monetárias.²⁸⁵

Evidência de que a falta de moedas vinha se agravando pode ser detectada em uma solicitação da câmara de São Paulo datada de 12 de julho de 1664, dirigida ao vice-rei, onde se pedia autorização para cunhar moedas de cobre de cinco e dez réis “porque assim com mais facilidade pudessem os pobres viver”.²⁸⁶

²⁸³ *Projeto Resgate* CD – Rio de Janeiro (1617-1757). 4 – 3 – 512.

²⁸⁴ Severino Sombra. Op. cit. p. 658.

²⁸⁵ A transferência de moedas para Portugal deve ter mesmo aumentado na década de 1660 pois depois de assinada a paz com a Holanda em 1668 ficou mais seguro mandar moedas através do Atlântico.

²⁸⁶ Affonso de Taunay. Título ...*História Seiscentista da Villa de São Paulo...* Op. cit. p. 160. As reclamações vindas de São Paulo e do Estado do Maranhão parecem indicar que a crise monetária, que iria se agravar muito para o fim do século, começou a ser sentida nas regiões mais pobres e periféricas da colônia.

2. AS MOEDAS ADULTERADAS NO BRASIL

O “grande escândalo de Potosi” iria provocar dissabores no Brasil. Para começar, a região era a fornecedora básica de nosso numerário. Em Portugal o problema já havia sido sentido e por uma lei de 1651, foi proibida no Brasil a circulação de patacas peruanas; já as moedas produzidas em Segóvia, no México e Sevilha eram permitidas.²⁸⁷

O Governador-Geral, Conde de Castelo Melhor, logo enviou cartas para Pernambuco e Rio de Janeiro determinando as providências quanto às moedas adulteradas. O Conde asseverava que, após reunião com os ministros, ficou decidido que enviar todas as moedas para Portugal a fim de serem derretidas e recunhadas era inviável. A vida econômica da colônia ficaria paralisada e havia ainda o risco de piratas e corsários capturarem as moedas ou parte delas. O conde reconhecia que as antigas moedas do Vice-Reino do Peru eram “a principal cópia de dinheiro que há hoje no Brasil”.

Todavia, Castelo Melhor distinguia dois tipos diferentes de moeda: as que ele classificava como antigas e novas.²⁸⁸ Seu objetivo segundo dizia era evitar a entrada das novas e impedir que saíssem as antigas. Para isso ele ordenava que as moedas antigas fossem novamente cunhadas e as novas, e provavelmente adulteradas, fossem cortadas no cunho.

²⁸⁷ Severino Sombra. Op. cit., p. 650. A lei certamente se tornou letra morta devido à impossibilidade de se fundir todo o numerário sem uma casa da moeda.

²⁸⁸ Não pude compreender a distinção do governador-geral. De início acreditei que as moedas novas seriam as que exibiam as colunas de Hércules, feitas com o toque de prata correto para serem distinguidas das antigas adulteradas. Como foi escrito as peças de oito com as colunas de Hércules começaram a ser cunhadas em 1652. A carta do governador é datada de 5 de janeiro de 1652, o que torna improvável que ele tenha tido contato com elas. Outra possibilidade seria entender que quando o governador se referia às novas, pudesse estar se referindo às moedas de tipo antigo contramarcadas. Contudo, na literatura disponível, elas ainda não foram estudadas de forma abrangente. Muito provavelmente ele fazia distinção entre as moedas de cunho antigo, diferenciando as cunhadas antes da ação dos fraudadores com as que foram criadas por eles e que seriam distinguidas pela população. Castelo Melhor afirmava que a aparência das moedas novas era “bastante conhecida pelos rosários que têm no círculo, menos peso, e muito cobre como no ensaio dela se experimenta”. Severino Sombra. Op. cit., p. 651. Para a aparência das peças de oito referidas ver: Chester Krause e Clifford Mishler. *Standart Catalogue of World Coins. 17th Century*. Iola: Krause Publications, 1999.

Cartas com as ordens foram enviadas para o Recife e Rio de Janeiro. O governador-geral ainda precisava consultar Portugal sobre o que havia sido decidido. Como não existem relatos de modificações realizadas nas moedas durante a década de 1650, acredito que Lisboa não concordou com as decisões do governador. Por essa época, aliás, o governador-geral sugeriu a Lisboa a fundação de uma Casa da Moeda no Brasil. O objetivo principal dela, mais do que cunhar moedas de forma regular, como se fez em fins do século XVIII e início do XIX, seria organizar o meio circulante existente, como escreveu Veríssimo Serrão, “a fim de cunhar a moeda do Peru que ali existia com abundância”.²⁸⁹

A grande fonte de moedas para o Brasil, adulteradas ou não, continuava sendo o Rio da Prata. A viabilidade do tráfico foi assegurada pela reconquista de Angola. Severino Sombra, em suas pesquisas, identificou três cartas do Governador-Geral Castelo Melhor, datadas de 1653, onde se fazia referência ao “navio de Buenos Aires” e ao “negócio do Rio da Prata”.²⁹⁰ Era bastante óbvio que, apesar da guerra entre Portugal e Espanha continuar furiosa na Europa, os negócios entre suas colônias na América do Sul continuavam sendo feitos, dado o fato de que o Brasil tinha escravos para vender.

Porém, no que diz respeito ao Estado do Maranhão, parece ter iniciado o processo de fuga e rarefação de moedas que iria continuar ao longo do século. Foi visto que em 1643 a quantidade de moedas ali era tal que justificava a criação de uma oficina monetária. Entretanto, dez anos depois o panorama é outro. Segundo Sombra:

Por essa época, no Estado do Maranhão havia algum numerário mas a moeda em espécie, pano sobretudo, prevalecia. No Regimento de André Vidal de Negreiros de catorze de abril de mil seiscentos e cinquenta e cinco, determina-se que o pagamento aos índios seja feito com pano, à razão de dois côvados mensais depositados na caixa da aldeia.²⁹¹

²⁸⁹ Joaquim Veríssimo Serrão. Op. cit. Volume V, p. 152.

²⁹⁰ Severino Sombra. Op. cit., p. 652.

²⁹¹ Idem.

Nas capitânicas do norte que o Estado do Maranhão (que englobava Ceará, Pará e o próprio Maranhão), a escassez de moedas que se iria abater sobre o país chegou mais cedo. No futuro, quando a escassez se convertesse em crise, o Estado do Maranhão também seria o primeiro a sentir os efeitos. Pobre e por demais afastado das fontes de metais preciosos, o Estado do Maranhão não conseguia se prover de moedas tendo que optar pela moeda em espécie.

2.1. O SERMÃO DA PRIMEIRA OITAVA DA PÁSCOA

Por essa época surgiram rumores em Belém acerca da descoberta de uma enorme mina de prata que poderia existir nas proximidades. Verificou-se que os rumores eram falsos, mas tão voraz e de tão grande alcance é a imaginação humana que houve uma amarga decepção na cidade por conta da riqueza perdida (e que na verdade nunca existiu).²⁹² Nesse mesmo ano, 1656, estava em Belém o formidável Padre Antônio Vieira e tocado pelo desânimo geral, ele decidiu fazer um sermão consolando os colonos e fazendo ponderadas observações sobre o dinheiro fácil. Essa peça de oratória seria conhecida como Sermão da Primeira Oitava da Páscoa e seria um dos muitos pontos altos das pregações de Vieira que, por si só, já era uma pessoa notável e de muitos pontos altos.

Antônio Vieira era português, nascido em Lisboa em 1608. Seu pai foi oficial da marinha e trabalhava como escrivão de devassas na cidade. Em 1614 Vieira acompanhou o pai que veio ao Brasil. Cristóvão, pai de Vieira, havia conseguido um emprego como escrivão.²⁹³ Iniciava-se para o pequeno Antônio uma relação com a colônia que iria durar praticamente toda sua vida.

Em 1623 Vieira decidiu ser padre e entrou para a Companhia de Jesus. Uma vez ordenado, seus talentos logo se fizeram mostrar. Um de seus sermões sobre a luta contra os holandeses que se desenvolvia no Nordeste em 1635 foi considerado por Guillaume Raynal como “talvez o mais

²⁹² <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/BT2803022.html> Consultado em 17/04/2008.

²⁹³ *Grandes Personagens de Nossa História*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1969. p. 192.

extraordinário discurso jamais ouvido de um púlpito cristão”.²⁹⁴ Quando da Restauração em 1640 Vieira foi escolhido pela Companhia para apresentar as felicitações a D. João IV. Voltando para Lisboa, Vieira foi distinguido pelo rei que viu nele conhecimento e astúcia. Alto, magro e ascético Vieira tornou-se figura conhecida no paço e transformou-se em um dos principais conselheiros reais. Vieira, através de seus sermões, dava sugestões para a recuperação econômica do Reino, abalado pela guerra simultânea contra Holanda e Espanha.

Imagem 5



Em 1647 ele iniciou a carreira de diplomata, trabalhando em missões na França, Inglaterra, Holanda e Itália. Vieira alinhou-se à facção que sugeria a entrega de Pernambuco em troca de paz com a Holanda. Fazendo inimigos poderosos, Vieira foi mandado de volta para o Brasil em 1652. Sua fama crescia, Frederic Mauro o descrevia como vontade de ferro, atividade sem descanso, pena de valor e palavra de ferro.²⁹⁵

²⁹⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/Antonio_Vieira. Consultado em 15/12/2007.

²⁹⁵ Frederic Mauro Op. Cit. Vol. II p. 206

Como já foi dito, Antônio Vieira pessoalmente era ascético e não dava muita importância para o dinheiro, embora fosse familiarizado com questões econômicas. Quando das dificuldades da restauração ele pressionou para que os impostos fossem melhor distribuídos entre os três estados (clero, nobreza e povo) de modo que o povo ficasse menos onerado. Quanto a sua relação com o dinheiro Vieira o usava muito pouco. Em uma ocasião, enquanto ainda estava em Lisboa, ele foi informado de que receberia uma grande quantia de dobrões de ouro para os distribuir em esmolas. Suspeitando da tentativa de corrupção implícita, Vieira respondeu: “que agradecia o presente com deixar ir o portador pela escada, e não pela janela, como um tal atrevimento merecia”.²⁹⁶

Trabalhando no Maranhão e na Amazônia, convertendo índios em trabalho missionário, Vieira estava em Belém quando foi divulgado que pretensas minas de metais preciosos haviam sido descobertas. O sermão de consolo que ele fez é revelador porque fornece informações sobre a situação monetária do Pará sob o ponto de vista de uma pessoa culta e muito bem informada, além de prever os ônus de uma grande descoberta de metais preciosos.

O sermão tinha por fim consolar e advertir os habitantes de Belém acerca do fato de que as minas eram lenda. Vieira começou o seu sermão comentando o aspecto soturno de sua assistência. No dia da Páscoa, não havia muita alegria em Belém. Em seguida Vieira ponderou que o dinheiro escapa a quem trabalha nas minas.

Por isso as minas não são minas para quem faz as despesas, e só são minas, como a benção de Jacob, para os mesmos que as fingiram, e vêm ricos de mercês e salários, e cheios de jurisdições e onipotências, com que se fazem mais ricos.²⁹⁷

Ou seja, Vieira fazia uma primeira referência aos funcionários coloniais que viriam para açambarcar as riquezas minerais.

²⁹⁶ João Francisco Lisboa. *Vida do Padre Antônio Vieira*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1956. p. 150

²⁹⁷ *Padre Antônio Vieira. Sermões*. Volume II. Porto: Lello & Irmão, 1959. p. 223.

Em seguida, ponderava que a eventual riqueza repentina atrairia inimigos. Ele certamente considerava que Belém, na foz do Amazonas, estaria vulnerável a ataques estrangeiros; frente a isso as minas espanholas, situadas no interior, permaneceram inexpugnáveis durante todo período colonial.

Afirmava Vieira:

Conta a Sagrada Escritura no capítulo trinta e oito de Ezequiel [ou seja história do passado, ou profecia do futuro] que sabendo as nações de Gog e Magog, que os Hebreus viviam ricos e descansados nas suas terras, fizeram conselho entre si de os irem conquistar, fundando esta deliberação em dous motivos: o primeiro, que tinham ouro e prata: o segundo, que não tinham muros. Um motivo os excitou à conquista, e outro lha facilitou. O que os excitou foi o ouro e a prata....²⁹⁸

Ele seguia essa linha de raciocínio, a de que ouro e prata atrairiam potências estrangeiras, argumentando com o exemplo da Espanha durante a Segunda Guerra Púnica: “Se em Espanha não houvera minas de ouro e prata (das quais, diz Estrabão, que eram as mais ricas do mundo) nunca os Romanos iriam a lhe fazer guerra de tão longe, com tanto empenho e pertinácia”.²⁹⁹

Vieira seguia uma linha de pensamento realista, mas algo parcial. Em seu esforço para concentrar as atenções dos colonos na agricultura ele se detinha em todos os aspectos negativos das minas. Antônio Vieira nunca esteve no Cerro Rico de Potosi. Todavia ele declara que leu livros que descreviam as minas e é certo que tenha conversado que pessoas que estiveram lá. Sua descrição das profundas minas nas montanhas é realista e chocante.

Eu nunca fui ao Potosi, nem vi minas; porém nos livros que descrevem o que nelas passa, não só causa espanto, mas horror, ler a fábrica e as máquinas, os artificios e a força, o trabalho e os perigos com que as montanhas se cavam, as betas se seguem, e, perdidas, se tornam a buscar: os encontros de pedernais impenetráveis, ou de águas subterrâneas, que rebentam das penhas, as quais ou se hão de esgotar com bombas, ou abrir-lhes novo caminho, furando por outra parte os mesmos montes: o estrondo dos maços, das cunhas, das alavancas, e dos outros instrumentos de ferro, alguns dos

²⁹⁸ Idem, p. 224.

²⁹⁹ Idem, p. 226.

quais têm cento e cinquenta libras de peso, com que se batem, cortam e arrancam as pedras, ou se precipitam com maior perigo do alto: e tudo isto naquelas profundíssimas concavidades, ou infernos, onde nunca entrou o raio do Sol, alumiados malignamente aqueles infelizes Ciclopes só com a luz escassa e contrafeita de alguns fogos artificiais, cujo hálito, fumo e vapor ardente lhes toma a respiração, e muitas vezes os afoga.³⁰⁰

Em seguida Vieira passa a discorrer, para a sua congregação, as conseqüências sociais que adviriam dos descobrimentos. Segundo ele, a riqueza dos habitantes de Belém seria passageira. E para se contrapor a isso haveria ônus constantes. O jesuíta mencionava os labores constantes, a mão-de-obra local desviada em função das necessidades das minas e a lavoura sendo devolvida à selva em função da maior lucratividade das minas.

Um dos aspectos mais reveladores do discurso de Vieira diz respeito ao peso esmagador que o Estado inevitavelmente assumiria após descobertas as minas. Vieira aqui revela bastante sensibilidade e suas previsões se aproximam um tanto dos escritos de Perry Anderson quando afirmava que os governos espanhol e sueco intervinham fortemente no controle das riquezas minerais em prol de seus objetivos.³⁰¹ Vieira parecia assumir que a conseqüência óbvia para metais preciosos seria o absolutismo.

Ainda falta por dizer o que mais vos havia de destruir e assolar. Quantos ministros reais, e quantos oficiais de Justiça, de Fazenda, de Guerra, vos parece que haviam de ser mandados cá par a extracção, segurança, e remessa deste ouro ou prata? Se um só destes poderosos tendes experimentado tantas vezes, que bastou para assolar o estado, que fariam tantos? Não sabeis o nome do serviço real (contra a tenção dos mesmos reis) quanto se estende cá ao longe, e quão violento é e insuportável? Quantos administradores, quantos provedores, quantos tesoureiros, quantos almoxarifes, quantos escrivães, quantos contadores, quantos guardas no mar e na terra, e quantos outros officios de nomes e jurdições novas se haviam de criar ou fundir com estas minas, para vos confundir e sepultar nelas? Que tendes, que possuís que lavrais, que trabalhais, que não houvesse de ser necessário para serviço de el-rei, ou dos que se fazem mais que reis com este especioso, pretexto? No mesmo dia havíeis de começar a ser feitores, e não senhores de toda vossa fazenda. Nem havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a vossa canoa, nem vosso o vosso carro e o vosso boi, senão para o manter e servir com ele. A roça haviam-vo-la de embargar para os mantimentos das minas: a casa haviam-vo-la de tomar de

³⁰⁰ Idem p. 230

³⁰¹ Cf. Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

aposentadoria para os oficiais das minas: o canavial havia de ficar em mato, porque os que o cultivassem haviam se ir para as minas; e vós mesmo não havíeis de ser vosso, porque vos haviam de apenar para o que tivésseis ou não tivésseis préstimo; e só os vossos engenhos haviam de ter muito o que moer, porque vós e vossos filhos havíeis de ser os moídos.³⁰²

Vieira certamente conhecia a conseqüência positiva da descoberta de metais preciosos, a saber: que boa parte da riqueza alcançaria a população local. Mas ele se concentrava nos aspectos negativos de forma a alentar população local que passou a ver como positivo o fato de não haver ouro. Em seu exercício de profeta, Vieira acertou em um aspecto de forma exata. Era o de que o principal da riqueza que iria permanecer no local não ia para os mineiros, mas antes para os fornecedores de bens de consumo.

Por fim Vieira reconhece a inexistência de moedas no Pará:

É possível que vos dê Deus uma terra tão abundante e tão fértil, que só com a comutação dos frutos e drogas deva vos sustentais, e conservais há tantos anos tão abastada e tão nobremente, sem haver nem correr nela dinheiro...³⁰³

Em outro sermão, proferido três anos antes, em 1653, Vieira observava:

Só resta saber qual será o preço destes (índios) que chamamos meio cativos ou meio livres, com que se lhes pagará o trabalho do seu serviço. É matéria de que se rirá qualquer outra nação do mundo e só nesta terra não se admira. O dinheiro desta terra é pano de algodão e o preço ordinário porque servem os índios e servirão cada mês são duas varas deste pano, que valem dois tostões, onde se segue que por menos de sete réis de cobre, servirá um índio cada dia, coisa que é indigna de se dizer e muito mais indigno de que se por não lhes pagar tão leve preço, haja homens de entendimento e de cristandade que queiram condenar suas almas a ir ao inferno.³⁰⁴

Se na colônia do Estado do Maranhão (do qual o Pará fazia parte) a falta de moedas foi sentida antes que no resto do Brasil, ela deve ter sido especialmente grave no Pará, pois era o ponto de ocupação portuguesa mais

³⁰² *Padre Antônio Vieira. Sermões. Volume II. Porto: Lello & Irmão, 1959. p. 232-233.*

³⁰³ *Idem p. 237*

³⁰⁴ Antônio Vieira apud. Cléber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora, 1984. p. 32.*

distante das fontes de numerário e, além disso, era pobre, não podendo participar das trocas que atraíam moedas.

A importância do sermão de Antônio Vieira, para os fins desta tese, reside no fato de que ele previu problemas que começariam a ocorrer pelo final do século. A percepção de Vieira é importante, mas não é notável no sentido de que fosse uma percepção isolada, circunscrita a uma única pessoa. Vieira teve informações de primeira mão sobre o funcionamento das minas nos Andes e, junto com ele, parte da população colonial partilhava esse conhecimento. Vimos que havia um grande número de espanhóis vivendo na região de São Paulo. E diversos bandeirantes freqüentaram o Paraguai e regiões fronteiriças às minas de prata. Em Buenos Aires peruleiros comerciavam com pessoas que vinham das minas dos Andes. Um grande número de comerciantes portugueses vivia em Lima e o próprio General Francisco Barreto de Menezes, alzoz do domínio holandês no Nordeste, havia nascido no Peru, filho de pais portugueses. Vimos que o formidável Salvador de Sá possuía terras próximas às regiões produtoras e freqüentou a região mineira.

Assim, podemos ter certeza que a consciência sobre a opressão fiscal exercida por parte da metrópole existia entre a população colonial. Existia o raciocínio de que a descoberta de metais preciosos traria riqueza, porém, levaria a grandes tributos e a um enxame de funcionários coloniais a fim de fiscalizar a transposição dessa riqueza.

2.2. OS PAULISTAS ESCONDEM SEU OURO

Sabemos que em São Paulo era encontrada uma boa quantidade de ouro de lavagem. Todavia os paulistas faziam de tudo para enganar as autoridades coloniais, tanto em relação à localização das minas quanto ao seu potencial. Um dos golpes favoritos aplicado pelos paulistas, mencionado por Jorge Caldeira, era quando da descoberta de uma jazida, explorá-la rápido e depois mostrar às autoridades o veio semi-esgotado o que levava a impostos reduzidos. A grande diferença dessa situação para a ocorrida no final do século, quando da descoberta das minas na Serra da Mantiqueira,

foi o tremendo montante de ouro descoberto ali. Com a enorme quantidade de ouro saindo das catas e com pessoas saindo para as minas de outras regiões da colônia, além das que vinham do Reino, o descaminho tornou-se muito mais difícil.

Nessa década, tanto como no Pará e no Maranhão, a falta de moedas era também sentida em São Paulo, outra região economicamente periférica. A diferença é que ali se produzia ouro de lavagem, com os paulistas fazendo o que podiam para ludibriar as autoridades coloniais. Frederic Mauro afirmava mesmo que: “Parece, com efeito, que se não encontravam quantidades enormes de ouro, encontravam pelo menos o suficiente para que a pesquisa continuasse a ser interessante mesmo a curto prazo.”³⁰⁵

O Jesuíta Simão de Vasconcelos na sua *Vida do Padre João de Almeida* escrevia em 1658:

...em todos os rios que descem desta serrania, desde Patos até S. Paulo, se acha ouro e toda a terra de suas várzeas e arredores é um puro ouro. Rara é a parte em todo este grande districto onde se não ache, em uma em mais cantidade do que em outras; paragens há em que se acharam pedaços inteiros e vergas grandes d'ouro já perfeito; mas ordinário é tirar em grãos, mais miúdos outros mais grossos, e todos quantos vão a busca-lo vem providos d'elle e é o remédio ordinário daquella gente.³⁰⁶

Assim, em São Paulo havia ouro que corria como moedas na forma de pequenas pepitas e em ouro em pó, mas moedas mesmo havia muito pouco. Dois anos antes, em 1656, o Procurador Manuel de Aguiar descrevia o problema específico de São Paulo em que as moedas tendiam a migrar para os portos no litoral.

Neste estado, tanto na capital quanto nas demais vilas, corria todo gênero de moeda, tanto cunhada como por cunhar, e que só nesta vila não corria, e isso provocava muito dano para a população local, por levarem o dinheiro para fora da terra...³⁰⁷

³⁰⁵ Frederic Mauro. Op. Cit. Vol. 2. p. 152

³⁰⁶ Apud Affonso de E. Taunay. Op. cit. p. 155.

³⁰⁷ Deste estado asin na cabessa destas capitánias como nas mais villas corria todo o gênero de moeda assim cunhada como por acunhar e que so nesta villa não corria e assim vinha a ser mto. Danno do povo por levarem o dro. Fora da dita terra. Idem p. 160.

Em uma ata da câmara datada de 1654 o problema estava assinalado bem como a proposta de uma solução: a proibição, pela câmara da vila, de que ninguém levasse para fora de seus limites, valor em moedas com montante maior que dez mil réis.

...nesta terra, no momento presente, não havia dinheiro nenhum por a haverem levado todo, e disso resultou muito dano, a solução é mandarem Vossas Mercês que nenhuma pessoa levasse dinheiro para fora da vila na quantia que ultrapasse dez mil réis e que quem trouxesse fazendas as vendesse e gastasse aqui o adquirido com elas.³⁰⁸

Ou seja, para se contornar o problema era sugerido que as pessoas que subissem a serra e trouxessem mercadorias para vender, o gastassem obrigatoriamente na Vila de São Paulo.

2.3. UM GOVERNADOR ASTUTO

Sobre a oficina monetária de Pernambuco ainda existe uma questão interessante. Sabemos que os artífices disponíveis em Recife tiveram dificuldades em fazer os cunhos. Pois bem, Cléber Baptista Gonçalves em seu livro não lista que uma oficina monetária tenha funcionado em Pernambuco no ano de 1663 ou no seguinte. Para ele funcionaram apenas as de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.³⁰⁹

Todavia, quando da prisão do Governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, em 1666, dentre as acusações lançadas contra ele estava explicitamente a de cunhar moeda em sua casa, com a ajuda de empregados seus.³¹⁰ Segundo Cabral de Mello:

Havendo El-Rei ordenado que se recunhasse toda a moeda de ouro e de prata que circulava na colônia, tarefa que cabia aos funcionários da fazenda real, Mendonça Furtado chamara-a a si, executando-a em sua mesma casa,

³⁰⁸ ...nesta terra de presente não avia dinheiro nenhu pelo averem levado dela todo, e diso resultava muito dano, pelo que mandasem suas mercês que nenhua pessoa levasse fora da terra dinheiro que passasse de dez mil rs. e que quem trouxesse fazendas as vendesse e empregasse o procedido della. Idem.

³⁰⁹ Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil ...* Op. Cit. p. 45.

³¹⁰ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos*. Nobres contra Mascates. Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 23.

em segredo e pelos seus criados, com marcas que mandara especialmente fabricar.³¹¹

Mendonça Furtado assumira o governo da capitania em 1664. Portanto, ainda durante o hipotético período de funcionamento da oficina monetária. Desde logo as atividades ilícitas do governador, que também seria acusado de diversas outras falcatruas, parecem levantar dúvidas sobre se não se carimbaram moedas em Pernambuco.³¹² Talvez a explicação resida em outro lugar. Parece-me mais plausível a hipótese de Cléber Gonçalves de que uma oficina monetária não funcionou em Pernambuco na década de 1660. Ademais o vice-rei menciona apenas que Pernambuco estava tendo dificuldades em cunhar as moedas. Trata-se tão somente de uma hipótese. As oficinas das outras capitanias não são mencionadas. Então o problema parece ter se restringido a Pernambuco. Nesse caso, as atividades do governador podem ser apenas uma vigarice particular. O governador pode ter se aproveitado das atividades de cunhagem realizadas na Bahia. É certo que com as novas moedas carimbadas circulando, as que ele fazia não chamariam tanto a atenção.

Quanto ao Rio de Janeiro pode ter havido resistências, uma vez que a cidade se mostrava arredia para com as oficinas monetárias. Para esclarecer as dúvidas do governador da capitania, o vice-rei mandou uma carta datada de 23 de outubro de 1663, reiterando as observações do Regimento.

Um pouco antes, o Rio de Janeiro esteve envolvido em outra crise em que as moedas desempenharam seu papel. Desde setembro de 1659, Salvador de Sá governava as capitanias do sul desde o Rio de Janeiro até Santa Catarina. Logo que assumiu, Salvador se defrontou com o problema de que a tropa, já havia meses, não era paga. Os soldados para conseguir dinheiro se dedicavam a outras profissões em prejuízo de suas atividades

³¹¹ Idem p. 60.

³¹² Para mencionar apenas as acusações de fundo monetário impingidas a Mendonça Furtado, ele estaria “afrontando a honra dos vassallos, ele administraria como um tirano, interferindo no funcionamento do judiciário, executando dívidas, seqüestrando bens, em especial na fábrica dos engenhos e nos partidos de cana, prendendo e soltando a seu talante, tudo em troca de dinheiro”. Em outra acusação, esta mais grave, ele se apropriou de parte do dinheiro de donativo da rainha da Inglaterra e paz da Holanda. Idem p. 23.

militares. E para pagar os soldados cumpria aumentar os impostos pagos pela população de modo a se conseguir as moedas. Salvador propôs então o primeiro imposto predial a ser aplicado na cidade. Seriam dois tostões cobrados pelos altos e dois pelos baixos dos imóveis situados na Rua Direita. Nas demais ruas seriam meia pataca e um tostão. A cobrança deveria ser mensal. A população considerou o imposto muito alto e Salvador impôs um imposto de 8.000 réis para os cidadãos mais ricos. Os demais pagariam conforme suas posses.³¹³

2.4. O MAIOR DOS GALEÕES

A outra questão que ajudou a esquentar os ânimos foi a construção do Galeão Padre Eterno. Já havia muitos anos que navios eram construídos no Brasil. O próprio Salvador de Sá possuía navios, inclusive afamados navios preparados para a guerra.³¹⁴ Por aqui havia madeiras excelentes para a construção naval, bem como carpinteiros treinados. Mestres construtores poderiam ser conseguidos no exterior, desde que o salário fosse bom.

Salvador decidiu construir na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, um navio colossal. Ele seria o maior já construído no Brasil e quando pronto seria um dos maiores do mundo. Pelos planos, o Padre Eterno teria cinquenta e três metros de comprimento (usualmente não se incluía nessas medidas o mastro inclinado da proa), pesaria cerca de duas mil toneladas, o mastro principal tinha 2,97 metros de circunferência na base (para se ter

³¹³ Aproveitando-se de uma viagem que Salvador de Sá teve de fazer, os habitantes se amotinaram. Prenderam o governador substituto e o mandaram para Lisboa. Diversas acusações levantadas contra o governador substituto, Tomé Correia de Alvarenga, homem do clã dos Sá, se relacionavam a dinheiro. Dentre elas: que Tomé estava envolvido em ladroeiras; que antes de ser governador era pobre; que se uniu ao cunhado para desviar recursos da fazenda real e que nunca pagava os dízimos daquilo que produzia. Salvador, usando de repressão contra os cabeças e concedendo clemência aos demais, conseguiu sufocar o motim. Todavia, os problemas monetários do Rio de Janeiro continuaram. Cf. Francisco Bethencourt. Op. cit. p. 335 e Jorge Caldeira Op. cit. Vol. 2 p. 163.

³¹⁴ Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco ...* Op. cit. p. 224. e Frederic Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico...* Op. Cit. Vol I p. 74-75.

uma idéia, o capitânea da marinha francesa, o titânico Soleil-Royal, pesava duas mil e quinhentas toneladas e carregava 110 canhões).³¹⁵

Os gastos no navio devem ter sido exponenciais. Carpinteiros tiveram de vir de diversas capitâneas e mesmo do Nordeste, já que o pessoal disponível no Rio não parecia ser suficiente. Salvador mandou também vir técnicos da Inglaterra para ajudar na construção. O pagamento do pessoal bem como a compra de material, especialmente os canhões, deve ter sido extremamente caro. Salvador começou a exigir dos habitantes mais abastados do Rio escravos e bois retirados dos engenhos para os trabalhos no estaleiro e se apropriou de dinheiro de forma ilícita para a construção do Padre Eterno.³¹⁶

Para o lançamento do navio ao mar foi necessária a presença de marinheiros ingleses, um empreendimento difícil sem dúvida, devido ao tamanho do casco. A tripulação de um navio inglês foi solicitada a ajudar a colocar o Padre Eterno no mar. Segundo um dos marinheiros que participaram da empreitada, Edward Barlow:

Nesse meio tempo, o governador pediu ao nosso comandante que ajudasse os seus homens a lançar à água um amplo navio pertencente ao Rei de Portugal, que há três anos vinha sendo construído no local e que finalmente tinha sido acabado. No dia de Natal, que aqui é comemorado dez dias antes do nosso, fizemos a primeira tentativa, mas foi impossível levá-la a bom termo. Foi somente na véspera do nosso Natal, logo pela manhã, que conseguimos realizar com sucesso a operação.³¹⁷

É óbvio que este auxílio também custou dinheiro e Salvador precisava de muito quando se tratava da construção do navio. Boxer deixa claro que Salvador tinha pressa em terminar o Padre Eterno a tempo de partir para Portugal a bordo dele na frota de 1663. Mas as obras no navio estavam atrasadas. Todavia, em 1665, o enorme galeão deixou o porto do Rio de Janeiro em direção a Lisboa. Lá, o navio que havia ajudado a criar um novo

³¹⁵ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes ...* Op cit. p. 196. Sobre as maneiras de se medir um navio no século XVII ver Jean Merrien. *Vida Cotidiana dos Marinheiros no Tempo do Rei Sol*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

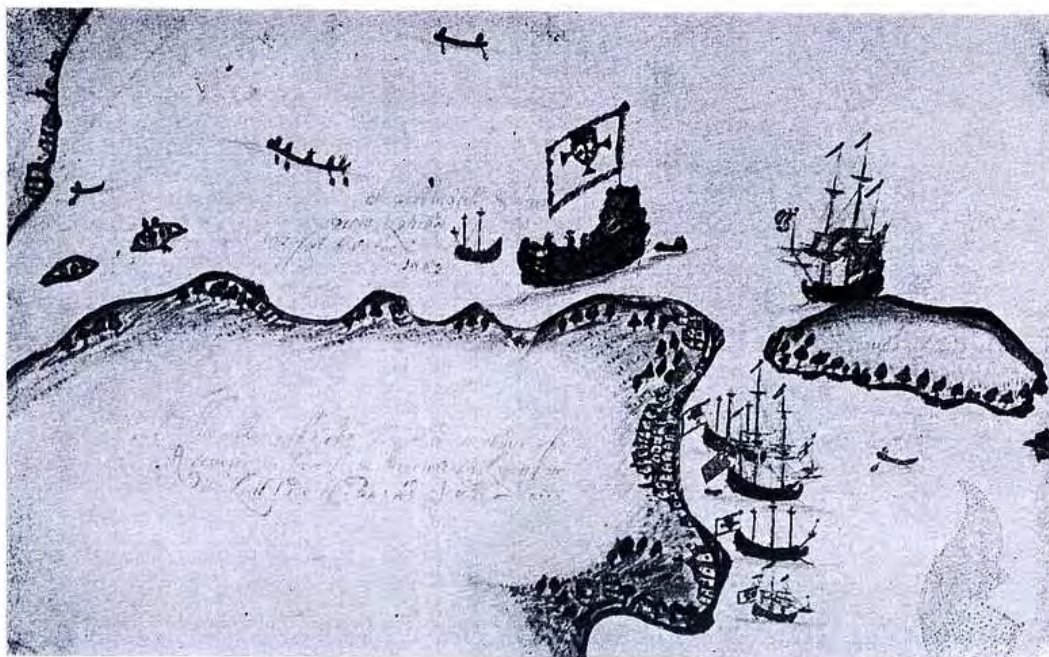
³¹⁶ Francisco Bethencourt. *História da Expansão Portuguesa ...* Op. cit. p. 336.

³¹⁷ Edward Barlow Apud Jean Marcel Carvalho França. *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Antologia de Textos. 1531-1800. Rio de Janeiro: EdUERJ: J. Olympio, 1999. p. 46.

motim no Rio, foi saudado como um prodígio, tendo o embaixador francês ido ao porto para observá-lo e fazer um relatório ao seu país.³¹⁸ Esse prodígio foi pago, em parte, com moedas expropriadas da população carioca.

Salvador vendeu o navio à coroa enquanto ainda estava no estaleiro. Em 1671, ainda lutava para receber o dinheiro.³¹⁹ Não sabemos por quanto foi vendido e podemos ter certeza que o Padre Eterno custou imensamente caro mas só podemos imaginar o valor. Para se ter um termo de comparação um galeão de 780 toneladas custava 21 milhões de réis para ser construído na Bahia em 1655. Se assumirmos estes valores e compararmos com a tonelagem do Padre Eterno, este teria custado a soma fantástica de quase 54 milhões de réis, ou 135 mil cruzados.³²⁰

Imagem 6



³¹⁸ Charles Boxer. *Salvador Corrêa de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola ...* Op. cit. p. 342. Boxer conseguiu um mapa no qual aparece o Padre Eterno. Já lançado ao mar, ele havia sido rebocado para perto da Cidade. Ainda sem os mastros, o grande navio figura cercado de canoas e com a bandeira de Portugal restaurado tremulando na popa. É uma das raríssimas representações do Padre Eterno que chegaram até nossos dias.

³¹⁹ Charles Boxer Op. cit. p. 345 e Frederic Mauro Op. cit. Vol. II p. 75.

³²⁰ Frederic Mauro Op. cit. Vol. I p. 81.

IMAGEM 7



2.5. O GALEÃO SACRAMENTO

Além das antigas moedas espanholas que chegavam do Rio da Prata, se bem que em quantidade menor que no começo do século, havia um conjunto de moedas com cunhos portugueses que chegava de Portugal com as frotas.

Em maio de 1668, a frota anual chegava ao Brasil. Eram cerca de cinquenta navios. A capitânea era o Galeão Sacramento que transportava o novo Governador da Bahia, João Corrêa da Silva. Como soprava um vento

desfavorável, os pilotos não conseguiram alcançar o porto de Salvador. O galeão foi então empurrado em direção à foz do Rio Vermelho, distante cerca de cinco quilômetros da cidade. Alertado pelos tiros de canhão disparados do navio (em um sinal convencionado de socorro), o governador em exercício mandou diversas embarcações para o auxílio, mas elas só puderam chegar na manhã seguinte.

Acharam (a nau) feita em pedaços de pau, e grande número de corpos, uns ainda vivos vagando pelos mares, outros jazendo já mortos nas areias; estragos que testemunharam os que o governador Alexandre de Souza enviara para remediar o perigo, e só salvaram as vidas algumas pessoas, às quais pôs em salvo a sua fortuna e a diligência dos pescadores daquelas praias, que com grande piedade e zelo cristão, por estarem mais próximos, as recolheram nas suas jangadas e canoas (pobres embarcações ligeiras da sua pescaria), e algumas poucas que sobre tábuas piedosamente despedaçadas no seu remédio se puseram em terra.³²¹

De um total de perto de mil pessoas apenas setenta se salvaram. Mas, mais significativo que os vagos relatos de Rocha Pita de riquezas de pessoas já mortas, devolvidas pelo mar e jogadas na praia nos dias posteriores ao naufrágio, é o que se descobriu dos destroços do Sacramento que foram escavados pela marinha na década de 1970. Nele foi encontrado um conjunto de moedas que, transportadas de Portugal para o Brasil, se constituem em um exemplo do que pode ter sido a proporção de moedas remetidas da metrópole para a colônia. Nos destroços do naufrágio foram encontradas cerca de quarenta moedas de prata, tanto portuguesas quanto espanholas.³²² A maior parte das moedas portuguesas era do reinado de D. João IV (1640-1656). Das espanholas, a maior parte pertencia ao reinado de Filipe IV (1621-1640). Se nos ativermos apenas ao material encontrado nos destroços do Sacramento, pode-se concluir que não se cunharam tantas moedas nos doze anos após 1656, todavia a realidade é mais complexa.

A análise da coleção do Sacramento sugere que a maior parte do numerário que vinha para o Brasil era um tanto antigo. As antigas moedas

³²¹ Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1964. p. 287.

³²² Obviamente o montante original de moedas era muitíssimo maior, todavia em mais de trezentos anos elas foram dispersas no fundo do mar.

espanholas sobreviviam e, coisa curiosa, algumas delas, iam para o Brasil via Portugal. A maioria das moedas estava carimbada, obedecendo ao regimento de 1663 demonstrando a eficiência da prática das remarcações.³²³

Não se pode determinar com precisão que percentagem dessas moedas embarcadas em Portugal alcançavam no montante das moedas que circulavam no Brasil. Elas vinham nas grandes frotas junto com imigrantes e funcionários coloniais que se transferiam para o Brasil. Ainda em junho de 1667 uma portaria informava que na frota daquele ano

... viera algum dinheiro o qual era uso acunhar-se para ter o mesmo valor, que tem o demais que corre nesta praça: determina ao Provedor-Mor da Fazenda Real que abra o cunho, e mande acunhar todo o dinheiro que houver, na forma da ordem que tinha do Senhor Vice-Rei.³²⁴

Como a portaria deixa claro, não eram muitas as moedas que chegavam, todavia, se o fluxo de prata diminuísse, essas moedas comporiam uma importante parte do meio circulante colonial. Assim, na segunda metade do século XVII, as moedas que vinham para o Brasil tinham basicamente duas procedências: o Rio da Prata com as moedas do Vice-Reino do Peru, e as portuguesas e espanholas que vinham de Portugal.

Em 1668 uma nova leva de remarcações foi determinada. O motivo era que “finda a guerra com a Espanha, o alvará de abril de 1668 tinha em conta que as moedas de ouro estavam mais baixas que as de prata, pelo que desapareciam do circuito monetário com a fuga para o estrangeiro”.³²⁵ Pela nova lei, as peças de ouro teriam seu valor aumentado em dez por cento. Assim, as moedas de ouro de 4.000 réis passariam a valer 4.400 réis, as de 2.000 passariam a valer 2.200 e as moedas de 1.000 réis seriam aumentadas para 1.100.³²⁶ O método de aumento seria a tradicional carimbagem a ferro e o processo foi feito em Portugal, não se tendo notícias de oficinas abertas no Brasil para esse fim. Tal fato sugere fortemente que houvesse por essa época poucas moedas de ouro no Brasil.

³²³ Ulisses P. de Mello Neto. In: *O Galeão Sacramento*. Navigator, Serviço de Documentação da Marinha, n° 17, 1981.

³²⁴ Severino Sombra. *História Monetária do Brasil Colonial ...* Op. cit. p. 661.

³²⁵ Veríssimo Serrão. Op. cit. p. 152.

³²⁶ Severino Sombra. Op. cit. p. 665.

2.6. NO PANEGÍRICO FÚNEBRE, AS DESPESAS DE UM GOVERNADOR

Existe um documento datado de 1676 que joga luz sobre as preocupações monetárias de um governante colonial. Trata-se de um panegírico fúnebre de autoria de Juan Lopes Sierra. O panegírico trata do governador-geral Afonso Furtado de Mendonça. Afonso Furtado, primeiro Marquês de Barbacena, nasceu em 1610 e morreu em 1675, no exercício do poder. Militar quando da guerra contra a Espanha, Furtado de Mendonça assumiu o governo do Brasil em 1671. Ele era mais um daqueles soldados endurecidos que governaram o Brasil na segunda metade do século XVII. Quando de seu governo, ele esforçou-se ao máximo para encontrar as jazidas de metais preciosos que, pelo senso comum, deveriam se esconder no interior do Brasil.

O panegírico é importante, pois apresenta algo da movimentação do dinheiro em um ambiente urbano do Brasil do século XVII. Nele podemos apreciar um pouco das características típicas da circulação monetária seiscentista. A saber: as poucas moedas existentes para atender a todos os fins e o esforço para se encontrar metais preciosos a fim de cunhá-las.

O panegírico trata do período de governo, dos últimos dias e do enterro de Furtado de Mendonça, chamado ali de “nosso herói”. Na primeira questão que o panegírico trata com relação a dinheiro (e certamente houve ocasiões anteriores onde o dinheiro causou inquietações e que não são mencionadas no panegírico) é o problema dos bandeirantes paulistas, contratados para lutar contra tribos indígenas insubmissas que está sendo tratado. Ali fica demonstrado que os bandeirantes teriam uma campanha franca, ou seja, poderiam guerrear como bem entendessem sem interferência externa, que os índios capturados seriam seus, que seriam aparelhados como os militares, que lhes seria dado carroças e embarcações necessárias para conduzir mantimentos e prisioneiros bem como, solicitação típica desse século, eventuais mercês de Sua Majestade.³²⁷

³²⁷ Ao fim graças aos reforços financeiros providenciados pelo governador, os bandeirantes se encontravam bem preparados. John Hemming reconheceu que expedição estava

Quanto à parte financeira, foi acordado com os paulistas que “os cabos de gente receberiam os soldos que recebem os militares e o mesmo se entenderia (estenderia) com os capitães e soldados”.³²⁸

Robert Southey menciona ainda que os paulistas além de mantimentos e “tudo necessário a um corpo destes homens...” receberiam oito mil cruzados. Ou seja, metal amoeado.³²⁹ Tal afirmação é interessante, pois confirma que bandeirantes em campanha podiam receber em dinheiro, ainda que de forma eventual.³³⁰

A ocasião seguinte onde o dinheiro é tratado foi a questão do auxílio ao navio São Pedro de Rates que chegara a Baía em 6 de julho de 1672. O galeão seguia para a Índia com o arcebispo de Goa e diversos passageiros importantes. Com muitos doentes a bordo, e com problemas estruturais devidos a uma tempestade que o apanhou o Cabo da Boa Esperança, o navio rumou para a Bahia.³³¹

Ali chegando foi iniciado o processo para parar vazamentos no casco e demais medidas necessárias. Os doentes foram alojados nas casas de particulares, com os mais graves enviados ao hospital da Misericórdia. Em dado momento Afonso Furtado liberou mil escudos em ouro para “algumas pessoas de conta” com o fim de “não fazer ruidoso o cortejo”. A explicação dessa expressão remete ao fato de que a chegada e saída de autoridades a capital da colônia obedecia a normas cerimoniais. Entre os passageiros do São Pedro de Rates estavam pessoas de muita importância como o Arcebispo de Goa, o Conde de Vila Pouca com a respectiva condessa e o vedor da

singularmente bem equipada. John Hemming. *Red Gold*. Southhampton: The Camelot Press, 1978. 349 p.

³²⁸ Stuart B. Schwartz e Alcir Pécora (orgs.). *As Excelências do governador: o Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.102 e 103.

³²⁹ Robert Southey. *História do Brasil*. Volume 2. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 323.

³³⁰ O que está de acordo com o que afirma Francisco de Assis Carvalho Franco. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil...* Op. cit. p. 114.

³³¹ Teoricamente era proibida a ancoragem de navios destinados a Índia em portos brasileiros. Todavia, era freqüente navios pararem para efetuarem reparos ou comerciar, pura e simplesmente. Stuart Schwartz insinua que esse poderia ser o caso do São Pedro de Rates, todavia um defeito no mastro grande seria difícil de não ser notado. Ao que me parece, de acordo com os dados obtidos, o São Pedro de Rates tinha sérios defeitos mesmo. Sobre as estadias de navios ver: Charles Boxer. *O Império Marítimo Português ...* Op. cit. p. 220.

fazenda real para a Índia. Essas pessoas ilustres no navio tiveram de desembarcar e havia que mostrar dignidade. Acredito que os gastos em moedas de ouro foram para compor vestes e talvez para a aquisição de paramentos de terra como tapetes e pálido, a fim de tornar o cortejo das autoridades mais imponente. O enorme gasto, singularizado em ouro pelo relato de Juan Sierra, seria justificado pela obsessão seiscentista com o cerimonial, a pompa e circunstância.³³²

Mas os gastos não pararam aí. Após a chegada do São Pedro de Rates, soldados que estavam embarcados a fim de compor as guarnições portuguesas na Índia aproveitaram para desembarcar e desertar. O governador determinou então que uma companhia de infantaria da guarnição de Salvador fosse embarcada. Mas como os soldos estavam atrasados foi determinado que os atrasados fossem pagos “para que vão contentes”.³³³

Quanto ao galeão, os consertos feitos nele foram muito caros, de acordo com o que diz Juan Lopes Sierra. Afirma também que o governador empenhou sua prata a um certo Francisco da Gama para “despachar esta nau depois de ocupar seus amigos”.³³⁴

Em seguida Juan Sierra faz um brevíssimo levantamento de alguns gastos do governo. Segundo ele, Afonso Furtado conseguiu levantar 60 mil cruzados para o sustento da infantaria, ou seja, a guarnição local. Quarenta mil cruzados foram reunidos para o dote da Rainha e a Paz com a Holanda que, segundo nota o autor, estavam sempre atrasados.³³⁵ Para os paulistas foram necessários outros 20 mil cruzados.

Afonso Furtado foi considerado por Veríssimo Serrão e outros historiadores como um obsedado caçador de minas de metais preciosos.

³³² Nessa época havia toda uma prática cerimonial que se esparramava desde o topo da pirâmide social, nas cortes reais. A título de exemplo, ver: Norbert Elias. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. E Peter Burke. *A Fabricação do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

³³³ José Eduardo Pimentel de Godoy. *Naus no Brasil Colônia*. Brasília: Senado Federal, 2007. p. 610.

³³⁴ Juan Lopes Sierra. *As Excelências do Governador ...* Op. cit. p. 117.

³³⁵ Para as negociações das indenizações pagas aos holandeses ver Evaldo Cabral de Mello. *O Negócio do Brasil*. São Paulo: Topbooks, 1998. p. 66, 70, 111, 112, 130, 131, 201, 228, 233, 238 e 240.

Segundo Veríssimo Serrão ele “viveu quase exclusivamente para o sonho da descoberta de jazigos mineiros”.³³⁶ Todavia, Jorge Caldeira observou que mais do que uma obsessão pessoal, eram ordens régias e as necessidades monetárias do Reino que assim o fizeram proceder. Quando de sua nomeação para governador-geral foi-lhe aumentada competência para incluir assuntos relativos à descoberta de minas. Portugal, na década de 1670, passou a enfrentar uma situação econômica especialmente difícil. Nesse período os preços do fumo, do açúcar que passou a ser cultivado com eficiência nas Antilhas, e de outros produtos brasileiros não parou de cair. Por outro lado, o milho e diversos outros artigos de importação importantes para Portugal subiram. Seguindo as orientações mercantilistas da época, os principais parceiros econômicos de Portugal protegiam seus produtos, taxando fortemente as importações. Tudo isso foi agravado pela queda do montante da prata que chegava da América na Espanha. Assim,

... com o balanço cada vez mais desfavorável em suas transações comerciais, Portugal precisava conseguir mais dinheiro para pagar as importações feitas no norte da Europa, justamente numa época em que a prata se tornava de aquisição cada vez mais difícil.³³⁷

Nessas circunstâncias o meio circulante do país se transferia para o exterior. O governo português colocou em prática três alternativas: criar manufaturas no país de forma a não importar determinados artigos, iniciar novas formas de comércio de maneira a desviar para o Brasil um pouco da prata que saía da América espanhola e, finalmente, tentar descobrir minas de metais preciosos no Brasil. Daí o caráter das ordens dadas a Furtado.

E Afonso Furtado dedicou-se à procura com especial fervor. Seu período de governo (1671-1675) marca o supremo esforço para se encontrar jazidas. Esses esforços foram essencialmente fracassados, mas foram um impulso para a descoberta de veios auríferos posteriores.³³⁸ Havia uma

³³⁶ Veríssimo Serrão. *História de Portugal*...Op. cit. p. 302.

³³⁷ Charles Boxer. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola*. p. 399. Em 1675 cerca de um terço das exportações já tinham de ser pagos em moeda. V. Magalhães Godinho. Portugal and her Empire. 1680-1720. In: *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: University Press, 1970. p. 511.

³³⁸ Jorge Caldeira. Op. cit. Vol. 2 p. 245.

convicção de que, mais cedo ou mais tarde, metais preciosos seriam encontrados.

De fato, Afonso Furtado chegou a trocar a ordem das coisas e ao invés de conseguir dinheiro do sertão, teve de enviar moedas para lá. Em 1673 ele enviou Dom Rodrigo de Castelo Branco (que mais tarde seria assassinado em um caso rumoroso pelo Bandeirante Borba Gato) à procura de minas no sertão, na Serra de Tabaiana, e teve de equipá-lo com dinheiro.³³⁹ Essa empreitada, como outras que vieram depois, fracassou. Castelo Branco ficou com fama de charlatão e Antônio Vieira comentou que, de fato, fora encontrada muita prata. Só que nos salários de certos especialistas.³⁴⁰

Segundo Juan Sierra, devido aos bons procedimentos administrativos do governador-geral, os rendimentos aumentaram com o contrato dos dízimos subindo de 78 para 102 mil ducados e o dos vinhos de 76 para 85 mil ducados. Com o que conclui Juan Sierra “com o que houve dinheiro para pagar os soldos, carga para saírem neste ano não uma mas duas frotas, aviadas e despachadas as naves da Índia”. E “pagou os 20U (mil) ducados de apetrechos que vieram para as minas”.³⁴¹

Talvez seja uma interpretação um tanto benévola pois as dificuldades financeiras do governo colonial são bem conhecidas. E, em mais uma evidencia disso, quando o governador-geral ficou doente e estava para morrer, ainda se devia para a tropa estacionada em Salvador a quantia de 32 mil ducados, ou pouco mais de trezentos e cinquenta mil réis. O governador, angustiado e sabendo da importância das tropas serem pagas, emprestou 3 mil ducados. Quatro dias após seu falecimento se fez o pagamento, emprestando o Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito seis mil ducados.³⁴² Para missas em prol de sua alma o governador pediu que fossem distribuídas moedas a diversas instituições religiosas.

³³⁹ Juan Lopes Sierra. Op. cit. p. 155.

³⁴⁰ Idem p. 306.

³⁴¹ Idem p. 183. Com certeza o material foi importado para as minas.

³⁴² Idem p. 218. Notar que como espanhol Juan Sierra fazia as contas em ducados e maravedis. A numeração que ele dava aos reis também era a espanhola, chamando, por exemplo, Filipe III de Filipe IV.

O panegírico apresenta a vantagem de exibir uma visão da década de 1670 incluindo aspectos relevantes para um administrador colonial. Uma das constantes daquele século era o uso do dinheiro de particulares para fins públicos. Era, todavia, óbvio que os doadores muito raramente faziam isso por patriotismo. Eles faziam muita questão de colocar suas generosas ações nas suas correspondências de forma a ganhar benesses no futuro. Essas benesses podiam ser tanto cargos públicos, quanto comendas ou mesmo um título de nobreza. Naquela sociedade barroca e afeita a simbolismos, as honrarias eram altamente apreciadas. Em uma demonstração dessa afirmação temos o dinheiro gasto com as autoridades da Índia pelo governador-geral quando da chegada do São Pedro de Rates. Seja a pedido de Afonso Furtado ou de um de seus filhos, Juan Sierra escreveu: “A segunda é que posso afirmar que, de vinte anos a esta parte, gastou Nosso Herói mais fazenda da sua Em serviço de seu Príncipe do que gastaram juntos cinco Antecessores seus”. É bastante sabido que Afonso Furtado não usava o título nobiliárquico de Visconde de Barbacena porque o julgava aquém de seus serviços prestados.³⁴³

³⁴³ Juan Lopes Sierra. Op. cit. p. 28.

3. A CRISE DAS MOEDAS

3.1. AS MOEDAS COMEÇAM A ESCASSEAR

Pernambuco logo seria afetado pelo furor remarcatório a ser aplicado nas moedas. Já em maio de 1672, uma provisão do Conselho Ultramarino ordenava que, em Pernambuco, fossem abertos os cunhos e marcadas as moedas que ainda não o tivessem sido, bem como as patacas de Buenos Aires.³⁴⁴

Como a provisão se referia especificamente a Pernambuco, é de se imaginar que a capitania estivesse com problemas devido à presença de uma quantidade considerável de moedas que ainda estivesse na capitania à espera de ser contramarcada, dificultando as práticas comerciais. Lembramos aqui que, talvez devido a dificuldades técnicas, é mais provável que nenhuma oficina monetária tenha funcionado em Pernambuco em 1663. O Conselheiro M. A. Galvão apresentou, agudamente, outra possibilidade. Segundo ele, em Pernambuco se iniciou uma grande falta de moedas devido ao comércio com a Bahia. Uma vez que Salvador era um ponto de parada das frotas, as moedas tendiam a ir para lá em função de ser um porto mais movimentado. Além disso, as famílias mais ricas de Pernambuco gastavam muito de seu dinheiro em importações de artigos de luxo, como notou Frederic Mauro.³⁴⁵ Outro dos motivos eram os litígios legais. Certamente, como capital e sede do tribunal da Relação, Salvador absorvia muito dos custos processuais.³⁴⁶

No caso específico de Pernambuco, o problema da emigração de moedas para a Bahia, principalmente, e outras regiões, foi agudo durante a década de 1670. Pequenos comerciantes ambulantes, que não eram pessoas

³⁴⁴ Severino Sombra. *História Monetária do Brasil Colonial ...* Op. cit. p. 665

³⁴⁵ Frederic Mauro. *Portugal e o Atlântico*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. p. 286.

³⁴⁶ M. A. Galvão. *A Moeda no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 6 e 7.

do local, iam a Pernambuco comerciar. É bastante provável que como praticavam um tipo comércio sazonal, esses mercadores ambulantes cobriam grandes regiões vendendo seus produtos e costumavam vender a troco de dinheiro vivo. Dessa maneira retiravam as moedas disponíveis da capitania, prejudicando o pagamento das dívidas de pessoas do campo para com as lojas estabelecidas em Recife e prejudicando a arrecadação de impostos.³⁴⁷ O problema da escassez monetária era tão agudo que conseguiu reunir nas reclamações as duas facções pernambucanas que se odiavam mutuamente e que iriam se defrontar militarmente no futuro: os mazombos de Olinda e os mascates do Recife. Na hora de reclamar contra os comerciantes alienígenas, a Câmara de Olinda apoiou os comerciantes do Recife.

Logo, em Pernambuco e capitânias vizinhas, nesse período, as moedas saíam em quantidades maiores do que entravam. A falta de moedas em Pernambuco provocava todo tipo de problema. Assim os contratos públicos ficavam prejudicados pois não havia quem os arrematasse e se criavam dificuldades para a compra de escravos para os engenhos.³⁴⁸

O passo seguinte foi o Governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, mandar reabrir a oficina monetária, através de um alvará datado de 23 de junho de 1673.³⁴⁹ Todavia, como tantas normas coloniais, esta parece ter se tornado letra morta.

O mesmo problema ocorria com relação à Capitania do Rio de Janeiro, se bem que de forma atenuada. Como a frota saída do Rio tivesse de parar na Bahia, ali era gasto muito dinheiro. Os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro argumentavam que, do jeito que a coisa ia, logo iria faltar moedas na cidade. Ou seja, pelo mesmo motivo do que ocorria em Pernambuco as

³⁴⁷ É o que se apreende também em Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos ...* Op. cit. p. 154.

³⁴⁸ M. A. Galvão. *História e Catálogo de uma Collecção de Moedas e Medalhas do Brasil...* Op. cit

³⁴⁹ A questão da abertura e fechamento de oficinas monetárias na década de 1670 permanece complexa. Cléber Baptista Gonçalves afirmou que oficinas monetárias funcionaram na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo durante o ano de 1673. Todavia, não pude encontrar indício de cunhagens realizadas nesse ano. Acredito que há um engano na informação dada pelo autor.

moedas saíam para o pagamento de importados. A solução apontada por eles era a dos navios irem direto para o Reino, sem parar em Salvador.³⁵⁰

No Maranhão onde, lembremos, foi fundada uma oficina monetária na década de 1640, a moeda havia desaparecido. Ali houve a culminância de um processo de rarefação monetária que só se acentuou ao longo do tempo. Ao contrário de outras regiões da colônia onde, mesmo no período de crise do final do século houve moedas circulando, no Maranhão elas já haviam desaparecido de forma completa na década de 1670. Assim, as capitânicas do extremo norte, por serem pobres e estarem longe das rotas da prata, estavam fadadas a sentir a crise primeiro.

Tal fato deveria provocar dificuldades imensas para o comércio, para a cobrança de impostos e para o pagamento de funcionários públicos e de soldados. O paliativo inevitável era eleger mercadorias para substituir as moedas. Mas mesmo isso apresentava inconvenientes.

Como se vê na vereação de 8 de fevereiro de 1670, os procuradores do povo Francisco Dias Derró e Ambrósio Rodrigues, representam ao Senado que o maior dano que se seguia aos povos era deixar sair fora da cidade o pano de algodão, porque como é dinheiro, sempre o dinheiro foi proibido não saísse da terra para outra. Todo este dinheiro se remetia para o Pará, por lá valer dobrado; e era certo que, por isto não se proibir, não se encontrava já em São Luís uma vara de pano, ou melhor dizer a moeda. No Pará comprava-se um escravo índio por \$30, ou cento e cinqüenta varas de pano; e o mesmo se vinha vender a São Luís por 80\$, ou quatrocentas varas. A libra de tabaco lá se vendia a 50 réis, tomando-se o pano a 400 réis e em São Luís o tabaco a 160 réis, e o pano a 200. A casca do cravo a oito e dez varas lá, e aqui por trinta. Uma vez proibida a saída do pano do Pará, mandariam cá vender o escravo por cento e cinqüenta varas, e assim o tabaco, e cravo, à proporção; e do pano fariam o que quisessem, ganhando cento por cento na moeda. Era duro que o dinheiro feito nesta cidade saísse dela todo, não o havendo para comércio, tudo em proveito de negociantes onzenários. A vista destas razões, a câmara mandou por bando, proibindo a saída do pano, sem sua licença.³⁵¹

A moeda eleita, portanto, foram os panos de algodão. O problema é que eles eram disputados com o Pará que também não possuía moedas.

³⁵⁰ Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o Caso Fluminense, 1650-1750*. In:

http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_75.pdf

Consultado em 26/12/2005.

³⁵¹ Osvaldo Soares. "Numismática Maranhense". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*. São Luís: Lithograf, 1999. p. 40 e 41.

Sendo os panos de algodão mais procurados no Pará, ocorria que ali eles valiam mais. Portanto era bom negócio levar para lá os panos, o que causava prejuízo ao comércio do Maranhão. A solução praticada pela câmara de São Luís, e a exemplo do que já havia sido feito em São Paulo, foi proibir a saída do dinheiro, no caso, o dinheiro de pano.

O sucesso dessa medida parece ter sido relativo e se sucederam discussões sobre a melhor maneira de resolver o problema de forma mais definitiva.

Em 1677, foi, pela metrópole, introduzido aqui o monopólio chamado Estanco, da fazenda real, precedendo acordo e aceitação do clero, nobreza e povo. Consistia o negócio em fazer por sua conta o fornecimento de todo o aço, ferro, facas e avelórios, necessários para o provimento do Estado. Pelo alvará de 12 de fevereiro de 1680, de confirmação do asento do Estado do Maranhão e Piauí, juntamente com o contrato de Cacheu, feito com Manoel Pinto Valdez, Pedro Álvares, Antônio da Gama de Pádua, Pascoal Pereira Jansen, Antônio Rodrigues Marques e Luís Correia da Paz, pelo prazo de 20 anos, foram consignadas várias condições, inclusive a de meterem no Estado do Maranhão mil cruzados, em moedas de cobre e de prata, estas últimas miúdas.³⁵²

Essa preocupação fica clara com a menção a moedas de cobre e de prata miúdas que eram as mais convenientes para o comércio do dia a dia. A tentativa de atribuir a particulares a solução dos problemas monetários, demonstra o fracasso do governo em remediar a situação. Mas a introdução de moedas no Maranhão ainda teria de esperar mais sessenta anos.

Nesse período, a década de 70, começaram a surgir os primeiros indícios da crise monetária que iria se abater sobre o resto da colônia ainda que de forma mais tênue do que ocorria no Maranhão. A própria Santa Casa de Misericórdia, em Salvador, viu caírem seus legados de 40 contos em dinheiro em 1650 para 12 contos em 1675.³⁵³ Capistrano de Abreu o notou e descreveu o que para ele seria uma das causas da situação:

Por aquelle tempo ocorria no Brasil em geral um phenomeno de alta gravidade. As frotas traziam annualmente ou quasi, por que às vezes falhavam, maltas de commissarios, que vendiam as fazendas e mais artigos

³⁵² Idem p. 41.

³⁵³ Jorge Caldeira. *Padre Guilherme Pompeu de Almeida*. São Paulo: Mameluco, 2006. p. 403.

necessários à população levando o assucar, o tabaco, e mais gêneros da terra, que se convertia em feira buliçosa e variada por algumas semanas para logo recahir na estiagem habitual. Ultimamente notava-se que os commissários continuavam sim a vir com os carregamentos, mas não queriam mercadorias, em retorno exigiam dinheiro de contado.³⁵⁴

Na década de 1670 o dinheiro continuava chegando de Buenos Aires de forma um tanto irregular devido às incertezas platinas do período pós-restauração. E, de fato, as preocupações das autoridades coloniais se voltavam para as moedas não contramarcadas, mencionadas constantemente como “de Buenos Aires”. Tal fato parece indicar que o fluxo de moedas continuava se mantendo por essa época.

3.2. NOVAS REMARCAÇÕES

E, de forma a azeitar a economia, o governo continuava tentando atrair as moedas espanholas. Por um regimento de janeiro de 1677 o rei mandava que o governador-geral Roque da Costa Barreto fosse tolerante para com os navios espanhóis que vindos das Índias Ocidentais, Buenos Aires e Rio da Prata, podiam comerciar à vontade desde que comerciassem com prata e ouro e não com fazendas.³⁵⁵

Nesse mesmo ano a população do Rio de Janeiro solicitava que o açúcar corresse como dinheiro dado a falta de moedas.³⁵⁶ O mesmo fenômeno podia ser observado em São Paulo. Em um inventário de 1670, de mais de dois milhões de réis em patrimônio não havia nenhuma menção a dinheiro sonante.³⁵⁷

³⁵⁴ Capistrano de Abreu apud Affonso de Taunay. *História Seiscentista da Villa de São Paulo...* Op. cit. p. 164. Em mais um indício de que as coisas tenderam a se complicar na década de 1670, Boxer notou que nesse período, mais exatamente em 1673, foi criado um corpo de marinheiros experimentados. Esses marinheiros gozariam de uma série de privilégios quanto a seus salários, o que certamente não ocorreria em relação aos marinheiros comuns. De outro lado, por essa época Portugal estava pagando seus marinheiros nos portos, o que diminuiria os gastos com as tripulações. Caso estes eventos estejam ligados, representam um indício da crise monetária que se aproximava. Charles Boxer. *O Império Marítimo Português...* Op. cit. p. 229, e Lucy Maffei Hutter. *Navegação nos Séculos XVII E XVIII. Rumo: Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005. 173.

³⁵⁵ Severino Sombra. Op. cit. p. 666.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ Jorge Caldeira. Op cit. p. 186 e 187.

Em 1679 foram decididas novas remarcações nas moedas. O alvo seriam as peças espanholas ainda não contramarcadas.³⁵⁸ A provisão do Conselho Ultramarino datada de 23 de março determinava providências. Assim procedeu-se à carimbagem com os seguintes valores: sobre as moedas espanholas de 8 reales seria imposto o carimbo de 640 réis; sobre as de 4 reales 320 réis; sobre as de 2 reales 160 réis e nas moedas de 1 real o carimbo seria de 80 réis.

Imagem 8



³⁵⁸ Sobre esta série de remarcações também existem dúvidas. Cléber Baptista Gonçalves indicou que funcionaram oficinas monetárias em 1673, em Salvador, Recife, Rio de Janeiro e na Capitania de São Paulo. Não pude encontrar registro dessas oficinas. É possível que tenha havido confusão quanto às datas e que essas oficinas, na verdade, tenham sido as que foram abertas em 1679. Por outro lado, na relação de Severino Sombra assinala que somente as grandes peças de oito espanholas deveriam ser contramarcadas. Porém, encontramos peças de 4, 2 e 1 real contramarcadas. Mesmo em catálogos antigos elas são assinaladas. De fato, não haveria sentido em carimbar somente as peças de oito, mesmo que elas fossem a maioria, deixando as outras de lado. O mais aceitável, portanto, é que as quatro oficinas monetárias tenham funcionado em 1679, com o intuito de carimbar moedas espanholas.

Imagem 9



Imagem 10



A provisão parece indicar que havia muitas moedas espanholas circulando na colônia, ou pelo menos uma boa quantidade delas. Elas teriam sido conseguidas no Rio da Prata, sob as condições de contrabando mais favoráveis da década de 1670 quando Portugal já se encontrava em paz com a Espanha. A década de 70 parece ter sido de tolerância em Buenos Aires para com navios provindos do Brasil.

O governador José Martinez de Salazar, também deveria, em tese, fazer o mesmo que seu correspondente brasileiro: mandar cumprir a lei espanhola que proibia o comércio com estrangeiros. Mas é curioso constatar que o governador platino nem sempre era tão duro quanto havia sido ao expulsar o navio brasileiro. Em termos doutrinários, isto é, quando considerava a lei como tese, o governador pensava como a maioria da população portenha e fazia questão de deixar isto claro em seus escritos...³⁵⁹
(...)

[o governador] Pediu em várias ocasiões que se abrisse o porto ao comércio com a Espanha, demonstrando em suas petições as causas que originavam o contrabando e que, por sua vez, produziam o atraso e o empobrecimento da terra, pela constante negativa da corte em conceder aos vizinhos licença para comercializar seus produtos; negativa devida à forte pressão que exerciam sobre os conselheiros das Índias, os mercadores de Lima e o Consulado de Sevilha.³⁶⁰

Todavia, é certo que a quantidade de prata amoadada teria que ser proporcionalmente menor, uma vez que a produção de Potosi vinha declinando. Com a produção para esta década orçando, grosso modo, duas vezes e meia menor que a do começo do século era claro que faltavam moedas para uma economia que tinha mais necessidade delas.³⁶¹

Os indícios mais sérios da falta de moedas no Brasil começaram a se dar no final da década de 1670.³⁶² Em 1678 as tropas tiveram de ser pagas com sal porque as moedas estavam em falta. O antigo problema dos ataques dos ourives contra o meio circulante continuava e se representou-se contra eles para se evitasse que derretessem moedas para fazer baixelas.³⁶³ Em 1679 a câmara de Salvador conseguiu proibir, temporariamente, o embarque de ouro para Portugal. A temeridade da medida, tentar legislar sobre assuntos financeiros à revelia da coroa, demonstra que em um primeiro momento as autoridades coloniais tentaram por todos os meios conservar as moedas disponíveis.

³⁵⁹ Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão...* Op. cit Vol. 2, p. 229.

³⁶⁰ Ricardo Levene. *Historia de La Nación Argentina. Volume 3.* Buenos Aires: Libreria y Editorial "El Ateneo", 1939. p. 348.

³⁶¹ Fernand Braudel. *Civilização Material e Capitalismo...* Op. cit ., Vol. 3, p. 380.

³⁶² Por essa mesma época a falta de moedas começou a se tornar aguda em Portugal. Cf. Frederic Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico ...* Op. cit. Vol. 2, p. 171.

³⁶³ Luís Augusto Vicente Galante. "Sobre a Casa da Moeda da Bahia". *I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática. Actas.* Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 2000. p. 418.

3.3 MOEDAS CERCEADAS

Na década de 1680 uma série de problemas iriam se conjugar para estrangular o meio circulante colonial. Para começar o antigo problema do cerceamento das moedas se ampliou. Já foi explicado que as moedas que vinham da Bolívia eram bem mal feitas. Era fácil tanto falsificá-las quanto limá-las.

A conseqüência do cerceamento era uma moeda com menor peso, mas com o valor facial igual. Para quem raspava a moeda era um bom negócio. Podia acumular prata em pó, e limando muitas moedas a pessoa podia acumular uma boa quantidade do metal enquanto que suas moedas continuavam com o valor inalterado. Todavia, para quem recebia a moeda era prejuízo na certa. Essa pessoa recebia uma moeda claramente adulterada e corria o risco de ter ela recusada em uma compra futura.³⁶⁴ Uma maneira de se resolver o problema poderia ser o pagamento com artigos alternativos como o açúcar, mas parte desses artigos sofria grandes flutuações em seus preços devidos tanto à procura na Europa quanto à variação nas safras. Assim, as moedas, cerceadas ou não, ainda tinham um peso muito grande “para o financiamento da economia e a acumulação de capital locais”.³⁶⁵

As conseqüências do cerceamento não se fizeram esperar. Segundo Frédéric Mauro

... ficaram (na colônia) apenas as más moedas, fortemente valorizadas. Nos negócios a repercussão é imediata. Há falta de dinheiro, não se podem comprar nem escravos, nem material. Os senhores de engenho endividam-se.³⁶⁶

As autoridades tentaram combater o cerceio emitindo leis e regulamentos contra o cerceamento e podemos acompanhar o seu fracasso

³⁶⁴ Ao contrário da moeda falsa que muitas vezes era difícil de ser identificada, a moeda cerceada era claramente notada. Em diversos exemplares que chegaram até nossos dias as bordas da moeda aparecem retas em função da limagem.

³⁶⁵ Jorge Caldeira. *Padre Guilherme Pompeu de Almeida*. Vol. 2 São Paulo : Mameluco, 2006. p. 405.

³⁶⁶ Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico. Volume II*. Lisboa : Editorial Estampa, 1997. p. 176.

quando observamos que a legislação era constantemente reforçada e repetida sem surtir os efeitos desejados.

No caso específico do cerceio, havia uma maneira de fugir das conseqüências econômicas de sua prática. Se um conjunto de moedas cerceadas estivesse com o seu peso tão diminuído que mais ninguém quisesse aceitá-la, o proprietário podia levá-las a um ourives para derretê-las e transformá-las em jóias ou em um objeto de decoração, ou ainda faianças, talheres ou jarras. A esperança no caso era esperar por dias melhores, quando o objeto pudesse ser transformado novamente em moeda. Na colônia, esse processo de derreter moedas para transformá-las em outros objetos era antigo, mas foi muito intensificado a partir da década de 80 do século XVII. Os ourives tornaram-se veículo de fuga para os problemas monetários. Para se evitar a fuga, as autoridades tentavam controlar o número de oficinas de ourives.

Por essa época Portugal precisava como nunca do dinheiro enviado do Brasil. O preço dos produtos coloniais reexportados caía e havia as dívidas tanto com a Holanda quanto com a Inglaterra. As moedas saíam então de Portugal.

Os problemas financeiros de Portugal se refletiam, então, na colônia. Os superávits comerciais com o Brasil eram saldados, basicamente, com o envio de moedas da colônia aumentando, assim, as pressões sobre o meio circulante colonial. Além disso, havia determinados impostos que deviam ser pagos em moeda

... tornava-se mais e mais difícil para o governo português transferir para a metrópole o reduzido valor dos impostos que arrecadava. Devendo liquidar-se em moeda portuguesa tais impostos, sua transferência impunha uma crescente escassez de numerário na colônia, cujas dificuldades também por esse lado se viam agravadas.³⁶⁷

De forma constante toda essa série de problemas ia reduzindo tanto a quantidade quanto a qualidade do meio circulante colonial. Em uma consulta do Conselho Ultramarino datada de outubro de 1681 os dilemas

³⁶⁷ Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991. p. 69.

monetários coloniais vinham bem explicitados. A consulta foi motivada por uma carta do Mestre de Campo Pedro Gomes que à época governava a Capitania do Rio de Janeiro. A carta era de 1676, ou seja, quando os problemas monetários ainda estavam em gestação. O mestre de campo explicava as agruras monetárias cariocas que, em maior ou menor grau, se repetiam no resto do país.

Segundo o governador, as patacas (peças de oito espanholas, avaliadas em 640 réis) corriam sobre avaliadas no Rio de Janeiro. A câmara, com apoio da população, à margem da lei, atribuía o valor de 680 réis a essas moedas. Os motivos eram a crescente falta de moedas na capitania.

Pela lógica da oferta e da procura, as moedas tornando-se mais raras ficavam mais valorizadas. Mas, além disso, havia conseqüências práticas na desvalorização do dinheiro. Tornando-o de valor facial mais alto, a tendência dele era permanecer no Rio de Janeiro ao invés de migrar para a Bahia ou para o Reino. Na capitania havia esperança de que quando da chegada da frota o conjunto do dinheiro, com um valor claro e protegido, teria melhor efeito na hora de adquirir as importações necessárias.

Esperava-se também que a venda da safra de açúcar teria o efeito de fazer entrar moedas na capitania. A situação de fato era precária pois havia a tendência de saída do dinheiro e mesmo o que havia sido “oculto” já tinha sido gasto. O problema é que o preço do açúcar tinha caído acrescentando-se ao fato de que a entrada de moedas foi mínima.³⁶⁸

A situação da falta de moeda ia tornando-se aguda e, para remediar, decidiu-se agir contra os ourives que derretiam as moedas de prata para fazer faianças, talheres e jóias.³⁶⁹ Duas cartas régias de janeiro de 1682 e setembro de 1684 trataram desse assunto. Para o Rio de Janeiro foi lembrado da proibição do derretimento de moedas, devendo os infratores sofrer as penas da lei. Para o Maranhão a carta régia de 1684 insinuava um

³⁶⁸ Severino Sombra. *História Monetária do Brasil Colonial...* Op. cit. p. 667.

³⁶⁹ Por mais que a extração de prata estivesse reduzida, algumas vezes carregamentos vinham socorrer as necessidades brasileiras. Em 1684 um lote de moedas pequenas havia chegado ao Rio de Janeiro, onde corriam valendo 40 réis. É significativo que naquela época de escassez as moedas fossem de pequeno valor. O que sugere uma quantidade razoável de moedas de valor mais elevado. Severino Sombra Op cit. p. 668.

problema específico. Como havia pouquíssimas moedas no Estado do Maranhão as pessoas não tinham muitas alternativas na hora de comprar. Assim como havia dificuldade em se providenciar troco, o comprador tinha de gastar o valor integral da moeda sem poder receber troco: “Com a falta de moeda para a compra das coisas do seu uso, sendo forçados a comprar mais do que necessitam”.³⁷⁰ A solução apontada na carta régia era que os assistentes (contratadores) do estado deveriam remeter anualmente mil cruzados em moedas. A maior parte deveria ser em cobre, o resto seria composto de dinheiro de prata miúdo de até duzentos réis e dinheiro diverso do Reino. Tais medidas jamais foram implementadas. As moedas estavam rareando também em Portugal e conservando a relação peso-valor que existia, a tendência delas seria circular pelo estado e sair novamente. Portanto, as soluções apresentadas não eram mais que protelações que não resolviam o problema.³⁷¹

3.4. O CONDE DE ERICEIRA E O SANEAMENTO DO MEIO CIRCULANTE

Por essa época quem governava os destinos econômicos de Portugal era o Conde de Ericeira. Personagem com visões mercantilistas, uma de suas preocupações era sanear o meio circulante tão depauperado. Desse cuidado iria resultar uma série de medidas. Em 1685 foi conseguido um

³⁷⁰ Idem p. 668.

³⁷¹ Southey oferece alguns dados sobre os pagamentos estatais no século XVII no Maranhão. “Era de três mil cruzados o ordenado do governador-geral. O capitão-mor do Pará e o ouvidor-geral tinham 200\$000 cada um, e o provedor-mor 250\$000. O escrivão e o almoxarife no Maranhão venciam 80\$000 e em Belém 70\$000. Quando se mudou a sede do governo, é natural que os altos funcionários seguissem o governador, transferindo-se para São Luís os vencimentos menores. O provedor percebia em Belém um salário de 80\$000 e o ouvidor de 60\$000. Tanto no Pará como no Maranhão tinham os capuchinhos uma consignação de cerca de 40\$000, e satisfeita a despesa dos índios, canoas, etc., repartia-se o resto da receita entre os militares, incluindo o capitão de Curupá e os vigários, mesquinha paga e ainda por cima incerta. Em 1658 ganhava o sargento-mor de 40\$000 a 50\$000 no Maranhão e de 30\$000 a 40\$000 no Pará; o capitão de infantaria naquela província, de 25\$000 a 28\$000 e outro tanto o capitão-mor de Curupá. Os soldados rasos teriam seus 6\$000 a 8\$000 por ano, e ainda se lhes abria uma conta de farinha e sapatos no Maranhão, e no Pará também de peixe, de modo que ao dar o balanço anual achavam-se muitos em dívida para com o almoxarife, e os que mais frugais tinham vivido nunca recebiam mais que cinco a dez tostões. Governo que tão mal pagava os seus servidores, pouca razão tinha para esperar ser bem servido”. Robert Southey. *História do Brasil...* Op. cit. Vol. 2, p. 363.

novo contrato de asiento³⁷² para o fornecimento de escravos para colônias espanholas. O asiento tinha a vantagem de canalizar as moedas de prata espanholas para o âmbito colonial português.³⁷³ O crime de falsificar moedas teve suas penas agravadas e tomaram-se medidas para coibir o aumento da circulação de moedas cerceadas. Para esse fim, baixou-se uma lei em 9 de agosto de 1686 para o Reino e colônias que determinava que as moedas de ouro fossem marcadas (com um carimbo que tinha uma pequena esfera armilhar coroada), e, em suas bordas, fosse posto um cordão.³⁷⁴

Mas as modificações mais profundas deveriam vir em 1688. Já bastante pressionados devido às reformas monetárias na Espanha, os portugueses decidiram agir.³⁷⁵ Neste ano, Dom Pedro II, decidido a impor rédeas no meio circulante, determinou que as moedas fossem carimbadas novamente. Após uma noite de tumultuadas discussões foi decidida a reforma monetária. Em Portugal a desvalorização teve o efeito de reduzir para menos da metade a quantidade de dinheiro em circulação. Para enfrentar as eventualidades foram tomadas inclusive precauções militares com tropas sendo postas nas ruas.³⁷⁶

Imagem 11



³⁷² Asiento era a permissão concedida pela coroa para comerciar escravos nas colônias.

³⁷³ Isabel Andrade Marson. *Moedas e História no Brasil...* Op. cit. p. 24.

³⁷⁴ Kurt Prober. *Manual de Numismática ...* Op. cit. p. 163. Segundo a relação feita por Russo foram apostos carimbos e cordão em moedas de ouro com ou sem carimbos 1 e 1100, sobre $\frac{1}{4}$ moeda ou 1 cruzado; em moedas com ou sem carimbos 2 e 2200, sobre $\frac{1}{2}$ moeda ou 2 cruzados e em moedas com ou sem carimbos 4 e 4400, sobre moeda ou 4 cruzados. Arnaldo Russo. *Livro das Moedas do Brasil...* Op. cit. p. 25.

³⁷⁵ Vitorino Magalhães Godinho. Portugal and Her Empire. In: *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 514. Para os motivos que levaram à reforma do numerário espanhol ver: Pierre Vilar. *Ouro e Moeda na História. 1450-1820*. São Paulo: Paz e Terra, 1980. p. 287-295.

³⁷⁶ Idem.

Imagem 12



Imagem 13



Imagem 14



No caso do Brasil, pelos motivos já vistos – queda no valor do açúcar e do tabaco, escasseamento do meio circulante em Portugal e déficit comercial

– já existia uma tendência à saída das moedas que circulavam na colônia.³⁷⁷ As novas medidas iriam agravar a tendência.

Portugal, ao mesmo tempo que impôs uma desvalorização de 20% em seu numerário, determinava uma valorização das moedas coloniais brasileiras. O que iria acelerar ainda mais a evasão de moedas. E, de fato, a amoedação na Casa da Moeda de Lisboa deu um salto, pelo menos para as moedas de ouro. Para um total de 22.488 moedas (denominação das peças de 4\$800 réis) em 1688 passou-se para 298.000 em 1689. Para as moedas de 2\$400 réis os montantes foram de 3.010 para 24.990.³⁷⁸

Suspeitava-se, com toda razão, que essas novas medidas seriam extremamente impopulares na colônia. Quando as notícias das novas determinações chegaram ao Brasil, em meados de 1689, de pronto instalou-se uma contenda entre autoridades.

Governava interinamente o Brasil o Arcebispo de Salvador Dom Manoel da Ressurreição. Recebendo a notícia e percebendo o potencial explosivo do negócio, ele enviou a correspondência para o Chanceler da Relação Manoel Carneiro de Sá para publicá-la, como era seu dever. O problema é que os dois viviam brigando. E o Chanceler resolveu não dar o ar da graça deixando o Arcebispo resolver o problema.³⁷⁹

O arcebispo-governador sabia que a imposição do cordão impediria o cerceamento, favorecendo a exportação das moedas que apresentassem maior peso, ou seja, as que apresentassem o cordão. Chegaram notícias de que a câmara em Pernambuco já havia se enchido de gente revoltada e apelou-se contra a execução da medida. Diante da situação, ele convocou uma junta composta de pessoas de prestígio. Sintomaticamente o chanceler da relação estava ausente. Nessa junta foi decidido que o valor das moedas

³⁷⁷ Além disso, metais preciosos em lingotes ou moedas não pagavam impostos quando entravam no Reino, tornando sua exportação ainda mais tentadora. Frédéric Mauro. Op. cit. p. 226.

³⁷⁸ Antônio Miguel Trigueiros. *Amoedação de Ouro Brasileiro na Casa da Moeda de Lisboa. 1688-1777*. In: Moeda. Volume XXX. N° 3. julho/setembro de 2005. p. 121.

³⁷⁹ Edgar de Araújo Romero. Dos Levantamentos do Valor da Moeda Portuguesa. In: *Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*. p. 429; e Affonso de Taunay. *História Seiscentista da Villa de São Paulo*. São Paulo: typografia Ideal, 1927. p. 168 e 169.

seria majorado. Essa medida, de fato, reteve as moedas na capitania satisfazendo os interesses em jogo.³⁸⁰

Mas em um ofício de 18 de junho de 1689 o chanceler observou que a alteração no valor das moedas era um ato do príncipe. Observou também que para segurar na colônia as moedas de maior peso, bastava fazer uma grande vistoria nos navios da frota que estavam ancorados no porto.³⁸¹

Mas ao fim as medidas do arcebispo se faziam inúteis. Em Portugal o Conselho Ultramarino opinou contra o levantamento e o rei apoiou. Em uma carta de 19 de março de 1690, o rei ordenou que a lei de 1688 fosse seguida.³⁸² Ante as ordens reais e sem ter muito o que fazer, o Governador Câmara Coutinho esperou a frota partir a fim de evitar mais perda de moedas e publicou a carta régia.³⁸³

As resistências começaram a pipocar por boa parte da colônia. Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo as câmaras faziam aumentar o valor das moedas por conta própria, no que depois eram desautorizadas por Lisboa.³⁸⁴

Para a aplicação da lei deveriam se abrir oficinas monetárias em Salvador, no Rio de Janeiro, em Recife e em São Vicente.³⁸⁵ No Brasil deveriam ser apostas novas legendas as moedas de meio e um cruzado, já antes carimbadas com os valores de 250 e 500 réis, além de ser colocado o cordão nas bordas a fim de se evitar o cerceio.³⁸⁶ A partir daquela data as moedas que apresentassem cerceio deveriam ser destruídas. Essa medida

³⁸⁰ Edgar de Araújo Romero p. 430.

³⁸¹ Parece ter sido bem fácil para o chanceler apenas sugerir uma medida dessas. Lembremos que a emigração de moedas era consequência de uma série de fatos econômicos e não confisco arbitrário e forçado, que era o que a apreensão de moedas pertencentes a particulares e legalmente embarcadas seria.

³⁸² Severino Sombra. Op. cit. p. 672.

³⁸³ Edgar de Araújo Romero. Op. cit. p. 430.

³⁸⁴ “A promulgação da lei de 4 de agosto de 1688 suscitou os chamados motins da moeda, ocorridos em diversas capitanias. Seus governadores viram-se então pressionados, por um lado, pela resistência das câmaras e de outro, pela firme disposição da Coroa que, contrariando práticas anteriores, exigia dessa feita o cumprimento estrito de suas determinações.” Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima. “A Lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. *Revista de Economia Contemporânea*. Vol. 9 nº 2. Rio de Janeiro Maio/Junho 2005 p. 27.

³⁸⁵ Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil...* Op. cit. p. 45.

³⁸⁶ Arnaldo Russo. *Livro das Moedas do Brasil...* Op. cit. p. 105 e 106.

representava, na prática, um golpe nas finanças das pessoas que tivessem moedas, uma vez que colocava fim no cerceio que afinal representava uma desvalorização que tendia a proteger a população.³⁸⁷

3.5. PORTUGUESES BRASIS

A década de 1690 iria testemunhar um agravamento ainda maior da crise monetária da colônia. Por fim, seria fundada uma casa da moeda no Brasil, o que seria mais uma confirmação, ainda que indireta, que o Brasil havia se tornado a colônia mais importante do império; em contrapartida, a Índia se tornava apenas uma gloriosa lembrança.

Em uma carta datada de 16 de julho de 1689, o Senado da Câmara, localizado em Salvador, se queixava ao rei:

Senhor – A moeda que tem esta Praça é toda estrangeira, que são selos, meios selos e quartos e não é muito, nem da melhor, tanto no peso como na qualidade da prata, e da moeda portuguesa temos somente tostões antigos que hoje valem duzentos e quarenta e cento e vinte, e a outra moeda miúda é tão pouca que se pode reputar por nenhuma, de que nasce a geral queixa da Nobreza e do Povo, que nos obriga a que em seu nome representemos a Vossa Majestade os discômodos que padecem por falta de trocos que muito necessitam para compras miúdas e esmolos.³⁸⁸

Nessa carta se revela a situação do meio circulante colonial em fins do século. A quantidade de moedas era maior na Bahia que nas outras capitanias, como se verificará quando da fundação da casa da moeda, e todo numerário será recolhido para ser fundido. Na Bahia, ou pelo menos em Salvador, a maior parte do numerário era espanhol. A qualidade das moedas também não era boa, ou seja, na maioria estavam cerceadas. Pela carta pode também se depreender que ainda havia um bom lote das antigas moedas falsas de Potosi. Afirimo isso baseado na queixa da câmara de que a qualidade da prata não era boa. Ora, isso havia ocorrido basicamente

³⁸⁷ É importante lembrar que o sistema de remarcação de moedas era algo caótico, dificultando seu estudo. Segundo Frederic Mauro: “É muitas vezes decidido uma nova alteração da moeda antes que a primeira tenha terminado. As duas operações misturam-se e é difícil conhecer que parte da moeda vai duas vezes à fundição”. Frederic Mauro. Op. cit. p. 168. E de fato, chegaram até nossos dias diversas moedas que apresentam dois carimbos.

³⁸⁸ Citado por Wanderley Pinho. *História de um Engenho no Recôncavo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.558-559.

quando das falsificações peruanas da década de 1650 e antes que fosse adotado o novo cunho com as colunas de Hércules. E ainda havia tendência das moedas boas serem levadas para Portugal.

Havia também uma quantidade excessiva de moedas cerceadas. Uma parte menor do meio circulante se constituía de moedas portuguesas. Todavia parece que eram moedas antigas, já contramarcadas. Ou seja, não havia uma entrada significativa de moedas de Portugal, dadas as condições adversas. Isso, com referência às moedas maiores, já que as menores, como aludido na carta, eram tão raras que podiam ser dadas por inexistentes.

Três dias depois, o Padre Antônio Vieira se preparou para sua última batalha política e se arvorou em defensor econômico da colônia. Em uma carta ao Jesuíta Diogo Themudo ele escreveu:

Este anno deixaram de moer muitos engenhos, e no seguinte haverá muito poucos delles que se possam fornecer. Aconselhavam os mais prudentes que se vista algodão, se coma mandioca, e que na falta grande que há de armas se torne arcos e flexas, com que brevemente tornaremos ao primitivo estado de índios, e **os portugueses seremos brazis.**³⁸⁹

Obviamente, por *brazis* Vieira queria dizer índios não assimilados, distantes, portanto, dos cidadãos portugueses nascidos no Brasil. Sua carta evidencia que sem dinheiro os engenhos tinham dificuldades em operar. Essa afirmação se opõe frontalmente àquela de que os engenhos, como entidades tendendo a auto-suficiência, podiam dispensar as moedas para funcionar. Havia os salários dos trabalhadores livres que, mesmo em parte, deveriam ser pagos em moedas. Para adicionar argumentos nesse ponto, Celso Furtado afirmava que certas compras eram feitas em dinheiro, como lenha para as caldeiras e gado para tração.³⁹⁰ Tanto o gado como a lenha eram conseguidos em locais afastados do centro de produção, o que indica que nesse tipo de transação, onde o contato pessoal era mais eventual, o dinheiro se tornava ainda mais necessário. Os escravos que ali viviam não participavam da economia monetária. E seus senhores geralmente não

³⁸⁹ Apud Pedro Calmon. O Padre Vieira e a Moeda Provincial. In: *Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*. São Paulo: Salles & Oliveira Cia. Ltda., 1937. p. 443. (grifos meus).

³⁹⁰ Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1991. p. 44.

gastavam suas moedas *in loco*. A única exceção possível seria o caso de mascates que fossem vender produtos que não pudessem ser obtidos localmente e o de trabalhadores livre que exercessem suas atividades nos engenhos, tal como capatazes, carpinteiros para fazer as caixas de açúcar, etc., mesmo considerando que devido ao trabalho constante em um mesmo lugar esses indivíduos acabassem sendo pagos em mantimentos.

Havia uma percepção, que se iniciara bem antes, de que a fundação de uma casa da moeda, a fim de cunhar peças de peso específico, era a solução para os problemas monetários da colônia. Como aludido, esse clamor encontrou um defensor de peso na pessoa de Antônio Vieira. De seu exílio em Salvador, ele bombardeava com suas cartas as pessoas influentes em Portugal defendendo, pressionando e argumentando em prol da criação da casa da moeda.

Em uma carta de 1692 ao Marquês das Minas ele criticava as frotas cuja partida, ele dizia, trazia problemas econômicos para a colônia.

Estes navios (...) antigamente eram frotas de mercadores, que vinham comerciar; hoje são armadas de inimigos que vêm saquear o Brasil porque antigamente traziam dinheiro e levavam drogas, e muitos anos a esta parte levam dinheiro.³⁹¹

Em uma outra carta, desta vez dirigida a Dom Cristóvão de Almada, Vieira fornecia novos detalhes da situação:

A causa desta mudança foi haver muitos anos que os mercadores achavam mais em conta levar o dinheiro, que não paga nem fretes nem direitos, que as drogas carregadas com que tem deixado esta praça n'outro tempo tão opulenta tão exausta de moeda, com que não há quem compre ou venda, nem com que.³⁹²

Além destes, outros fatores concorriam para a falta de moeda na colônia. Os ourives fundiam a prata amoedada para fazerem baixelas.³⁹³ E, fator de muita importância, os emigrantes e altos funcionários portugueses quando enriqueciam ou completavam o tempo de serviço convertiam seus

³⁹¹ Padre Antônio Vieira Apud Nelson Omegna. *A Cidade Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961. p. 39.

³⁹² Antônio Vieira Apud Pedro Calmon. Op. cit. p. 443.

³⁹³ Sebastião da Rocha Pitta. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1962. p. 345.

bens em moedas e voltavam para Portugal, agravando a falta de numerário. De acordo com Gonçalves, por meio desse expediente 80 mil cruzados foram transferidos para o Porto em 1691. Deste segmento populacional, aliás, irá partir a oposição às tentativas de manter o numerário na colônia.³⁹⁴

Na Câmara, a questão da casa da moeda era discutida com certa frequência. As sessões da Câmara de Salvador de 5 de fevereiro de 1659, 9 de junho de 1679, 14 de fevereiro de 1693 e de 30 de julho de 1693, trataram da falta de numerário. A convergência das duas últimas datas mostra a crescente preocupação que o assunto provocava.

Em uma carta ao influente Duque de Cadaval, Vieira voltava a argumentar:

A ruína mais sensível e quase extrema que este Estado padece, e sobre que se pede pronto remédio a S. M. é a total extinção, da moeda, que sempre temeram os interessados mais zelosos, e prognosticaram os prudentes, e o tem mostrado finalmente a experiência, de que podem ser testemunhas oculares quantos vão embarcados nesta frota, a que falta pouco para ser a deste ano a última, sendo a causa as mesmas frotas, em que os mercadores acham mais conta mandando dois cruzados em prata, que não pagam fretes nem direitos, que mil réis em açúcar, ficando logo o dito dinheiro livre para negociarem com ele, e não estar esperando pelas descargas, vendas, cobranças, etc; achando a mesma conta os que não são mercadores, ao dinheiro que necessariamente mandam ao Reino para o gasto dos negócios políticos, apelações, demandas pretensões de ofícios eclesiásticos e seculares, dotes de freiras, mudança para Portugal de mercadores depois de enriquecidos, e ministros que sempre levam mais do que trouxeram; não havendo, pela causa sobredita como antes da alteração da moeda, quem passe letras.

Assim que, com estas duas sangrias tão continuadas se tem debilitado de sorte este grande corpo, que por falta de dinheiro nem os naturais têm quem lhes compre os seus gêneros, nem com que comprar as fábricas tão custosas e necessárias para eles: e será força que não só se diminua mas pare e cesse totalmente a cultura e que sejam estas terras, tão opulentas e tão férteis para si e para o Reino, as mais estéreis, sem falar no caso da guerra, de que o dinheiro é o nervo.³⁹⁵

Vieira fez um excelente resumo da situação. Era toda uma série de condições que favoreciam a emigração das moedas. Enquanto isso a crise ia se agravando. A proposta do Estado Eclesiástico dá corpo a tal afirmação:

³⁹⁴ Cléber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora, 1984. p. 56.

³⁹⁵ Padre Antônio Vieira. *Cartas*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1949. p. 361.

O Culto Divino, na celebridade dos Santos, na pompa das arruações, no ornato dos altares, e em tudo o mais em que, com vantagem, competia a Bahia com as mais ricas regiões da Europa, se vê tão diminuído que o que podia ser exemplo da grandeza dos ânimos devotos vai passando a ser mágoa da piedade cristã.³⁹⁶

O cenário mais aceitável é o de que as reclamações tenham começado com os indivíduos comuns até chegar às câmaras e demais autoridades. Um documento fundamental para se entender a crise e sobre o qual vale a pena uma análise mais acurada é uma carta do Governador-Geral Antônio Luís da Câmara Coutinho. Testemunha dos acontecimentos de que aqui me ocupo, Câmara Coutinho esclarece o problema no segundo parágrafo do referido documento.

Toda a opressão, Senhor, e ruína que se teme, nasce da falta do dinheiro, que he aquelle nervo vital do corpo político, ou o sangue d'elle, que derivando-se e correndo pelas veas deste corpo, o anima e lhe dá forças... Na falta, pois, do dinheiro e com ella a ruína fatal e iminente de tam vastíssimo corpo de que Vossa Majestade He a alma política, se introduzio e vay continuando depois que nelle se alterou o valor extrínseco da moeda, reduzindo a que nelle havia, e corria ao mesmo valor intrínseco que tem de peso e corre em Portugal.³⁹⁷

Em seguida, mostra quais os desdobramentos dessas práticas para a vida na colônia:

...se começou a levar de todo este Estado para esse Reino irreparavelmente toda ou quasi toda (moeda) com grave damno e ruína, não somente do bem público, mais ainda do real serviço, e fazenda de Vossa Majestade, e prejuízo do Commercio, sem o qual se não podem sustentar, e economisar Praças tão importantes como estas, em que a fazenda de Vossa Majestade faz tam grandes dispêndios com as duas folhas Ecclesiásticas e Secular.

A certa altura, o governador-geral passa a detalhar as causas da falta de moedas:

A primeira é a grande perda que teve e sentia no abatimento do dinheiro serrilhado (...). E isto em tempo, em que por causa dos maos annos, doenças e inclemências dos tempos, sam as mortes das fabricas de negros, bois, e cavallos, tantas e tão continuadas que se não podem reduzir a numero;

³⁹⁶ Wanderley Pinho. *História de Um Engenho do Recôncavo*. p. 558-559.

³⁹⁷ Câmara Coutinho Apud Cléber Baptista Gonçalves. Op. cit. p. 54.

ficando por isso assy os que lavram as canas, como os que fazem os assucares impossibilitados à restauração de tudo.

Ou seja, a falta de dinheiro impossibilitava a reposição da escravaria e de animais, dificultando o funcionamento dos engenhos.

Segunda: porque, como pelo abatimento dos assucares nesse Reino, e gastos dos fretes, comboy, e mais direytos, apenas se tira lá o preço que aqui se dá por elles, tem mais conta aos que trazem fazendas, que sam muitos, levar dinheiro do que assucar. Porque ainda que em cada marco de prata, que val 5.400 réis, percam na Casa da Moeda os 400, avançam mais em lhes ficar logo esse dinheiro livre para logo negociarem com elle, e não estar esperando pelas descargas, pelas vendas, pelas cobranças, e talvez experimentado as fallencias dellas no dilatado tempo em que hoje se fazem as vendas dos assucares nesse Reino, e na quebra dos homens de negocio. E são estas sommas de dinheiro, que se levaram por este modo, tam consideráveis lá e sensíveis cá que, feito computo pelos homens de negócio, se achou que na frota do anno passado de 69 só para a Cidade do Porto se levaram desta Bahia em moeda oitenta mil cruzados. A este respeito deve Vossa Majestade ser servido considerar quanto se levaria para Lisboa, e o que se levaria este anno, que me affirmam vay com mais grande excesso que ao passado: e a que este estado ficará brevemente reduzida huma Praça necessitada a levar cada anno esta sangria.

O desenrolar desse mecanismo já foi observado. Com a desvalorização do açúcar, ficava mais conveniente embarcar moedas. A novidade é que o governador observa que o processo se desenvolvia de forma progressivamente mais ampla, privando a colônia do tão necessário numerário.

Em seguida o governador passa a tratar do que considera ser a terceira causa, que na verdade era todo um conjunto delas:

A terceira causa de se levar a moeda deste Estado para o Reino, he o gasto que lá forçosamente he necessário fazer-se com os negócios políticos e particulares, isto he, de todas as pertenções de officios, postos e dignidades, assi ecclesiasticas, como seculares; das demandas que lá se remetem por apellação, e da mudança de casas de famílias, tanto dos ministros de Vossa Majestade, como daquelles que, vindo pobres a tentar sua fortuna, acham tão favorável neste Brasil que se voltão a lograr na Pátria os grossos cabedaes de que ella em poucos anos os fez senhores. Nem fallando nos dotes que cada anno vão com as mulheres se vão a meter Religiosas, e os das que cá se casão com homens que para lá tornão.

Dadas as explicações para a falta de moedas, todas relacionadas a sua emigração para Portugal, o governador-geral passa a tratar dos desdobramentos resultantes dessa prática e que já começavam a ser sentidos. Pode-se, sempre de acordo com o relato do governador-geral, resumir-los nos seguintes pontos: 1) uma queda nos preços do açúcar e das demais drogas exportadas pelo Brasil, uma vez que os intermediários não poderiam comprá-las; 2) com o levantamento da moeda e o conseqüente encarecimento dos preços, os engenhos tinham dificuldade em se equipar e com a queda nos preços do açúcar dada a falta de moeda, muitos engenhos cessariam suas atividades; 3) a falência de engenhos acarretaria uma diminuição das receitas da fazenda real e 4) a ausência de moeda provocaria uma falta de arrematantes para os contratos da administração, provocando o caos econômico e social na colônia portuguesa.³⁹⁸

O Governador-Geral Câmara Coutinho tomou como sua a voz da população e propôs a instituição de uma casa da moeda local, de forma a cunhar numerário de forma rápida e de valor intrínseco.

Sam estas conseqüências poderosas e os danos que dellas já resultam tam prejudiciais ao bem publico e ao Real serviço e fazenda de Vossa Majestade, que não somente ameaça a ruína deste Estado, senão o que já o arruinão, sendo a Real fazenda a mais prejudicada, nem se podem remediar, senão evitando a causa dellas, que he a falta de moeda: Esta se conseguirá fácil e suavemente, se Vossa Majestade for servido mandar lavrar dois milhões de moeda provincial, assi de prata, como de ouro, para todo o Estado do Brasil. A saber: um milhão para esta praça da Bahia e mais villas e lugares annexos, seiscentos mil cruzados para a de Pernambuco, e quatrocentos mil para o Rio de Janeiro, a qual tenha tanto mais valor extrínseco para obrigar a que não se leve do Estado; com prohibição e pena grave posta por Vossa Majestade aos ourives para que desta somma de moeda não lavrem prata ou ouro algum que sirva a outros usos, o que se pode fazer sem dispêndio algum da fazenda de Vossa Majestade, antes em beneficio della, repartindo-se as mayorias que se acrescentarem ao valor intrínseco entre os que a lavrarem na Casa da Moeda, e os gastos para a fabrica della pelo modo que logo apontarei; e as sobras a Real fazenda de Vossa Magestade.

Trata-se, portanto, de importante testemunho da necessidade sentida à época de criação de uma casa da moeda funcionando na colônia portuguesa.

³⁹⁸Cleber Baptista Gonçalves. Op. cit. p. 54-57.

Dentre medidas econômicas específicas relativas ao peso das moedas, o governador-geral trata dos pobres e de aspectos monetários relativos às pessoas mais pobres.

Agora, Senhor, prostrada aos Reaes pés de Vossa Magestade, se queixa também a pobreza deste Estado, que he muita e grande, tanto mais digna de ser ouvida quanto são as suas vozes mais fracas, e as misérias que padece mais lastimosas; pede ella, e eu em seu nome, ou por beneficio de charidade, ou por indulto de justiça, seja licito, alem da somma sobredita conceder-lhe Vossa Magestade se fabriquem mais 40.000 cruzados de moeda miúda. A saber os 30.000 em moeda de meyo tostão, dois vinténs e hum vintém, quinze mil para esta Bahia, nove mil para Pernambuco, e seis mil para o Rio de Janeiro, e os dez mil cruzados em moeda de cobre de três até cinco réis: a saber cinco mil cruzados para esta Bahia, três mil para Pernambuco, e dois mil para o Rio de Janeiro.

A rezam que todos alegam he porque só desta maneira poderão evitar a perda considerável que se padece na compra dos usuaes por falta de trocos; sendo obrigado quem lhe basta comprar dez réis ou um vintém da mais ínfima hortaliça a comprar dois vinténs ou dar dois vinténs a hum pobre mendigo, aliás ficar este sem esmola, que he o que de ordinário succede. Esta moeda miúda pode e deve ser com proporção fabricada...

A questão de se cunhar moeda de prata de pequeno valor bem como as de cobre, de valor ainda mais básico tinha sua importância. Eram as moedas do dia a dia, das pequenas compras. Hortaliças, doces das quituteiras, copos de vinho nas tavernas, sapatos, peças de roupa mais simples, eram pagas com elas. Esse tipo de moeda se prestava menos que o ouro e as grandes peças de 640 réis para o entesouramento.

É interessante que o cobre fosse constantemente mencionado como ideal para se dar esmolas. Gesto de piedade cristã, para mendigos e indivíduos estropiados que se postavam muitas vezes às portas das igrejas. As peças de cobre deveriam ser as moedas com que os escravos, mendigos e trabalhadores não qualificados tinham mais contato.

Não há dúvidas de que possuir moedas naquela época era um fato que comportava mais conseqüências do que possuí-las em nossos dias. O fato de alguém ter dinheiro para uso próprio significa possuir uma liberdade para gastá-lo no que bem entender. E naquele tempo de moedas escassas, o fato de possuí-las aumentava ainda mais o poder de compra de quem as tivesse, pois com freqüência elas eram preferíveis ao pagamento em gêneros.

Mas nesse caso, devido a essa relação entre dinheiro, opções e liberdade, poderia um escravo ter acesso à economia monetária? Para responder a essa pergunta cumpre distinguir dois tipos de escravos.

Aqueles que trabalhavam nos canaviais e faziam funcionar os engenhos viviam uma existência curta e brutal. Trabalhavam muitas horas por dia, usavam roupas de algodão grosseiro e poucos possuíam alguma coisa que fosse sua. Esses indivíduos podiam passar toda sua vida sem comprar nada e consumir apenas a comida que lhes davam. Dificilmente o grosso da população escrava tinha acesso a qualquer espécie de objeto que não fossem suas roupas grosseiras.³⁹⁹

Os escravos domésticos, entretanto, devido a sua situação peculiar, tinham condições de vida bem melhores. Estes, bem como os escravos urbanos de uma maneira geral, tinham um acesso relativo às moedas. Apesar do trabalho escravo não ser remunerado, o escravo “de casa” pela própria convivência diária com seus senhores tinha a expectativa de receber moedas como pequenos presentes e por alguns serviços prestados.⁴⁰⁰

Nas cidades da colônia havia um intenso comércio informal que coexistia com as lojas e armazéns. Essa atividade era geralmente exercida por escravos que vendiam de porta em porta os mais variados artigos.⁴⁰¹ É óbvio que o dinheiro manuseado ia para os seus senhores, mas é muito significativo que esses escravos usassem dinheiro diariamente. Tanto mais certo tornava-se o uso constante de moedas pelos “negros de tabuleiro” quando lembramos que eles vendiam esses artigos para muitas pessoas que não conheciam. Esse tipo de venda era certamente feito a dinheiro.

Jean Baptiste Debret, que estudou com detalhada fascinação os tipos que faziam tal comércio, fez uma série de desenhos bastante interessantes.

³⁹⁹ Cf. Robin Blackburn. *The Making of New World Slavery*. London: Verso, 1997.

⁴⁰⁰ O escravo doméstico foi retratado em um grande número de livros. No caso do Brasil, nossos romancistas do século XIX apresentaram diversos personagens, escravos domésticos, havendo desde os torturados psicologicamente como por exemplo a Escrava Isaura, até aqueles que mantinham uma convivência mais familiar com seus senhores. Para os escravos que acumulavam bens no século XVIII cf. Eduardo França Paiva. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

⁴⁰¹ Luiz Mott refere que as primeiras notícias desse tipo de comércio ambulante datam de 1591. Luiz R. B. Mott. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. n° 105. São Paulo: Ed. EDUSP, 1976. p. 87.

Em um deles uma velha escrava vendedora ao chegar em casa de seus senhores, brancos pobres, ainda sem tirar seus artigos para venda de cima dos ombros, entrega as moedas ganhas no dia para a filha de sua dona, que ergue a mão para recebê-las. Podemos ter certeza que cenas como essa se repetiram muitas vezes no Brasil colônia.

Imagem 15



Imagem 16



Imagem 17



Imagem 18



Imagem 19



A circulação monetária seiscentista era um fenômeno eminentemente urbano. Nas cidades, a maioria da população tinha um contato constante com elas. Nos grandes engenhos elas também eram usadas, mas, ao contrário do que ocorria com alguma frequência nas cidades, uma maior auto-suficiência dispensava em muitos casos o uso do dinheiro, mas não a ponto de dispensá-lo totalmente.

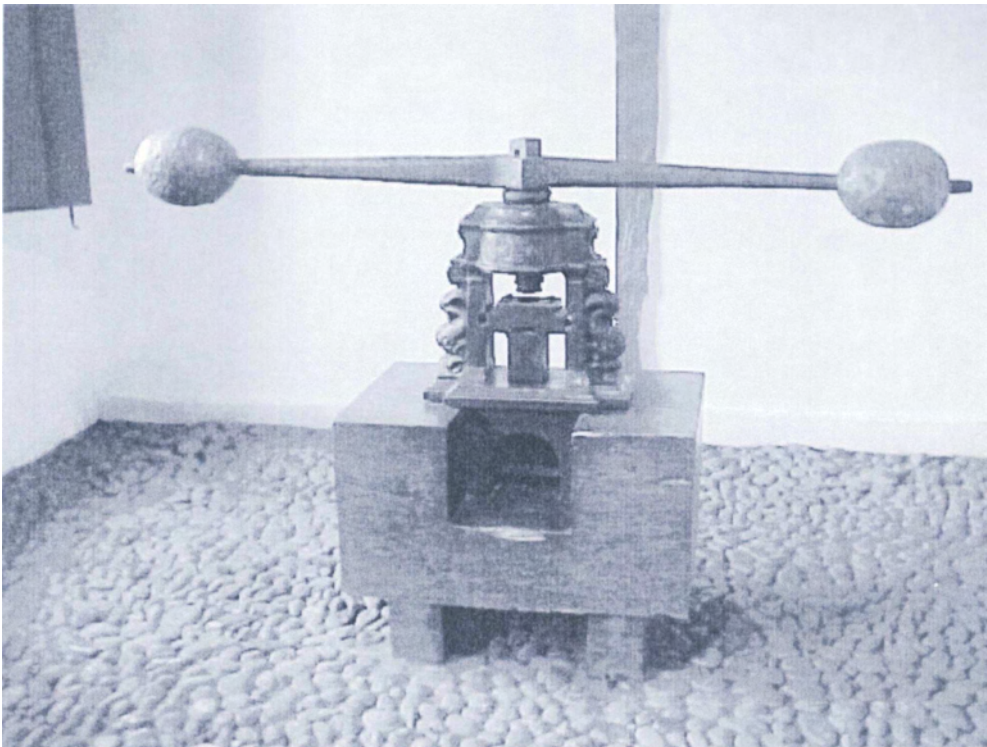
3.6. UMA CASA DA MOEDA PARA O BRASIL

Alterações na política financeira portuguesa terminaram por derrubar os últimos obstáculos à fundação da Casa da Moeda da Bahia. As teses mercantilistas do ministro de D. Pedro II, o Conde de Ericeira, de fomentar indústrias, restringir as importações, sanear o meio circulante e atrair moedas para Portugal foram substituídas pela exportação de vinhos, que já há algum tempo vinham encontrando um mercado receptivo na Inglaterra.⁴⁰²

⁴⁰² Isabel Andrade Marson. *Moedas e História do Brasil. 1500-1889*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989. p. 25-26. Charles Boxer parecia ver a fundação da Casa da Moeda da Bahia

Não é possível que a descoberta de ouro em Minas Gerais tenha influenciado a decisão de se fabricar as primeiras moedas na Bahia. As primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais se deram em 1694. A lei que, finalmente, criou a casa da moeda foi datada de 8 de março de 1694, sendo que as primeiras nomeações de funcionários foram feitas no dia 22. As deliberações sobre o assunto no Conselho de Estado provavelmente se deram entre essa data e a chegada da representação de Câmara Coutinho, datada de julho de 1692, ou seja, é quase certo que o assunto foi discutido antes da descoberta.

Imagem 20



Mesmo que as primeiras extrações do ouro mineiro tenham sido feitas antes de 1694, as primeiras notícias sobre a descoberta devem ter sido confusas e pouco exatas (segundo a tradição dos paulistas de se manter segredo sobre as jazidas). Certamente levou-se algum tempo até que o

como uma dentre várias medidas destinadas a restaurar a competitividade econômica de Portugal. Charles Boxer. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 166.

tamanho e o potencial das principais jazidas fossem conhecidos. Portanto, é quase certo que a descoberta das minas não teve peso sobre a decisão de se fundar a casa da moeda. Porém, foi a importância do fluxo aurífero que ia para Portugal todos os anos que transformou uma casa da moeda que corria o risco de ser provisória em definitiva.

O texto da lei, após um preâmbulo em que reconhece as dificuldades impostas pela falta de moeda, trata de definir o novo valor do ouro e da prata:

...ficando cada marco de prata de oito onças de Ley de onze dinheiros a sete mil e quarenta reis cada onça o oito sentos e 80 rs quarenta cada oitava a sento e dês réis, e cada marco de ouro de oito onças de Ley de vinte e dous quilates a sento e cinco mil e seis centos réis cada onça a treze mil e duzentos; e cada oitava a mil e seis sentos e sincoenta: a cujo respeito se regulará a moeda...⁴⁰³

A partir do momento em que se decidiu cunhar moedas na colônia tornou-se claro que a cidade mais adequada para a realização da tarefa seria Salvador, a capital e principal cidade da colônia.

Quando a casa da moeda foi instalada, Salvador já tinha uma história de 146 anos. Fundada por Tomé de Souza, primeiro governador-Geral do Brasil, ao sul de uma península, a cidade se voltava para o lado oeste em direção à Bahia de todos os Santos. Sua parte mais povoada se situava sobre a escarpa que se encontra por detrás da praia onde ficavam armazéns e algumas casas. Na porção da cidade que se localizava próxima à escarpa ficavam os edifícios públicos como o Palácio do Governador, a Câmara, etc. À

⁴⁰³ Cléber Baptista Gonçalves. Op. cit. p. 57.

A situação poderia ser representada da seguinte forma:

Para o ouro de 22 quilates ≈ 916,66%

Marco de oito onças	228,8g	105\$600
Onça	28,691g	13\$200
Oitava	3,586g	1\$650

Fonte: Kurt Gieck. *Manual de Fórmulas Técnicas*. São Paulo: Editora Hemus, 1995.

Para a prata de 11 dinheiros (11 partes de prata para uma de cobre)

Marco de oito onças	228,8g	7\$040
Onça	28,691g	\$880
Oitava	3,568g	\$110

Fontes: *Enciclopédia Delta Larrouse*. Volume 5. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1970. p. 2202. Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1977. p. 463.

medida que se caminhava para o leste a cidade se tornava menos povoada.⁴⁰⁴

No final do século XVII Salvador possuía uma população de 15 a 20 mil habitantes. A cidade era um lugar suntuoso para os padrões da colônia. Possuía muitos sobrados de três e quatro andares. Diversos senhores de engenho mantinham ali casas aonde iam passar temporadas. Algumas das igrejas mais suntuosas da colônia, indicação óbvia de riqueza, estavam ali. François Froger, viajante francês que esteve em Salvador em 1696 comentou que a cidade era grande e bem povoada, dividida em dois planos pela topografia.⁴⁰⁵

Ficou decidido que a casa da moeda seria instalada em um edifício de taipa, situado na já mencionada Praça do Palácio. Para as obras necessárias no prédio fez-se um empréstimo de seis e meio contos de réis tomados à Tesouraria-Geral do Estado da Bahia que foi pago pela casa da moeda em 1696.⁴⁰⁶ Todavia ainda faltou dinheiro e o advogado e poeta Manoel Botelho de Oliveira emprestou 22.000 cruzados (8.8 contos de réis) para a “criação da casa da moeda”. Por conta da generosidade ele foi agraciado com o cargo de capitão-mor dos Distritos de Papagaio, Rio do Peixe e Gameleira.⁴⁰⁷ Talvez porque o conhecimento da irritação da população com as perdas provocadas pelas sucessivas alterações no valor da moeda já tivesse chegado em Portugal, determinou-se que não se tirasse nenhuma senhoriagem da cunhagem.⁴⁰⁸ Rocha Pitta sugeriu que o motivo da falta de cobrança da senhoriagem se deveu à escassa quantidade de metal na colônia.⁴⁰⁹

⁴⁰⁴ Ana Miranda. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 11.

⁴⁰⁵ Apud Luís Lisanti. *Negócios Coloniais*. Volume I. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973. p. CXIII.

⁴⁰⁶ As adaptações muito provavelmente incluíam reforços nas portas e janelas, novas fechaduras, grades e, inevitavelmente, as fossas onde ficavam os homens encarregados de trocar os discos ainda não cunhados no balancim. O montante gasto com as adaptações sugere, mesmo, que algumas reformas estruturais tenham sido feitas no prédio. Cléber Baptista Gonçalves. Op. cit. p. 61.

⁴⁰⁷ [http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel Botelho de Oliveira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Botelho_de_Oliveira) Consultado em 29/11/08.

⁴⁰⁸ Senhoriagem é a diferença entre o valor intrínseco do metal de uma moeda e o nominal. Cf. Kurt Prober. *Manual de Numismática*. Rio de Janeiro: Leuzinger S. A, 1945.p. 171.

⁴⁰⁹ Sebastião da Rocha Pitta. *História do Brasil*. São Paulo: W. M. Jackson, 1964. p. 349.

Imagem 21



Praca do Palácio em Salvador (BA), vendo-se, da esquerda para

Ainda em Portugal elaborou-se a relação de funcionários que deveriam trabalhar na nova Casa da Moeda, assim como os seus respectivos salários. Eram eles, segundo dados fornecidos por Cléber Baptista Gonçalves:

José Ribeiro Rangel	Juiz da Casa da Moeda	400\$000/ano
Manoel de Souza	Ensaizador	1\$000/dia
Antônio Gomes	Fundidor	\$800/dia
Frutuoso da Cunha	Afinador	\$800/dia
Manoel Moreira	Fundidor da Prata	\$800/dia
Luiz Rodrigues	Guarda da Casa do Cunho	\$800/dia
João Martins	Serralheiro	\$700/dia mais os custos com os ferros
Domingos Rodrigues	Lavor do Ouro	\$600/dia
Miguel Marques	Branqueador da Prata	\$600/dia quando tiver de trabalhar
José Berlique	Abridor de Cunhos	\$600/dia
Inácio Rodrigues	Sentador de Cunhos	\$500/dia
Francisco da Cunha	Trabalhador	\$500/dia
Pascoal Antunes	Trabalhador	\$500/dia
Mathias de Almeida	Trabalhador	\$500/dia
Manoel Coelho	Trabalhador	\$500/dia

Ângelo da Silva	Ajudante de Ensaaiador	\$400/dia
-----------------	------------------------	-----------

Segundo a relação “os três moldadores não recebem salário senão conforme o seu trabalho e enquanto não trabalharem. O seu salário será de quinhentos réis por dia”.⁴¹⁰

Cumprir observar que a Casa da Moeda da Bahia não teve as mesmas proporções da Casa da Moeda de Lisboa que já funcionava desde a Idade Média. Foi sugerido que se usasse o regimento da Casa da Moeda de Lisboa mas, em uma concessão às prováveis dificuldades de instalação e funcionamento, foi dada a sugestão de não se “reparar nas circunstâncias e acidentes”.⁴¹¹ Além disso uma série de cargos que se exerciam em Lisboa não foram preenchidos na Bahia.

Antes de se cunharem as primeiras moedas, a comissão encarregada da constituição da casa da moeda (Dom João de Lencastro, Governador-Geral do Estado do Brasil, Superintendente João da Rocha Pitta e o Provedor José Ribeiro Rangel), alterou o preço do ouro amoedado para 112\$640, ficando o valor da oitava em 1\$760. O marco de prata passava a valer 7\$600 e a oitava \$118,75.⁴¹²

Desta forma, o proprietário do ouro e da prata a serem fundidos tinha de entregar o seu metal, cujo valor se fixava pela tabela antiga, e o recebia, já amoedado, com os novos valores para os metais preciosos. A diferença (7\$040 para cada marco de ouro amoedado e 4560 para os marcos de prata) deveria reverter-se em proveito da nova casa da moeda para sua manutenção.⁴¹³

Antes de se iniciar a cunhagem, fizeram-se três ensaios de moedas de 640 réis em prata para se decidir qual seria o aspecto da nova moeda colonial. Os três ficaram prontos no dia 5 de janeiro de 1695 e fez-se a seleção do mais apropriado em 3 de março do mesmo ano.⁴¹⁴

⁴¹⁰ Cléber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil...* Op. cit. p. 58.

⁴¹¹ Idem p. 59.

⁴¹² Idem p. 63.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Kurt Prober. *Catálogo das Moedas Brasileiras*. São Paulo: Gráfica Canton, 1966. p. 39.

Dos três ensaios produzidos um parece ter-se perdido e não temos idéia do seu aspecto. O segundo exibia no anverso as armas reais portuguesas encimadas por uma coroa. No lado direito do brasão estava o seu valor. A moeda possuía legendas tanto no reverso quanto no anverso. No reverso estava gravado um calvário.⁴¹⁵ O terceiro ensaio, o que foi escolhido, teve uma importância fundamental para a história numismática brasileira.

Rocha Pitta, que durante sua vida usou moedas cunhadas na Bahia, assim as descreveu:

Têm estas moedas de uma parte a esfera (empresa do Rei D. Manuel) no meio da cruz da ordem de Cristo, de que foi grão-mestre, e entre os claros dos braços da cruz estas palavras SUB. Q. SIGN. NATA. STAB.⁴¹⁶ De outra parte o escudo das armas reais portuguesas; no lado direito cunho (valor facial), no esquerdo umas flores, no alto entre a coroa e o escudo a era em que foram lavradas, e pela roda da sua circunferência as seguintes letras: PETRUS II D. G. PORT. REX. ET BRAS. D.⁴¹⁷

A aparência das moedas de ouro era a seguinte:

Têm de uma parte as armas reais; no lado direito o cunho, no esquerdo as flores, e em torno de circunferência as seguintes letras: PETRUS II D. G. PORT. REX da outra parte uma cruz sem lisonjas, rodeada de um círculo em forma de cruz rematada com elas, e pela circunferência as letras: ET BRASILIAE DOMINUS, e os anos em que foram feitas.⁴¹⁸

O aspecto dessas moedas tem uma importância que transcende a simples observação de detalhes e características. Quando se decidiu qual dos três ensaios serviria de modelo para as moedas a serem cunhadas, na verdade estava se criando toda uma série de moedas cujo aspecto pouco iria se alterar até o início do século XIX. Com a significativa exceção da série J, de meados do século XVIII, durante cerca de 120 anos o aspecto das moedas de prata da colônia praticamente não mudou. Acreditamos que em tal

⁴¹⁵ Arnaldo Russo. *Livro das Moedas do Brasil*. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas, S. A, 1990. p. 355.

⁴¹⁶ É uma abreviação de SUBQUO SIGNO NATA STABIT – Sob o sinal da cruz nasceu e permanecerá ou como nasceste sob este sinal progredirás. Kurt Prober. Op. Cit. p. 134.

⁴¹⁷ Por extenso PETRUS II DI GRATIA PORTUGALIAE REX ET BRASILIAE DOMINUS. Pedro II por graça de Deus Rei de Portugal e Senhor do Brasil. Kurt Prober. Op. cit. p. 134. e Rocha Pitta Op. cit. p. 348.

⁴¹⁸ Sebastião da Rocha Pitta. Op. cit. p. 348-349.

circunstância se manifestou o triunfo de um aparelho administrativo conservador e cauteloso. Em nossas moedas de prata existe a contradição de um poder absoluto e distante, de onde emanava a verdadeira autoridade e, simultaneamente, próximo, pelos seus símbolos de poder onipresentes gravados em baixelas, portas de palácios e moedas.⁴¹⁹

Se toda a série de ouro da colônia é mais “movimentada” pela efígie dos soberanos, devemos lembrar que o tema original do brasão real sem adornos sobrepostos por uma coroa no anverso e de uma cruz envolta no reverso persistiu até a independência. Ao longo dos anos, novas efígies de reis e novos motivos para o brasão português iriam se alternar com os velhos temas do século XVII.⁴²⁰

No período imediatamente após sua fundação, ocorrida oficialmente em 8 de agosto de 1694, a Casa da Moeda ficou semi paralisada devido a problemas técnicos e burocráticos. Como já foi dito, os ensaios ficaram prontos em janeiro de 1695 e fez-se a escolha do mais conveniente em 3 de março desse ano. Os cunhos foram abertos por Domingos Ferreira Zambuja, ourives de profissão, que foi chamado para a tarefa uma vez que o abridor de cunhos José Berlique fracassou lamentavelmente em seu trabalho.⁴²¹

A casa da moeda deveria cunhar moedas de ouro nos valores de 4.000, 2.000 e 1.000 réis. As de prata seriam cunhadas nos valores de 640, 320, 160, 80, 40 e 20 réis. Quanto às moedas de cobre ocorreu uma história curiosa. Havia em Lisboa um estoque de moedas de cobre cunhadas na

⁴¹⁹ Peter Burke analisou a “presença ausente” da realeza e do poder real em seu livro *A Fabricação do Rei*. Cf. Peter Burke. *A Fabricação do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁴²⁰ O anverso e o reverso das moedas de ouro da Casa da Moeda da Bahia irão se repetir: Na série da Casa da Moeda do Rio 1699-1700; 1703-1707, 1707-1730 (apenas o anverso), 1777-1786 (cunhagem simultânea com a Casa da Moeda de Lisboa), 1808-1817; na Casa da Moeda da Bahia 1714-1727 (somente o anverso), 1805-1816, 1818-1822 (apenas o reverso); na Casa da Moeda de Pernambuco 1702; na Casa da Moeda de Vila Rica 1724-1727; nas moedas cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa para o Maranhão, em 1749; nas moedas cunhadas em Lisboa para o Brasil 1751-1777, e nas peças cunhadas entre 1787 e 1792. Todas as moedas aqui relacionadas são de ouro. Cf. Arnaldo Russo. *Moedas do Brasil*. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas, 1981.

⁴²¹ Chama-se abrir os cunhos ao ato de fazer os desenhos da futura moeda no cunho com um cinzel e buril. Cf. Alain Jean Costilhes. *O que é Numismática?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

Cidade do Porto, entre 1694 e 1699, e destinadas a Angola.⁴²² Evidências desse fato são encontradas nas inscrições dessas moedas que eram “*PETRUS.II.D.G. PORTVG.R.D. AETHIOP*” (Pedro II pela graça de Deus Rei de Portugal e Senhor da Etiópia).⁴²³ Etiópia, no caso, designava todas as possessões portuguesas na África.

Imagem 22



Imagem 23



⁴²² Tal fato parece comprovar a hipótese de Boxer de que a fundação da Casa da Moeda da Bahia, na verdade, se insere em um conjunto de medidas econômicas destinadas a tornar a economia do império mais competitiva e não um ato isolado decidido para responder à demanda da população.

⁴²³ Ralph Delgado. *Moedas de Angola*. Lisboa: Bertrand Ltda, 1967. p. 61. e Joe Cribb. *The Coin Atlas*. London: McDonald, 1990. p. 247.

Quanto ao trabalho dos artesãos envolvidos no processo de cunhagem podemos apenas especular. Todavia existe um estudo interessante de autoria de Lupércio Ferreira relativo aos cunhos das moedas de 640 réis que podem fornecer algumas indicações. A Casa da Moeda da Bahia cunhou moedas entre 1695 e 1698. A relação de cunhos feitos para cada ano é a seguinte:

Ano	Cunhos
1695	86
1696	48
1697	24
1698	8

Assim, parece claro que houve uma diminuição na cunhagem à medida que a prata disponível ia sendo derretida e cunhada. As primeiras vítimas do derretimento foram as antigas moedas contramarcadas de prata e ouro. Sem dúvida, a grande maioria foi para os fornos a fim de fornecer material para a nova moeda colonial. A destruição maciça tornou esse tipo de moeda bastante rara. As moedas contramarcadas de ouro são ainda mais raras e não existe preço estipulado para elas nos catálogos. Sua raridade pode ser explicada por ser o ouro objeto de uma regulamentação maior que a prata. Com as medidas que restringiam a circulação do ouro contramarcado era necessário enviá-lo rapidamente à Casa da Moeda para tomar nova forma já que pelo texto da lei elas não poderiam mais circular depois de aberta a nova casa da moeda.

Além do material amoedado fundiram-se muitas barras de prata para fazer moedas. Não é de todo impossível que objetos diversos desse metal tenham sido usados.

A proveniência do ouro é bem mais diversa. Além das moedas de feitio antigo utilizou-se ouro em pó que se trazia da costa da África e ouro de lavagem obtido em São Paulo.⁴²⁴

A importância dessas fontes alternativas de metal torna-se clara quando lembramos que a quantidade de moeda existente antes da fundação da Casa da Moeda da Bahia era insuficiente. Logo, a quantidade de metal usado para se cunhar as novas moedas deve ter sido várias vezes maior que o volume de metal amoedado disponível.

Isabel Marson, em seu livro, afirmou que o equipamento enviado de Portugal para a cunhagem de moedas era leve e fácil de transportar.⁴²⁵ Talvez essa característica se devesse apenas ao fato do equipamento ter de ser transportado para o Brasil, não deve ter havido considerações acerca da necessidade do equipamento ser transportado de uma capitania para outra. Tal conclusão é reforçada pela representação do novo Governador-Geral Dom João de Lencastro para Sebastião de Castro e Caldas em que declara de forma peremptória que as moedas das “capitanias do sul” deveriam ser enviadas a Bahia para serem reduzidas à nova forma. O governador-geral sugeria que as moedas deveriam vir em quantidades limitadas na frota que ia para Portugal. O dinheiro (mil cruzados de cada vez) deveria vir sob guarda de um comissário ou poderia ser remetido a pessoas de confiança que os proprietários de moedas conhecessem em Salvador. O dinheiro, já com sua nova forma, seria devolvido na frota que voltasse de Portugal para o Brasil. As moedas antigas e as novas deveriam coexistir até que, ao final, toda moeda estivesse com a nova forma.⁴²⁶

3.7. A CASA DA MOEDA SE ESTABELECE

Em uma carta de 4 de setembro de 1695 João de Lencastre escreveu aos oficiais da Câmara de São Paulo repetindo as instruções dadas ao Rio de

⁴²⁴ Rocha Pitta. Op. cit. p. 347-348. O depoimento de Rocha Pitta sobre esse assunto é muito valioso por ele ser um contemporâneo e ter conhecido muitas pessoas que enviaram prata e ouro para ser amoedado.

⁴²⁵ Isabel Marson. *Moedas e História do Brasil*. Op. cit. p. 26.

⁴²⁶ Severino Sombra. Op. cit. p. 105.

Janeiro. Dessa vez o governador fazia promessas de que não haveria perda quando da cunhagem na casa da moeda. Continuava o governador:

E que nela (Casa da Moeda) se há de dar a cada dono, em moeda nova, aquela mesma quantia de mil réis que nela entregou em dinheiro antigo, ainda que cerceado, sem se diminuir um ceitil. Nesta fé o podem mandar todos, sem o menor escrúpulo.⁴²⁷

O governador sugeria que o dinheiro fosse enviado por terra para o Rio de Janeiro e dali seguisse para Salvador junto com a frota.

No entanto, a população das capitânicas do sul tinha pouca disposição de enviar seu dinheiro para a Bahia. Dizia o governador em carta para Arthur de Sá e Menezes datada de 22 de dezembro de 1695:

Mui repetidas são as ordens que tenho mandado a essa capitania para na forma das de Sua Majestade que Deus guarde vir o dinheiro dela a esta cidade e converter-se na casa da moeda na moeda provincial; e nenhuma teve efeito até o presente, pela repugnância que esses moradores tiveram ao risco que podia ter no mar com os piratas, e na terra com as distâncias dos caminhos, e passagens de caudalosos rios.⁴²⁸

Enquanto a troca de cartas prosseguia, a casa da moeda passava a cunhar cada vez menos moedas. Se aceitarmos que o número de cunhos corresponde à uma proporção fixa de moedas cunhadas, em 1697 foram cunhadas 28% das moedas que foram cunhadas em 1695 e em 1698 essa porcentagem caiu para alarmantes 9%. Cumpria se chegar a uma conclusão sob pena de se manter a estrutura da Casa da Moeda inativa em Salvador.

Os moradores do Rio de Janeiro e de São Paulo se mostraram tão irredutíveis que o Rei Pedro II concordou que a Casa da Moeda fosse transferida para o Rio de Janeiro devendo, no entanto, as despesas com a transferência, a instalação e os ordenados serem pagos pelos moradores do Rio. Tal como foi feito na Bahia, não seriam cobrados os direitos de senhoriagem.⁴²⁹

⁴²⁷ Idem p. 680.

⁴²⁸ Idem p. 682.

⁴²⁹ A carta em que o rei anunciou sua decisão é datada de maio de 1696. O risco de rebeliões no sul, caso a população se visse forçada a mandar suas moedas para Salvador deve ter sido considerado.

No Rio de Janeiro a Casa da Moeda foi instalada no prédio da junta do comércio.⁴³⁰ Novamente como em Salvador tiveram de ser feitas obras no prédio e foram dadas ordens expressas para que fossem evitadas obras de ornato.

A Casa da Moeda funcionou no Rio de Janeiro em 1699 e 1700. Novamente, as moedas foram cunhadas rapidamente. Existem 45 espécies de cunhos diferentes de moedas de prata de 640 réis para o ano de 1699 e apenas 6 para o ano de 1700.

Todavia, no Rio de Janeiro havia o problema do ouro que chegava em quantidades cada vez maiores das minas. Não foram encontrados registros da quantidade de moedas cunhadas no Rio e em Salvador. O que existe são os montantes dos valores cunhados nas duas cidades. Em Salvador foram cunhados 102:070\$000 em moedas de ouro e 818:952\$140 em prata. Para o Rio esses valores são, respectivamente, 612:644\$640 em ouro e 255:694\$940 em prata.

Para se saber a quantidade mínima de peças cunhadas proponho um cálculo bastante elementar. Imaginando que apenas as moedas de valor mais alto tenham sido cunhadas e dividindo-se o montante total de peças cunhadas pelo valor facial das peças de maior peso (no caso da prata as moedas de 640 réis e das de ouro as de 4.000 réis), chega-se a esse número mínimo. Assim procedendo chegamos aos seguintes valores:

	Prata	Ouro
Salvador	1.200.000	25.000
Rio de Janeiro ⁴³¹	400.000	150.000

Como foi alertado, esses números representam o mínimo de moedas cunhadas. Na realidade, esses valores, especialmente no caso da prata, podem facilmente ser duplicados ou triplicados.

⁴³⁰ Hoje o local é ocupado pelo arsenal da marinha na Rua Primeiro de Março. Cleber Baptista Gonçalves. Op. cit. p. 72.

⁴³¹ Os números foram arredondados para as duas cidades.

A importância desses cálculos se refere ao fato de que pela primeira vez, temos uma idéia aproximada ou mais abrangente da quantidade de moedas que circulava pela colônia. Existe ainda um outro dado de importância.

Ao longo deste trabalho o metal de maior importância para o meio circulante, no período aqui tratado, foi a prata. Entretanto, quando o século XVII está se finalizando a coisa começa a mudar e esses números confirmam isso. O ouro das minas começa a surgir e a deslocar a importância da prata. Enquanto em Salvador, entre 1695 e 1698, o valor do ouro cunhado alcançou 11% do total do numerário e em Recife, entre 1700 e 1702, esse valor foi de apenas 2%, no Rio de Janeiro, entre 1699 e 1700, as moedas de ouro alcançaram 70% do valor do numerário cunhado.

A explicação para esses números é que era basicamente para o Rio de Janeiro que o ouro mineiro era deslocado. Após a Casa da Moeda ser transferida para Recife, entre 1700 e 1702, em 1703 ela já voltava a funcionar no Rio para cunhar o ouro mineiro. Apenas sete anos depois esse ouro já assumia uma importância estratégica internacional na Guerra da Sucessão Espanhola quando o Almirante Duclerc atacou o Rio de Janeiro para tentar apreender o ouro ali depositado.

Nesse período, quando a Casa da Moeda foi transferida para o Rio em 1699, tinha fim o que a historiadora Isabel Marson chamou de o Século de Prata, com seus peruleiros e a atração da América espanhola; em contrapartida, assistia-se então ao início do que Charles Boxer chamou de a Idade do Ouro.

PARTE II

A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XVII: UMA “ABORDAGEM MULTISCÓPICA”¹

¹ “A ‘abordagem multiscópica’ vê no interesse da escala microscópica o caso particular de um princípio cognitivo mais geral: o conhecimento produzido pelos historiadores é relativo a uma escolha de escala; multiplicar os ângulos de abordagem é o recurso mais fecundo para a historiografia. (...) a multiplicidade das escalas de observação e as imagens contraditórias que elas secretam servem não apenas para produzir conhecimentos novos, mas também para mostrar seu caráter sempre limitado e parcial.” Paul-André Rosental. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrix Barth e a ‘microstoria”” In: Jacques Ravel (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 152.

Como anunciado desde o título, esta parte do trabalho dedica-se a analisar mais detidamente alguns “casos” cujas fontes, por formarem um corpo mais homogêneo, permitiram que fossem explorados de forma mais detida, mergulhando mais fundo em cada um, o que promoveu um exercício intelectual bastante próximo do que se conhece hoje por micro história. Com esse fim, constituíram-se capítulos para cada um deles e, embora de desigual tamanho, todos têm como característica esse olhar mais centrado e atento à captação das estratégias individuais.

Foi sobretudo no diálogo com Revel que se definiu os parâmetros de abordagem que se daria ao conjunto de fontes. Concordou-se com esse autor quanto à definição do que se compreenderia neste trabalho como uma micro história. Nas palavras do autor:

...o projeto é fazer aparecerem, por trás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo, etc.²

Sem renegar os resultados e experiências de outros métodos historiográficos, a micro-história procura se dedicar à pesquisa em uma escala que tende a se aproximar do local, do indivíduo em seu meio. Essa prática se fundamenta na hipótese de que, em um campo mais específico, o indivíduo tende a perder algumas das “amarras” que determinariam seu comportamento. Assim, à medida que olhamos através da sociedade em direção ao indivíduo, aumenta seu poder de ação e escolha deixando de lado tradições, convenções sociais e atuando no espaço em que a lei já não tolhe com proibições. Tal método aumenta as possibilidades de observação do pesquisador e valida seus achados que muitas vezes se encontram em contradição com o senso comum.

Com relação ao manuseio do dinheiro para além das determinações das autoridades quanto a remarcações, impostos pagos em dinheiro de contado ao invés de espécie, tendência à exportação, etc., vai existir

² Jacques Ravel. “Microanálise e construção social” In Jacques Ravel (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.22.

momentos em que entra em ação a escolha individual, fruto de escolhas pessoais e de circunstâncias específicas.

É neste caso em que encontramos o “inesperado” dentro da prática comum. Este é o caso já apreciado dos peruleiros que decidem romper com seus financiadores e tomar um rumo próprio. É também o caso de um habitante da Vila de São Paulo que, como veremos, contra as melhores expectativas, consegue levantar uma grande quantidade de dinheiro para mandar seu filho estudar na Europa.

A micro-história se aproxima assim daquela “jaula flexível” descrita por Carlo Guinsburg em *O Queijo e os Vermes* que determina a autonomia individual, a liberdade condicionada, dentro do espaço do comum e da prática coletiva.³

Ainda de acordo com Revel, essa escolha implica na recusa em se trabalhar com a idéia da existência de um “contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinam suas escolhas”.⁴ Considera-se, ao contrário, que por mais que os atores sejam coagidos por pressões estruturais, as maneiras como eles enfrentam essas pressões são resultado de suas formas peculiares de responder a elas com os recursos que lhes são disponibilizados, o que vai ao encontro da maneira como Darnton, aqui já citado, compreende a história.⁵

Dividiu-se então esta parte do trabalho em quatro capítulos, cuja existência deu-se em função das fontes pesquisadas. No primeiro, “O Dinheiro na Vila de Piratininga”, os testamentos e inventários feitos na Vila no século XVII foram o mote; no segundo, “O Brasil Holandês”, relatos oriundos da época, como o de Diogo Lopes Santiago, assim como achados arqueológicos, formaram o corpus documental que possibilitaram o mergulho naquele mundo; o terceiro, “Uma História de Cofres, Misericórdias

³ Carlo Ginsburg. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 27.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 27.

⁵ Robert Darnton dirá que “operamos dentro de coações culturais” próprias da “estrutura externa de significação”, de cada época e lugar, mas dentro dessa estrutura que nos fornece o que ele chama de “idioma geral”, os indivíduos “podem testar e deslocar as fronteiras da significação”, cuidando de dar o seu jeito para os problemas que têm que enfrentar. Robert Darnton. “Apresentação” In: *O Grande Massacre dos Gatos*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

e Dinheiro”, toma como base uma bibliografia voltada à temática; por último, o quarto capítulo, “O Dinheiro na Poesia de Gregório de Matos“, tomou como fonte documental, os escritos do famoso poeta do século XVII.

CAPÍTULO 1

DINHEIRO E COTIDIANO NA VILA DE PIRATININGA

1. NOS TESTAMENTOS, OS RASTROS DO DINHEIRO

Fundada pelos jesuítas em 1554 na borda de um planalto, no começo a futura cidade de São Paulo não passava de uma capela situada entre os Rios Anhengabaú e Tamanduateí. As paredes eram de barro e paus e o teto era coberto de galhos. Ali eram rezadas missas e ali os indígenas eram catequizados. Passados seis anos, portanto em 1560, os habitantes da Vila de Santo André da Borda do Campo foram transferidos para ali. Posto avançado da colonização portuguesa, São Paulo esteve perto de ser destruída logo após ser fundada. Em 1562 índios rebelados estiveram a ponto de destruir a vila, que sobreviveu após denodados esforços.

São Paulo foi tornada vila quando, na frente do colégio dos padres, foi erguido um pelourinho, símbolo da justiça real. Em fins do século, a vila contava 150 fogos (residências) e possuía uns mil e quinhentos habitantes. No início do século XVII a área ocupada ia de Cotia a Parnaíba.⁶

Se o começo foi modesto, assim a vila continuava quando se iniciou o século XVII. Em 1606, São Paulo possuía 190 moradores, segundo a câmara. E as preocupações demonstradas com a aparência da vila eram práticas e simples. Em 1610 o capim crescia nas ruas, e

Era importante para a câmara, que os porcos não fossem criados perto dos muros, que o gado não obstruísse o caminho, que os moradores alinhasssem as casas, que os negros da terra [índios], não ficassem em volta das fontes aonde iam as moças solteiras à procura de água.⁷

A vila propriamente dita era um lugar bem pouco movimentado a maior parte do tempo. A maior parte da população local permanecia na cadeia de sítios que se estendiam ao redor de São Paulo. A vila se enchia realmente por ocasião de festas religiosas e de reuniões da Câmara.

⁶ *Enciclopédia Delta Larrouse*. Rio de Janeiro: Editora Delta S. A., 1970. p. 6144.

⁷ Janice Theodoro e Rafael Ruiz. “São Paulo, de vila à cidade”. In: *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 105.

Imagem 24



Alcântara Machado testemunhava essa situação quando dizia que era no sítio que o bandeirante realmente morava. A outra casa:

...a da vila, de proporções modestas é apenas um teto destinado a abrigar o dono durante alguns dias ou semanas, e que, tirante essas ocasiões, permanece deserta e silenciosa, a entristecer o povoado.⁸

O pequeno burgo parecia estar destinado à mediocridade se não fossem as atividades predatórias de seus habitantes que atacavam aldeias indígenas, algumas situadas a mais de mil quilômetros de distância.

O francês Froger que viajou pelo mundo no final do século XVII, e deixou uma acurada descrição das cidades que visitou no Brasil, fez um relato de São Paulo e dos paulistas do ano de 1695, baseado no que ouviu no Rio de Janeiro:

A Cidade de São Paulo, localizada a dez léguas do litoral, foi formada a partir da união de salteadores de todas as nações, os quais, pouco a pouco, formaram uma espécie de república onde, por lei, não se reconhece um governador. Nessa república, circundada por altas montanhas, não se pode nem entrar nem sair senão por um pequeno desfiladeiro. Tal passagem é fortemente guardada, pois os paulistas além de temerem o ataque dos índios, com os quais estão constantemente em guerra, receiam que seus escravos fujam. Armados de arcos, flechas e espingardas, armas que manipulam com uma destreza inigualável, o povo da cidade costuma sair em grupos de 40 ou 50 indivíduos e atravessar todo o Brasil até o Rio da Prata ou mesmo até o Amazonas. Quatro ou cinco meses depois, quando retornam

⁸ Alcântara Machado. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 61.

à cidade, esses grupos trazem consigo mais de 500 escravos, tocados como um rebanho bovino.⁹

Em que pesem os exageros ouvidos por Froger, o relato é elucidativo no sentido de que define os paulistas como relativamente isolados, ciosos de sua autonomia, militarmente capazes e grandes organizadores de expedições predadoras.

O termo usado para designar tais expedições que capturavam índios e procuravam ouro (bandeiras), criou o substantivo bandeirante que, se há cerca de cinquenta anos significava pioneiro e explorador audaz, hoje significa pioneiro, explorador e, talvez principalmente, pirata terrestre. Os testamentos que serão analisados ao longo deste capítulo são de parentes desses bandeirantes, quando não deles próprios.

Os testamentos de meados do século XVII, conservados, nos mostram uma sociedade pobre, e isso se torna ainda mais significativo quando lembramos que apenas as pessoas consideradas abastadas do lugar faziam testamentos. Muito freqüentemente as casas mencionadas são de taipa e uma sociedade agrícola nos é revelada. Nos parques bens relatados surgem com freqüência enxadas, machados, pás e sachos.¹⁰

Algumas poucas jóias de metal precioso. Alguns parques móveis e muitos escravos, e tão pobre era o lugar que mesmo redes eram consideradas móveis! Parecia que todas as pessoas que testavam tinham escravos índios. Há uma média de cinco ou seis por testamento. Os testamentos revelam isso muito bem. Na narrativa de Jorge Caldeira a pobreza paulista é descrita de forma clara:

São Paulo era uma cidade bastante pobre até para os padrões brasileiros da época. Enquanto no Nordeste açucareiro um senhor de engenho bem-sucedido conseguia faturar em um ano até 2.000.000 réis – isto é, dois contos de réis -, a maior fortuna deixada em testamento na cidade até 1625 fora de 541.756. Em toda a sua vida, portanto, o mais rico dos paulistanos teria juntado um quarto do faturamento anual de um empresário do açúcar. Até mesmo o salário anual de um mestre-de-açúcar, calculado na época em

⁹ Apud Jean Marcel Carvalho França. *Visões do Rio de Janeiro Colônia*. Antologia de Texto. 1531-1800. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 54.

¹⁰ Cf. *Inventários e Testamentos*. Divisão de Arquivo do Estado – vol. 46 (1998) 149 – São Paulo: A Divisão, 1998.

100.000 réis anuais, era maior que a maior parte dos bens deixados em testamentos por paulistas. Entre 1596 e 1625, foram 68 testamentos; entre estes, apenas 28 moradores legaram fortuna maior que o salário anual de um mestre-de-açúcar. E fortunas relativas, repita-se: apenas nove paulistanos deixaram algum ouro ou prata, e o maior dos legados monetários tinha o valor de 49.000 reais.¹¹

Havia pouco dinheiro declarado nos inventários, até mesmo para os duros padrões seiscentistas. Conforme Alcântara Machado:

Contam-se pelos dedos os espólios em que aparecem alguns tostões de prata ou alguma moeda de ouro. Entre eles, avultam os de Pêro Leme, que ao morrer, em 1600, deixa cinquenta cruzados e doze moedas de quinhentos réis; o de Francisco Velho, possuidor em 1619, de 33\$200 o de Luiz Furtado que, em 1636, acusa 70\$000; e, em 1648 o de Rafael de Oliveira, que registra 12\$000 em prata, isto é, em dinheiro de contado, moeda cunhada e corrente deste reino.¹²

Alcântara Machado se concentrou na primeira metade do século, quando a posse do dinheiro parece ter sido mais rarefeita e concentrada.

Há que se notar outro fato. A diferença entre as moedas que são deixadas em testamento, ou seja, geralmente dinheiro imobilizado, e aquelas que entram e saem ao longo dos processos para pagamento de dívidas ou compra dos bens inventariados. Neste caso se trata de um dinheiro corrente ou em uso. Este último caso costuma ser mais interessante pois algumas vezes se pode acompanhar a rota do dinheiro, de onde veio e para onde vai. De qualquer maneira, o grande número de inventários e testamentos que sobreviveram em São Paulo nos abre uma janela sobre o que foi a vida de seus habitantes naquela época, desvelando-nos preciosos aspectos de seu cotidiano.

Para fins de análise decidi selecionar quatro inventários, do conjunto de cerca de 60 que foram efetivamente examinados, e que se mostravam representativos dos grupos sociais ali encontrados. A documentação se debruça tanto sobre a vida de um rico paulista cujas atividades eram

¹¹ Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão*. Volume I. Mulheres no Caminho da Prata. São Paulo: Mameluco, 2006. p. 289. Neste livro Jorge Caldeira biografou o Padre Guilherme Pompeu de Almeida, milionário paulista do período colonial. O livro é especialmente revelador ao desvelar como se organizavam as relações econômicas da São Paulo do período.

¹² Alcântara Machado. Op. cit. p.143. Por moeda corrente Machado certamente queria dizer as moedas de Portugal e as espanholas.

variadas e extrapolavam os limites da vila de São Paulo, quanto sobre as atividades, igualmente múltiplas, de um ferreiro cujo comércio além-mar se insinua na documentação examinada. A esses se soma a história do lavrador Luiz Correia, cuja extrema penúria ainda hoje nos sensibiliza.

Neste trabalho compreende-se o cotidiano como comportando dois aspectos: ele tanto representa o “dia a dia” quanto o “cada dia”; tanto o lugar da repetição (todo dia ela faz tudo sempre igual, para ficarmos com Chico Buarque), quanto aquele propício à irrupção do novo, “aberto a encontros e desencontros, ao previsível e ao imprevisível, ao repetível e ao irrepetível”.¹³ Lugar de manifestação do familiar tanto quanto do estranho. É nele que temos que viver o dia a dia, nos arranjando com as *táticas* e *estratégias* que conhecemos¹⁴ e criando outras tantas (ou atualizando as antigas) sempre que impelidos a fazê-lo pelas premências que a vida nos apresenta. Em outras palavras, considera-se o cotidiano como *locus* por excelência para a realização da operação historiográfica, pois é ali que flagramos algo das práticas passadas.

Verdadeiro mergulho no cotidiano, essa documentação nos permite entrever pormenores de uma existência muito distante da nossa, pautada por outro código cultural, muitas vezes estranho a um primeiro olhar, mas pleno de sentido quando colocado em diálogo com o contexto que os produziu. Trata-se da relação, própria ao fazer historiográfico, entre texto e contexto, enfatizada por Brito.¹⁵ No referido trabalho, a autora não deixa de lembrar a necessidade de compreender que, quanto ao contexto, deve se entender que:

... os textos são o único contexto a que temos acesso, visto que os contextos ganham inteligibilidade graças aos sentidos que os textos/discursos lhes atribuem, significando-o. Não existiria um contexto – realidade histórica – pronto e acabado, a espera de ser apreendido. Quando o historiador diz que “deve-se ler o documento à luz do contexto que o informa”, ele, na verdade,

¹³ Edwiges Zaccur. “Metodologias abertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas” In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

¹⁴ Cf. Michel De Certeau. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁵ Eleonora Zicari Costa de Brito. “História, historiografia e representações” In: Márcia Kuyumjian e Thereza Negrão de Mello. (orgs.). *Os espaços da história cultural*. Brasília: Paralelo 15, 2008.

está dizendo que àquele texto devem-se acrescentar outros que ajudem a elucidá-lo.¹⁶

Foi o que se procurou realizar, colocando o conjunto de fontes testamentárias em diálogo com outras evidências que esclareciam passagens menos claras.

Para começar cumpre estabelecer uma definição entre os dois tipos de documento. Segundo o *Dicionário Jurídico e Repertório Processual*, o inventário:

...é o processo em que se arrolam e individualmente se descrevem os bens da herança e as suas dívidas ativas, com o fim de apurar a extensão e o valor do acervo e dos encargos da herança e transmiti-los aos herdeiros, na medida dos seus direitos.¹⁷

Já o testamento corresponde ao

...ato personalístico (ou seja, só pode ser feito pelo interessado), unilateral, gratuito, solene e irrevogável, pelo qual alguém, segundo as prescrições da lei, dispõe, total ou parcialmente, de seu patrimônio para depois da sua morte, ou nomeia tutores para seus filhos naturais; ou faz outras declarações de última vontade.¹⁸

Isto posto, nota-se que a documentação constitui-se como um instrumento privilegiado para se averiguar o patrimônio das pessoas. Tem-se uma bela janela sobre o conteúdo das vidas das pessoas cujos bens foram inventariados. Analisando inventários e testamentos, passamos a dispor de dados sobre padrões de consumo, importação de bens, crenças e montante do patrimônio da população de uma dada época. Com os testamentos, especialmente, dada sua forma e exigências para sua conclusão, seus testadores fazem jorrar informações sobre seus hábitos e crenças. Desde os primeiros trabalhos da Escola dos Anais, e na verdade mesmo antes, as séries de documentos testamentais têm se mostrado valiosas. Especialmente

¹⁶ Idem, ibidem, p. 36.

¹⁷ Roberto Barcellos de Magalhães. *Dicionário Jurídico e Repertório Processual*. Rio de Janeiro: Editora Didática e Científica, s/d., p. 338.

¹⁸ Idem. p.567.

no caso dos inventários, cuja série de São Paulo é especialmente rica.¹⁹ Conscientes do tremendo valor histórico do material, os responsáveis pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo fizeram as primeiras séries serem publicadas em 1921. Ainda restam cerca de quatro mil testamentos a serem transcritos e publicados.²⁰

Existe uma dificuldade bastante peculiar ao se trabalhar com documentos do século XVII. Nessa época antes da maciça divulgação provocada pela imprensa, não havia realmente um conjunto de regras de gramática universais para as principais línguas européias. A variação de sotaques entre as diversas regiões era bem maior do que hoje e a variação nas formas de escrever era ainda mais ampla. Era freqüente que cada escriba mudasse a grafia de certas palavras e as abreviaturas variavam de autor para autor. Por exemplo: nos inventários paulistas a palavra dinheiro pode vir abreviada como din.º, dinr.º, din.rº e dinhr.º, dependendo de quem escreve, o sobrenome Fernandes pode vir grafado como Frrez., Frnde, frz, com um til sobre a letra Z e Fz. A patente de capitão, para dar outro exemplo, pode surgir como cap.am, captam, cap.tam, cap.tão, capp.am, capp.tam e capp.to.²¹

Esse tipo de questão ocorre frequentemente. Por exemplo, a dificuldade em interpretar as variações gramaticais em documentos espanhóis do século XVII quase levou ao fracasso do caçador de tesouros Burt Webber quando procurava pistas para o naufrágio do Galeão Concepción nos antigos arquivos de Cadiz. Segundo ele: “...os cronistas do tempo dos naufrágios (basicamente o século XVII) possuíam seu próprio jargão profissional, sua estenografia, abreviaturas suas e expressões idiomáticas”.²²

Trabalhando com período de tempo tão recuado como o século XVII, tem-se um problema agudo de redução de fontes. Nossa visão se estreita a

¹⁹ O mais antigo inventário disponível é o de um sapateiro, Damião Simões, e foi feito em 1578. *Inventários e Testamentos*. p. 5 e 6.

²⁰ Idem. p. 6.

²¹ Idem. p. 11.

²² Joseph P. Blank. “O Fabuloso Tesouro das Caraíbas”. In: *Seleções*. Tomo XIX, nº 110. Julho de 1980. p. 128.

cada vez que percebemos menos detalhes da época. Nesse caso, as fontes se tornam assim ainda mais importantes e, de certa maneira, o pesquisador se torna prisioneiro de seu próprio material. Mas isso não é necessariamente ruim. Se o material demonstra diversas facetas, significa que mais interpretações estarão disponibilizadas. Novos caminhos se abrem. É como já em 1944 Marc Bloch nos lembrava:

Do mesmo modo, até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender; sem haver pretendido dizê-lo. Em Saint-Simon, o que descobrimos de mais instrutivo? Suas informações, freqüentemente inventadas, sobre os acontecimentos do reino? Ou a espantosa luz que as Memórias nos lançam sobre a mentalidade de um grande senhor, na corte do Rei-Sol? Entre as vidas dos santos da alta Idade Média, pelo menos três quartos são incapazes de nos ensinar qualquer coisa de concreto sobre os piedosos personagens cujo destino pretendem [nos] retrair. Interroguemolas, ao contrário, sobre as maneiras de viver ou pensar particulares às épocas em que foram escritas, todas as coisas que o hagiógrafo não tinha o menor desejo de nos expor. Vamos achá-las de um valor inestimável. Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos [portanto] pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de [seus] vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer.²³

Tudo isso se torna bastante claro quando examinamos as séries de inventários seiscentistas de São Paulo. Muito para além da fria relação de bens materiais escrita por funcionários de cartórios há trezentos anos, os inventários traduzem a vida de uma comunidade e, o que é afinal o cerne deste trabalho, a relação daquelas pessoas com o dinheiro de sua época.

Assim, nos inventários paulistas existe uma pobreza quase que constante. Os bens móveis são parcos e rudes, praticamente não há artigos importados e podemos imaginar baús e portas sendo manufaturados localmente. Naquela população que era, em sua maioria, racialmente miscigenada, de acordo com todos os testemunhos, vemos um grande distanciamento da Europa, tanto geográfico quanto de mentalidade. O velho continente, na verdade, importava bem pouco. Existem muitas solicitações concernentes ao enterro dos interessados e a preocupação com o pós-morte

²³ Marc Bloch. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 78.

impera. Constantemente as pessoas davam algumas poucas moedas para esmolas e, com frequência, deixavam dívidas. Essas dívidas muitas vezes eram saldadas ao longo de anos, e deviam ser pagas em dinheiro, obviamente, e a impressão que os documentos nos transmitem é a de que os encarregados de saldar as dívidas dos falecidos conseguiam o dinheiro fora da Vila de São Paulo.

Existem relatos de que durante o século XVI houve cunhagem de moedas de ouro em São Vicente.²⁴ O motivo eram veios de ouro localizados nas redondezas e que eram explorados pelos colonos. As moedas cunhadas com esse ouro também seriam chamadas São Vicente e alguns documentos coevos mencionavam vagamente tais moedas.

Essa riqueza monetária de meados do século XVI não durou muito tempo. Com a cessação do garimpo de ouro motivado pelo esgotamento, a cunhagem cessou. No século seguinte não houve cunhagem. As fontes de metal amoedado seriam necessariamente externas. O período pesquisado nestes inventários abarca as décadas de 1650 e 1660. Ou seja, uma época de decadência das bandeiras de apresamento de índios.²⁵ Uma vez que os índios eram exportados para o Nordeste, é bem possível que a quantidade de dinheiro que entrasse na Vila de São Paulo tivesse minguado nessas décadas. Minguado, mas de modo algum cessado. Vemos isso nos inventários, com boas quantidades de metal amoedado surgindo de repente.

Há ainda um outro dado que precisa ser mencionado. O período dos testamentos aqui analisados quase corresponde ao da guerra entre Pires e Camargos. Essa contenda entre famílias paulistas, motivadas por um assassinato, cresceu açambarcando aliados de ambas as partes. A conseqüência era que habitantes da região fugiam e iam se estabelecer em outros lugares. Em função da contenda, a atividade econômica se abatia. Ainda que o conflito não fosse devastador, ele foi notado por diminuir o

²⁴ Maria Bárbara Levy. *História financeira do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979. p. 54

²⁵ Situa-se a fase áurea do apresamento de índios na década de 1620 que, muito sintomaticamente, foi uma década em que aumentou o tráfico direto com o Peru. Maria Eulália Lahmeyer Lobo. "Economia do Rio de Janeiro nos Séculos XVIII e XIX". In: Paulo Neuhaus (Org.). *Economia brasileira. Uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 127; e Caldeira. *O Banqueiro do Sertão*. Vol. II. São Paulo: Mameluco 2006. p. 122.

comércio.²⁶ Esse pano de fundo deve ter diminuído um pouco a circulação monetária.

É aceitável imaginar que a maior parte das moedas subisse a serra, vinda do porto de Santos. Também é crível que parte do numerário que circulava pelas mãos paulistas pudesse vir do Rio de Janeiro, há menções nos testamentos a negócios feitos no Rio. O caminho para Assunção no Paraguai era viável, utilizado desde o século XVI, mas extremamente longo e demorado. É difícil imaginar que as moedas pudessem ser obtidas no Uruguai que àquela época era um grande ermo. Mesmo sabendo que os paulistas exportavam índios para o Nordeste e que eles talvez fossem por terra, as notícias mais freqüentes que temos relacionadas a moedas dizem respeito a Santos. Assim, por exemplo, há inventários que mencionam especificamente Santos como destino do dinheiro. E, ainda, foi típico do século XVII a dependência de portos por parte de cidades que ficavam no interior ou um tanto afastadas do mar. Pierre Vilar assinalou que:

Regiões pobres como a Auvernia meridional captarão as moedas fortes espanholas graças a emigração da mão-de-obra e ao pequeno comércio de quinquilharias. As grandes regiões marítimas – Bretanha e Marselha – as captarão graças ao grande comércio.²⁷

Além dos portos, o dinheiro costumava ser visto em grandes centros administrativos, mesmo que afastados do litoral. Seria o caso de Madri e Paris. Mas no Brasil não havia nenhuma cidade desse tipo.

O grosso dos transportes entre capitanias era feito por mar em navegação de cabotagem. E as moedas do Prata em sua maioria esmagadora, sem dúvida, vinham através de contrabandistas e peruleiros.²⁸

No caso da França, por exemplo, as grandes estrelas eram os portos atlânticos de Rouen e Bordeaux que colocavam em uma relativa

²⁶ Jorge Caldeira. Op. cit. Vol. II. p. 114.

²⁷ Pierre Vilar. *Ouro e Moeda na História*. 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 210.

²⁸ Ministério das Relações Exteriores. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do Serviço de Documentação, 1937. p. 156.

dependência vastas regiões do interior próximo a eles.²⁹ No Brasil, Olinda e São Paulo, Recife e Santos tiveram suas rusgas monetárias. As duas primeiras, ao mesmo tempo em que dependiam de remessas monetárias das duas últimas, sofriam pelo fato da lógica inexorável de que o dinheiro era, afinal, atraído de volta para os portos, a fim de pagar todo tipo de artigo importado bem como os impostos devidos à coroa.³⁰ Pelo final do século, aliás, os problemas viriam à tona e seriam mais dentre outras causas da Guerra dos Mascates que assolaria Pernambuco no início do século XVIII.³¹

São Paulo dependia de Santos para a importação de manufaturados e era dali que parte de suas exportações era remetida. Seguindo aquela lógica do século XVII, pela qual o grosso do numerário passava pelos portos, era pelo cais de Santos que entrava e saía a maior parte das moedas da Vila de São Paulo. Luís Felipe de Alencastro notou a perversidade daquela lógica quando escreveu:

Para realizar o valor das mercadorias produzidas por seus índios, os bandeirantes precisavam transacionar com os mercadores das praças litorâneas. Aliás, era a presença desses indivíduos que convertia, em todo o Império luso, um porto marítimo qualquer numa determinada praça comercial. O problema – todo o problema – é que esses mesmos negociantes, compradores de produtos regionais de exportação, também se apresentavam como vendedores de produtos importados...³²

Para a Vila de São Paulo, como aliás para qualquer cidade que se visse enredada nessa lógica, era muito difícil conseguir manter um fluxo constante e regular de moedas via porto de Santos, ou do Rio em menor escala, porque pelo mesmo lugar de onde saíam suas parcas exportações, entravam suas importações, de valor mais alto que aquelas. Ou seja, acompanhando aquela tendência geral de saída de moedas que havia na

²⁹ Jean Meuvret. Monetary Circulation and the Use of Coinage. In Sixteenth – and Seventeenth – Century France. In: Peter Earle. (Org.). *Essays in European Economic History*. London: Oxford University Press, 1974. p. 92.

³⁰ Como notou Maria Bárbara Levy, as moedas tendiam a se concentrar ao longo das grandes rotas comerciais. Maria Bárbara Levy. Op. cit., p. 76; e Jorge Caldeira. Op. cit. Vol. 2. p. 188.

³¹ Cf. Evaldo Cabral de Mello. *A Fronha dos Mazombos*. Nobres Contra Mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003.

³² Luis Felipe de Alencastro. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 242.

América, São Paulo era obrigada a exportar suas moedas para adquirir produtos de que necessitava. E, ao contrário dos portos comerciais do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, em São Paulo não havia capital suficiente para se adquirir produtos que interessassem às colônias espanholas para se manter o contrabando. Pela maior parte do século XVII, mais exatamente até o último terço do século, portanto, a maior quantidade de metal amodado correria para os três portos que estavam aptos para vender artigos em Buenos Aires, por preço competitivo via contrabando.

Como uma consequência inversa, as pessoas que conseguiam obter moedas eram aquelas que mantinham contato com os mercados exteriores à cidade. Em um lugar que não produzia suas próprias moedas essa era a situação que se impunha.

Se posse de índios, produção agrícola e poder político eram condições necessárias para a riqueza, a condição suficiente estava em combinar uma ou mais destas atividades com o comércio: dez dos onze maiores testamentos pertenciam a indivíduos diretamente relacionados com a expansão do comércio com o mundo exterior. Esta incipiente burguesia comercial tinha de fazer como os outros, cumprindo as condições necessárias: controlar o trabalho dos índios, investir na produção agrícola, em protoindústrias (moinhos, sobretudo) e participar do poder político. Mas só quem somava tudo isto à compra e venda de produtos fora da capitania tinha acesso à acumulação de riqueza em forma de dinheiro.

Os comerciantes estavam no topo da lista das grandes fortunas locais porque não apenas se apropriavam de excedentes produzidos no interior.³³

Uma outra questão pendente é: quanto dinheiro haveria disponível para ser captado por São Paulo? Decorridos mais de três séculos, é praticamente impossível se dar uma resposta abrangente. Aliás, a possibilidade de se obter moedas em São Paulo era uma questão bastante flexível, dependente de vários fatores tais como a oferta de numerário a época tratada ou, mesmo, a riqueza do indivíduo interessado em obter dinheiro amodado. Alguém que possuísse muitos bens móveis, terras e escravos, poderia vendê-los para conseguir moedas.

Se uma resposta mais satisfatória não é possível, pelo menos se pode fazer uma comparação relativa entre um período frente a outro. A maior

³³ Jorge Caldeira. Op. cit. Vol. 2. p. 295.

parte dos inventários e testamentos aqui examinados são de meados do século. A produção de prata do Peru e da Bolívia sofreu recuos constantes a partir do decênio 1600-1610. Depois do pico espetacular de produção que se verificou por volta de 1637, a produção média de prata recuou constantemente até cerca de 1725, quando começou a se recuperar. Portanto, em princípio, a prata disponível para os habitantes de São Paulo declinou ao longo do século, sendo menor em meados do período do que no período máximo de produção que coincidiu com o começo do século.³⁴

Para agravar ainda mais essa retração, houve o evento momentoso do rompimento entre Espanha e Portugal em 1640. Com a independência de Portugal e o início da guerra entre os dois países que iria durar até 1668, o fluxo de prata ficou prejudicado, ainda que não tenha, de modo algum, cessado, como demonstrado na primeira parte deste trabalho.

Por outro lado, é sabido que à medida que a decadência da Espanha se acelerava, a partir da década de 1630 e até o início das reformas inspiradas pelo Bourbon francês Felipe V depois da Guerra da Sucessão da Espanha, em 1714, uma quantidade maior de metais preciosos permanecia na América, motivada seja pelo descontrole administrativo, seja pelo perigo de piratas e corsários em alto mar, seja por uma crescente tendência à auto-suficiência na América Latina.³⁵

Portanto, entre 1640 e, digamos, 1660, a prata disponível para São Paulo deve ter-se reduzido um tanto, apesar do julgamento de Alcântara Machado que parece acreditar em um aumento mais ou menos contínuo ao longo do século. O que não significa que fosse impossível se conseguir dinheiro amodado. Ele era obtido com freqüência. O que acontecia era que ele se tornava mais raro e, portanto, devia ser mais cobiçado. Segundo Alcântara Machado:

³⁴ Fernand Braudel. *Civilização Material e Capitalismo*. Volume 3. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 390.

³⁵ Murdo J. McLeod. "A Espanha e a América: O comércio atlântico". 1492-1720 In: Leslie Bethell (Org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 376.

Tão disputado é o dinheiro, que, mal o devedor exhibe em juízo a quantia em débito, aparece logo quem a pretenda; de sorte que no mesmo termo se consignam a quitação de um e a obrigação de outro.³⁶

³⁶ Alcântara Machado. *Vida e Morte do Bandeirante ...* Op. cit. p. 146.

2. O CASO DO BELGA PAULISTA

Cornélio de Arzão, um habitante do lugar, merece ser estudado em detalhes. Ele era claramente um empreendedor, comerciante capaz e que possuía ligações náuticas. Ele se chamava originalmente Cornelis Arzam e ao contrário do que se possa imaginar não era holandês, mas belga.³⁷ Arzam chegou em São Paulo em 1609, na comitiva do Governador Francisco de Souza. Era especializado em minas e seu novo trabalho em São Paulo era construir “engenhos de ferro”. Descrito como muito ativo e empreendedor, Cornelis teve seu nome aportuguesado para Cornélio de Arzão. Casou-se com Elvira Rodrigues, filha do espanhol Martin Tenório de Aguilar, um dos homens mais ricos de São Paulo e, ele mesmo, interessado em engenhos de ferro.

Cornélio foi o introdutor da plantação de trigo em São Paulo, em 1613, e para melhorar seu negócio construiu um moinho no Anhangabaú. Encarregado pela Câmara, um ano após sua chegada, Cornélio reconstruiu a igreja matriz da vila, o que não deixa de ser curioso, em função de seus posteriores problemas com a Inquisição. À proporção que o tempo passava, Cornélio passava a investir mais em terras e ficou registrada a grande compra que ele fez quando, em 1627, adquiriu uma “sesmaria de légua em quadra no caminho de Piassegüera”.³⁸

O imigrante ia bem de vida, pelo menos em termos financeiros, quando teve problemas com a Inquisição, em 1628. Alcântara Machado acredita que não havia fundamento nas acusações, sendo sua culpa a de

³⁷ Esse tipo de confusão ocorre com alguma freqüência. Há que lembrar que as províncias do sul dos Países Baixos permaneceram sob controle espanhol durante todo o século XVII. Apesar de uma afinidade lingüística com a Holanda, especialmente no norte, sua população era majoritariamente católica e era considerada bastante leal aos soberanos Habsburgos. A própria guarda pessoal dos reis da Espanha era constituída de valões (belgas de língua francesa).

³⁸ Francisco de Assis Carvalho Franco. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. p. 44.

proferir “palavras levianas e de ortodoxia duvidosa”.³⁹ Jorge Caldeira opina que o motivo da prisão foi o sucesso econômico de Cornélio; os acusadores seriam rivais invejosos.⁴⁰ Para tornar a questão mais curiosa, Cornélio não foi preso no Brasil. Sua prisão deu-se quando estava em Portugal, na Vila de Santarém. Dentre as acusações estava a de fazer parte da Igreja Reformada. Enquanto Cornélio amargava a prisão do Santo Ofício, cartas eram enviadas por sobre o Atlântico e as autoridades terminaram por bater na porta de sua esposa que havia ficado no Brasil.

Informado, o Visitador-Geral deu uma ordem de busca e no dia primeiro de abril de 1628 o Juiz Ordinário Francisco de Paiva, juntamente com o meirinho da Santa Inquisição e dois tabeliães se dirigiram ao sítio de Cornélio em Piratibae. Lá chegaram por volta de meia noite e bateram na porta anunciando que o Santo Ofício havia chegado.⁴¹ Podemos imaginar o espanto da esposa, Elvira, sendo tirada da cama de madrugada.

O juiz determinou que lhe fossem entregues todas as chaves da casa e de baús que ali houvesse. No dia seguinte teve início à arrolação dos bens. Foram relacionados vestidos, roupas de homem, dois escravos negros, ferramentas de carpintaria e lavoura, pratos de estanho, pratos de louça portuguesa, quatro aljofres, um relicário, um esgaravatador dourado. Em outro sítio foram apreendidos o moinho de moer trigo e a metade de um engenho.

No que interessa a este trabalho foram apreendidas no sítio trinta e duas patacas. Também foi apreendida uma quantidade de ouro orçada em vinte e sete grãos. Se a menção ao dinheiro amoadado ocorre com alguma freqüência, o tipo de moeda raramente é definido. A menção ao tipo de moeda é redonda: são trinta e duas patacas. O montante não é divulgado em réis, mas em um tipo específico de moeda. Ou seja, trinta e duas peças de oito espanholas.⁴² O resultado é bastante claro. Como Portugal só voltaria a cunhar moedas em quantidades apreciáveis depois do rompimento com a

³⁹ Alcântara Machado. Op. cit. p. 195.

⁴⁰ Jorge Caldeira. Op. cit. Vol. I.

⁴¹ Alcântara Machado. p. 194.

⁴² Stuart Schwartz. *As excelências do governador*. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 325.

Espanha, em 1640, é certo que se tratasse de dinheiro espanhol, mais exatamente de peças de oito. Quanto ao ouro, a quantidade era pequena. Não há como saber se os tabeliães levaram uma balança ou se a quantidade de ouro foi declarada e aceita pelos membros da Inquisição como sendo vinte e sete grãos. Todavia, novamente estamos na presença de meio circulante. O ouro em pó ou pepitas era transacionado como dinheiro desde antes mesmo da descoberta das minas ao fim do século. Cornélio poderia, com toda tranqüilidade, usá-lo como dinheiro que seria imediatamente aceito.

Sobre as atividades econômicas de Cornélio possuímos algumas pistas. Vivia, ao menos em parte, da agricultura e inaugurou o plantio de trigo. Cornélio também soube se colocar em uma certa posição de intermediário, construindo um moinho para si, e talvez moesse trigo para outros agricultores. Além disso, havia sua forja, que segundo Caldeira, era hidráulica. Este fato a tornaria mais produtiva e um verdadeiro artefato de alta tecnologia, desconhecida naquele sertão. Segundo ele: “sua oficina de carpintaria era a mais bem equipada da cidade, e da ferraria saíam instrumentos de qualidade logo apreciada por todos”.⁴³

Cornélio possuía muitos negócios além dos estreitos limites da Vila de São Paulo. Em um caso raríssimo em São Paulo, Cornélio tornou-se sócio de um navio e passou a fazer negócios em todo sul do Brasil.⁴⁴ O fato de Cornélio ter adquirido uma cota do navio deve ter ampliado enormemente suas vendas bem como sua capacidade de acumular moedas. Como já foi dito, ele possuía estreitos contatos com famílias ricas (para os padrões paulistas) e quando foi preso, estava em Portugal, certamente a negócios. Como indicação de suas atividades náuticas, em seus bens foi encontrado um “óculo de Flandres de olhar ao longe que não se avaliou por se não saber o que vale”.⁴⁵ O espanto do escrivão, declarando de forma indireta que a luneta era tão rara na vila que não podia ser avaliada, pode ser entendido na medida em que eram raríssimos os paulistas dos seiscentos que

⁴³ Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão*. Padre Guilherme Pompeu de Almeida... Op. cit., vol. 2, p.111.

⁴⁴ Idem. p. 112.

⁴⁵ Alcântara Machado. Op.cit. p. 194.

possuíssem ligações claras com o mar. Cornélio de Arzão é um daqueles casos interessantes de um paulista que desenvolve negócios marítimos de forma ativa e não apenas enviando mercadorias a cargo de terceiros. Os paulistas tendiam a não assumir um papel mais assertivo quando se tratava de comércio marítimo. A história, nesse aspecto, se voltava contra eles. Os interesses, a necessidade “natural” digamos assim, dos paulistas era o comércio pelo interior, o apresamento de índios e o tráfico eventual com Assunção.⁴⁶ Seus horizontes se encontravam pelo interior muito mais do que no mar. Arzão era um daqueles indivíduos que fugiam à regra, talvez porque sua personalidade fosse tão heterodoxa frente aos paulistas.

Em um indicativo de que as acusações eram falsas, Cornélio foi solto logo depois. A Inquisição chegou à conclusão de que ele era inocente e foi lavrada uma sentença de confirmação.⁴⁷ Cornélio voltou para São Paulo, mas seus bens haviam sido dilapidados. Valendo-se de seus contatos nas comunidades paulistas e de suas habilidades mecânicas, Cornélio reconstruiu sua fortuna. Quando faleceu em 1638, seus bens foram avaliados em 562\$740. De acordo com Carvalho Franco: morreu “deixando outra fortuna que soube angariar pelo seu trabalho e pela sua honestidade”.⁴⁸

Cornélio pode ter tido acesso a uma grande quantidade de moedas em suas atividades comerciais. Ao fim ele pode ter sido o típico caso paulista, no qual o comerciante com ligações externas acumulava mais moedas.

Para concluir, São Paulo mesmo estando afastada das grandes rotas comerciais possuía, além do pequeno porto de Santos, a possibilidade de se utilizar da rota terrestre em direção a Assunção aonde, de forma eventual, conseguia obter algum numerário. Este fato nos leva à evidência, um tanto óbvia, de que os paulistas que possuíam moedas eram os que praticavam o comércio extra-vila, estando fora desse esquema aqueles que praticavam a

⁴⁶ Como evidência de seu “continentalismo” e de que seus objetivos estratégicos se encontravam em terra, Charles Boxer chegou a mencionar um hipotético ataque dos paulistas contra Potosi. Cf. Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

⁴⁷ Alcântara Machado. Op. cit. p. 195.

⁴⁸ Francisco de Assis Carvalho Franco. Op. cit. p. 44.

agricultura de forma exclusiva e que tendiam a se manter em uma economia de subsistência. Em São Paulo havia uma tendência especialmente forte de saída do numerário, muito agravada pela falta de um sistema de crédito um pouco mais desenvolvido. As moedas que os paulistas usavam entravam basicamente pelo porto de Santos e, em menor escala, pelo Rio de Janeiro. Pelos próprios inventários examinados sabemos que os paulistas exportavam mercadorias pelo porto do Rio. Algumas vezes são feitas referências àquela cidade. O filho de João de Godoi, personagem que será tratado adiante, deixou dívidas ali. Tudo isso sem contar que o Rio de Janeiro estava incluído como porto do sistema de frotas.

3. UM BANDEIRANTE SINGULAR

O primeiro inventário sobre o qual nos debruçaremos será o de um bandeirante relativamente incomum. Incomum, por ser alfabetizado e parecer ter uma aguda consciência de seu dinheiro. Seu nome era João de Godói Moreira.

João de Godói era filho de Baltazar de Godói, espanhol de Castela que havia chegado na leva de colonos hispânicos de fins do século XVI.⁴⁹ Ali Baltazar casou com Paula Moreira, filha do Capitão-Mór Jorge Moreira, proveniente de uma família importante. Casado, estabeleceu-se em São Paulo definitivamente. Como muitos de seus contemporâneos, tornou-se bandeirante tomando parte na bandeira de Nicolau Barreto contra o Guairá, em 1602. Consta que em 1616 ele levou quatro portugueses para o Paraguai. Os portugueses em questão estavam interessados em se estabelecer ali. Pelo serviço Godói ganhou 150 patacas.⁵⁰ Iniciava-se ali uma notável ligação entre a Família Godói e os habitantes do Paraguai espanhol, ligação essa que iria perdurar.⁵¹

Não sobraram registros do nascimento de João de Godói. Mas com certeza, nasceu em princípios do século XVII. Foi batizado como João de Godói Moreira, à maneira espanhola, com o sobrenome do pai precedendo o da mãe. João de Godói teve uma boa educação para os padrões de Piratininga do século XVII. Foi dos poucos que aprendeu a ler e escrever. No seu inventário contavam papéis diversos e um livrinho de contas escrito por ele.

⁴⁹ Era considerável o número de colonos espanhóis na São Paulo seiscentista. Cerca de 20% da população em dado momento era constituída de descendentes de espanhóis. Janice Theodoro. *São Paulo de Vila à Cidade*. In: Paula Porta (Org.). *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 99. Para o Brasil o total deveria variar entre 37.8% e 55% do total de estrangeiros segundo dados da inquisição. Stuart Schwartz. *Luso-Spanish Relations in Hapsburg Brasil 1580-1640*. In: *The Americas*, Vol. 25, n° 1, Jul. 1968. p. 35.

⁵⁰ Jorge Caldeira. *Mulheres no Caminho da Prata*. São Paulo: Mameluco, 2006. p. 302.

⁵¹ Jorge Caldeira. *Padre Guilherme Pompeu de Almeida*. São Paulo: Mameluco, 2006. p. 288. Caldeira grafa Godoy.

João de Godói casou com Eufêmia da Costa Mota, filha de um certo Atanásio da Mota. A família Godói Moreira teve certa importância em São Paulo. Várias pessoas com esse sobrenome constam da literatura referente ao século XVII como estando em posições notáveis. Por suas relações comerciais e pelos seus laços familiares, João de Godói era uma pessoa de proeminência. Tal como a maior parte de seus parentes, ele foi bandeirante. Percorreu matas e tomou parte numa grande bandeira que saiu em direção ao Rio Grande do Sul. Mais tarde trabalhou como escrivão e participou de uma expedição, às ordens de Diogo Coutinho de Melo, contra os índios araxás.⁵²

João de Godói faleceu em 1665. Ele havia feito testamento em 1653, declarando entre as tradicionais fórmulas católicas e jurídicas que pretendia ser enterrado no Convento do Carmo onde seu pai já havia sido sepultado. Em seu testamento ele distribuiu esmolas para diversas confrarias religiosas (sempre quantias especificadas em réis) e para os religiosos de São Francisco, duas novilhas de esmola. Declara doze filhos como legítimos, podendo todos eles herdar bens. Em seguida são lançadas algumas dívidas que ele tinha com pessoas do local. Alguma farinha, uma peça do gentio da terra (índio), um anel no valor de quatro mil réis e alguns móveis.⁵³

Em dado momento João de Godói afirma que passou algumas peças (escravos índios) que trouxe do sertão e que deveriam ficar com os herdeiros. Ele declara que deve algum dinheiro, especificado em réis. Como era alfabetizado, sugere apenas que se surgirem antigos papéis que contenham sua letra, esses deveriam ser pagos.⁵⁴ São mencionadas dívidas constituídas de vacas e cavalos. Em uma parte do testamento, o livro de dívidas é lembrado, e João de Godói afirma que o pequeno livro trata de mais dívidas

⁵² Francisco de Assis Carvalho Franco. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. p. 265.

⁵³ *Inventários e Testamentos*. Vol. 43. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1975. p. 202.

⁵⁴ Temos aqui um exemplo dos negócios em São Paulo sendo realizados sem moeda nem dinheiro em espécie. Utilizavam-se papéis assinados pelo devedor. A raridade do papel e a palavra escrita contida nele deviam conferir autenticidade ao que ali se dizia e autoridade àquele que o dizia.

e do que devem a ele, mas que prefere não tratar delas, pois são coisa de pouca monta.

Em outra evidência indireta da importância da família, João de Godói constantemente trata de terras que foram herdadas de seu pai e que constituíam um bom patrimônio. A família Godói Moreira parece ter saído ileso do trauma da secessão portuguesa em 1640. Eles pareciam estar bem à vontade na vila brasileira, apesar de sua origem espanhola.⁵⁵ Seus membros continuaram como componentes da Câmara e seus negócios não parecem ter sido afetados.

Em dado momento, depois de 1653, João de Godói vai fazer negócios na Ilha Grande.⁵⁶ Que tipo de negócio poderia ser, ele não especifica. Acredito, e é necessário frisar que se trata apenas de uma hipótese, que João de Godói possa ter ido vender escravos índios. Uma bandeira não poderia ter sido, pois elas não se dirigiam para o litoral controlado pelos portugueses. É pouco provável que se tratasse de uma compra ou venda de terras, pois o inventário não as menciona no litoral, pelo contrário, elas ficavam nos arredores da vila. Acredito também que não se tratasse de uma venda de gado ou produtos agrícolas, pois um negócio de tal tipo não demandaria a presença de Godói. Sobram então os índios. Tal hipótese se torna ainda mais plausível quando se tem em conta que, de todos os inventários por mim examinados, talvez seja o de João de Godói o de maior quantidade de escravos índios relacionados. E o fato da viagem ter se dado em direção ao litoral pode significar um intuito de exportação.

Seja como for, ele achou que era momento de acrescentar coisas no testamento. Entram casas que são dadas a filhas que se casam e partilhas de terras entre os herdeiros. O que interessa mais aos objetivos desta tese, no entanto, é o fato do segundo filho, Baltazar, ter entrado para a Igreja.

Já foi dito que, nas famílias de posses na colônia e no Império, o “certo” era o primeiro filho herdar o negócio, o segundo ir para a Igreja e o

⁵⁵ É bom lembrar que foram os espanhóis radicados em São Paulo que estiveram por trás da tentativa de impor o latifundiário Amador Bueno como rei de São Paulo. *Grandes Personagens de Nossa História*. São Paulo: Abril Cultural, 1969. p. 176.

⁵⁶ A Ilha Grande era um ponto de onde as pessoas, com frequência, iam para o Rio de Janeiro. Jorge Caldeira. *Padre Guilherme Pompeu de Almeida*. Op cit., p. 141.

terceiro ser destinado a alguma profissão liberal. Seja ou não verdade, o fato é que Baltazar honrou a família indo professar no Convento do Carmo. Seus estudos iniciais devem ter sido feitos em São Paulo, uma vez que o pai já o menciona como “Frei Baltezar do Rozario Religioso de Nossa Senhora do Carmo”.⁵⁷

Ficou decidido, entretanto, que a ordenação de Frei Baltazar seria feita no Reino, em Lisboa, certamente na casa matriz de sua ordem. Em que pese o anticlericalismo dos paulistas seiscentistas, há que lembrar que ele era dirigido quase que exclusivamente contra os jesuítas, que impunham restrições à atividade econômica do apresamento de índios.⁵⁸ João deve ter ficado bem orgulhoso do filho, pois fez esforços consideráveis para ampará-lo durante a longa viagem para Portugal. João de Godói forneceu a Baltazar a soma de sessenta e quatro mil réis. E não foram em mercadorias, mas em dinheiro de contado. João de Godói achou por bem fazer a seguinte observação “mando que se desconte este dinheiro da sua legítima bem como mais três moços do gentio da terra que lhe emprestei para o servir e ele fez deles o que melhor lhe pareceu”⁵⁹ Ou seja, como está muito claramente explicitado, Baltazar ganhou três escravos para o servir em Lisboa.⁶⁰ Escapa um pouco aos objetivos desta tese mergulhar em questões de escravidão, mas não pude deixar de imaginar o espanto que um simples noviço brasileiro, proveniente de uma vila remota do império, desembarcando e circulando com três escravos índios atrás de si possa ter causado. Com três índios para seu serviço, Baltazar teria de fazer bem pouca coisa, os índios cuidariam da maior parte. Tal fato talvez reforce a fama do paulista dos seiscentos, sempre arrogante e cheio de si. De qualquer maneira, João de Godói possuía muitos escravos índios. Quando de sua morte, foram contadas 189 peças.

⁵⁷ *Inventários e Testamentos*. Divisão de Arquivo do Estado – vol. 46 (1998) – São Paulo: A Divisão, 1975. p. 207. A ortografia foi atualizada.

⁵⁸ Cf. Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão...* Op. cit.

⁵⁹ “mandosse desconte este dinheiro de sua legitima e mais tres moços do gentio da teRa que lhe emprestei pera o servir i elle fez delles o que lhe pareceu”.*Inventários e Testamentos*. p. 207.

⁶⁰ Estudantes ricos muitas vezes tinham escravos índios. Todavia, leva-los para a Europa era mais raro. Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão*. Vol. 2. p. 265.

João de Godói fez um grande esforço para mandar e apoiar os custos da estadia de Baltazar em Lisboa. Para se ter uma idéia do valor envolvido, uma boa casa na Vila de São Paulo podia custar metade dos sessenta e quatro mil réis que ele entregou ao filho.⁶¹ Se essa quantia fosse exclusivamente composta de grandes moedas espanholas de oito reales (e é certo que a maior parte fosse mesmo composta delas), daria um total de 200 moedas.

Na volta de Frei Baltazar do Rosário de Lisboa (ele talvez tenha ficado por lá mais de um ano), seu navio fez paradas na Bahia e no Rio de Janeiro. Nessa época ainda havia o trabalhoso sistema de frotas, com os navios se aglomerando nos portos, tanto na partida quanto na chegada.⁶² Nas duas cidades portuárias, Frei Baltazar se endividou pesadamente. A dívida total montou em algo entre dezoito e vinte mil réis. Parece uma dívida muito pesada para duas simples escalas. Não sabemos com o quê ele gastou tanto dinheiro. Seria alguma obra pia? Teria ele pago resgates de cativos do norte da África, como acontecia com freqüência na época? Não temos como saber. O fato é que o pai, antes de ir para a Ilha Grande, pede que seja retirada da legítima do filho a quantia referente à dívida que foi integralmente paga.⁶³ Frei Baltazar gastou tudo o que tinha e mais um pouco. Quanto aos escravos índios, ele também os perdeu. No testamento o pai contrariadamente se refere: "...aos três moços do gentio da terra que lhe emprestei a fim de o servirem e ele fez deles o que achou melhor".⁶⁴

O que esse caso evidencia é que as pessoas mais ricas de São Paulo podiam levantar grandes somas de dinheiro para suas necessidades. De onde veio o dinheiro que João de Godói levantou, não sabemos. Mas é quase certo que ele tenha vendido terras ou bens móveis para levantar a primeira parcela. Teria ele vendido bens em São Paulo, para habitantes da vila? É praticamente certo que sim. No inventário não constam bens em outros

⁶¹ *Inventários e Testamentos*. p. 107.

⁶² Cf. Charles R. Boxer. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶³ Divisão de Arquivo do Estado. *Inventários e Testamentos*. São Paulo: a Divisão, 1975. p. 207.

⁶⁴ "... aos tres moços do gentio da teRa que lhe enprestei pera o servir i elle fes delles o que lhe paresseu Idem. p. 207.

lugares que não São Paulo. Imagino que a possibilidade maior é que a venda tenha sido realizada em São Paulo para algum interessado que dispusesse de dinheiro de contado. Talvez, novamente, tenha sido um caso de índios vendidos. Não temos realmente como saber.

João de Godói e seus filhos parecem ter tido negócios em várias partes da colônia. Para um dos filhos, chamado Fernando de Godoy, são retirados 1\$000 réis, que devia a Gaspar Gonçalves de Araújo, morador de Santos e que foi pago pelo pai. O montante que Fernando deveria receber era de 100 patacas (32\$000 réis), e também dali deveria ser descontado um escravo índio, de nome Valério, que Fernando vendeu na Bahia.

João de Godói foi testamenteiro do irmão, Gaspar de Godói, e ele afirma que deve se procurar em seu escritório os papéis referentes ao caso.⁶⁵ A residência de João de Godói, de fato, guardava muitos papéis para uma casa de bandeirante. Depois de levantadas as dívidas, e havia muitas delas, ficou estabelecido que João de Godói devia aos herdeiros de seu irmão a quantia de 322\$060 réis! Do total de seus bens, 576 mil réis deveriam ser abatidos 322, o que daria um resultado de 254 mil réis para ser repartido entre os herdeiros, descontados os adiantamentos de legítima.

A relação dos móveis deixados por João de Godói é claramente indicativa de sua abastança. Em suas casas foi encontrado um conjunto de dez cadeiras e uma cama torneada entre outros bens menos valiosos. E foram encontrados dez baús, dos quais cinco possuíam fechaduras. É incomum encontrar nos inventários seiscentistas paulistas um número tão grande de baús. É preciso lembrar que eles exerciam as funções de guarda-roupas. Ali dentro se amontoavam toalhas de mesa e as roupas da família. Só que havia muito poucas roupas no inventário de João: apenas um vestido de baeta, uma capa e um calção.⁶⁶

⁶⁵ É importante notar que o escritório mencionado não é um aposento, mas um móvel do tipo papelreira. O escritório de João de Godói tinha doze gavetas; talvez, dado seu número, as gavetas fossem pequenas o que lhe daria uma aparência um tanto delicada para um móvel seiscentista. Ele foi avaliado pelos avaliadores em 2\$500 réis. *Inventários e Testamentos*. p. 212.

⁶⁶ É extraordinariamente reduzido o montante de roupas encontrado na residência de João de Godói, ainda mais quando consideramos sua riqueza. É possível que seus descendentes

João de Godói parece ter tido certa facilidade em conseguir dinheiro de contado. E talvez sua coleção de baús testemunhe isso. Parte deles poderia ter sido usada para se guardar suas moedas, diversos deles possuíam fechaduras com chaves. O fato é que o dinheiro de João de Godói se portava de maneira surpreendente e, em 1665, encontraram mais dinheiro dele depositado no cofre dos órfãos. Aliás, segundo Alcântara Machado, no cofre dos órfãos era quase certeza sempre haver dinheiro depositado.⁶⁷ “O papel desempenhado por estes últimos na vida econômica do burgo paulistano pode ser comparado sem exagero ao dos estabelecimentos bancários da atualidade”.⁶⁸

Descoberto o dinheiro, alguém foi procurar o indefectível Juiz Lourenço Castanho Taques, personagem recorrente de vários testamentos e inventários.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de mil seiscentos e sessenta e cinco indo do referido juiz comigo, escrivão, ao cofre achou uma adição no livro de despesas, esta quantia de vinte mil quinhentos e oitenta réis, pertencentes ao inventário do defunto Gaspar de Godói de que havia feito carga a viúva Eufêmia da Costa da quantia do termo antes referido de duzentos e novel mil e oitocentos réis de que abatidas desta quantia os vinte mil e quinhentos e oitenta réis. E obrigados apenas os bens do referido defunto a ser pago aos órfãos a quantia de cento e oitenta e nove mil e duzentos e vinte réis.⁶⁹

O mais provável é que o dinheiro tenha sido descoberto através de um dos papéis de João de Godói. Retiradas as moedas do cofre dos órfãos, verificou-se que pertenciam a Gaspar de Godói, irmão de João, tendo sido depositadas por sua viúva Eufêmia. Entretanto, de alguma maneira, feitas

as tenham pego após sua morte, ou ele as tenha distribuído de quando sua doença final. *Inventários e Testamentos*. p. 213.

⁶⁷ Alcântara Machado. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 146.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ “Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de mil e seiscentos e sessenta e cinco indo o dito juiz Comigo escrivão ao cofre achou em hua adição no livro da despesa esta vinte mil e quinhentos o oitenta rs. Pertensentes ao inventario do deffunto Gaspar de Godoi de que se avia feito carga a viuva Eufemia da Costa da quantia do termo atrás de duzentos e nove mil e oito centos rs de que abatidas desta quantia os vinte mil e quinhentos e oitenta rs. E fica somente obrigado os bens do dito deffunto a pagar aos órfãos a quantia de cento e oitenta e nove mil e duzentos e vinte rs. ...*Inventários e Testamentos*. Vol. 43. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1975. p.226.

as averiguações, chegou-se à conclusão de que o dinheiro, na verdade, pertencia a João. Como consta da ementa do termo:

Termo de declaração que o juiz de órfãos mandou fazer por se haver encontrado no cofre dinheiro no montante de vinte mil e quinhentos e oitenta réis, que estavam relacionados como pertencentes aos bens do defunto João de Godói.⁷⁰

A grafia do século XVII freqüentemente dava margem a interpretações dúbias. Talvez porque as pessoas escrevessem tentando imitar a forma com que falavam. Mas por mais dúvidas que o texto em si possa levantar, a ementa é clara. O dinheiro pertencia ao espólio de João de Godói e a quantia, 20\$580 réis, deveria ser abatida do montante que devia aos seus sobrinhos.

Dentre as dívidas de João de Godói há uma que merece ser apreciada com cuidado. Foi declarado que ele devia “dois anos do donativo de Sua Majestade que monta em dez mil réis”.⁷¹

Quando da restauração da independência portuguesa, em 1640, o pequeno reino se defrontava com dificuldades tremendas. Era então um país empobrecido, bem diferente daquela terra conquistada por Filipe II, em 1580. Seu império colonial se via acossado por todos os lados pelos predadores holandeses. Havia a expectativa, que logo seria confirmada, de uma guerra contra a Espanha, que tentaria reconquistar o país. Aliás, a guerra seria feroz e duraria vinte e oito anos. A maior parte dos países europeus era indiferente ao destino de Portugal, quando não eram abertamente hostis. As possibilidades de Portugal se pareciam notavelmente com as da Catalunha que também tentara se separar da Espanha, ou seja, o rápido esmagamento militar e a volta à sujeição.

Nesse rol de desastres surgiu uma esperança quando, em 1661, foi proposta uma aliança com a Inglaterra. A princesa Catarina de Bragança,

⁷⁰ “Termo declaração que o juiz dos órfãos mandou fazer por se aver achado no cofre dr.º de quantia de vinte mil e quinhentos e oitenta rs. Que estão carregados sobre os beis do deffunto João de Godoi. Idem.

⁷¹ devia “do donativo de Sua Mag.de de dois annos dês mil reis” *Testamentos e Inventários. Volume 43*. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1975. p. 218.

irmã do Rei João IV, se casaria com Carlos II da Inglaterra.⁷² Em troca de apoio diplomático, Portugal deveria ceder à Inglaterra as cidades de Tanger no Marrocos e Bombaim na Índia e pagar o dote da rainha, orçado em dois milhões de cruzados.⁷³ O Governo português estava decidido por todos os meios a honrar com seus compromissos.

O casamento da infanta D. Catarina (...) obrigou a coroa a dobrar para dois anos o pagamento das sisas, não se aceitando, fosse para quem fosse exceções tributárias. Como por causa da diversão das campanhas não fora possível reunir Cortes, D. Luísa de Gusmão [atuando como regente, após a morte do marido] escreveu às câmaras e aos outros estados, a pedir o novo sacrifício, apesar da falta de cabedais que havia no país.⁷⁴

Se o país era chamado para renovados sacrifícios em prol daquela aliança que poderia salvar tudo, o império não ficaria atrás na distribuição dos ônus. Todo o império foi obrigado a pagar pelo “donativo”.

Impuseram-se obrigações sobre os particulares e João de Godói, bandeirante letrado, também foi obrigado a pagar 5\$000 (cinco mil réis por ano). Ao fim, ele ficou devendo dois anos, que foram devidamente assinalados no inventário.

Feitos todos os descontos, pagas todas as dívidas, ficou para a viúva 56\$990 réis, para cada um dos sete filhos, devidamente excluídos os que haviam recebido benesses, havia 5\$427 réis.

Houve também um caso pitoresco. Dentre os devedores de Francisco de Godói, estava relacionado um caso curioso: “Deve Maurício de Castilho, o moço, o resgate que lhe deu no sertão no valor de seiscentos e quarenta réis”.⁷⁵ Deve-se entender que João de Godói pagou o resgate de um companheiro seu enquanto estavam no sertão. Carvalho Franco menciona, em sua obra, um Maurício de Castilho, que tal como Godói era descendente

⁷² Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1980. p. 50.

⁷³ <http://www.cunhasimoies.net/cp/Textos/Historia/LivHistoria14.htm> Consultado em 29/03/2007.

⁷⁴ Joaquim Veríssimo Serrão. Op cit. Vol V. p. 50

⁷⁵ “Deve Maurício de Castilho, o moço de resgate que lhe deu no sertão seis sentos he coarenta reis *Inventários e Testamentos*. Volume 43. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1975. p. 17.

de espanhóis.⁷⁶ Castilho participou de ataques ao Guairá, tal como João de Godói. Teria sido aprisionado pelos índios aldeados que exigiram seu resgate? A quantia é redonda, ou seja, é múltipla de vinte e poderia ser composta em moedas. Mas, sendo paga em moedas, levariam os bandeirantes dinheiro em seus ataques? Sabemos que algumas vezes eram pagos com dinheiro. Alcântara Machado fala de leilões de bens de bandeirantes mortos que eram realizados em pleno sertão.⁷⁷ Haveria algum dinheiro entre os bens saqueados? Os confrontos com os índios aldeados pelos jesuítas eram mais “sofisticados” que os ataques contra tribos soltas, sobre as quais não havia influência européia. Ali as presas eram maiores e os ataques e contra-ataques bem mais elaborados. Em M’Boboré, no ano de 1641, batalha que terminou catastróficamente para os bandeirantes, os índios chegaram a usar canhões!⁷⁸ Teria havido contabilidade de prisioneiros, com cobrança de resgate pelos cativos, tal como nas campanhas medievais?⁷⁹ Esta é mais uma daquelas questões que não podemos responder com certeza. Existe apenas o inusitado da afirmação frente aos demais inventários, e o uso da palavra resgate em uma campanha no sertão.

Além do dinheiro, um grande número de escravos índios foi distribuído. Havia cento e oitenta e nove “peças”. Todos os escravos eram relacionados pelo nome, nenhum possuía sobrenome. Mas além deles, os

⁷⁶ Francisco de Assis Carvalho Franco. Op. cit. p. 114.

⁷⁷ Alcântara Machado. Op. cit. p. 244.

⁷⁸ Hernani Donato. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987. p. 352. M’Boboré, travada três meses depois da restauração portuguesa marcou o fim da expansão paulista em direção a terras espanholas. E demonstrou que daquele momento em diante as depredações paulistas em terras espanholas teriam alto preço.

⁷⁹ Alcântara Machado faz menção em seu livro a contratos entre bandeirantes onde um se compromete a sustentar o outro em troca de um acerto futuro. Assim, “Às vezes é um bandeirante que, mediante a paga combinada de antemão, se encarrega de levar por ida e volta o parceiro, desprovido de meios para enfrentar os gastos da viagem. Prova-o esta clareza junto ao inventário de Martim do Prado: “Digo eu ... que me concerto com Filipe de Veres o levar a esta jornada em minha companhia nesta entrada aonde vai Lázaro da Costa, o qual me obrigo a levar por ida e vinda, dando-me Nosso Senhor vida e saúde, por preço e quantia de dez mil réis em dinheiro, de contado ou em fazenda”. Concerto análogo faz o mesmo sertanista com Francisco Alvarez, em que como retribuição lhe promete uma peça de dez ou doze anos, e, sendo caso que não haja peças, seis mil reis em fazenda ou moeda. Donde se conclui que o sertanista custeava a excursão, emitindo bilhetes de ida e volta”. Alcântara Machado. Op. cit. p. 236. Existe também o exemplo de Maria Pais Betim, mulher de Fernão Dias Pais em que vendeu seu ouro e prata, as jóias das filhas e fez um empréstimo de mais de três mil cruzados para financiar a bandeira do marido. *Grandes Personagens de Nossa História*. Volume I. p. 179.

filhos não receberam muita coisa e o dinheiro de João de Godói Moreira, já havia feito seu caminho pelo mundo.

4. UMA VIDA DE EXTREMA POBREZA

Após examinar os negócios de um bandeirante ilustre, vale a pena observar as atividades de um que foi o seu oposto. Luís Álvares Corrêa era paupérrimo. Levou uma vida obscura e ele não consta da relação de bandeirantes ilustres de Alcântara Machado. Luís Correa levava uma vida difícil. Vivia nos arredores da pequena Via de Guaratinguetá onde possuía um pequeno sítio. Quando de sua morte, em 1657, foram encontrados em sua pequena propriedade duas enxadas, uma delas definida como usada e a outra como velha! Mais um machado e uma cunha descritos como usados, tudo isso avaliado em uma pataca e meia.⁸⁰ O único móvel, um banco de cedro avaliado em somente meia pataca. Uma “*caixinha*” de dois palmos e meio também é mencionada.⁸¹ Havia também uma rede. O sítio, com sua casa, foi avaliado em dez mil réis, uma quantia relativamente baixa para propriedades rurais.

A vida de Luís, sua mulher Maria de Pina e de seus filhos pode ser caracterizada como ancorada em uma típica economia de subsistência. Não há descrição de criações, ou mesmo de animais isolados. Não há menção às colheitas que povoam os inventários paulistas do seiscentos. Os habitantes do sítio deviam dormir em esteiras grosseiras feitas em casa, ou mesmo no chão duro. Luís Correa não deveria caçar. Em seu inventário não há armas de fogo. Sua alimentação deveria se constituir do que pudesse ser obtido em hortas, ou de galinhas, que jamais são mencionadas em inventários.

Nas providências do funeral não há menção a enterro em Igreja ou convento, um bom denotativo de riqueza da época.

As poucas peças de roupas relacionadas – uma camisa e uma ceroula – bem como as roupas que usavam no corpo e que não constam de

⁸⁰ *Inventários e Testamentos*. Volume 43. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1975. p. 47.

⁸¹ *Idem*.

inventário, devem ter sido trocadas por meio de escambo. Havia dois escravos índios, da Nação Guayaná. Seus nomes eram Brás e Ana. Mas deles não se poderia obter muita ajuda. Para começar eram velhos, arruinados, conforme expressão registrada no documento.⁸² A família Correa não teve disponibilidade para adquirir peças novas. Seus escravos talvez fossem reminiscência de uma época um pouco mais próspera para eles. Ana era quase uma inválida, vivia sentindo dores, sendo sua doença bastante notada pelas pessoas da região. Sabemos que a índia Ana, em alguma época, fiou algodão para seus senhores.⁸³ Mas, quando da época do testamento ela já não podia mais trabalhar.

Pouco depois da morte de Luís Correa, foi a vez de sua mulher Maria de Pina falecer. Ela estava grávida, “e declarou abaixo do dito juramento que ficara grávida e que se o filho nascesse com vida era em verdade filho do defunto” e é bem possível que tenha morrido no parto.⁸⁴ Dessa maneira, os herdeiros, passavam a ter a posse completa dos poucos bens. Eram cinco filhos, um rapaz de dezenove anos, duas filhas já casadas, e duas filhas de dois e quatro anos.

No processo *post mortem* de Maria e seu marido, ocorreu um evento curioso e tocante. O tempo todo as autoridades coloniais (juiz e avaliadores), reconheciam a extrema pobreza do casal. Nos documentos isso vem atestado: “por ser tão limitada a fazenda”.⁸⁵ Ficou estabelecido que os funcionários coloniais seriam pagos com a venda dos bens deixados pelo casal. Mas a pobreza deles era extrema e isso calou fundo nos funcionários.

O juiz Capitão Brás Esteves Leme pareceu sentir pena do casal. “E no mesmo dia disse o juiz, Capitão Brás Esteves Leme, que o que lhe cabia de salário decidia dar de esmola para duas missas, assim se dando por satisfeito, e o curador deste inventário prometeu as mandar dizer.”⁸⁶

⁸² Idem. p. 254.

⁸³ Idem. p. 270.

⁸⁴ Idem p. 246.

⁸⁵ “por Ser tão lemitada afaZenda “Idem p. 251.

⁸⁶ “E logo no mesmo dia Disse o juiz oCapp.tam Brás Esteves Lemme que o que lhe cabia de seu Salário dava de esmola pa. duas miSas E se dava por Satisfeito E o Curador deste inventario prometeo mandallas diZer”. Idem p. 253.

Mais tarde seria anexada uma certidão, assinada pelo Padre Ribeiro do Vale, de que as missas foram oficiadas. E também o avaliador Diogo Barboza Rego entregou seu pagamento, retirado da venda dos bens do casal, em um total de seis tostões, para o ofício de missas para o repouso das almas do casal.⁸⁷ O parco montante que coube aos funcionários do espólio dos falecidos, equivalente a seis pequenas moedas de prata,⁸⁸ foi entregue ao padre local. O metal vil foi transformado em caridade cristã.

As ferramentas, bastante usadas, vale lembrar, foram vendidas em hasta pública. Em uma clara demonstração da pobreza da Vila de Guaratinguetá, uma velha enxada foi vendida por uma pataca (peça de oito espanhola) e o comprador se comprometia a entregar a moeda em um prazo de um mês! Idem para uma foice velha que foi vendida por dois tostões.

É praticamente certo que as filhas do casal, Maria Correa e Anna de Pina tivessem casado com homens livres, mas de poucos recursos. Para corroborar esta hipótese, há o fato de os dois concunhados se envolverem em disputas sobre a pequena herança. A principal delas versava sobre a posse do escravo Brás.⁸⁹ A outra versava sobre velha escrava guaianá Ana.

Ambos escravos haviam sido pleiteados pelo Capitão Brás Esteves Leme, filho do homônimo juiz local. Pelo que ficou tratado, o filho do juiz usufruiria do serviço dos dois escravos índios. O trabalho conjunto dos dois foi avaliado no montante monetário de onze mil réis. Brás Leme concordou em pagar a quantia em um ano. Não se pode apreender por que o capitão decidiu entrar nesse negócio, uma vez que os índios eram velhos e Ana tinha notórios problemas de saúde. Talvez o montante a ser pago tivesse sido bem reduzido e o capitão julgasse que os escravos tinham sido pouco explorados pelos seus antigos senhores, mas não se pode ter certeza.

O fato é que Brás Leme decidiu reverter o negócio quando observou que a escrava Ana não poderia produzir. E pouco tempo após Brás Leme ter chegado à conclusão de que fez um mau negócio, a escrava faleceu. Brás

⁸⁷ Idem. p. 255.

⁸⁸ Cf. Kurt Prober. *Manual de Numismática*. Rio de Janeiro: Leuzinger S. A. 1945. p. 173.

⁸⁹ *Inventários e Testamentos*. Volume 43. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1975. p. 254-273.

Leme, para não gastar seu dinheiro, teve de convocar toda uma série de testemunhas dos azares da escrava Ana e a leitura daqueles testemunhos nos dão alguns tocantes apanhados do cotidiano seiscentista. Havia testemunho de um visitante a quem a escrava Ana mostrou uma “*postema*” no flanco. Um outro, em conversa com a escrava no adro da igreja, assegurou que ela havia dito que não podia trabalhar por causa da “*postema*”. Falecida a escrava, o Juiz Brás Leme deu ordem para que se abatesse da dívida de seu filho, o montante de trabalho não realizado pela escrava.

...pagou dos serviços prestados pelo negro de nome Brás. E o absolvía do que podia valer a dita negra mencionada antes pelo nome de Ana, e que vira a dita sentença de condenação, absolvição e avaliação dos avaliadores como consta do termo acima, e que lhe trazia os seis mil réis em que o dito negro foi avaliado e os queria dar em juízo. O dinheiro foi contado por mim, escrivão, de que dou fé. Assim foi requerida a extinção da obrigação dele e de seu fiador.⁹⁰

Do total original de onze mil réis foram abatidos cinco mil referentes a serviços não prestados pela escrava Ana.

Ao que tudo indica, os Correa lidavam bem pouco com moedas. Praticavam uma agricultura de subsistência e a presença de dinheiro cunhado em suas vidas deveria ser mais accidental do que uma constante, pelo menos em seus últimos anos de vida. O casal possuía pouquíssimos bens. Os únicos escravos eram dois guaianás idosos. O único indício, que se pode depreender do processo testamentário, de alguma atividade econômica realizada para fora do círculo familiar residia no fato da escrava Ana fiar. Eventualmente ela poderia fiar “para fora”, ganhando assim, algum dinheiro para a família. Todas as ferramentas foram vendidas por pequenas quantias, perfazendo algumas pequenas moedas de prata ou com mais freqüência, as ferramentas eram vendidas por apenas uma única moeda.

⁹⁰ “...pagou do serviço do negro por nome Brás E o absolvía no que podia valer a dita negra atrás por nome Anna e que vira aditta sentença Condenação e absolvição e avaliação dos avaliadores como consta do termo aSima e que lhe trazia os seis mil reis em que o ditto negro foi avaliado e os queria dr como Logo Entregou Em juízo Contados por mim EsCrivão de que minha fé E que visto ouve Satisfeito Com o ~q devia Requeria aoditto juiz deZobrigaSe assim aelle Como aSeu fiador...”. *Inventários e Testamentos*. Volume 43. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1975. p. 273.

Ou seja, eram artigos muito baratos e, certamente, muito rudes que poderiam ser adquiridos por meio de escambo.⁹¹

Os Correa parecem caber naquela descrição que Jorge Caldeira faz dos paulistas pobres que possuíam bem pouco dinheiro amoadado. Quando, porventura, acontecesse de terem moedas, estas seriam certamente poucas. Eles se encaixariam naquela situação que Jorge Caldeira descrevia quando da tentativa feita de se racionalizar a cobrança de impostos em São Paulo em 1679.

A arrecadação foi dividida por bairros, e em cada um deles havia um fintador ⁹² designado pela Câmara para fazer as cobranças. Ao contrário dos tempos anteriores de dilação, cada um deles saiu em busca do dinheiro sem deixar ninguém para trás. A base de pagadores foi ampliada ao máximo, e as cobranças começavam no patamar da segunda menor moeda em circulação: cem réis ou um tostão. Era uma quantia baixa o suficiente para ser cobrada de gente como “João Perera, o Pedreiro”, “Izabel Belinha, freira”, “a mulher de João Roiz Salgado”, “Martim Carrasco, o velho”, “Maria Paes, dona e viúva”, “Pedro da Guarda”, “Manuel do louro”, “Manuel Alves, genro do Fonsequina”, ou “Ribeira Baram, alfaiate”. Com tais registros de pessoas com pouco prestígio nobiliárquico na lista dos pagadores, o número de contribuintes chegou a 733, cerca de vinte vezes maior que a média do número de moradores que elegiam os vereadores.⁹³

Daquela vez foi arrecadado bastante dinheiro de contribuintes pobres. Poucas moedas, ou apenas uma moeda, como foi sugerido, de cada contribuinte. No caso dos Correa, que talvez mal pudessem constar da parte mais pobre da relação, o único dinheiro em quantidade que surgiu durante o processo se referia à venda do sítio, perfazendo um total de 10\$200 réis, que, aliás, não sabemos se era todo em dinheiro de contado.⁹⁴ Eles viveram e morreram humildemente. Naquela sociedade, que certa historiografia

⁹¹ Era relativamente fácil adquirir bens baratos por meio de escambo, devendo ser esta a regra de aquisição de tais bens no período colonial, tal como ainda era nas zonas rurais da Europa no começo do século XX. Ao contrário, bens vultosos, como por exemplo terras, costumavam ser adquiridos no todo ou em parte em dinheiro sonante.

⁹² Fintador, como está descrito, era o indivíduo encarregado de recolher os impostos eventuais, ou seja, ele não era um funcionário público regular. No Dicionário Aurélio, fintador é sinônimo de caloteiro e não são apresentadas outras possibilidades. A conclusão que se impõe é que os fintadores costumavam praticar o recolhimento do dinheiro em causa própria. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 781.

⁹³ Jorge Caldeira. Vol II. p.349.

⁹⁴ *Inventários e Testamentos*. Volume 43. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1975. p. 253.

pretendeu igualitária, os Correa viviam um patamar acima de seus escravos índios. Mas estavam muito abaixo de certos potentados bandeirantes.

5. O FERREIRO E SUAS MOEDAS DE COBRE

O próximo testamento e inventário a ser analisado, é o do ferreiro Luiz Pedroso, datado de 1662. O inventário de Luiz Pedroso não menciona nenhuma arma de fogo e nem mesmo armas brancas. O seu nome também não consta do Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil.⁹⁵ Esses dois fatos, aliado a um patrimônio considerável, com vários artigos importados, sugere uma existência urbana, calcada em comércio e na produção agrícola praticada por escravos.

Luiz Pedroso possuía uma família pequena. Estão arrolados como herdeiros apenas a viúva Leonor de Siqueira, Maria de Araújo e Ângela de Siqueira, esta seria designada como órfã. Acredito que Maria de Araújo também fosse filha de Luiz Pedroso.

Os indícios sugerem uma vida bastante confortável para os padrões coloniais seiscentistas. Foram relacionados: um tapete veneziano, um tapete da Índia, um cobertor de seda, um cobertor vermelho, oito lençóis de linho e oito de pano, uma cama holandesa com dossel, quatro colchões de lã, um pavilhão de pano de algodão, dezesseis travesseiros, quatro serviços de mesa completos e quatro toalhas de mão da Bretanha.

O interessante é que no inventário de Luiz Pedroso, constavam diversas jóias feitas de metal precioso. Estavam relacionados: uma gargantilha de aljófra,⁹⁶ uma gargantilha de ouro, uma cadeia de ouro, um (coco?) de prata, um púcaro de prata, uma salva de prata, cinco colheres do mesmo metal, cinco colheres de prata pequenas, um conjunto de jarro com o prato correspondente, uma jóia de ouro pequena, dois anéis de ouro. Posteriormente foram lançados 13\$500 réis em jóias de ouro.

⁹⁵ Cf. Francisco de Assis Carvalho Franco. Op. cit.

⁹⁶ Muito provavelmente significa uma gargantilha de pérolas. Segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, aljófar são pérolas miúdas. Aljófrar é uma variação do substantivo. Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 87.

Era comum naquele século se derreterem moedas de metais preciosos para se fazerem jóias. Era uma forma de proteção contra a depreciação do dinheiro. Além do que dificultava um pouco o confisco por parte das autoridades. Durante todo período colonial os ourives eram os principais carrascos das moedas. E ocasionalmente eram expulsos das cidades e/ou proibidos de trabalhar.⁹⁷

É praticamente certo que Luiz Pedroso e sua esposa recorressem a tal prática. O montante de jóias que possuíam frente ao total de seu patrimônio era bem considerável. Como o século XVII foi uma época de desvalorização monetária (muito especialmente após a restauração em 1640), há indícios de que foram freqüentes as “fugas” com a transformação de moedas em jóias. Se considerarmos este raciocínio como correto, temos mais um indício de que Luiz Pedroso tivesse bastante acesso a moedas.

Em uma outra passagem curiosa, foram relacionados 6\$400 réis em moedas de cobre. Este fato merece algumas explicações. Moedas de cobre não eram muito comuns no Brasil colonial ao longo do século XVII. O grosso do numerário era de prata, importada de Portugal ou das colônias espanholas. Nos inventários paulistas, as raras moedas de cobre não eram relacionadas individualmente. O único, em que pude observar esse procedimento foi no de Luiz Pedroso. O detalhe existe, mas não podemos ter certeza do por que ele ocorreu. Como ele mantinha comércio com o Reino (isso será descrito mais tarde), talvez ele pudesse ter recebido pagamento, ou uma parte dele, em moedas de cobre. Moedas desse metal não eram cunhadas no Cerro Rico de Potosi e nem no Peru, nesse período. A procedência delas deve ter sido mesmo Portugal.

A escravaria também constitui matéria interessante. Só estão relacionadas mulheres. Uma mulata, Maria Domingas, uma “mulequa”, Domingas, duas “tapanhunãs” – Maria e Dorotéia. Recentemente os Pedroso tiveram um caso de rebelião entre seus escravos índios.⁹⁸ Talvez tivessem

⁹⁷ Cf. *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática Brasileira*. São Paulo: Salles Oliveira & Cia. Ltda, 1937.

⁹⁸ *Inventários e Testamentos*. Volume 43, São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1975. p. 289.

apenas as escravas por serem mais “manejáveis” em caso de rebelião? Não temos como saber. Todavia, o lote de sessenta escravos⁹⁹ foi vendido a prazo para Fernão Paes de Barros. O preço acertado foi de 1550\$000. Devemos acreditar que os escravos rebelados eram bem chucros, pois não foram nomeados nem descritos, mas apenas vendidos como lote de “sessenta peças”. O preço médio, cerca de 25\$000, também é muito baixo. Uma escrava mulata podia valer o dobro desse preço em São Paulo nessa mesma época. Pode-se acreditar que, como os escravos estavam dando trabalho, se desvalorizaram e foram vendidos de qualquer maneira e por preço baixo.

O montante não foi pago de imediato e figurava como dívida quando da elaboração do inventário. Mas existe ainda um dado pitoresco para ser tratado nesse inventário. Quando da partilha dos bens, ficou decidido que a mãe ficaria com metade dos bens, por valor. A outra metade deveria ser repartida entre as duas filhas. Após a descrição de bens e escravos que deveriam ficar para a viúva, ao final da relação, vem escrito: “Foi lançado em dinheiro vivo, que fica a dever neste inventário, seiscentos e setenta e um mil e duzentos e dez réis.”¹⁰⁰

Do que está escrito deduz-se que as dívidas foram atribuídas à Viúva Leonor, para ser paga quando seus devedores tivessem dinheiro. Mas também parece ter sido acrescentado algum dinheiro sonante, pois foi escrito que: “Foi-lhe lançado em dinheiro vivo...”.¹⁰¹ No caso de Leonor, dívidas e dinheiro em metal parecem ter sido combinados. Mas não ficou declarado em que proporção.

As duas filhas (e lembremos que uma delas, Ângela, era menor, tendo de ser tutorada) receberam bens na quantia exata de 428\$605. Feita a divisão dos bens entre elas, e a divisão dos bens móveis não dava exata pela variação no valor dos bens, ficaram faltando quantias que tinham de ser completadas. Para Maria foram entregues 220\$165 réis e, para Ângela, 286\$485 réis. Ambas as quantias foram definidas como “dinheiro de

⁹⁹ *Inventários e Testamentos*. Volume 43, São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1975. p. 289.

¹⁰⁰ Folhe Lançado em dr^o na mão de quê deve neste Inventario seis sentos e setenta e hu Mil e duzentos e dez Reis. Idem. p. 293.

¹⁰¹ “Folhe Lançado em dr^o na mão”. Idem.

contado”. O montante total, sem contar o quinhão entregue à viúva, que não foi definido, monta em pouco mais de quinhentos mil réis. Mas, lembremos, essa quantia era maior. A questão é que o dinheiro não foi relacionado quando o inventário foi feito. Talvez o dinheiro estivesse depositado no cofre dos órfãos (amplamente usado como banco), talvez Leonor de Siqueira o tivesse esquecido ou talvez, ainda o dinheiro estivesse guardado com outra pessoa (outra prática antiga).¹⁰² Pode ter sido também um descuido do escrivão. Ele não mencionou um imóvel que o casal possuía em São Paulo e quando o fez não assinalou o valor. O fato é que o dinheiro de contado aparece repentinamente. Ele perfazia uma considerável percentagem do montante acumulado pelos Pedroso durante sua vida, cerca de um terço. O inventário dos Pedroso foi aquele em que as moedas perfaziam a maior percentagem de todos os inventários examinados nesta pesquisa.

Mas de onde elas poderiam ter vindo? O casal possuía muitos bens e jóias. Possuíam bens importados. Também tinham diversos escravos, devidamente vendidos após uma rebelião. Tudo indicava que a Família Pedroso tinha um bom padrão de vida para o interior paulista do século XVII.

Uma indicação de onde poderia vir o dinheiro é dado praticamente no fim do inventário. Leonor Pedroso, uma vez feita a partilha, recorda de uma partida de tabaco que estava para ser exportada e que não havia sido mencionada.

A dita viúva declarou ainda que se embarcaram para Portugal sessenta e quatro arrobas de tabaco por conta e risco desta fazenda, e que quando viessem os rendimentos da dita remessa será feita a entrega da parte que tocar aos herdeiros.¹⁰³

Ou seja, a família esperava pelo dinheiro, que chegaria do Reino, referente às sessenta e quatro arrobas de tabaco (o que perfazia uns 1110

¹⁰² Caldeira observa que naquela sociedade pouco monetizada, o juiz dos órfãos era das poucas profissões que manuseavam dinheiro com frequência. Caldeira. Op. cit. Volume 2. p. 116.

¹⁰³ “Declarou mais a dita Viúva que se embarquarão no Rio de Janeiro pêra Portugal setenta e quatro arrobas de tabaco por conta e risco desta Fazenda e que a todo o tempo que viesse o procedido da dita em Comenda dará a parte que toquasse aos herdeiros...”. Idem p. 298.

quilos), e, quando o dinheiro viesse, ele deveria ser repartido entre as herdeiras. Os Pedroso vendiam tabaco para Portugal e, talvez, para outras partes do império colonial português. Lembremos que o tabaco era bastante usado na África para a compra de escravos.¹⁰⁴ Este fator, a venda direta de mercadorias para Portugal, parece ser a explicação para o grande volume de moedas de cobre dos Pedroso. Das colônias espanholas, o Brasil conseguia prata e algum ouro. Nessa época, como já visto, não se cunhava nenhum dinheiro no Brasil. A procedência das moedas de cobre era uma só: Portugal.¹⁰⁵ E a presença delas no inventário é um claro indicativo das relações comerciais daquela família com a metrópole portuguesa.

Alcântara Machado observou que na São Paulo seiscentista o dinheiro (pelo menos o dinheiro em quantidades apreciáveis), só poderia ser encontrado nas mãos de alguns ricos e no cofre dos órfãos. Ali eram guardadas as moedas de inventários de pais que morriam enquanto os filhos eram menores. O dinheiro guardado ali passou a ser utilizado na forma de empréstimos contra garantia. Segundo Alcântara Machado:

O papel desempenhado por estes últimos na vida econômica do burgo paulistano pode ser comparado sem exagero ao dos estabelecimentos bancários da atualidade.

Quase sempre os bens dos herdeiros de menor idade são levados à praça, a pretexto de evitar descaminhos e defraudos; e, para aumento dos órfãos, para que os bens vão a mais e não a menos, o produto é aplicado em empréstimos, mediante juros ou ganâncias de 8% ao ano, na forma do regimento.

Contam-se por centenas os termos de dinheiro dado a ganhos, em que o mutuário obriga sua pessoa e bens móveis e de raiz havidos e por haver, comprometendo-se a pagar a dívida ao pé do juízo, no cabo e fim de um ano, tempo e prazo cumprido sem contradição alguma e sem a isso por dúvida nem embargo nenhum, e desaforando-se do juiz de seu foro e de toda a lei e liberdade que ora tinha. Em reforço, o devedor apresenta fiador idôneo ou dá fiança e hipotecação de um prédio na vila, de um sítio da roça, de um curral de gado, de escravos da Guiné ou peças da terra, de jóias e baixelas.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Stuart Schwartz. Os Escravos: Remédio de Todas as Outras Cousas. In: *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 241 e Pierre Verger. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. Salvador: Corrupio, 2002. p. 31 e p. 37-49.

¹⁰⁵ Por sua vez a procedência do cobre usado na Europa era a Suécia, grande fabricante de moedas de cobre. Cf. Lars Lagerqvist. *A History of Sweden*. Varnamo: The Swedish Institute, 2001. p. 69.

¹⁰⁶ Alcântara Machado. Op. cit. p. 146. Veremos, com mais detalhes, como de desenvolviam essas práticas, no capítulo 3 dessa Parte II da tese.

É algo duvidoso que existisse uma Santa Casa de Misericórdia em São Paulo nessa época. Ou, se ela existiu, deve ter tido uma atuação bem parca, dada a ausência quase total de informações sobre ela.¹⁰⁷ Dada essa falta da instituição que atuava como banco no Brasil colônia, o cofre dos órfãos foi “chamado” a desempenhar essa função na Vila de São Paulo. Ao contrário daquela complexa estrutura de irmãos que administravam o dinheiro da Santa Casa, no caso do cofre dos órfãos quem cuidava do empréstimo do dinheiro era o Juiz dos Órfãos que geralmente era o próprio juiz ordinário.

Existe um processo de inventário em que podemos acompanhar uma seqüência de empréstimos de forma acurada. Trata-se do inventário de Francisco Bicudo de Brito, falecido na Vila de São Paulo, em 1654. Passados os trâmites ordinários de levantamento de bens e da venda dos mesmos, ocorre o primeiro caso de uma solicitação de empréstimo do dinheiro deixado por Francisco Bicudo.

O requerente era Domingos Bicudo de Brito, com certeza um parente do falecido. Segundo o relato do processo:

Apresentou-se Domingos Bicudo ao juiz e pediu que lhe desse o dinheiro para ser posto para render por um período de um ano, juntamente com dez tostões que já devia neste inventário. O montante somando ficou em três mil e cem réis, os quais foram postos para render à razão de oito por cento. Como fiador, Domingos Bicudo designou Antônio Correia da Silva e, estando ele presente, Antônio Correia disse que fiava ao dito Domingos Bicudo de Brito na dita quantia em que se obrigava a sua pessoa, seus bens móveis e de raiz. O juiz então determinou que o dinheiro fosse entregue. A fiança foi aceita e dela fiz este termo que fiador e fiado assinarão com o dito juiz e eu, Inácio Gomes Veles, escrivão dos órfãos.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Isabel dos Guimarães Sá menciona “...o facto de algumas misericórdias não terem chegado a deixar rasto nas chancelarias régias, como a da vila de São Paulo...”. Isabel dos Guimarães Sá. “As Misericórdias”. In: *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 352.

¹⁰⁸ “...aprezentava ao ditto juiz para que os [de]sse a ganhos e por se achar presente domingos Bicudo de Britto disseque elle a queria tomar a ganhos por tempo de hu anno com mais dês tostois que já devia neste inventario que tudo fas soma de três mil e sem Reis os quais tomou a ganhos por tempo de hu Anno a oitto por sento para o que disse dava por seu fiador e principal pagador, a Anto. Correia da Silva e por elle estar presente disse que elle fiava ao ditto domingos Bicudo de Britto na dita contia para o que obrigava sua peçoia e Bens moveis e de Rais do ditto domingos Bicudo de Britto se obrigou da mesma (ilegível) a tirar o ditto seu fiador a pax e a salvo [o] que visto pello ditto juiz lhe mandou entregar o ditto dro.E lhe aseittou a fiança de que fis este termo em que asinsarão com o dito juiz eu

O requerente se apresentava (certamente já era conhecido do juiz, que conhecia sua idoneidade) e indicava um fiador. Além disso, disponibilizava seus bens para o pagamento do empréstimo. Neste caso o requerente fazia juntar ao empréstimo, dez tostões (cem réis) que ele já devia ao finado. Assim foi procedido e Domingos levou o dinheiro.

Em vinte de janeiro de 1655, Fernão Bicudo de Britto pediu dinheiro do inventário. Ele foi considerado pessoa idônea, apresentou bens e nomeou fiador. Foi-lhe concedida a quantia de três mil duzentos e vinte réis.

Em dezenove de maio daquele ano, João Dias Diniz se apresentou ante o juiz. Afirmou que tinha uma dívida de quatro mil réis para com os órfãos e vinha pagá-la em “dinheiro de contado”.¹⁰⁹ É praticamente certo que João Diniz tenha se acertado com Antônio Dias Delgado, pois este se apresentou no mesmo dia e afirmou que queria os 4\$000 réis para “dar a ganhos”.¹¹⁰ O dinheiro foi concedido com as condições de praxe: comprometimento de bens e apresentação de fiador. O dinheiro foi emprestado pelo prazo de um ano com juros de oito por cento, segundo o hábito.

Em 22 de novembro de 1655, Lucas Pedroso compareceu diante do juiz e pediu dinheiro para investir. Foi-lhe concedida a quantia de cinco mil e duzentos réis, segundo as condições de praxe. Lucas Pedroso, analfabeto, marcou com uma cruz no lugar de assinar.¹¹¹ Comprometia-se a devolver o dinheiro com juros ao fim do prazo de um ano.

No dia 26 de dezembro de 1655, surgiu ante o juiz, Sebastião Leme de Alvarenga que declarou dever dinheiro que havia tomado “a ganhos” e que vinha pagar. Ao que parece, Sebastião Alvarenga não pôde devolver tudo o que devia e em fevereiro do ano seguinte, pagou o restante com um gibão de

ignaccio gomes velles escrivão dos órfãos que o escrevi dia a entrelinha tostois sobredito o escrevi.” *Inventários e Testamentos*. Volume 46. São Paulo: A Divisão, 1998. p. 126.

¹⁰⁹ Idem. p. 129.

¹¹⁰ Idem. p. 130.

¹¹¹ Idem. p. 132.

armas, um colete de seda velho, um gibão velho de tipo antigo de damasco, uma leitoa com três filhotes e quatro patas.¹¹²

Domingos Bicudo de Brito compareceu diante do juiz em 29 de julho de 1656. Declarou que havia pedido dinheiro emprestado, o que foi confirmado nos autos. Pagou, então, a quantia pedida junto com os juros. O dinheiro foi pago nessa ocasião.¹¹³

No dia 26 de julho de 1656 foi a vez de Aleixo Leme de Alvarenga. Ele compareceu frente ao juiz com o intuito de pagar o dinheiro emprestado e declarou que ficou com o dinheiro por um ano e sete meses. O cálculo do total ficou em 8\$946 réis que foram pagos em dinheiro de contado. Aleixo pediu para ser formalmente desobrigado, bem como a seu fiador, o que foi registrado nos autos. No mesmo dia veio Miguel Nunes Camacho e pediu dinheiro emprestado.¹¹⁴

Seis dias antes Fernão Bicudo de Brito foi ante o juiz e asseverou que queria continuar com o dinheiro sob as mesmas condições e fiador. Foi-lhe concedido.¹¹⁵

Em 1657, o mês e dia não estão legíveis no documento, Miguel Nunes Camacho foi devolver o dinheiro que pedira, acrescido dos juros. Das moedas que entregou foram retirados dois vinténs, para as custas. Um pouco mais tarde foi a vez de Antônio Pedroso de Alvarenga pedir dinheiro.¹¹⁶

Em março de 1658, Domingos da Silva fez um pedido um tanto inusitado. Ele pediu para “tomar a ganhos o dinheiro que houver”. Ou seja, todo ele. Foram entregues seis mil seiscentos e quarenta réis.¹¹⁷ Ainda em março, Aleixo Leme de Alvarenga, afirmou ante o juiz que já devia há três anos.¹¹⁸ A quantia paga foi de oito mil seiscentos e dois réis.¹¹⁹

¹¹² O documento em questão é de difícil interpretação pois se encontra muito danificado. Idem. Ibidem. p. 136.

¹¹³ Idem. p. 136.

¹¹⁴ *Inventários e Testamentos*. São Paulo: A Divisão, 1998. p. 137.

¹¹⁵ Idem. p. 138.

¹¹⁶ Idem. p. 140.

¹¹⁷ Idem. p. 142.

¹¹⁸ Assim está escrito nos documentos. Parece curioso que Aleixo tenha pago a quantia de 8\$946 réis em 1656. A única explicação que poder ocorrer é a de um outro empréstimo que, por um motivo ou outro, não tenha figurado nos autos. Esse tipo de fato parece, às vezes, acontecer.

¹¹⁹ *Inventários e Testamentos*. p. 143.

A relação de empréstimos e pagamentos segue sua continuidade com poucas alterações até que em 1659 a linha de ação mudou um pouco quando surgiu Antônio Pedroso de Alvarenga para pagar a dívida. Como a situação foi incomum vale a pena registrar o parágrafo:

Aos trinta dias do mês de dezembro de mil seiscentos e cinqüenta e nove anos compareceu perante o juiz João Danhaia de Almeida, Antônio Pedroso de Alvarenga, que disse ao juiz que ele devia algum dinheiro a este inventário [o dinheiro não era pouco, absolutamente] que tinha tomado a juros no montante de oito por cento ao ano como é costume e que agora vinha pagar. A quantia a ser paga é de vinte e um mil e quatrocentos réis, pelo que ficam desobrigados ele e seu fiador e que o restante continuaria investido. O juiz aceitou a quantia de vinte e um mil e quatrocentos réis e dela desobrigou o devedor e seu fiador. Em seguida compareceu Domingos Bicudo de Brito (...) foi declarado que ele queria o dinheiro emprestado para colocá-lo a render (...). O juiz concordou com o empréstimo da quantia de vinte e um mil e quatrocentos réis a oito por cento pelo prazo de um ano. O dito Domingos Bicudo de Brito designou como seu fiador a seu irmão, Fernão Bicudo de Brito que está presente e disse que queria fiar ao dito Domingos Bicudo no principal e ganhos para o que obrigou a sua pessoa, bens móveis e de raiz, havidos e por haver. O dito juiz lhe aceitou a fiança e lhe entregou o dinheiro.¹²⁰

A quantia cresceu de forma apreciável desde que começou a ser emprestada. Já montava em mais de vinte e quatro mil réis desde 1654. O que parece mais óbvio é que Antônio Pedroso não pôde pagar o montante total e pagou somente parte dele, como está escrito. O juiz então aceitou deixar o resto acumulando juros. A coisa toda tem características de especulação, dado que o total não foi pago e com a promessa, um tanto vaga apesar de registrada, de ser pago no futuro.

¹²⁰ “Aos trinta dias do mês de dezembro de mil e seis sentos e sinquoenta e oito Digo nove Annos pó ser passado o dia de natal perante o juiz joão danhaia de Almeida pareceu Ant°. Pedrozo de Alvarenga e por elle foi dito ao dito juiz que elle devia nete inventario hu pouquo de dr°. que tinha tomado a ganhos a oito por sento como he uso e custume e que [a]gora vinha pagar a conta do dito fr°. Vinte e hu mil e quatro sentos Reis e que requeria ao dito juiz que o dezobrigace dos dittos vinte e hu mil e quatro sentos Reis a elle e a seu fiador e que o demais que restasse heria corrento a ganhos na conformidade que the o presente dia {corr] era o dito dr°. O que visto pelo ditto juis lhe a[sei]tou os ditos vinte e hu mil e quatro sentos Reis e o dezobrigou a elle e a seu fiador da dita com[tia] e logo e pareceu Dos. Bicudo de Brito (...) que elle queria tomar a ganhos (...). Annos os vinte e hu mil e quatro sentos Reis a oito por setno o que visto pelo dito juiz lhe mandou dar o dito dar a ganhos por hu Anno e o dito Dos. Bicudo de Brito deu por seu fiador e principal pagador a seu irmão fernão Bicudo de Brito que por esta presente disse que elle queria fiar do dito dos. Bicudo na satisfação do principal e ganhos pêra o que obrigou sua pessoa e bens móveis e de Raiz ávidos e por aver e o dito juis lhe aseitou sua fiança e lhe contou o e entregou o dr°.” *Inventários e Testamentos*. Vol 46. São Paulo: a divisão, 1998. p. 143-144.

Ademais, esse tipo de situação se torna mais freqüente à medida que o tempo avança. Manuel Bicudo de Brito no mesmo ano de 1659, também pagou uma percentagem do que devia. Ele pagou onze mil e quarenta e um réis, declarando que era somente uma parte do que devia.¹²¹

O processo continua nestes termos sem grandes variações até o ano de 1664, quando é encerrado.

¹²¹ Idem. p. 145.

6. OS PAULISTAS E SUAS MOEDAS

A conveniência de se examinar os inventários paulistas se deve ao fato de que os trâmites percorridos pelo dinheiro ali se repetirem nas principais cidades da colônia. Em que pese que São Paulo era uma região economicamente periférica, as formas de se adquirir e guardar moedas eram bastante similares a de centros coloniais mais importantes. Frente aos grandes centros coloniais de Salvador e Recife, ostentando a primazia econômica, secundados pelo Rio de Janeiro, São Paulo era distante e pobre, e suas práticas econômicas deveriam parecer relativamente mais primitivas. É muitíssimo provável que possuísse, relativamente, poucas moedas frente às outras cidades. Seu relativo afastamento dos portos¹²² e a ausência de produtos exportáveis com muito valor agregado dificultavam a aquisição de moedas.

Não por acaso, não eram exatamente as pessoas mais ricas as que pareciam possuir maior quantidade de moedas, mas as que comerciavam fora da vila. Os maiores inventários pertenciam a indivíduos que mantinham atividade comercial com o “mundo exterior”.

Esta incipiente burguesia comercial tinha de fazer como os outros, cumprindo as condições necessárias: controlar o trabalho de índios, investir na produção agrícola em protoindústrias (moinhos, sobretudo) e participar do poder político. Mas só quem somava tudo isto à compra e à venda de produtos fora da capitania tinha acesso à acumulação de riqueza em forma de dinheiro.¹²³

Como já foi visto, São Paulo não possuía uma Santa Casa de Misericórdia atuante, instituição que funcionava como banco por excelência na colônia. Mas havia substitutos disponíveis e os paulistas sabiam bem como usá-los.

Jorge Caldeira descreve bem a atuação das ordens religiosas:

¹²² O mais próximo, Santos, era bastante secundário no âmbito colonial.

¹²³ Jorge Caldeira. *O Banqueiro do Sertão*. Vol. 1, p. 295.

No mundo econômico da polis paulista, a Igreja muitas vezes funcionava como o manto protetor mais adequado contra as investidas dos extratores (ou seja, as autoridades coloniais). As ordens religiosas instaladas na vila não tinham importância apenas política, empregando sua rede para negociar interesses dos moradores locais por todo o mundo, como fizeram os franciscanos para defender os paulistas no caso da expulsão dos jesuítas. Ao lado da Misericórdia, elas eram as únicas instituições da vila que dispunham de uma vasta gama de privilégios judiciais e econômicos, entre eles: isenção de impostos, inviolabilidade de bens, foros especiais, procuradores espalhados pelo império e modos de obter informações sobre a situação de preços em qualquer ponto. Tais privilégios eram estendidos às ordens terceiras, institutos de seculares ligados aos conventos das ordens.¹²⁴

O fato das ordens religiosas e as ordens terceiras gozarem de foro específico e inviolabilidade de bens ajuda a explicar um pouco a dificuldade de se rastrear as moedas paulistas, pois as questões envolvendo as ordens religiosas corriam à parte. Bem mais fácil, como ficou demonstrado, é apreciar a movimentação do dinheiro no cofre dos órfãos.

O dinheiro depositado no cofre dos órfãos era usado para empréstimos; as ordens religiosas também guardavam dinheiro e faziam empréstimos, apesar desta pesquisa não ter conseguido encontrar qualquer rastro deles nos inventários seiscentistas. Isso não incluía os particulares como aquele notável argentário, Capitão Guilherme Pompeu de Almeida, cuja sombra costuma aparecer nos inventários do período.

Esses inventários talvez sejam o que mais se aproxima de uma “janela” sobre o cotidiano seiscentista, na falta de um diário ou um relato de viagem.

Uma das dificuldades de se examinar a “corrida” do dinheiro é que ele nos aparece com frequência de forma estática. Assim, se possuímos um lote apreciável de informações, provenientes das mais variáveis fontes, sobre o dinheiro, nos faltam aquelas pequenas histórias cotidianas que se tornam ainda mais preciosas por serem raras. Nessa categoria se enquadram alguns pequenos acontecimentos coletados em inventários, como a retirada de pequenas moedas de cobre do pagamento de uma dívida para compor as

¹²⁴ Jorge Caldeira. Op. cit. Vol. 2 p. 179.

custas processuais ou uma oferta de suborno em dinheiro ao Padre Antônio Vieira.¹²⁵

A situação monetária da colônia no período abrangido pelos inventários era relativamente tranqüila. Algumas moedas chegavam de Portugal, o vínculo com o a prata das colônias espanholas era mantido e o próprio marasmo econômico da segunda metade do século XVII pode ter contribuído para mitigar um pouco a necessidade de moedas. De uma maneira geral, a colônia parecia poder compensar a saída de moedas para o Reino com um fornecimento mais ou menos constante de numerário.

É certo que São Paulo estivesse submetida àquela sazonalidade do dinheiro, de resto tão típica do século XVII. O pagamento de um bom volume das dívidas do inventário de Francisco Bicudo de Brito no ano de 1659 talvez explique esse fenômeno.

Nunca pude descobrir em que tipo de aplicação aquelas pessoas deixavam o dinheiro que recebiam. Talvez fosse uma aplicação em mercadorias adquiridas e que estivessem por chegar na vila. Certamente as alternativas de investimento não seriam muitas naquela época. E mesmo a certeza de lucro não seria uma constante, já que um número expressivo de dívidas não parece ter sido paga. Assim, tendo de pagar os oito por cento e o montante emprestado, o pedinte poderia ficar com o resto para si.

As moedas, um dos símbolos claros de riqueza naquele século, tendiam a se acumular entre as classes mais abastadas, como é óbvio. Mas não só ali. Entre os menos ricos, as pequenas moedas de prata deixavam rastros, tal como na Cidade do México contemporânea.¹²⁶ No caso específico de São Paulo os indícios desses rastros aparecem bem visivelmente naquela arrecadação forçada da década de 1670. Os contribuintes menores, gente de menor poder aquisitivo, contribuíram com as moedas de prata básicas: peças

¹²⁵ João Francisco Lisboa. *Vida do Padre Vieira*. São Paulo: W. M. Jackson, 1956. p. 150.

¹²⁶ Jonathan Kandell. *La Capital*. New York: Henry Holt, 1988. p. 203 e Joe Cribb et alli. *Coin Atlas*. London, Mac Donald Illustrated, 1990, p. 291.

de um tostão (equivalente a 100 réis).¹²⁷ Esses indivíduos contribuía com uma ou duas moedas desse tipo.

Enfim, a região que compõe o que é hoje o norte e o leste do Estado de São Paulo era, como um todo, pobre e relativamente periférica no século XVII. Todavia, mesmo ali, as moedas surgiam e marcavam presença. Ali foram criadas oficinas monetárias em 1673, 1688 e 1693 a fim de atender as remarcações do numerário local.

Para o trecho do Planalto Paulista colonizado na época as moedas vinham, em sua maior parte pela Vila de Santos e do Rio de Janeiro. Do caminho que ligava ao Paraguai vinham outras, se bem que em número bem menor. Ou seja, São Paulo era dependente dos portos para seu abastecimento monetário e foi pelos portos que as moedas saíam durante a crise.

Dos montantes analisados o de Cornélio de Arzão era dos mais ricos em termos monetários. De fato, ele atendia a dois quesitos que pesavam na aquisição de moedas. O primeiro era a década de 1620, quando a produção de Potosi era maior, além disso Arzão comerciava fora da vila.

Para os paulistas mais aquinhoados era possível transformar uma certa quantidade de bens em moedas. Vimos que João de Godói entregou ao filho duzentas peças de oito para sua viagem de estudos a Portugal. Sintomaticamente, Godói também comerciava fora da vila. Mesmo depois de sua morte foram descobertas moedas que pertenciam a ele.

Contraopondo-se à riqueza relativa de alguns havia a pobreza de outros. Neste caso Luís Correa se constitui quase que em um “personagem-tipo”. Vivia de subsistência e em sua vida deve ter tido contato com pouquíssimas moedas ou talvez, mesmo, com nenhuma. Seu inventário paupérrimo nos lembra daquela parcela da população paulista para quem o dinheiro passava ao largo.

O inventário do ferreiro Luiz Pedroso nos fornece dados dos rendimentos de um trabalhador especializado. Possuía diversos objetos de

¹²⁷ Michel Amandry. Op. cit. p.471 e Jorge Caldeira. Op. cit. p. 349. Caldeira comete um engano afirmando que as peças de um tostão e cem réis fossem duas moedas distintas quanto, na verdade, as expressões designam a mesma moeda.

prata (seriam fruto de moedas derretidas?). E, como curiosidade, quando de sua morte foram encontrados 6\$400 réis em moedas de cobre. Moedas de cobre nesse período da história brasileira eram muito incomuns. Em Portugal elas apareciam com mais freqüência. Como elas poderiam ter feito o caminho até as mãos de Pedroso? Ele exportava tabaco e talvez aí residia a resposta. E se Pedroso derretesse metais preciosos, certamente ele como ferreiro possuía um forno apropriado, não teria uma tendência a manter as moedas de cobre que não valesse tanto a pena derreter?

O inventário de Francisco Bicudo de Brito tornou-se importante em função da quantidade de empréstimos feitos com o dinheiro dele. Levas de pessoas levavam o dinheiro e o devolviam com juros. Este inventário, como em alguns outros, demonstra uma vida financeira e algum caráter empreendedor que se fazia naquela região pobre.

CAPÍTULO 2

O BRASIL HOLANDÊS

Quando as coroas de Portugal e Espanha se reuniram sob Filipe II, o Brasil tornou-se alvo do poderio militar holandês, que então se encontrava em guerra com a Espanha. Para os holandeses, os ataques dirigidos contra o império colonial dos Habsburgos atingiam dois objetivos simultaneamente. Tanto serviam para ampliar os lucros e postos comerciais holandeses quanto objetivavam desviar os esforços espanhóis para longe da Holanda. Os batavos agiram com bastante presteza e de início passaram a realizar ataques isolados, sem intenção de conquista, como o do aventureiro Van North contra o Rio de Janeiro em 1599 e as intrusões de Hartman e Broer em Salvador no mesmo ano, eventos já discutidos na primeira parte deste trabalho. Ao contrário de Van North, que fracassou estrondosamente no Rio de Janeiro e voltou para a Holanda com sua tripulação dizimada, a dupla Hartman e Broer obteve sucesso, tomando vários navios surtos no porto, saqueando e incendiando engenhos que se situavam perto do mar. De fato, Salvador era mais rica que o Rio e sua cadeia de engenhos bem mais difícil de defender, uma vez que grande parte deles estava diretamente ao acesso do mar, de onde podiam ser pilhados por marinheiros holandeses. Salvador sofreria novo ataque bem sucedido em 1604. Desta vez o atacante era o Almirante Van Carden que se empenhou em seguir o enredo das expedições anteriores: apresamento de navios, saque de engenhos e pilhagem de açúcar.¹²⁸

Estes ataques foram precursores de uma ofensiva maior que resultou em colonização de uma parte do Nordeste. A presença holandesa com suas características monetária bastante peculiares moldou parte da “paisagem” cotidiana do Brasil holandês. Algumas das primeiras moedas cunhadas no Brasil o foram por artesãos holandeses. A cunhagem dessas moedas refletiu um drama angustiante que será contado neste capítulo.

¹²⁸ Hernani Donato. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987. p. 453.

1. NÊMESIS¹²⁹ DOS LUSO-BRASILEIROS

Em 1621 foi fundada a Companhia das Índias Ocidentais (WIC – West Indische Compagnie), seguindo os moldes da sua antecessora, VOC (Verenigte Oost Indische Compagnie) que se revelou altamente lucrativa e que conseguia fazer devastações impressionantes nos domínios espanhóis e, principalmente, portugueses na Ásia. Os objetivos da WIC eram tanto comerciais quanto militares e sua área de atuação seria a costa ocidental da África e a América, basicamente, em áreas de colonização portuguesa.

A conquista de Salvador começou a parecer viável e uma grande expedição foi montada para o feito. Em 1624 uma tropa de 1.700 soldados reforçados por contingentes de marinheiros foi designada para tomar Salvador. A luta pela posse da cidade foi decidida por um capitão, chamado Piet Heyn, que se pondo à frente de um grupo de marujos holandeses conquistou o forte do mar. A cidade foi rapidamente tomada e posta a saque.

E esse saque foi especialmente proveitoso pois o governador, à vista da esquadra holandesa, proibiu a população de retirar as riquezas para o interior, de forma a tornar a resistência mais feroz.¹³⁰ Não deu certo, e numa evidência das vastas riquezas ali depositadas, inclusive as monetárias, uma testemunha da época, Johan Aldenburg, escreveu que os soldados “mediam prata e ouro nos chapéus cheios”.¹³¹

Porém, os holandeses não conseguiram se expandir para o interior aonde enfrentavam uma guerrilha feroz por parte dos habitantes que conheciam melhor a região. E em 1625 uma enorme expedição luso-espanhola retomava a cidade.

A WIC viu-se então em sérios apuros. Possuía menos dinheiro que sua congênere e havia gasto muito em sua campanha na Bahia. Tudo indicava

¹²⁹ Nemesis é a deusa grega da ética. Atualmente seu nome é usado para descrever o pior tipo de inimigo que se pode ter.

¹³⁰ Robert Southey. *História do Brasil*. Volume I. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1977. p. 317.

¹³¹ Hernani Donato. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. p. 454.

um futuro difícil para a companhia quando Piet Heyn, agora promovido a almirante, apresou toda a frota espanhola da prata em 1628, na Baía de Matanzas, em Cuba.¹³² Apenas o peso da prata apreendida foi de 177.537 libras (cerca de 84 toneladas), fora o ouro, pérolas, peles, anil, açúcar, etc. O sucesso de Heyn foi tão espetacular que possibilitou o pagamento em dinheiro durante oito meses das tropas holandesas que combatiam os espanhóis na Bélgica, com uma óbvia melhora no moral das tropas. Como conseqüência, uma ofensiva foi montada com novas tropas contratadas e a Cidade de Hertogenbosh retomada aos espanhóis. Heyn tornou-se um herói nacional, convidado para almoçar com o Staathalter e aclamado pelas multidões no balcão da prefeitura de Leyden.¹³³ A WIC acabava de tomar fôlego para novas aventuras.

Por oposição, a Espanha recebia um golpe devastador. O exército espanhol que estava na Flandres enfrentando os holandeses e que já cambaleava depois da renúncia do General Espínola, perdia eficiência.¹³⁴ A conseqüência eram mais medidas desesperadas para se extrair ainda mais dinheiro da Península Ibérica e de seus impérios coloniais, medidas essas que nas décadas seguintes iriam repercutir profundamente em Portugal e de forma secundária no Brasil. E foi dito que apesar dos espanhóis terem conhecimento do planejado ataque contra Pernambuco em 1630 nada puderam fazer. O tesouro ainda se recuperava do desastre de Matanzas.¹³⁵

O novo ataque da WIC contra o Brasil foi bem planejado e, desta vez, contra um adversário desamparado, a Capitania de Pernambuco que não contava com tropas reais para defendê-la.

O alvo, a Cidade de Olinda, era riquíssimo. Southey descrevia:

¹³² Devido à atuação de piratas e corsários tanto europeus quanto originários do norte da África a Espanha adotou um sistema de frotas que saía da América duas vezes por ano, sob a proteção de navios de guerra. As frotas eram poderosamente defendidas e sua captura representava o clímax da ação militar com objetivos econômicos. J. H. Elliott. "A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII". In: Leslie Bethell. *América Latina Colonial*. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 324.

¹³³ http://en.wikipedia.org/wiki/Piet_Heyn. Em 2006.

¹³⁴ Paul Kennedy. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989. p. 54.

¹³⁵ Hermann Wätjen. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Um Capítulo de História Colonial do Século XVII. Recife: CEPE, 2004. p. 99.

Antes da invasão era Olinda a mais florescente das colônias portuguesas e talvez a mais rica. Navios de todas as lotações ali estavam continuamente entrando e saindo, e contudo mal bastavam para o transporte do açúcar de que Pernambuco produzia então mais que a Bahia. Aqui descarregavam a melhor parte dos seus tesouros os barcos do Peru, que vinham de retorno, ou se haviam subtraído aos direitos no porto de partida. Quem não se servia com baixela de prata passava por pobre. Com sedas e cetins não se contentavam as mulheres, mas queriam-nas com os mais ricos bordados, e tão profusamente se cobriam de jóias, diz Frei Manuel do Salvador, com se sobre elas houvessem chovido pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes. Não havia moda no trajar, nem nas guarnições de espadas e punhais, que os homens não abraçassem logo e para suas mesas se importavam regularmente os mais delicados produtos de Portugal e ilhas do oeste.¹³⁶

A tropa desembarcada (mais que o dobro dos soldados que atacaram Salvador) tomou pé na cidade e não pode ser desalojada como da vez anterior. Com o tempo a conquista foi expandida e a WIC ganhava um império colonial.

As tarefas impostas à administração colonial holandesa eram enormes. Havia a produção açucareira que precisava ser reorganizada após a guerra, havia tropas a serem pagas e mantidas, novos funcionários holandeses, trazidos para substituir os luso-brasileiros, precisavam ser pagos e pesos e medidas holandeses deveriam substituir os antigos, portugueses.

A tarefa inevitável de uma administração complexa é pagar seus funcionários e a WIC tinha de fazê-lo. É bastante factível que, no início, a Companhia tenha usado numerário espanhol que era então extremamente disponível por causa dos saques nos mares bem como em função da pilhagem em terra, apesar do saque de Recife e Olinda não ter parecido tão lucrativo quanto o de Salvador, cinco anos antes.¹³⁷

À medida que as operações militares prosseguiam, com a destruição de engenhos e a incorporação forçada de vilas e regiões diversas, é bastante provável que o dinheiro espanhol iniciasse o seu desaparecimento dos circuitos oficiais. Afinal, a importação regular via Buenos Aires não podia mais ser praticada devido ao fato de que os rendimentos com o açúcar terem diminuído em função da guerra, da destruição de engenhos e de que agora o

¹³⁶ Robert Southey. *História do Brasil*. Vol. II p. 375.

¹³⁷ Herman Watjen Op. cit..p. 102.

inimigo holandês estava solidamente instalado no porto de Recife, de onde anteriormente se faziam as importações de moedas. Por mais que desejassem, era impossível para os governantes holandeses emular o contrabando montado pelos portugueses para obtenção da prata espanhola. Nestas circunstâncias, o dinheiro holandês deve ter surgido bastante cedo no Nordeste.

O que não implica necessariamente que a retração das moedas espanholas se deu de forma rápida. Sabemos que operações comerciais envolvendo grandes quantidades de dinheiro continuaram ocorrendo apesar da guerra. Sobre isto há um caso interessante notado por Southey. O porto do Pontal de Nazaré, situado a uns quarenta quilômetros ao sul de Recife, era um local de comércio do açúcar. Este era recolhido dos engenhos das proximidades e levado para o porto, onde era trocado por dinheiro trazido pelos comerciantes da Bahia. Em 1630 esse comércio ainda se mantinha ativo quando os holandeses intentaram um ataque contra o porto. O próprio Southey notou que era “este então o modo usual de pagamento”.¹³⁸ Teria sido uma empresa fácil uma vez que o local era pouco guardado. Todavia, enquanto que os holandeses se aproximavam em botes, acabava de chegar o dinheiro da Bahia. Devia ser uma quantidade enorme de moedas, pois o carregamento era guardado por cinqüenta soldados. Surpreendidos pela chegada repentina da tropa, os holandeses se retiraram. Esse evento indica que, pelo menos nessa década, o comércio do açúcar podia se calcar intensamente nas moedas.

¹³⁸ Southey Op. cit. Vol. I. p. 348

2. WIC – UM CRISOL DE PRÁTICAS E NAÇÕES

É comum nos referimos aos invasores da WIC como “os holandeses”. Isto é uma meia verdade. Os quadros de funcionários coloniais e pastores calvinistas, bem como o pessoal da marinha era quase em regra, holandês. Todavia o corpo militar, as tropas de terra, era composto de um crisol de nacionalidades. Havia escoceses, uma grande quantidade de alemães, alguns ingleses e soldados oriundos de diversos países. Havia um grupamento de calvinistas franceses civis que possuíam sua própria igreja. O soldado-carpinteiro Jacob Jensen Nordman que fez os móveis de Maurício de Nassau, que ainda podem ser vistos em seu palácio na Holanda, era norueguês. Um dos principais comandantes das tropas, o Coronel Christoph Artchofsky, era polonês.¹³⁹

Toda essa gente possuía diversas “experiências monetárias” conforme os países de onde vinham, dispendo de moedas de todos os tipos e usando como moedas os mais variados objetos. Este fato pode ter sido bastante útil para os funcionários da WIC quando se tem em conta o caos monetário holandês.

Comparado com as monarquias ibéricas de tendências centralizadoras, a Holanda era formada por um conjunto de províncias unidas em um estado federativo. Na verdade as diversas províncias possuíam tanta autonomia que às vezes davam a impressão de viverem uma confederação. Fernand Braudel chegava a questionar: “haverá um Estado das Províncias Unidas”?¹⁴⁰ Cada província tinha sua própria bandeira e sua própria esquadra, bem como seu próprio parlamento. Cada uma possuía também suas próprias moedas e, para tornar a situação mais complexa, seu

¹³⁹ Evaldo Cabral de Mello. *Nassau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 50.

¹⁴⁰ Fernand Braudel. *Civilização Material e Capitalismo*. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.. 175.

próprio sistema monetário.¹⁴¹ No começo do século a Holanda tinha 14 casas da moeda, pelo fim do século XVII, esforços realizados no sentido de dar mais racionalidade a esse sistema, reduziram as casas da moeda a oito.¹⁴²

Segundo Zumthor:

...[a situação monetária] a despeito de tentativas de saneamento, permaneceu até o final do século bastante incoerente. Velhas concessões medievais regiam, em várias localidades, o direito de câmbio. Cada província tinha sua moeda; na província da Holanda¹⁴³, [as cidades de] Hoorn, Medemblik e Enkhuizen possuíam uma moeda comum, cuja cunhagem administravam alternadamente, cada uma durante sete anos. Moedas de origem, de peso e de valor muito diversos circulavam ao mesmo tempo: libra flamenga, ducatão, rixdal, cruisdal, carolus e outras. Várias moedas espanholas e alemãs tinham cotação oficial. O próprio florim, principal moeda, variava segundo fosse da Holanda, de Deventer, de Zwolle, de Kampen. Os danos eram particularmente grandes nesse país de intensa circulação monetária.¹⁴⁴

Não por acaso, P. Zumthor, no início de seu livro, faz uma observação no sentido de usará o subterfúgio de unificar as unidades monetárias, transformando em florins as diversas moedas holandesas, apenas para melhorar o entendimento do leitor.¹⁴⁵

Apesar dos problemas, a Holanda era o país de circulação monetária mais intensa na Europa e, quase certo, no mundo. Tal fato era assinalado por testemunhos contemporâneos:

Temple nota a abundância de moedas em todas as classes sociais: o uso de moedas de prata, diz ele, está mais difundido aqui entre a arraia-miúda do que o billon na França.¹⁴⁶

Ainda está para ser relatada em que medida essa vitalidade monetária era transferida para as diversas colônias holandesas na primeira metade do século XVII. Quando se tem em conta que a administração da WIC se fazia por câmaras que representavam cada província, e que

¹⁴¹ Cf. Chester L. Krause. Clifford Mishler. *Standart Catalog of World Coins*. Iola: Krause Publications, 1999.

¹⁴² Pierre Vilar. *Ouro e Moeda na História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 252.

¹⁴³ A Província da Holanda (Netherland) era a principal das sete províncias originárias que formaram o país. Seu nome passou a ser atribuído ao país inteiro em diversas línguas.

¹⁴⁴ Paul Zumthor. *A Holanda no Tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 315.

¹⁴⁵ Idem. p.21.

¹⁴⁶ Idem p. 316.

possuíam cotas para diversas operações, torna-se lícito imaginar que uma parte considerável da confusão monetária holandesa se transferisse para cá. Eram freqüentes as solicitações de dinheiro irem para uma câmara específica. É lícito imaginar que a câmara de Groningen fornecesse moedas daquela província, Amsterdam fornecesse moedas de suas cunhagens, e assim por diante. Sabemos ainda que as colônias batavas do Brasil, Suriname, Ceilão e Indonésia, cunharam suas próprias moedas além de usaram moedas holandesas.¹⁴⁷

Recentemente foram realizadas escavações arqueológicas no Forte de Orange, que vem a ser o único remanescente da arquitetura holandesa no Brasil. Dali foi retirada uma coleção de moedas enterradas e esquecidas. Esse conjunto, sem qualquer dúvida dos mais importantes já encontrados no Brasil, é bastante revelador de algumas características monetárias do Brasil holandês.

Imagem 25



¹⁴⁷ Há que se lembrar, também, que quando das pesquisas que foram feitas no navio Utrecht, além dos celebrados florins de ouro, foram encontradas moedas holandesas de tipos diversos.

Imagem 26



Imagem 27



Para começar, existe um grande número de moedas da Província da Frísia no conjunto. A Frísia era uma província predominantemente rural e, comparada com as outras províncias holandesas, relativamente pobre. Se apenas nos basearmos no desempenho econômico seria de se esperar que a maioria das moedas fosse de Amsterdam e de Rotterdam. A explicação mais aceitável é a de que, por algum motivo administrativo qualquer, um lote de moedas frísias fosse designado para o forte.

No conjunto havia também três moedas francesas além de pelo menos uma alemã. Este fato levanta mais questões que não podem ser respondidas. Sem dúvida trata-se de uma prova da grande diversidade do meio circulante holandês. Todavia, não se pode determinar o motivo daquelas moedas não holandesas estarem ali. Teria algum navio francês estado ali para comerciar? Seriam moedas usadas por soldados franceses a serviço da WIC? Não temos como saber apesar de se ter certeza que havia um número considerável de franceses e alemães no Brasil holandês.

Outra situação que o conjunto parece indicar é o relativo isolamento em que se mantinham os meios circulantes holandês e luso-brasileiro. Havia muito poucas moedas espanholas. Todavia, mesmo na Holanda se usavam moedas de prata espanholas. E não se pode ter certeza se essas moedas foram parar no forte por meio de algum artigo vendido por algum soldado ou pessoa da localidade ou se foram embarcadas diretamente da Holanda para pagar a guarnição.¹⁴⁸

No caso brasileiro, as autoridades holandesas, uma vez instaladas, se apressaram em tornar legal o sistema de pesos e medidas holandês, bem como seu sistema monetário. Obviamente os estoques de moeda espanhola nas mãos dos habitantes não podia ser ignorado e estas continuaram circulando paralelamente às moedas holandesas.

O Brasil holandês parece ter padecido de uma crônica falta de moedas, que não foi atenuada pela chegada do governador no ano de 1637: um rebento da poderosa Casa Nassau-Siegen.

¹⁴⁸ A consulta à coleção foi gentilmente providenciada pelo Professor Marcos Albuquerque da Universidade Federal de Pernambuco e sua equipe.

3. NASSAU E A MULTIPLICIDADE MONETÁRIA DO BRASIL HOLANDÊS

Maurício de Nassau foi uma personagem curiosa. Militar por formação, tinha laivos de humanista erudito e preferia a conversação à guerra. Calvinista, era tolerante para com os católicos. Teuto-holandês, era um apaixonado do Brasil. E, do ponto de vista do poder colonial português, era um invasor, mas unanimemente respeitado, tanto durante seu governo quanto para as diversas gerações de historiadores posteriores.

Imagem 28



Assim que chegou ao Brasil, Nassau procurou tomar pé da situação e viu-se que a condição monetária do Brasil holandês era difícil na melhor das hipóteses. Talvez fosse mesmo mais difícil que no resto do país sob controle português. A WIC, enquanto estado, era a principal fornecedora de moedas e

sua situação não era boa. Muitas vezes os próprios membros do serviço pessoal de Nassau ficavam sem receber e Cabral de Mello cita o caso do trombeteiro Hanien que ficou meses sem ver a cor do dinheiro. A situação do exército era especialmente preocupante. O Conselheiro Adriaan Van Der Dussen escrevia: “Em todo o Brasil não há um lugar onde um exército possa encontrar o alimento necessário”.¹⁴⁹ Ao que parece havia ocasiões em que os soldados recebiam o soldo em víveres, o que os desagradava. Nassau esforçou-se para pagar os soldos atrasados “o que lhes permitia aprovisionarem-se a baixo custo em gêneros locais, como a farinha de mandioca em lugar da de trigo, mais cara, vinda dos Países Baixos.”¹⁵⁰ Nassau também instou com os diretores da Companhia para que os acertos finais em forma de pagamento fossem feitos no Brasil ao invés da Holanda pois assim, acreditava ele, o dinheiro seria investido principalmente no Brasil.¹⁵¹

Na verdade, em termos estritamente militares, a guerra no Brasil tornara-se extremamente cara. Ao contrário da luta na Ásia, Portugal contava com uma grande dose de fidelidade por parte de seus súditos na América.¹⁵² Cabral de Mello notou que a WIC receberia mais dinheiro de acionistas na Holanda se conquistasse grandes vitórias no Brasil, como por exemplo a conquista da Bahia. Todavia, para operações militares de envergadura era necessário dinheiro e como não havia dinheiro as grandes operações se mostravam inviáveis, sem ataques em grande escala e notícias de vitórias os acionistas holandeses não se animavam em investir, completando assim o círculo vicioso. A queda dos preços do açúcar nos últimos anos do governo holandês agravaria ainda mais a situação.¹⁵³

Wätjen descreve a situação:

Quanto mais apertada, porém, a WIC se mostrava em matéria de dinheiro, tanto mais exigia de suas possessões ultramarinas. Quanto se pudesse

¹⁴⁹ Evaldo Cabral de Mello. *Nassau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 83.

¹⁵⁰ Idem. p. 62.

¹⁵¹ Idem, *ibidem* p. 71.

¹⁵² Charles R. Boxer. *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 133.

¹⁵³ Idem, *ibidem*. p. 78.

extorquir delas, devia-se-lhes tirar. Se porventura as notícias enviadas sobre a colheita eram desfavoráveis, se os navios voltavam em pequeno carregamento de retorno ou a qualidade das mercadorias trazidas não agradava à vista dos compradores, - então choviam as recriminações sobre o Governador, Conselheiros e Funcionários. Deplorava-se a incapacidade dos empregados, que recebiam elevados salários mas só cuidavam do seu proveito pessoal. Não havia contar as queixas sobre a má administração, ou sobre a inércia dos lavradores, criadores e exploradores de matas, os quais todos queriam lucrar, sem que tratassem dos interesses da Companhia. Quantas vezes não foi lançada a culpa das safras falhas ao rosto das administrações coloniais! Segundo o parecer da diretoria geral, o primeiro e mais importante dever de uma colônia era cuidar de recheiar de dinheiro a bolsa dos diretores e acionistas da Companhia.¹⁵⁴

De fato, não havia clima para se criar uma introdução de moedas de uma forma mais constante e racional.

Apesar dos esforços de Nassau, a crise de numerário, de uma maneira geral, agravou-se a partir de 1639. As moedas de menor valor começaram a escassear prejudicando o comércio do dia-a-dia. A crise tornou-se mais aguda, pelo menos sob o ponto de vista da segurança do Brasil holandês. As tropas começaram a ser pagas com moedas de grande valor. Entregava-se para pagamento uma grande peça de ouro para quatro ou cinco soldados, o que constituía o soldo de um mês. A questão de como a moeda seria “dividida” e gasta era deixada para os soldados resolverem entre si. Tal procedimento provocava todo tipo de atritos e tensões e tornou-se logo muito claro que o problema teria de ser resolvido.¹⁵⁵

Nassau e o Conselho solicitaram então à direção da companhia o envio de 27.000 florins em moedas de pequeno valor: um soldo, dois soldos e xelins.¹⁵⁶ Tal solicitação era apenas paliativa, apesar da colônia ter necessidade de moedas de pequeno valor, e Nassau, junto com os conselheiros, aventaram uma solução que era periodicamente lançada nas colônias durante o século XVII: a cunhagem de moedas de valor intrínseco (peso específico, distintas das moedas da metrópole) que não valia a pena exportar. Se aplicada, esta teria sido uma boa solução, como provam outros casos do mesmo século. Todavia, a direção da companhia, sempre

¹⁵⁴ Hermann Wätjen. Op. cit. p. 195.

¹⁵⁵ Idem. p. 324.

¹⁵⁶ Hermann Wätjen. Op. cit. p. 324.

interessada em tosquiar a colônia não mostrou interesse, mas concordou em mandar os 27.000 florins pedidos por Nassau.¹⁵⁷

Maurício de Nassau chegou a conceber um ataque a Buenos Aires, de modo a controlar a saída de prata para o Atlântico. Certamente o conde queria recriar o grandioso tripé econômico do Atlântico Sul, só que desta vez sob domínio holandês. Com o Nordeste, produtor de açúcar e Angola, fornecedora de escravos, em mãos holandesas, faltava apenas obter o controle da saída da prata, uma vez que o contrabando estava fora de cogitação para os holandeses.

Mas os planos de Nassau não foram aceitos pela direção da Companhia. O alvo da expedição foi mudado e passou a ser o Chile, aonde se dizia haver ouro. A expedição foi organizada com cinco navios e fracassou miseravelmente.¹⁵⁸

Para suprir a emergência monetária a Companhia, numa clara demonstração da falta de discernimento com relação aos problemas monetários coloniais, decidiu enviar uma grande quantidade de portuguesas para a colônia. As portuguesas eram enormes moedas de ouro, com pouco mais de 34 gramas, cunhadas em países do norte da Europa como cópia das moedas portuguesas do Reinado de D. Manuel I (1495-1521) que eram cunhadas com o ouro recém trazido da África e tinham valor nominal de dez cruzados.¹⁵⁹ As portuguesas tinham enorme prestígio e sua aparência impressionava, mas não eram de jeito nenhum uma moeda para o dia a dia colonial. Na Europa as portuguesas eram usadas eventualmente, para compras avultadas e no comércio internacional. Quando elas começaram a ser retiradas das arcas onde tinham sido acondicionadas, as moedas de maior valor a circular eram dobrões de ouro espanhóis que valiam 7,5 menos que uma portuguesa, ou seja 10 florins, enquanto a portuguesa valia 75 florins. Para se ter uma idéia do tremendo valor de tal moeda, um soldado da companhia recebia por mês, em 1637, 5 florins e um

¹⁵⁷ Idem. p. 325.

¹⁵⁸ Harald S. Van der Straaten. *Brasil: um destino*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. p. 97 e 98.

¹⁵⁹ Michel Amandry. *Dictionnaire de Numismatique*. Paris: Larrouse, 1981. p. 474.

major, 54 florins. Como a inadequação era clara, o governo determinou baixar o valor das portuguesas para 60 florins. Com o valor das portuguesas reduzido no Brasil, tornou-se atrativo exportá-las para a Europa o que levou a uma grande evasão dessas moedas, reacendendo a questão da falta de numerário.¹⁶⁰

Uma das tentativas feitas pelos holandeses para resolver a escassez foi especialmente imaginativa e precursora. Cientes de que só com muita dificuldade conseguiriam um fluxo constante de moedas vindas da Europa, as autoridades holandesas decidiram emitir papel-moeda. Quando da época da emissão, o papel-moeda era virtualmente desconhecido na Europa e na América. A iniciativa holandesa, portanto, foi de uma originalidade quase absoluta. No caso do Brasil, apenas cerca de cento e trinta anos mais tarde é que papel começaria a circular como dinheiro quando da emissão de recibos de depósito de ouro nas Minas Gerais. Mas por essa época a idéia do papel-moeda já tinha sido bem mais absorvida pelo Ocidente. A situação que levou à criação do papel-moeda holandês foi assim descrita:

Em vista da aflitiva situação oriunda do rápido decréscimo da moeda circulante, viu-se o Governo obrigado a emitir as chamadas *ordonnantien*, isto é, ordens de pagamento pelas rendas reais, em arrecadação, e a expedir um decreto em que se determinava, para todos, a aceitação obrigatória desse papel-moeda, em pagamento de qualquer transação. Não se cuidou, entretanto, de manter o limite máximo inicialmente fixado para circulação. Como as emissões se seguissem uma logo após a outra e os bilhetes não tardassem a inundar todo o país, entrando, de mais a mais, no mesmo tempo em circulação vales, em troca de farinha de mandioca e carne, o câmbio das ordenanças, como era natural, caiu rapidamente.¹⁶¹

Nunca foi encontrada uma dessas *ordonnantien*. Devido a isso só podemos fazer conjecturas sobre sua aparência. Mas comparando com as cédulas suecas que surgiram mais para o final do século XVII, podemos imaginar que tinham muito pouco da aparência das cédulas atuais. As

¹⁶⁰ Hermann Wätjen. Op. cit. p. 327.

¹⁶¹ Idem p. 325. Essa tentação das autoridades holandesas em produzir dinheiro excessivo para as necessidades teve diversos seguidores como no caso das *assignats* da Revolução Francesa e das notas emitidas durante a Revolução Americana. A consequência óbvia era inflação. Cf. Joe Cribb. *Dinheiro*. São Paulo: Editora Globo S. A. 1990. E Catherine Eagleton. *Money. A History*. Buffalo: Firefly, 2007. p. 177-192.

cédulas da época eram, na verdade, documentos. Possuíam textos explicativos onde, entre outras coisas, se declarava seu valor. Costumavam também aparecer várias assinaturas das autoridades emissoras.

Para agravar a escassez monetária em 1640 uma esquadra luso-espanhola às ordens do Conde da Torre se apresentou diante do Recife.¹⁶² A vitória dos luso-espanhóis era dada como certa e isso levou a uma onda de enterramentos de moedas espanholas por parte dos habitantes luso-brasileiros. O que se imaginou foi que após a vitória do Conde, a única moeda legal seria a de origem ibérica, que ficaria então sobrevalorizada. Enterrar esse tipo de moeda, especialmente as grandes peças de oito, era uma forma de especular com o resultado da luta.¹⁶³

Aliás, durante o domínio holandês houve uma intensa onda de enterramentos de moedas por parte dos habitantes luso-brasileiros. Evaldo de Mello menciona que o Padre Francisco de Villena, que chegara com uma delegação portuguesa em Pernambuco em 1641, tinha por missão localizar e desenterrar a prata pertencente aos jesuítas e aos irmãos Duarte e Matias de Albuquerque e contrabandeá-la para a Bahia e dali para Portugal.¹⁶⁴

Imagem 29



¹⁶² Cf. Hernani Donato. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987.

¹⁶³ José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 245.

¹⁶⁴ Evaldo Cabral de Mello. *Rubro Veio*. p. 280.

4. FREI JOSÉ PROCURA SUAS MOEDAS

Um caso bem mais pitoresco foi o de Frei José, conhecido como Santinho. Frei José desempenhara a função de comerciante na Olinda pré-invasão. Quando os holandeses chegaram, Frei José enterrou suas moedas na casa em que habitava. Em seguida fugiu, abandonando a cidade e seu dinheiro. Em 1637, os holandeses queimaram Olinda, arrasando a maioria das casas. Enquanto isso Frei José ingressava na ordem Franciscana no Espírito Santo. Muitos anos depois, quando da expulsão definitiva dos flamengos, Frei José voltou em busca do dinheiro. Mas já haviam se passado mais de vinte anos e a cidade tinha outra face, motivada pelas reconstruções. Frei José teve de localizar o sítio de sua antiga casa e ainda encontrar o lugar onde havia enterrado as moedas. Após muitas dificuldades, Frei José conseguiu desenterrar seu dinheiro que havia sobrevivido escondido por toda ocupação holandesa.¹⁶⁵

Frei José teria até motivos para se mostrar pessimista. Depois do incêndio de Olinda o mercenário inglês a serviço da Companhia, Cuthbert Pudsey, declarou que os holandeses encontraram grande quantidade de moedas escondidas, descobertas, sem dúvida, após o colapso de paredes e construções onde estavam escondidas.¹⁶⁶ Lembramos aqui que o saque de Olinda foi menos rico que o de Salvador e é de se pensar que muito dinheiro havia sido escondido.

Talvez em nenhum outro momento da história colonial brasileira houve tantos relatos de moedas escondidas e/ou enterradas. Logo que os holandeses conquistaram a Ilha de Itamaracá se iniciaram as ações em busca de riquezas escondidas.

Fortificada a ilha, fez algumas entradas o inimigo pela terra dentro, roubando e saqueando quanto podia haver às mãos, e foi a Goiana, terra que

¹⁶⁵ Evaldo Cabral de Mello. *Rubro Veio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 280.

¹⁶⁶ Idem. p. 279.

é desta capitania de Itamaracá e roubou alguns dez mil cruzados em prata e ouro, e fazendas que estavam em uma casa oculta metida pelo mato dentro, no sítio do engenho de Lourenço Cavalcanti, que lhes mostrou um negro que com eles se meteu.¹⁶⁷

À medida que o tempo passava os holandeses se tornavam mais hábeis na difícil arte de encontrar tesouros escondidos. Em Apipucos, nas proximidades do Recife, os soldados revelaram um pouco desse novo talento:

...e depois de roubar tudo o que acharam, cavaram todas as casas e quintais os moradores por ver se achava algum dinheiro, prata ou ouro, enterrado; e traziam uns espetos grandes e agudos, com que faziam buracos na terra e paredes para descobrir alguns escondedouros secretos, e até os telhados das casas buscavam; e mandando alguns moradores fazer queixas aos do supremo conselho, de que debaixo de passaportes receberam tantos agravos, tiranias e roubos responderam que aquilo era cousa de soldados....¹⁶⁸

Gilberto Freyre observou que os luso-brasileiros e o pessoal a serviço da WIC se constituíram em duas populações quase hostis.¹⁶⁹ Essas duas populações conviviam juntas mas constantemente atritavam entre si; habitavam um espaço próximo, mas ao fim, viviam separados. Para além das barreiras lingüísticas, havia de um lado o Brasil dos luso-brasileiros, predominantemente rural e católico. De outro os holandeses calvinistas e de cultura urbana.

É certo que as moedas tenham sido mais um diferenciador entre as duas populações. Quando do primeiro desembarque holandês no Recife, a população local usava basicamente as moedas de prata espanholas, haveria ainda uma pequena percentagem de antigas moedas portuguesas de antes da União Ibérica. O destino desse cabedal foi ser escondido à espera de tempos melhores e para se evitar roubos, outra parte foi retirada para a Bahia, acompanhando os emigrantes que para ali iam. De maneira geral pode se acreditar que não houve muita reposição das moedas espanholas durante o domínio holandês. Além da situação de guerra, que desestimulava uma circulação mais normal, Holanda e Espanha eram inimigos jurados. Se

¹⁶⁷ Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004. p. 61.

¹⁶⁸ Idem p. 262.

¹⁶⁹ José Antônio Gonsalves de Mello. Op. Cit.. p.116.

já para os portugueses, que eram súditos da mesma dinastia, o abastecimento de moedas se fazia através de contrabando, para os holandeses seria impossível repetir o feito. Note-se que durante todo período da ocupação holandesa Espanha e Holanda estiveram em guerra. Navios holandeses certamente não seriam bem vindos em Buenos Aires. A obtenção de numerário espanhol pode ter sido feita pelos ataques dos corsários holandeses que fizeram grandes devastações durante a guerra.¹⁷⁰ Todavia é pouco provável que as moedas espanholas apreendidas no mar ficassem no Brasil. A situação política difícil, especialmente após a partida de Nassau, desestimulava a permanência. E, pelas próprias práticas mercantilistas da companhia, deveria haver uma forte pressão para a exportação das moedas para a Holanda.

Do outro lado, o numerário holandês seguia o sistema sugerido por Braudel, em que o Estado é o principal fornecedor de moedas. “O Estado moderno é o grande provedor (impostos, soldos dos mercenários em dinheiro, retribuição dos funcionários)...”¹⁷¹ O Estado no caso era a WIC que atuava diretamente no país, pagava funcionários coloniais e atendia as reclamações sobre o meio circulante, sendo que o Governo da Holanda se mantinha à relativa distância.¹⁷² Os primeiros a ter contato com as moedas holandesas seriam os soldados e funcionários da WIC, portanto, os europeus trazidos pela companhia. A população de origem luso-brasileira teria acesso a esse tipo de numerário de forma indireta, através do comércio e de pequenos negócios com os militares e o pessoal da companhia. Em diversas circunstâncias, luso-brasileiros usaram esse dinheiro e sabemos que o dinheiro holandês continuou circulando mesmo depois da expulsão dos flamengos. Um bom indício é o caso da mulher que pagava o aluguel de um sobrado no Recife em florins e com isso, numa prova de que pelo dinheiro se

¹⁷⁰ Evaldo Cabral de Mello. *O Negócio do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 66 e Watjen que menciona que durante o período entre 1623 e 1636 os capitães da WIC capturaram 547 navios hispano-portugueses. Herman Watjen. Op. cit. p. 139.

¹⁷¹ Fernand Braudel. *Civilização Material, Cultura e Capitalismo*. Volume I. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 401.

¹⁷² O caso de colônias que eram propriedade de grandes companhias comerciais foi típico das colonizações inglesa e holandesa. Tanto a Índia quanto a Indonésia deixaram de ser colônias de companhias já bem entrado o século XIX. Cf. Harry C. Lindiger. *Os Impérios do Comércio*. Lisboa: Distri Editora, 1983.

faziam fidelidades nacionais, caiu em suspeição de ter mantido relacionamento com holandeses.¹⁷³

Já os reales espanhóis muito provavelmente tornaram-se dinheiro residual, talvez com tendência de se ir esgotando aos poucos. Afirmo isso devido ao fato de que, quando do ataque holandês, tornou-se inseguro comerciar com Buenos Aires e a entrada de moedas deve ter se restringido em muito ou até cessado. Além disso, houve uma grande emigração de luso-brasileiros para o interior, levando bens móveis.¹⁷⁴ Os antigos reales devem ter se mantido nas mãos de seus antigos possuidores, tendo sido gastos lentamente.

No livro de Gonsalves de Mello há o fato bastante revelador de que os holandeses faziam suas contas e negócios sempre em florins enquanto que os luso-brasileiros os faziam em réis.¹⁷⁵ Ao abismo cultural que separava os dois povos, se juntava o do meio circulante que deve ter se mantido parcialmente distinto durante todo o domínio holandês.¹⁷⁶

Um dos problemas de Maurício de Nassau era o de conjugar esses dois meios circulantes e transformá-los em um todo coerente. Não era tarefa fácil. Como vimos, em seu próprio país, o meio circulante diversificado foi mantido em prol da liberdade das províncias. No Brasil, a idéia de Nassau e conselheiros foi de elevar o valor das moedas no Brasil em relação a Holanda, de forma a se desestimular a exportação de moedas. A cotação das peças deveria ser a seguinte:¹⁷⁷

Moeda	Florins	Soldos
Dobrão de pistola, de ouro	10	
Peça de oito	2	10

¹⁷³ O caso é relatado por José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos*. Op. cit., p. 125.

¹⁷⁴ Cf. Hermann Wätjen. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Op. cit.

¹⁷⁵ Cf. José Antônio Gonsalves de Mello. Op. cit.

¹⁷⁶ Tal como no caso português, muitas vezes o dinheiro metálico era substituído por pagamentos em espécie. Ronaldo Vainfas menciona o empréstimo à WIC feito por Manoel de Moraes e que foi pago em escravos, bois, machados e outras peças, assumindo, portanto, uma forma puramente contábil. Ronaldo Vainfas. *Traição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 217.

¹⁷⁷ Hermann Wätjen. Op. cit. p. 326.

Taler de 30 soldos	1	15
Peça de 28 soldos	1	13
Xelim		7
Dobrão de soldo		2.5

A tabela de Maurício de Nassau nos revela algo do meio circulante do Brasil holandês. Obviamente, a relação contemplava as moedas que existiam em bom número na colônia, não se perdeu tempo com minúcias e preciosismos. Tanto o dobrão de ouro quanto a peça de oito eram moedas espanholas, em ampla circulação pelo mundo. O rixtaler era uma moeda holandesa de mesmo peso e tamanho que a peça de oito.¹⁷⁸ As outras eram moedas holandesas de menor peso em prata e cobre. É praticamente certo que o numerário holandês procedesse de diversas províncias e que, mesmo apresentando peso equivalente, as moedas deveriam diferir muito entre si. O que a tabela deixa transparecer é uma síntese dos meios circulantes holandês e espanhol que coexistiam na colônia. As moedas portuguesas estão ausentes. Quando da elaboração da tabela, Portugal ainda estava unido à Espanha, não devia cunhar muitas moedas e o numerário de origem portuguesa se reduziu aos poucos.

Nassau procurou de diversas formas melhorar o estado e a qualidade do meio circulante dos estados sob sua administração. Dentre as primeiras e óbvias atenções de Nassau estava o pagamento dos soldos da tropa. Ali estava uma das preocupações mais claras das autoridades coloniais holandesas, uma vez que a colônia tinha sido ganha por marinheiros e soldados e neles residia a segurança do território. Uma das intermináveis contendas de Nassau com a direção da companhia dizia respeito ao pagamento das tropas ser feito no Brasil, ao invés da antiga prática do pagamento ser feito ao final do serviço, na Holanda. Na visão de Nassau,

¹⁷⁸ Tal prática era bastante freqüente nos séculos XVII e XVIII, quando diversos países da Europa tiveram de adaptar suas moedas em função do meio circulante espanhol.

com o pagamento feito no Brasil, o dinheiro dos soldados ficaria aplicado na colônia em pequenos negócios e investimentos diversos.¹⁷⁹

Um dado comum entre a colonização holandesa e a portuguesa é que as moedas faltaram periodicamente nos dois casos. Assim, era comum o pagamento em gêneros. Cabral de Mello menciona o caso de uma D. Jerônima Teixeira que, mediante um suborno de noventa caixas de açúcar, escapou da pena de morte por haver mandado açoitar guerrilheiros.¹⁸⁰ Na questão central e candente do pagamento pelos senhores de engenho das dívidas feitas com a Companhia, o pagamento deveria ser feito em açúcar e uma série de safras fracas, bem como o desejo de dar calote na Companhia, envenenava o ambiente nas áreas sob controle holandês.¹⁸¹ Dada a falta de moedas, Maurício de Nassau instituiu, em 1637, gratificações que podiam ser pagas em alimentos.¹⁸² Em uma carta para o governo holandês, os irmãos Albuquerque sugeriam pagar alguns milhares de caixas de açúcar caso os holandeses deixassem o país.¹⁸³ O general português Francisco Barreto de Menezes colhia armas e munições de contrabandistas ingleses em troca de pagamentos em açúcar.¹⁸⁴

Enquanto que os luso-brasileiros eram, em grande medida, civis militarizados que combatiam pela sua terra, as tropas a serviço da Companhia eram compostas de mercenários.¹⁸⁵ Nassau interessou-se vivamente em formar um corpo de colonos com arraigados interesses na terra, mas a política de vistas curtas e de lucro a curto prazo da companhia atrapalhou tudo. Os comandantes luso-brasileiros tinham mesmo algum sucesso em cooptar mercenários da WIC em troca de pagamento.

¹⁷⁹ Evaldo Cabral de Mello. *Nassau*. p. 71. Apesar de parecer que Maurício de Nassau tenha tido sucesso e de existirem relatos de pagamentos feitos no Brasil, o problema do pagamento dos mercenários da WIC parece ter sido recorrente. São freqüentes os relatos de que as contas seriam acertadas na Holanda.

¹⁸⁰ Idem. p. 172.

¹⁸¹ Hermann Wätjen. Op. cit. 199.

¹⁸² Idem. p. 309.

¹⁸³ José Antônio Gonsalves de Mello. Op. cit. p. 39.

¹⁸⁴ Idem. p. 172.

¹⁸⁵ As exceções eram obviamente as tropas profissionais cujo salário em 1624 era metade em dinheiro e metade em fazendas. Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. p. 137 e 143.

Em dado momento, João Fernandes Vieira mandou publicar editais onde vinha escrito:

João Fernandes Vieira, primeiro aclamador e governador da guerra da liberdade e restauração de Pernambuco, faço saber a toda a pessoa, de qualquer qualidade ou nação que seja, que quiser tomar armas contra o inimigo holandês para o bem da restauração destas capitâneas, o faça logo dentro em quatro dias depois de ter notícia deste edital; e sendo estrangeiro ou judeu, que queira ficar em sua casa e fazenda, debaixo de minha jurisdição, se lhe não bolirá em cousa alguma de seus bens, nem fará agravo algum, e poderá cobrar todas as dívidas que se lhe deverem; e sendo soldado e quiser tomar armas, se lhe pagará logo todo o soldo que a companhia de Holanda lhe deve, e ao que as não quiser tomar se lhe dará passagem livre.¹⁸⁶

E do lado luso-brasileiro havia uma clara consciência de que a fidelidade de trãnsfugas holandeses dependeria em uma grande medida da pontualidade do pagamento.

Faziam os governadores com muita pontualidade todos os meses pagas a esta infantaria holandesa, no que se despendeu muito dinheiro à custa do povo, que nunca faltou à sua obrigação; e havendo alguma vez muita necessidade (que donde não há cabedal de rei são mui grandes que na guerra se padecem, nunca se faltou com a razão aos holandeses se bem o Straeten (e alguns pareciam fiéis) ficando muitas vezes sem ela os portugueses, mas eram ao fim holandeses.¹⁸⁷

Um caso bem interessante foi o ocorrido no Forte de Nazaré. O seu comandante, Theodor Straeten, já havia mantido contatos com autoridades portuguesas antes. Nestes contatos ele havia insinuado que poderia trair seus companheiros mudando de lado. Quando os guerrilheiros puseram o forte a cerco, Straeten fez valer a ocasião. Por meio de emissários, manteve contato com os sitiantes. Straeten dirigiu um discurso eloquente a seus comandados no qual dizia:

...que bem sabiam o pouco poder que havia no Recife para os socorrer e defender, e que já vencido e preso o governador das armas Henrique Hus, com toda a flor da sua infantaria, e muitos holandeses mortos; e que os portugueses faziam bom partido e tratamento aos rendidos, e que era melhor tomar um bom concerto e entregar a fortaleza a el-rei D. João, que

¹⁸⁶ Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco...* Op. cit. p. 215.

¹⁸⁷ Idem p. 333.

era natural senhor daquela terra, do que servir a mercadores, que lhes não pagavam o seu soldo, nem lhes davam de comer nem vestir....¹⁸⁸

De fato, os soldados costumavam passar mais necessidades que os oficiais.¹⁸⁹ Ao fim o forte foi entregue e os holandeses mudaram de lado. O montante de salários atrasados foi calculado em nove mil cruzados.

¹⁸⁸ Idem p. 291.

¹⁸⁹ Evaldo Cabral de Mello. Op. cit. p. 142 e 144. O dinheiro para o pagamento das tropas amotinadas no Forte de Nazaré pode ter saído de uma finta destinada ao pagamento da guerra. Idem p. 148

5. VAI-SE NASSAU, VÃO-SE AS MOEDAS

Foge ao escopo deste trabalho analisar as progressivas desavenças entre Nassau e os diretores da Companhia. Ainda assim, cabe considerar que Nassau era partidário de que deveriam ser feitos maiores investimentos no Brasil e de que deveriam se adotar medidas pelas quais se dificultasse a saída das moedas da colônia. A posição da diretoria por outro lado era a de obter o maior lucro possível no prazo mínimo de tempo. Por diversas vezes Nassau conseguira contornar situações difíceis e constrangedoras ameaçando demitir-se. Por fim, a situação tornou-se insustentável. Lamentado pelos moradores da colônia, Nassau embarcou de volta a Holanda em 1644. Lá ele haveria de brigar novamente com a Companhia por causa de salários atrasados.¹⁹⁰

A ausência de Maurício de Nassau agravou a situação de diversas maneiras. Nassau sempre atuara com complacência com relação às dívidas dos senhores de engenho para com a Companhia. Após sua saída a Companhia decidiu agir com rigor. Foi determinado que os engenhos dos devedores seriam vendidos em hasta pública. A iniciativa não prosperou.

“Ante a penúria de dinheiro reinante no país e a falta de capacidade aquisitiva de seus habitantes, a venda em hasta pública dos engenhos não seria de bom conselho, pois causaria os maiores prejuízos à Companhia...”¹⁹¹ Novamente era a falta de moedas prejudicando os planos das autoridades holandesas.

A tensão aumentava diariamente, e havia rumores de que João Fernandes Vieira, que até então havia se dado bem com os holandeses,

¹⁹⁰ Em seu livro, Fernando Gouvêa cita um artigo do historiador holandês Van Hoboken no qual ele afirma que o Brasil se tornou a colônia holandesa perdida pela incúria. Fernando da Cruz Gouvêa. *Maurício de Nassau e o Brasil Holandês. Correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Editora universitária da UFPE, 1988. p. 199.

¹⁹¹ Hermann Wätjen. *Op. cit.* p. 225.

enviava sua jóias e prata para a Bahia.¹⁹² É lícito admitir que o exemplo de Vieira estivesse sendo amplamente seguido por luso-brasileiros ricos.

A volta de Nassau para a Holanda provocou uma onda de apreensão e ceticismo entre os espíritos mais previdentes. Houve uma grande onda de repatriação de moedas. Muitos holandeses prudentemente retiravam suas economias do Brasil. Em Haia, o embaixador português observava que “...ficou aquele Estado (o Brasil) muito falto de dinheiro”.¹⁹³ Muitas pessoas capazes retornaram com Nassau e a colônia vivia uma situação sombria com queda de preço de açúcar na Europa, de repatriamento de fundos comerciais e de fuga do meio circulante.¹⁹⁴

A falta de dinheiro na colônia atingiu proporções inéditas tanto pela agudeza quanto pela seriedade.

Na colônia crescia dia a dia a exaltação dos holandeses e portugueses por motivo da carestia da vida, e contra as medidas de rigor usadas para com os agricultores. As iras se voltaram sobretudo contra o mal-aventurado Conselho de Finanças. Alguém deveria de ser a vítima do desabafo da cólera geral! Quando os membros dessa corporação apareciam na rua, irrogavam-lhes pragas ou atiravam-lhes às faces insultos diretos. Desde que essa gente deu início a sua calamitosa atividade na Nova Holanda, ouvia-se de toda parte, as transações ficaram estagnadas e o dinheiro de prata pôs-se em fuga do país. As tropas por sua vez começaram a resmungar. Já se davam casos isolados de pilhagem e atos de violência. Em agosto de 1643 o governo se viu na necessidade de tomar dinheiro aos comerciantes livres e sacar letras no valor de 36.000 florins sobre as Câmaras da Companhia. A carta que o Conselheiro Financeiro Henricus Gasparus Torquinius, alguns meses mais tarde, escreveu para Midelburgo foi um grito de desespero. Nessa carta dizia o conselheiro: “Há meses todos aqui exigem dinheiro e só temos, diante de nós, cofres vazios”.¹⁹⁵

Uma das maneiras de se conseguir dinheiro nessas circunstâncias adversas era tosquiando a população através da cobrança de impostos atrasados ou ainda criando mais alguns. Uma maneira pitoresca, praticada pelos holandeses, de se arrancar dinheiro dos luso-brasileiros é mencionada por Santiago. A coisa era feita da seguinte forma: uma mulher holandesa chamava um homem “português” a sua casa para perguntar

¹⁹² Idem. p. 227.

¹⁹³ Evaldo Cabral de Mello. *Nassau ...* Op. cit. p. 207.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Hermann Watjen. Op. cit. p. 331.

alguma coisa ou sob outro pretexto qualquer. O inocente ia lá. Uma vez sozinho com a mulher na sala, esta dava um grito e acudiam o marido e alguns amigos que ficavam de atalaia em um aposento próximo. O grupo imediatamente acusava o indivíduo de tentar estuprar a mulher. E era a palavra de um contra a de um grupo e, de fato, o coitado havia sido apanhado na casa alheia. Santiago afirmou que vários homens honrados foram apanhados no golpe, a saber: em Olinda a “um omem honrado e de idade” chamado Tomaz Luiz, outro foi um padre de mais de setenta anos! A propósito, já havia quantia delimitada para o grupo não fazer a queixa. Para deixar passar o “insulto” em brancas nuvens era necessário pagar ao marido e a mulher cinqüenta ou sessenta dobrões!¹⁹⁶

A justiça holandesa também fazia sua parte no rol de corrupções na colônia. Os escoltetos¹⁹⁷ abusavam de seus poderes.

O escolteto ia pelas freguesias a condenar os amancebados, e depois de ajuntar muito dinheiro se tornava a consertar de novo com eles, e dando-lhe cada um seis dobrões ou o preço em que se consertavam lhes passava por escrito e quitação de que já tinha pago para o ano seguinte, para que livremente, sem nenhuma pessoa entender com ele, andasse com a concubina, e não era o zelo que nisto mostravam para eles se emendarem (porque então perderia o escolteto muito dinheiro, porque arrendava este ofício), nem por evitarem ofensas cometidas contra Deus, mais para mais pagarem e crescer a renda, e para tirar mais cópia de dinheiro....¹⁹⁸

A esperteza atingia ambos os sexos. Segundo Santiago: “Elas por se livrarem das infâmias que falsamente lhes argüia o escolteto, vendendo muitas vezes as jóias, pagavam o que não deviam...”.¹⁹⁹

As autoridades holandesas fizeram diversas leis para que moradores de zonas rurais plantassem mandioca e mantivessem os caminhos de suas terras. A intenção era boa mas os funcionários corruptos abusavam.

Isto feito saíam seus escoltetos cada seis meses pelos campos e matos com outros ministros de justiça, e chegavam às casas dos moradores, e nenhum

¹⁹⁶ Diogo Lopes Santiago. Op. cit. p. 160. Notar que a quantia é mencionada em dobrões, uma moeda de ouro grande. A penalidade monetária para este tipo de crime era particularmente alta.

¹⁹⁷ Funcionários da justiça holandesa.

¹⁹⁸ Diogo Lopes Santiago. Op. cit. p. 157.

¹⁹⁹ Idem.

havia que não ficasse condenado em dinheiro, ainda que fizesse milagres no cumprimento de suas premáticas, e os escoltetos toadas as condenações que faziam eram para si, e dali davam metade aos do conselho, ou como acima disse arrendavam os ofícios, e como estes condenavam sem apelação nem agravo para outro superior, alargavam a mão e a boa vontade, segundo lhes parecia. Quando chegavam a alguma povoação mandavam um mensageiro aos principais moradores dela, dizendo que fossem avançar com ele por os moradores, em tanta soma de dinheiro, que não entraria na povoação, nem buliria com eles, e que a eles lhes ficava assim melhor e mais barato. Vendo os moradores que, ou por fás ou por nefas, lhes havia de levantar mil caramilhos, he haviam de pagar todos, muito mais lhe ajuntavam entre si todos, inda que lho não devessem, nem se ahassem compreendidos em cousa alguma das premáticas uma soma de dinheiro, com que ele não entrava na povoação.²⁰⁰

Um dos escoltetos, um luso brasileiro a serviço da companhia, era especialmente espezinhador.

Saiu este escolteto, Paulo Antônio, do Recife com outros ministros da Câmara por as casas dos moradores, dizendo que ia crestar suas colméias e deixando assolados os moradores da várzea de Capibaribe, Apipucos e Barreta, e distrito da vila de Olinda, com uma amigável composição que com ele se fez; por não entender com cada um dos moradores entrou nas freguesias de Santo Amaro e S. Lourenço e as abrasou com tirânicas condenações, por que aos que não achava compreendidos na pragmática da planta das roças de mandioca os condenava por não terem os meios alqueires afilados, e se os tinham, dizia que a afilação era falsa; e aos que achava por aqui livres, os condenava por não terem os caminhos bem planos e consertados, e quando por aqui não achava porta aberta buscava outros apeguilhos, onde todos, altos e baixos, ficavam condenados, e ajuntou nestas duas freguesias mais de quinze mil cruzados.²⁰¹

Santiago relatou que o escolteto multou uma mulher que lhe serviu água em uma vasilha que ele achou imprópria, um ferreiro foi multado em seis mil réis por não ter uma peça para medir a farinha. Um homem pobre e precavido argumentou com o escolteto que este não teria o que cobrar dele. Os caminhos sob sua responsabilidade estavam muito bem cuidados e quanto às roças de mandioca, ele havia plantado além do número determinado pela Companhia. O escolteto Paulo Antônio, então, perguntou quem o havia autorizado a plantar além do que a Companhia determinava. Feito isto, o escolteto o multou.

²⁰⁰ Idem p. 158

²⁰¹ Idem.

Mas enquanto os funcionários corruptos tosquiavam a população, o pagamento das tropas era um assunto muito mais sério, por motivos óbvios. Para eles era necessário se conseguir moedas de qualquer maneira. Pelo mês de fevereiro de 1645 a situação tornou-se mais grave, com as tropas tomando conjuntamente uma atitude ameaçadora. Os insurgentes, como foi visto, procuravam e conseguiam aliciar um grande número de soldados se oferecendo para pagar os soldos atrasados. Juntando o dinheiro disponível, o Alto Conselho mandou pagar em dinheiro o soldo equivalente à metade de fevereiro, sendo o resto pago em vinho e aguardente.

Negociações foram entabuladas pelo Conselho com comerciantes do Recife para que adiantassem algum dinheiro contra carregamentos de açúcar e pau-brasil que deveriam ser embarcados para a Holanda. Ocorreram dificuldades e as autoridades holandesas, sem autorização da Companhia, decidiram tentar outra coisa. Naquele momento, ancorado no porto do Recife, estava o Navio Zeeland, recém chegado da África Ocidental e que, depois de se abastecer com produtos brasileiros, deveria seguir viagem para a Holanda. Nele havia um caixote com ouro africano. Foi decidido que daquele ouro se fariam moedas. Era, em termos da administração colonial, um passo ousado. As razões escritas encontram-se nas atas do Conselho:

Devido à escassez de numerário em que nos achamos e por nada podermos obter das dívidas existentes, por mais que nos esforcemos nesse sentido, e sendo diariamente necessário dispor de dinheiro tanto para pagamento da milícia e salário dos contratadores de serviços, quanto para obras necessárias, víveres e outras cousas mais, que não podemos escusar.²⁰²

²⁰² Rubens Borges Bezerra. *Moedas Holandesas em Pernambuco*. Recife: 1980. p. 65.

6. AS MOEDAS QUADRADAS

Do caixote foram retirados 360 marcos de ouro (cerca de 100 quilos), de onde deveriam ser cunhadas moedas de três, seis e doze florins.²⁰³

Como a situação fosse de crise e não houvesse máquinas de cunhagem, o procedimento utilizado foi o de manufaturar grandes placas de ouro onde as moedas eram carimbadas e depois cortá-las com uma espécie de tesoura apropriada. O serviço ficou a cargo de um artífice holandês, Pieter Jansen Bas a quem foi atribuída uma equipe de 4 ourives e duas dezenas de ajudantes.²⁰⁴ De um lado da moeda vinha gravado o valor e, como lembrança da autonomia monetária holandesa, vinha o emblema da WIC. No anverso, o ano e a palavra Brasil.²⁰⁵ A emissão dessas moedas de ouro deu novo crédito ao Governo, perante os comerciantes livres, com cujo auxílio puderam pelo menos ser satisfeitas as exigências mais imediatas.

Era a primeira vez que moedas eram cunhadas no país. E os florins holandeses iriam marcar para sempre o imaginário numismático nacional. Para começar, são raríssimos, talvez apenas uns trinta chegaram até nossos dias, e como a palavra Brasil vem gravada neles, são imediatamente identificados como oriundos da ocupação holandesa.²⁰⁶ Com a exceção do Forte de Orange, não sobraram monumentos arquitetônicos do período holandês. São muito poucos os móveis e os armamentos que possam ser identificados como autenticamente batavo-brasileiros. Assim, para a grande

²⁰³ Em 1645 foram cunhadas mais de 18.000 moedas nos três valores. Idem. p. 118.

²⁰⁴ Idem. p. 119.

²⁰⁵ Arnaldo Russo. *Livro das Moedas do Brasil*. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas, 1981. p. 6.

²⁰⁶ Causa espanto quanto comparamos o enorme número de florins cunhados com os raros espécimes que existem hoje. Todavia, é preciso lembrar que os florins eram uma cunhagem emergencial, feita inicialmente sem o aval da Companhia e considerada algo ilegal. E ainda feita para circular exclusivamente no Brasil. Aliás, eles foram cunhados com um aumento de 20% frente às moedas holandesas para que não saíssem do Brasil e pudessem depois ser recolhidas. Talvez isso explique a situação, tendo sido eles maciçamente derretidos depois da ocupação holandesa.

maioria do público leigo, os florins são as moedas por excelência do período holandês. Nos poucos de nossos museus que têm a sorte de possuir alguns exemplares, eles são as únicas peças expostas como pertencentes à ocupação. É uma ironia, pois em termos de variedade monetária, o período holandês foi, sem qualquer dúvida, o mais rico da época colonial.²⁰⁷

Os florins foram postos em circulação para enfrentar a crise de numerário que se avolumava. E é importante lembrar que esses florins, que para a maioria do público se tornaram as moedas da ocupação holandesa, eram exceção. Eles foram cunhados para preencher um vácuo monetário. Sendo, quando o montante das moedas holandesas é tomado como um todo, uma minoria. Sua aparência tosca é prova de seu caráter emergencial. Sua forma um tanto losangular se deve ao fato de que os meios de cunhagem dos holandeses no Recife eram precários. Ademais, os holandeses, devido a sua guerra contra a Espanha, possuíam uma enorme tradição em se arranjar com os meios que porventura dispusessem para cunhar moedas durante cercos. Uma das características mais notáveis de sua guerra contra a Espanha (a Guerra dos Oitenta Anos, como é conhecida na historiografia anglo-holandesa), foi a luta de cercos de cidades. Sendo os Países Baixos a região mais urbanizada da Europa e estando a maior parte das riquezas nas cidades é natural que assim fosse.²⁰⁸

²⁰⁷ Outra curiosa ironia é que o Museu Nacional da Dinamarca possua três exemplares dos florins holandeses em suas coleções, o que talvez perfaça uns dez por cento dos florins de Recife ainda existentes. Juntamente com diversas pinturas de Albert Eckhout e com diversos artigos brasileiros da época, as moedas foram presenteadas por Maurício de Nassau para o Rei Frederico III da Dinamarca, de quem era parente. Por um desses acasos da história, a Dinamarca é uma grande repositária de artigos do Brasil holandês. Jorgen Steen Jensen. *Brazilian Emergency Gold Coins From 1646 in Copenhagen*. In: *I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática. Actas*. Lisboa: Gráfica Europam Ltda., 2000. p. 377.

²⁰⁸ Em 24 de março de 2007, foi leiloadada pela Casa Jean Elsen de Bruxelas, a Coleção de moedas pertencentes ao milionário americano J. R. Lasser, de Nova Iorque, constituída totalmente de moedas obsidionais (cunhadas em cidades sitiadas). Cerca de metade das peças postas à venda, totalizando cerca de 60 peças era de moedas cortadas em forma de quadrado cunhadas nas mais diversas cidades durante a guerra (1568-1648). É certo que os encarregados da cunhagem no Recife tivessem tido contato com as moedas obsidionais de sua terra, que forneciam boas idéias sobre como resolver as dificuldades da cunhagem durante o cerco. <http://elsen.eu/docs/vp91/auction91-lasser.pdf>

Imagem 30



Imagem 31



Imagem 32



A primeira leva de moedas foi rapidamente utilizada para pagar as tropas e funcionários e logo foi necessário se cunhar uma segunda leva. Wätjen observou que:

...essa melhoria de condições financeiras não durou muito tempo. E a razão principal foi o espantoso progresso do exército inimigo, que, num ápice, se assenhoreava do Sul de Pernambuco, pusera cerco ao Recife pelo lado de terra, e interrompera completamente as comunicações da cidade com o interior. Como na capital sitiada o tráfico e comércio se paralisassem, e não fosse mais possível obter dinheiro... mais uma vez recorreram ao caixote de ouro e o aliviaram de mais 359 marcos. Faltando, porém, no momento, cadinho em que derreter o metal, o Conselho vendeu os marcos de ouro aos comerciantes livres, e recolheu aos cofres cerca de 100.000 florins.²⁰⁹

Mas mesmo a enorme quantidade de moedas arrecadadas não foi suficiente para fazer frente às despesas e, novamente, olhares cobiçosos foram lançados para a arca de ouro africano. Em agosto de 1646, mais 405 marcos foram retirados, como informou o Governador Schoonenborch, e foram ou vendidos ou transformados em novos florins brasileiros.²¹⁰

Calcula-se que em 1646 foi cunhado um número semelhante de peças. Nesse ano, Bas já havia voltado para a Holanda e a tarefa de chefia foi atribuída a um dos ourives que trabalharam no primeiro lote.²¹¹ Os trabalhos começaram em 27 de agosto e terminaram em 9 de dezembro. A média de moedas cunhadas por dia montou em cerca de cento e setenta.

Na Holanda houve considerável contrariedade quando se calculou que um total de 709 marcos (163 quilos de ouro, no valor de 215.000 florins) foram ilegalmente retirados para atender às despesas. Chegou-se a falar em proibir que os navios saídos da Guiné fizessem escala no porto do Recife de modo a se coibir novas tentações.²¹² Para tornar a situação ainda mais constrangedora, foi informado que Bas pedira para si e para seu pessoal a quantia de 10.338:3 florins, a serem pagos com o material cunhado, no que foram atendidos.

²⁰⁹ Hermann Wätjen. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil ...* Op. cit p. 337.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Rubem Borges Bezerra. *Moedas Holandesas em Pernambuco ...* Op. cit p. 119.

²¹² Hermann Wätjen. Op. cit. p. 338.

Furiosas correspondências foram trocadas entre o Recife e Amsterdam. Às missivas holandesas Schoonenborch respondeu:

Que nos restava fazer, esmagados como nos achávamos sob o peso de dívidas inadiáveis e abandonados pela WIC senão lançar mão do ouro da Guiné, para ocorrer pelo menos às despesas mais urgentes? Sem dinheiro em caixa é inteiramente impossível administrar tão embrulhada herança.²¹³

Imagem 33



²¹³ Idem.

7. GUARARAPES E AS TROPAS MAL PAGAS

E as dificuldades foram se avolumando. Sem a personalidade capaz e conciliadora de Maurício de Nassau a situação dos holandeses sofreu pioras constantes. Eles ainda tentaram uma ofensiva que poderia ter bom efeito, contra a Ilha de Itaparica, frente a Salvador, de onde poderiam tentar estrangular as comunicações da capital da colônia com Portugal. Mas afinal tiveram de se retirar. Na defensiva em terra, os holandeses eram, todavia, senhores no mar. E o Recife bem como suas guarnições situadas em fortes ao longo da costa podiam ser abastecidas pelos navios da WIC. Todavia, a situação da Companhia piorava a olhos vistos. Com a derrocada no Brasil, poucos havia que quisessem aplicar na Companhia.

Quatro anos após a partida de Nassau, portanto em 1648, as tropas da WIC tentaram romper o bloqueio que os luso-brasileiros impunham ao Recife. Com tropas recém chegadas da Holanda e que não estavam acostumadas ao pagamento mais que eventual fornecido pela WIC, tudo correu mal. Os novos soldados não eram experientes, não estavam familiarizados com as táticas brasileiras e houve muita intriga com referência ao pagamento. Como o soldo do mês de abril não havia sido pago, parte das tropas já marchou para os Montes Guararapes assegurando que só lutariam com o pagamento feito.²¹⁴ O resultado desses fatores combinados foi o desastre.²¹⁵

No ano seguinte foi feita nova tentativa de romper o cerco, no que ficou conhecido como a segunda Batalha dos Guararapes. Dessa vez o

²¹⁴ Idem ibidem. p. 265.

²¹⁵ Diogo Lopes Santiago, que vivia no Nordeste à época da luta contra os holandeses afirmou que após a batalha foi apreendido um carregamento de moedas, inclusive um bom número de moedas de ouro, que iam ser entregues aos soldados da WIC. Tal fato não é muito plausível. Para começar era um tanto incomum que soldados saíssem em campanha com seu pagamento, dada a insegurança e a incerteza dos campos de batalha. Ademais, o próprio Santiago, que é uma fonte confiável, parece não ter acreditado muito no fato quando descreveu o ocorrido. Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco ...* Op. cit p. 508.

desastre foi ainda pior que o do ano anterior, e ficou razoavelmente estabelecido que militarmente, por terra, os holandeses não obteriam vitórias significativas.

Todavia, os holandeses ainda manteriam o Recife e alguns pontos do litoral nordestino durante outros cinco anos. Esse período, 1649-1654, foi o de mais aguda crise de numerário do período holandês. A Cidade do Recife estava reduzida a uma condição de miséria. Uma carta de 1650 descreve a sorte dos soldados:

É uma lástima e uma vergonha para o Estado ao qual os soldados prestaram juramento, vê-los ir pelas ruas, todos esfarrapados, com os trapos arrastando, muitos sem poder cobrir o corpo, mais parecendo mendigos que soldados. Apanham as imundícies das ruas, que nem os porcos querem comer, para acalmar a sua grande fome; e como lhes falta o imprescindível para o sustento são levados a condições abjetas; apanham trapos nas ruas e nos canais e consideram sorte quando encontram algum farrapo ou graveto para lenha, pelo caminho. Procura cada um, ao romper do dia, anteceder aos outros em percorrer as ruas e a praia a ver se encontra algo que lhe possa servir.²¹⁶

Cabia a esses soldados esfarrapados e mal pagos defender o que fora uma bela colônia. Na Holanda, viúvas reclamavam o pagamento de pensões dos maridos, falecidos naquela distante colônia. Já no Brasil, era uma grande dificuldade encontrar moedas para pagar o soldo da tropa. Wätjen menciona casos de soldados ameaçando membros do Conselho com os punhos cerrados.²¹⁷ De vez em quando chegavam navios carregando arcas cheias de moedas que logo eram devoradas pelas dívidas da WIC. Quem dispunha de dinheiro sonante para emprestar, seja para o governo ou para particulares, podia cobrar juros muito altos.

Ainda durante os últimos momentos do cerco, surgiu uma esperança monetária para os sitiados. O Navio Westvriesland, destinado à Colônia da Indonésia e carregado de dinheiro e material de guerra, foi desviado da rota por ventos fortes e foi arribar em frente ao Forte de Cabedelo. Schoonenborch conseguiu entrar em contato com o capitão do Westvriesland e solicitou, além de armas e munições, cerca de 40 a 50 mil florins, que

²¹⁶ Gen. Missive aos Cons. Dos XIX. Apud José Antônio Gonsalves de Mello. Op. cit. p. 159.

²¹⁷ Hermann Wätjen. Op. cit. p. 341.

deveriam ser entregues ao Coronel Houthain, comandante do forte. O capitão do navio, talvez não desejando se comprometer muito, forneceu muita munição e uma arca com 8.400 florins.²¹⁸ Mas essas moedas, em pequena quantidade é verdade, não haveriam de alterar a situação.

²¹⁸ Idem. p. 278.

8. O RECIFE É RECUPERADO E SURGEM NOVAS MOEDAS QUADRADAS

A Companhia ainda haveria de cunhar mais uma série de moedas, em 1654. Durante o período do cerco do Recife, os holandeses tinham o controle do mar e podiam, de tempos em tempos, um tanto precariamente, abastecer seus concidadãos cercados. Porém, em dezembro de 1653, surgiu uma enorme esquadra portuguesa de 60 navios. Mais do que qualquer outra coisa, foi isso que selou o destino do Brasil holandês. No dia 25 de janeiro de 1654, os holandeses enviaram emissários solicitando os termos de rendição. Sendo eles aceitos pelos holandeses, no dia 28 o General Barreto de Menezes entrou na cidade. Depois de um quarto de século Recife voltava a ser portuguesa.

Essa leva de moedas seria a segunda grande cunhagem feita no Brasil, e desta vez composta de moedas de prata. Os valores eram de 10, 12, 20 e 40 soldos (stuivers, em holandês).²¹⁹

O Coletor-geral Jacob Alrichs, tendo exposto que a caixa estava totalmente desprovida de dinheiro e que nem mesmo as dívidas menores podiam ser pagas, pôs-se em deliberação se não poderiam ser cunhadas algumas moedas de prata em obras, com as quais se atendesse a essa emergência e mais tarde recolhidas.²²⁰

Para fornecer a matéria prima, foi fundida a prataria do Governador Schonenborch e do Sr. Haecx. A prata fundida foi entregue a Henrick Brunsvelt para que cunhasse moedas com ela.²²¹ A cunhagem foi iniciada em 31 de janeiro. Porém, seis dias depois, o General Barreto de Menezes proibia a cunhagem que, em termos legais, constituía uma aberração.²²²

²¹⁹ Arnaldo Russo. Op. cit. p. 5 e 6.

²²⁰ Rubens Borges Bezerra. Op. cit. p. 85.

²²¹ Idem. p. 86.

²²² Para além da questão legal pode ter existido um lado pessoal. Francisco Barreto de Menezes era possuído por um grande ódio aos holandeses e foi veterano da marcha de Barbalho Bezerra. Hermann Watjen Op. cit. p. 264.

Recife, tecnicamente, não era mais território holandês e as autoridades holandesas não poderiam mais realizar tarefas administrativas ali. Frente à primeira cunhagem, bem poucas moedas de prata devem ter sido feitas devido ao pouco tempo que foi dedicado à cunhagem. Além disso, devido à proibição dos portugueses, elas praticamente não devem ter circulado. Essas seriam moedas bem especiais, que não seriam reconhecidas nem pelos portugueses e nem na Holanda.

Imagem 34



Nos dias após a rendição, as autoridades holandesas tiveram de se haver com a questão dos pagamentos de soldados e funcionários civis. Uma multidão ululante foi se postar diante da Casa do Conselho. Os que chegaram primeiro ainda conseguiam obter suas moedas e partiam satisfeitos. Quando as moedas acabaram, começaram as promessas de que os pagamentos seriam feitos na Holanda, o que não convenceu ninguém. Os

conselheiros passaram a ser ameaçados, até que alguém teve a idéia salvadora.

Não havia mais moedas, mas os armazéns da Companhia estavam abarrotados de pau-brasil que era altamente vendável na Europa. Os pagamentos passaram a ser feitos em pau-brasil e cada pessoa deveria se virar como podia para acondicionar sua madeira nos navios abarrotados que regressavam para a Holanda. Cem libras de pau-brasil (cerca de 50 quilos) foram cotadas em 18 florins. Wätjen menciona o caso de um certo Huybrecht Brest que recebeu sozinho 70.000 libras de madeira.²²³

Frente a um caso como esse é irônico que no imaginário local, após a conclusão da reconquista, permeassem estórias de fabulosos tesouros deixados pelos holandeses. Assim, o palácio construído por Maurício de Nassau, o “Boa Vista”, teve diversas de suas paredes perfuradas por um governador pós-restauração à procura de tesouro lendário que teria sido abandonado pelos holandeses. Cabral de Mello afirmava em seu trabalho sobre o imaginário da restauração:

Théophile Gautier escutaria (na Andaluzia) a história de riquezas fabulosas escondidas pelos árabes em subterrâneos fantásticos... a menor ruína mourisca está sempre dotada de cinco ou seis léguas de subterrâneos e de um tesouro escondido... exatamente como os que, de acordo com a tradição popular, teriam sido edificadas em Olinda, ora pelos próprios flamengos, ora pelos frades desejosos de salvarem a riqueza de suas ordens da cobiça calvinista.²²⁴

Essas estórias de uma raça fabulosa, tecnicamente superior, que após expulsa deixava ruínas assombrosas e, o que interessa ao escopo deste trabalho, fabulosos tesouros não encontra evidências nas fontes consultadas.²²⁵ Como tivemos ocasião de observar, a ruína do Brasil holandês não se deu de forma repentina. Ao contrário, o dobre de finados da

²²³ Hermann Wätjen. Op. Cit. p. 280 e 281

²²⁴ Evaldo Cabral de Mello. *Rubro Veio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 35.

²²⁵ Ocasionalmente moedas holandesas são encontradas, mas nunca sob a forma de tesouros escondidos. Um florin foi encontrado na década de 40 durante dragagem do porto do Recife. Rubens Borges Bezerra. Op. cit. p. 33. Um conjunto de peças de ouro, seguramente mais de dez, foi também encontrado durante escavações feitas na fragata holandesa Utrecht. Duas foram para o museu da marinha, enquanto que outras foram vendidas para o Museu do Banco Itaú.

empresa holandesa começou a ser ouvido após a saída de Nassau e ele ainda duraria dez anos até se concretizar. A saída de numerário holandês se deu lenta e constantemente, à medida que se tornava claro para os holandeses que a reconquista seria feita. Portanto, estórias de fabulosos tesouros enterrados são apenas estórias e o caso da botija cheia de florins holandeses encontrada no Recife na década de 60 tem aparência de burla.²²⁶

Mas o fato é que mesmo após a saída dos holandeses algumas de suas moedas continuaram circulando pelo Recife, ainda que em pequena quantidade, como evidencia o caso da mulher que anos depois pagou seu aluguel com antigas moedas holandesas caindo, por isso, em suspeição.

²²⁶ Estórias de tesouros escondidos em construções de origem portuguesa da época, como conventos e igrejas ou em prédios situados na exata localização de antigos prédios holandeses, perduram até nossa época. Túlio Roberto de Moraes Dantas, morador do Recife até a juventude, me relatou como ele e seus colegas, quando jovens, organizaram uma “caçada ao tesouro holandês” no Convento das Mercês.

9. O LEGADO DE UMA EXPERIÊNCIA

Quando o último navio holandês zarpou de Recife deixou encerrada uma experiência singular em nossa história monetária. Foi o único caso de um poder estrangeiro estabelecido no Brasil, definir um sistema monetário próprio, desligado do poder colonial anteriormente estabelecido. O caudal de moedas holandesas acompanhou os invasores e minguou aos poucos quando de sua retirada.

Como em tantas outras coisas, o período nassoviano marcou o auge da quantidade de moedas holandesas circulando no Nordeste. A notícia de sua saída provocou uma evasão do numerário. E essa evasão continuaria à medida que cresciam as dificuldades para a sobrevivência do Brasil holandês com uma cada vez maior consciência do fracasso da empresa.

O conjunto de moedas holandesas parece ter sofrido daquela característica de sazonalidade que também marcou o numerário de origem portuguesa. Também no Brasil holandês havia queixas de falta de moedas, mais ou menos compensadas pelo envio de moedas da metrópole do pelo fornecimento por indivíduos abastados.

Tanto o estado holandês quanto a WIC foram os maiores fornecedores de numerário, seguindo a explicação braudeliana. É certo que quantidades menores de moedas eram trazidas por imigrantes vindos da Europa. Exceção notável no fornecimento de moedas foram os judeus estabelecidos no Recife. Essa comunidade abastada sabia muito bem que, se o Brasil holandês entrasse em colapso, os judeus iriam sofrer a sanha da Inquisição. Muitos se bateram de armas na mão contra os luso-brasileiros e, quando a crise se acentuou, forneceram grandes quantidades de dinheiro para manter a empresa. Como lembrou Vainfas, apoiando-se em Boxer, “uma vez no

Brasil [os judeus] tenderam a apoiar com empenho a luta dos holandeses pela manutenção de suas conquistas, especialmente depois de 1645.”²²⁷

Quando se deu o enfrentamento final, vários deles lutaram ao lado dos holandeses. Ainda de acordo com Vainfás,

Nieuhof escreveu que, em 1645, com o avanço dos insurretos e o isolamento do Recife, “os judeus, mais que os outros, estavam em situação desesperadora e, por isso, optaram por morrer de espada na mão, ao invés de enfrentar seu destino sob o jugo português: a fogueira”.²²⁸

²²⁷ Cf. Hermann Wätjen. Op. Cit. e Ronaldo Vainfas. “Inquisição e Judeus Novos no Contexto da Guerra Holandesa”. *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Volume 14, números ½, Brasília: 2006. p. 89.

²²⁸ Idem, *ibidem*.

CAPÍTULO 3.

UMA HISTÓRIA DE COFRES, MISERICÓRDIAS E DINHEIRO

1. ENTRE JUROS E CARIDADES

As Santas Casas de Misericórdia foram uma das instituições mais importantes do império colonial português. Sua atuação se dava mesmo nos lugares mais distantes do domínio luso. Instituição tipicamente portuguesa, seu peso na administração do dinheiro da população não pode ser subestimado e, na leitura dos testemunhos que chegaram até nós, menções a ela são feitas o tempo todo. Para Boxer:

A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau. Elas garantiam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar. Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais.²²⁹

Os deveres próprios da Misericórdia eram sete: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; visitar os enfermos e encarcerados; abrigar os desamparados; resgatar os cativos e enterrar os mortos.²³⁰ Portanto, elas exerciam atividades eminentemente caritativas. Mas como parte de seus misteres elas, com frequência, se viam às voltas com a manipulação e administração de dinheiro.

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia era a mais importante do Brasil. Sua sede em Salvador, um grande prédio que demonstra a riqueza que a irmandade usufruía, apesar de sucessivas reformas ainda é fortemente característica dos seiscentos, talvez seja o maior edifício de uso não religioso ou militar dessa época, que chegou até nossos dias.

Para conseguir bancar seus enormes gastos, as Misericórdias sempre elegiam irmãos de condição social elevada ou, pelo menos, mediana. As condições para um homem ser eleito irmão eram: pureza de sangue, não ter

²²⁹ Charles Boxer. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286.

²³⁰ Idem. p. 301.

má reputação ou problemas legais, ser adulto, não ser suspeito de trabalhar para a instituição em troca de pagamento – se o candidato fosse artesão ou comerciante era exigido que fosse dono do próprio negócio –, ser alfabetizado e ter dinheiro bastante para não cair na tentação de desviar fundos da Misericórdia e para poder servi-la sem que isso lhe causasse problemas financeiros.²³¹

Os eleitores estavam conscientes das fortunas que podiam ser feitas com o cultivo do açúcar ou com a criação de gado ao escolher um novo provedor. Essa obrigação era reconhecida pelos provedores; a maioria, no século XVII, distinguiu-se pela generosidade para com a irmandade. Em vida, patrocinaram obras de arte; na morte, deixaram legados à Misericórdia.²³²

Os irmãos deviam fazer contribuições regulares para a instituição. Segundo o depoimento de Charles Dellon, médico francês que esteve em Goa, na Índia, em 1676:

Primeiramente, só os nobres eram escolhidos para esse cargo (de provedor) mas ultimamente tanto são escolhidos comerciantes ricos como nobres. Todas as contribuições são feitas aqui em proveito dos pobres, e é raro haver um provedor que não contribua no fim do ano com 20 mil libras do próprio bolso (...). Os cidadãos mais importantes de Goa, e as pessoas de melhor qualidade, sem deixar de lado o próprio vice-rei, ambicionam ser membros dessa irmandade (...). Escolhem todos os anos novos funcionários, processo pelo qual todos os membros têm probabilidade de alcançar o seu quinhão, e, embora todos esses cargos sejam dispendiosos, há muito poucos que não estejam ansiosos por ocupa-los.²³³

Além das contribuições dos irmãos, as Misericórdias possuíam recursos advindos de doações e legados. Muitos moribundos davam suas economias para a instituição a fim de reparar seus pecados. Boxer cita, de forma um tanto generalizada, que funcionários corruptos com peso na consciência, faziam doações para as Misericórdias.²³⁴ A certeza de que o dinheiro seria de fato aplicado em caridade aumentava a quantidade de moedas doadas.

²³¹ Idem, p. 300.

²³² A. J. R. Russell-Wood. *Fidalgos e Filantropos*. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia. 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 90.

²³³ Charles Dellon Apud Charles Boxer Op. cit. p. 302.

²³⁴ Idem, p. 303.

As diversas Misericórdias espalhadas por todo o império colonial português mantinham contato umas com as outras de forma a transferir legados e espólios.

A posição da Bahia fez da cidade um empório comercial para o intercâmbio com a Europa e a África, assim como para as exportações brasileiras. Havia um tráfico triangular constante de pessoas e de mercadorias, entre Portugal, o Brasil e Angola. Soldados, marinheiros, comerciantes, padres, ciganos e exilados seguiam a trilha da fortuna de Lisboa, do Porto ou das ilhas do Atlântico para a Bahia e daí para o interior do Brasil ou para o outro lado do Atlântico em direção a São Tomé ou Luanda. Em seus testamentos, faziam legados a amigos e parentes em Portugal e nas ilhas do Atlântico e nomeavam a Misericórdia para executora. A irmandade entrava em contato com os parentes e remetia-lhes o legado. A Misericórdia de Luanda remeteu com frequência ouro e cartas de crédito à Bahia, para serem reexpedidas a Lisboa, para satisfazer condições testamentárias. A Misericórdia da Bahia tinha contato constante com as filiais do norte de Portugal em sua qualidade de executora. Em 1685, João de Mattos deixou heranças substanciais a parentes na paróquia de S. Julião de Moreira no vale de Lima, no Minho. A Misericórdia da Bahia remeteu a quantia necessária à filial da irmandade em Viana do Castelo, que por sua vez passou-a à filial da vila de Ponte de Lima para ser entregue aos destinatários. Em 1697, a Misericórdia da Bahia remeteu 8.000 cruzados à filial da irmandade em Braga para cumprir as condições do testamento de Domingos Fernandes de Freitas.²³⁵

Ainda no século XVI, as Misericórdias de além mar tendiam a receber quantidades de dinheiro maiores do que suas congêneres de Portugal. Prestando assistência a soldados em seus hospitais, as instituições ultramarinas passavam a exercer um serviço público, e por isso eram remuneradas.²³⁶ Centrando-se mais no caso indiano, Laurinda Abreu fez notar que o funcionamento das instituições instaladas no subcontinente era subsidiado por dotações oficiais. É possível que no Brasil durante aquele século ocorresse fenômeno semelhante. Aliás, segundo a pesquisadora, “...no Brasil a criação das primeiras Misericórdias parece ter seguido o ritmo da exploração econômica do território”.²³⁷

Portanto, dadas algumas características peculiares da colonização portuguesa, as Misericórdias eram o que havia de mais parecido com um

²³⁵ A. J. R. Russell-Wood. Op cit., p. 276.

²³⁶ Laurinda Abreu. “O Papel das Misericórdias dos Lugares de Além-Mar na Formação do Império Português”. In: *História, Ciência, Saúde*. Vol. VIII. Out-Dez. 2001. p. 592-611.

²³⁷ Idem p. 598.

banco na sociedade colonial seiscentista, exercendo atividades como transferência de quantias monetárias e empréstimos a juros.

Na sociedade do século XVII, que muitas vezes aceitava a prática da corrupção como uma coisa normal, as Misericórdias alcançavam altos padrões de eficiência e honestidade, especialmente no período de que tratamos. Boxer notou que até mesmo um muçulmano espanhol que faleceu em Macau usou seus serviços para a entrega do dinheiro de herança em Constantinopla.²³⁸ Sua atividade às vezes assumia ares de abnegação. Quando de uma grande fome que ocorreu em Portugal em 1622, o desespero foi grande. Damas pediam esmolas pelas ruas, quem tinha comida a armazenava, aumentando a carestia. O pão era vendido a preço de ouro. “Num quadro tão negro, não deixa o cronista de elevar a grandeza de alguns fidalgos e de irmãos da Misericórdia que andavam pelas ruas com bolsas de dinheiro acudindo aos pobres”.²³⁹

As Misericórdias tinham de gastar somas consideráveis em suas atividades caritativas. Ao contrário do que ocorria na Ásia, as Misericórdias do Brasil não tinham de pagar o resgate de cativos, todavia elas eram bastante ativas no amparo aos presos, ajuda a pessoas pobres, no fornecimento de dotes para moças em idade de casar, na prestação de empréstimos, etc.

Parte dessa atividade caritativa era relacionada ao encaminhamento do dinheiro referente a heranças. Por toda parte do Brasil emigrados morriam deixando parentes em Portugal e outras partes do império. Russell-Wood descreve um típico caso hipotético:

Um filho, depois de passar a vida nos trópicos tendo perdido o contato com a terra natal e os parentes, freqüentemente consolava a própria consciência fazendo um legado à mãe, irmão ou irmã numa vila remota de Portugal. Se ainda estivessem vivos, o dinheiro era mandado à Misericórdia mais próxima em Portugal, para a entrega a esses parentes. Se estivessem mortos, o dinheiro ficava com a Misericórdia da Bahia.²⁴⁰

²³⁸ Charles Boxer. Op. cit., p. 304 e 305.

²³⁹ Veríssimo Serrão *História de Portugal. Vol. IV* Lisboa: Editorial Verbo, 1990. p. 95.

²⁴⁰ Russell-Wood. Op. cit., p. 112.

Nesse processo, os bens do falecido tinham então de ser vendidos e as moedas obtidas deveriam ser encaminhadas aos eventuais herdeiros. Mesmo assumindo que parte desses montantes fosse encaminhada via cartas de crédito, sabemos que os montantes enviados em moedas eram muito grandes. Esse processo pode ter ainda aumentado a partir de meados do século.

Os legados em dinheiro tornaram-se mais comuns depois de 1660. A prática crescente de fazer legados do tipo de uma só vez mostrava que as doações em dinheiro eram as mais adequadas. As esmolas para socorrer aos custos da administração de uma herança ou para o pagamento das despesas de funeral eram sempre em dinheiro.²⁴¹

De fato, o dinheiro era bem mais vantajoso para as Misericórdias e se tornaria mais importante ainda em fins do século. Havia uma tendência para se vender fazendas e outros bens que fossem dados à Misericórdia. Russell-Wood relata um caso de uma fazenda entregue à Misericórdia de Salvador em 1653 por um certo Bento de Araújo Soares. “Seguindo a política de que o dinheiro a juros dava rendimentos mais seguros do que a venda de açúcar, a irmandade vendeu a fazenda e emprestou 5.650\$000”.²⁴²

De outra feita um padre legou à Misericórdia uma fazenda com quatro currais e cento e vinte cabeças de gado. De acordo com as determinações do testamento a instituição não poderia vender a fazenda, todavia, “a decepção da irmandade em ver-se proprietária de uma fazenda indesejada, cuja venda fora proibida pelo testador, deve ter sido aliviada pela doação de 5.000\$000 que acompanhava o legado”.²⁴³

Um caso típico de doação era o de Domingos Fernandes de Freitas. Imigrado de Portugal aonde havia nascido em Braga, Domingos morreu na década de 1690 e deixou para a Misericórdia da Bahia muitas posses e escravos. Dos montantes auferidos 4.000\$000 foram enviados para a

²⁴¹ Idem, p. 125.

²⁴² Idem, p. 114.

²⁴³ Idem, p. 115.

Misericórdia de Braga e 18.733\$058 ficaram na Bahia para o pagamento de missas e no estabelecimento de dotes.²⁴⁴

Para além do dote de noivas, as irmandades costumavam pagar, para os conventos, o dote de moças que desejassem se tornar freiras. “Nas raras ocasiões em que tal fato ocorria, a Mesa entregava o dinheiro de boa vontade, elogiando a moça por seu desejo de passar para um estado mais perfeito”.²⁴⁵

A movimentação de grandes legados costuma chamar mais a atenção dos historiadores, mas seria um erro acreditar que todos os legados fossem quantias vultosas. Muito do que era deixado para as instituições provinha de pessoas humildes que, não tendo para quem deixar suas moedas, o faziam para as Misericórdias na certeza de que o dinheiro deveria ser corretamente aplicado.

... estórias de sucesso devem ter sido poucas e espaçadas no tempo. Para cada artesão que progredia, muitos eram os que morriam na pobreza no hospital da Misericórdia, deixando pequena doação à irmandade para cobrir o custo do enterro e das missas.²⁴⁶

As instituições tinham de lidar o tempo todo, portanto, com objetos simples e pequenas quantias. Mesmo quantias aparentemente ínfimas não eram desdenhadas. Nos enterros, no fim do cortejo, vinha um empregado da Misericórdia pedindo pequenas esmolas que seriam empregadas nas atividades de caridade da irmandade.²⁴⁷ Aliás, os enterros rendiam um bom dinheiro para as Misericórdias. Existia uma determinação de que negros libertos e mulatos pagassem pelos funerais, uma vez que possuíam as moedas para pagar por eles.

Esses serviços eram pagos com esmolas. Se a Ordem Terceira possuísse uma essa, a Misericórdia nada receberia, e as esmolas dadas pelo uso da essa eram muitas vezes substanciais (...). O orgulho por seus privilégios e considerações econômicas levaram a Misericórdia a negar firmemente as

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Idem, p. 138.

²⁴⁶ Idem, p. 119.

²⁴⁷ Idem, p. 156.

contínuas petições (por privilégios relacionados a enterros) da Ordem Terceira.²⁴⁸

Por esse e outros motivos, havia constantes brigas com as influentes Ordens Terceiras sobre a posse de jazigos.

Além do dinheiro, chegava às Misericórdias todo tipo de objetos deixados pelos falecidos que não deixavam testamento.

Os pertences terrenos de um soldado compreendiam uma caixa contendo 34\$000, uma espada, um medalhão de ouro, uma caixa de casca de tartaruga e algumas roupas. Uma mulata que morreu sem testamento não possuía senão as roupas que vestia ao chegar ao hospital.²⁴⁹

A Misericórdia fazia vendas mensais de pequenos objetos e roupas deixadas pelos mortos de forma a conseguir moedas para o seu funcionamento.

Imagem 35



²⁴⁸ Idem, p. 174 e 175.

²⁴⁹ Idem, p. 120.

2. O BANCO COLONIAL

Estando as Misericórdias constantemente bem providas de fundos era mais ou menos certo que elas começassem a emprestar dinheiro a juros.²⁵⁰ Afinal, era uma obrigação dos irmãos administrarem bem o patrimônio da instituição e o empréstimo de dinheiro era algo rendoso.

Boxer notou que “como outras obras pias do mundo ibérico, as Misericórdias também funcionaram como bancos e corretoras quando necessário”.²⁵¹ Havendo relativamente poucas pessoas que pudessem emprestar dinheiro a juros no Brasil do século XVII, as Misericórdias passaram a se ocupar dessa atividade. Possuíam as moedas disponíveis e, freqüentemente, os irmãos eram comerciantes e fazendeiros e sabiam operar com as moedas. É como se elas fossem “um clube onde [os irmãos] poderiam encontrar outras pessoas com os mesmos interesses financeiros e a mesma posição social”.²⁵² Enfim, as Misericórdias exerciam uma atividade muito necessária nas sociedades coloniais.

Muitos dos legados em dinheiro recebido para fins de caridade eram emprestados, e apenas os juros eram utilizados. A irmandade estipulou que os tomadores em potencial deveriam apresentar fiadores adequados e dar como garantia imóveis situados dentro dos limites da cidade. Embora mais tarde esses serviços de agência bancária primitiva, prestados pela Misericórdia, viessem a ser objeto de abusos pelos tomadores e até pelos próprios membros do corpo de guardiães, parece que na metade do século XVII as condições foram preenchidas. Pequenos comerciantes e plantadores tomavam empréstimos regularmente, e até o secretário de estado, Bernardo Vieira Ravasco (irmão do Padre Antônio Vieira), figura do registro de tomadores.²⁵³

Em Salvador, a irmandade havia percebido que o empréstimo feito a juros tinha retorno mais certo do que a venda em açúcar, que também era

²⁵⁰ Vale notar que as Misericórdias asiáticas eram especialmente dependentes de dinheiro e eram mais intensamente subsidiadas pelo rei. Cf. Laurinda Abreu Op. cit., p. 601.

²⁵¹ Charles Boxer. Op. cit., p. 304.

²⁵² Russell-Wood Op. cit., p. 123.

²⁵³ A. J. R. Russell-Wood. Op. cit., p. 73.

com freqüência entregue às Misericórdias pelos mais variados motivos. É ainda Russell-Wood quem nos esclarece acerca dessa prática:

A renda da Misericórdia provinha especialmente da caridade privada e de legados em forma de bens alienáveis. Tais legados eram feitos à Irmandade no entendimento de que seriam oferecidos em empréstimo, cujos juros seriam usados para fins de caridade. Devido à grave escassez de moeda na Bahia durante a parte final do século XVII, os devedores cada vez mais se atrasavam no pagamento dos juros, ou passavam a fazer o pagamento em açúcar em lugar de dinheiro. Às vezes a ruína financeira de um fazendeiro ocasionava a perda do capital que pedira emprestado à Misericórdia. Com essa experiência, adquirida penosamente, a irmandade tomou, na década de 1690, uma série de medidas destinadas a evitar tais perdas e assegurar o pagamento constante dos juros.²⁵⁴

A queda nos preços do açúcar que iria provocar uma grave crise nas últimas décadas do século levou a irmandade a preferir moedas ao açúcar. Afinal as moedas não se desvalorizavam e eram muito bem aceitas no comércio e nos negócios. O surgimento das moedas aqui parece confirmar a decadência econômica e é notável que o Governador Roque da Costa Barreto (1678-1682) quando assumiu o cargo, tinha ordens claras de “amparar” a obra da Misericórdia, o que é uma indicação dos apuros por que a Misericórdia vinha passando.²⁵⁵

A questão é que as próprias moedas começaram a rarear devido à queda na sua importação e a sua progressiva emigração para a Metrópole. À medida que o final do século se aproximava a Misericórdia da Bahia se viu em apuros, pois não via vantagem em administrar montantes em açúcar desvalorizado, ao mesmo tempo em que tinha dificuldades em conseguir as tão necessitadas moedas.

Os legados em dinheiro tornaram-se mais comuns depois de 1660. A prática crescente de fazer legados do tipo “de uma só vez” mostrava que as doações em dinheiro eram as mais adequadas. As esmolas para ocorrer aos custos de administração de uma herança ou para o pagamento das despesas de funeral eram sempre em dinheiro. Em outras ocasiões, a Misericórdia somente recebia o que lhe era devido após a venda dos imóveis e o pagamento das dívidas. Frequentemente, a irmandade se via proprietária de

²⁵⁴ Idem, p. 76.

²⁵⁵ Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal*. Volume V. Lisboa: Editorial Verbo, 1980. p. 303.

escravos temporariamente, até que fossem vendidos à porta da igreja. Outra forma de legados indiretos em dinheiro eram os legados de dívidas à irmandade.²⁵⁶

²⁵⁶ A. J. R. Russell-Wood Op. cit. p. 125.

3. A IRMANDADE SAQUEADA

Estando as misericórdias bem providas de fundos tornou-se uma tentação, por parte das autoridades coloniais, em momentos de crise grave, confiscar os cofres das irmandades. Essa situação podia ser agravada porque, muitas vezes, os próprios governadores e vice-reis eram membros das misericórdias.

Ter um governador como Provedor era uma faca de dois gumes para a irmandade. Eles defendiam os interesses da Misericórdia, mas voltavam-se para os cofres da irmandade quando os do tesouro se esvaziavam.²⁵⁷

Esse tipo de evento ocorreu com alguma freqüência na Ásia portuguesa, acossada pelo poderio holandês.

A defesa de Málaca contra os lhoandeses foi um caso ilustrativo. Os sucessos indecisivos do Vice-rei D. Martin Affonso de Castro transformou-se em desespero com o ataque holandês à frota de Nuno Pereira. O Vice-rei pediu auxílio a Goa para reconstruir a armada. Os cofres do Tesouro estavam vazios e o governador em exercício, o Arcebispo D. Aleixo de Menezes, fez um empréstimo compulsório à Misericórdia no valor de 25.026 xerafines em 1607, empenhando a cruz episcopal e a prata da catedral como garantia. Esse empréstimo obrigatório foi feito em desobediência frontal a um decreto real que proibia a Misericórdia de emprestar dinheiro deixado sob sua guarda por soldados mortos na Índia, para remessa aos parentes em Portugal. Apesar da indignação real contra o ato do arcebispo, os fundos da Misericórdia foram ainda mais sacrificados por empréstimos para defesa e comércio.²⁵⁸

O turbulento e polêmico Dom Francisco da Gama, quarto Conde de Vidigueira, também não resistiu à tentação e atacou os cofres da

²⁵⁷ Idem p. 22. O exemplo mais antigo que pude recolher de confisco dos fundos, no caso o do cofre dos órfãos e ausentes, foi o do pródigo e bem quisto Governador Dom Francisco de Souza que costumava dizer que tinha na conta de ladrão quem vinha lhe pedir a capa, pois era sabido que ele não recusava nada. Segundo Frei Vicente do Salvador "...assim houve ocasião em que tomou um cruzado à conta do que se havia de pagar dos direitos de cada caixão de açúcar nas alfândegas de Portugal, e algum dinheiro dos defuntos que se havia de passar por letra aos herdeiros ausentes...". Frei Vicente do Salvador *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982. p. 261 e Stuart Schwartz *Luso-Spanish Relations In: Hapsbusgh Brazil*. p. 37.

²⁵⁸ Idem.

Misericórdia indiana em Goa. Encontrando os cofres do governo vazios ele ordenou, em troca de garantias, que a Misericórdia fizesse um grande empréstimo.²⁵⁹ Em que pese que Dom Francisco usou o dinheiro para fins administrativos, às vezes o uso das moedas era outro. Algumas vezes os cofres eram atacados por governadores astuciosos. Foi o caso do Governador-Geral Diogo Botelho (1602-1607), que foi acusado de desviar o dinheiro depositado no cofre dos defuntos e ausentes.²⁶⁰

Às vezes as Misericórdias atuavam como “área neutra” em disputas sobre dinheiro entre as autoridades civis e eclesiásticas. Por exemplo, em 1635, por ocasião de uma contenda entre a Ordem dos Agostinianos e o Vice-Rei, este último determinou que os rendimentos do Convento de Santa Mônica e dos eremitas de Santo Agostinho fossem depositados na Misericórdia.²⁶¹

Muitas vezes, em tempos de tumulto, as Misericórdias e os Cofres de Órfãos e Ausentes eram chamados para compor a situação. Quando o corsário francês Duguay-Trouin atacou o Rio de Janeiro e cobrou um enorme tributo para não arrasar a cidade, os Cofres dos Órfãos e dos Ausentes foram limpos. O Cofre dos Órfãos rendeu 9:733\$220 réis, e do Cofre dos Ausentes foram retirados 6:372\$880 réis. Para se ter uma idéia da importância dessas quantias, o montante importa em doze por cento da enorme quantia levantada para a partida dos franceses.²⁶² Em São Paulo, onde não havia uma Misericórdia, só era certo encontrar dinheiro nas mãos de algumas pessoas ricas ou no Cofre dos Órfãos.²⁶³ Nos outros casos a presença de moedas era eventual.

²⁵⁹ www.arqnet.pt/dicionario/vidigueira4c.html

²⁶⁰ Francis Anthony Dutra. *Matias de Albuquerque: A Seventeenth-Century Capitão-Mor of Pernambuco and Governor-General of Brazil*. Ann Harbour: Univ. Microfilms int. 1968. p. 181

²⁶¹ Francisco Bethencourt. *As Câmaras e as Misericórdias*. In: *História da Expansão Portuguesa. Vol. 2* Francisco Bethencourt (Org.). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 349.

²⁶² Essa soma não leva em conta as moedas e barras que foram retiradas da casa da moeda do Rio de Janeiro que estava repleta de ouro e cujo valor dos metais retirados de lá alcançou a importância de mais de 110:000\$000 reis. Hernani Donato. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987.p. 428.

²⁶³ Alcântara Machado. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 146.

No Rio de Janeiro, João Fragoso notou que não havia um sistema de crédito consolidado e chamou o cofre dos órfãos de “verdadeira poupança social”, com a elite carioca procurando controlar o acesso a seus recursos. No Rio, entre 1651 e 1680 dois terços dos empréstimos foram feitos pelas famílias senhoriais e pelo Cofre dos Órfãos.²⁶⁴

À medida que o século XVII chegava ao seu fim, os problemas monetários da Misericórdia da Bahia, bem como o das outras espalhadas pela colônia, aumentaram. Para as questões financeiras, a Misericórdia passou a preferir a entrega de moedas, ao invés de imóveis e açúcar. O problema é que as próprias moedas se tornavam mais raras. A produção declinante em Potosi e a emigração das moedas para a metrópole assim o determinavam. O próprio açúcar também se tornava menos rentável. Com a poderosa Misericórdia entrando firme na disputa pelas moedas existentes estas deveriam se tornar ainda mais difíceis de serem encontradas. Essa é mais uma consequência da crise do numerário que se abateu sobre a colônia nas duas últimas décadas do século.

Com exceção do Rio de Janeiro e Bahia, a documentação das Misericórdias brasileiras parece ter-se perdido. Mas podemos usar algumas analogias e o que acontecia nas Misericórdias asiáticas muitas vezes pode ter se reproduzido na América. Naquela sociedade sedenta de numerário, o ataque aos cofres das irmandades brasileiras pode ter ocorrido ocasionalmente.²⁶⁵

No que diz respeito ao uso de moedas de forma mais específica, uma das grandes vantagens da instituição era a forma mais regrada e controlada, pelo menos para os padrões do século XVII, com que os empréstimos foram feitos. Para além dos atos da caridade mais simples, entregando as moedas de prata de pequeno valor para mendigos, escravos e necessitados, as Misericórdias, disponibilizando as moedas para pessoas com uma renda,

²⁶⁴ João Fragoso. “A Formação da Economia Colonial no Rio de Janeiro e de sua Primeira Elite Senhorial (Séculos XVI e XVII)”. In: João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos. A Dinâmica Imperial Portuguesa. Séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 46 e 64.

²⁶⁵ O próprio Conde da Torre parece ter se apropriado de bens da Misericórdia. Cf. *Cartas do Conde da Torre*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2001.

digamos, média, de acordo com regras confiáveis, alavancavam o desenvolvimento. Provavelmente não era a intenção dos irmãos, mas com sua atividade eles contribuíram para uma distribuição saudável do numerário disponível na colônia.

CAPÍTULO 4.

O DINHEIRO NA POESIA DE GREGÓRIO DE MATOS

1. A POESIA “ARMADA” DE GREGÓRIO DE MATOS

Gregório de Matos Guerra é considerado, ao lado de Antônio Vieira, como uma grande personalidade literária do século XVII no Brasil. Enquanto Vieira era um sermonista e prosador, Gregório era poeta. É possível que tenham se conhecido em Portugal, pois ambos freqüentaram a corte do Rei Dom Pedro II. É certo que tenham convivido no Brasil, ambos moraram em Salvador nas décadas de 1680 e 1690.

Na verdade, naquela Salvador que tão prodigiosamente retém as memórias, existe a cela de Antônio Vieira na Catedral e a um quilômetro de distância está a casa onde Gregório de Matos nasceu e morou. Sólida construção seiscentista, a casa de Gregório de Matos demonstra a importância de sua família. Seu pai era funcionário público graduado e possuía diversos engenhos. Também chamado Gregório de Matos, podia reivindicar uma longínqua descendência da nobreza do Minho. Sua mãe, Maria da Guerra, era de uma família portuguesa estabelecida em Salvador já há algum tempo. Por cima da casa está gravado o brasão da família que fica ali como que advertindo. Detalhe pitoresco, a casa pertence atualmente à Sociedade Espírita da Bahia.²⁶⁶

Nascido naquela casa em 1633, Gregório estudou no colégio dos jesuítas que fica a uns quinhentos metros dali, na direção do Terreiro de Jesus. Deve ter feito sólidos estudos como se percebe na erudição de seus escritos. Em 1650 vai para Portugal estudar em Coimbra, como muitos dos rebentos de famílias ricas brasileiras da época. Pode-se imaginá-lo ali naquela cidade medieval; brasileiro vivendo em um ambiente estranho, desinteressado dos estudos e olhando pelas janelas das salas de aula, situadas na parte mais alta da cidade, de onde se descortina uma vista alucinante da Região da Beira, promovendo arruaças nas tavernas localizadas nas ruas estreitas da cidade.

²⁶⁶ Conforme depoimento recolhido no local.

Após se formar Gregório tornou-se juiz-de-fora no Alentejo.²⁶⁷ Após gastar alguns anos na província, Gregório vai para Lisboa e (talvez ele não percebesse isso) ficou mais próximo de seu país de origem. Seu novo trabalho era o de ser procurador de Salvador junto à corte em Lisboa.²⁶⁸ Depois de algum tempo ele começou a se cansar. Após um começo bastante promissor sua carreira pareceu estancar. A questão é que Gregório teve de tomar partido em uma confusão de origem brasileira. Faziam-se inquéritos sobre uma grave rebelião no Rio de Janeiro contra a poderosa família Correia de Sá, que governava a capitania. Advertido de que teria de tomar parte no inquérito, Gregório se recusou.²⁶⁹ Talvez temesse represálias dos Sá, talvez tivesse um sentimento paroquial de não tomar partido contra “brasileiros”, como eram chamados então os que viviam no Brasil fossem portugueses ou brasileiros natos.

Uma grande dose de antipatia abateu-se contra Gregório e ele sentiu que não era querido. Se antes tinha acesso até ao Príncipe Regente Dom Pedro, agora ele via as portas do palácio se fechar na sua face. Abatido, viúvo, com uma filha para criar e sem perspectivas na metrópole, Gregório decidiu voltar. Ele não voltou satisfeito, de modo algum; um companheiro de viagem lembraria anos depois que ele, a bordo do navio, estava muito desgostoso.²⁷⁰ Em 1682 ou 1683 ele estava novamente em Salvador após uma ausência de mais de trinta anos. Ali começaria uma nova fase em sua vida.

É interessante notar que não temos notícias claras de badernas e poemas de Gregório enquanto ele esteve em Portugal, mas em sua volta, tudo haveria de ser diferente. Antes de embarcar ele “tomou ordens”, ou seja, tornou-se padre. Mal pisou em sua cidade natal, decidiu que o celibato, definitivamente, não era para ele. Em uma conversa com um conhecido que aconselhava a tomar as ordens sacras, Gregório argumentou que “com inteira resolução não podia votar a Deus aquilo que era impossível cumprir

²⁶⁷ www.secrel.com.br/jpoesia/grego.html#biografia

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Higino de Barros. *Gregório de Matos. Antologia*. Porto Alegre: L&PM, 2001. p. 13.

²⁷⁰ James Amado. *Gregório de Matos. Crônica do Viver Baiano Seiscentista*. Vol. I, Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. p. 21.

pela fragilidade de sua natureza”.²⁷¹ Resultado, ele perdeu o emprego de tesoureiro da Sé de Salvador. Além do salário perdeu também imunidade jurídica, algo de que ele precisaria muito nos anos vindouros.

E Gregório, vivendo muito provavelmente do dinheiro de sua família, tornou-se poeta. Ele não sabia, mas, na verdade, estava fundando a literatura brasileira. E se ele passou a viver cada vez mais em bordéis, aonde parecia se instalar por largos tempos estendidos, ele passou também a revelar uma faceta amarga de seu caráter. Seus poemas eram armas devastadoras e ele não poupava ninguém. Salvador, Portugal, o clero, as mulheres, a justiça, brancos, negros e mestiços, tudo era alvo certo de seu ódio epistolar.

Gregório, tal como Odisseu, ia e vinha e bem que fazia tentativas de levar uma vida comum. Voltou à advocacia e casou-se com Maria dos Povos, uma viúva linda²⁷² que ele cantaria em versos maravilhosos e que lhe daria um filho, Gonçalo.²⁷³ Não tardaria em abandonar a esposa e a dedicar-se a uma ativa caça às mulheres. Tudo isso ele comentava em seus versos que passavam do sarcasmo para a melancolia.

Enquanto esteve em Portugal, Gregório não se meteu em encrencas sérias. Se nos for permitido um trocadilho ele até se meteu em encrenca por não querer se envolver em uma, no rumoroso caso dos Sá. Mas em sua volta ao Brasil, Gregório parecia ansiar para se envolver em todo tipo de encrenca, bulha e tumulto. Note-se que as encrencas, bulhas e tumultos em que ele passou a se envolver eram sérios e terminavam em mortes e derramamento de sangue.

Para começar ele troçava da maior parte das autoridades coloniais. Em seguida entrou em uma contenda entre, de um lado famílias importantes da Bahia (a de Vieira inclusive) e do outro o clã do Governador Souza Menezes, um mutilado de guerra conhecido como “Braço de Prata”, a quem Gregório devastava em pícaros poemas. Ameaçado de morte ele passou a vagar pelos engenhos do Recôncavo, sempre escrevendo.

²⁷¹ Higinio Barros. *Gregório de Matos...* Op cit., p. 13.

²⁷² Idem. p. 16.

²⁷³ Idem. p. 15.

Quando “Braço de Prata” embarcou para Portugal, Gregório prontamente se estranhou com o novo governador, Souza Coutinho, fundador da Casa da Moeda da Bahia e detentor de um grande nariz a quem Gregório chamava, “carinhosamente”, de tucano. Novamente ameaçado de morte por parentes do governador, Gregório voltou à vida de fugitivo, perambulando pelos engenhos. Quando o tucano bateu as asas de volta para Portugal Gregório prontamente voltou para Salvador. Voltou à velha vida de insultos à sociedade colonial.²⁷⁴

O novo governador, João de Lencastre, um tremendo aristocrata com sangue real, que admirava Gregório, resolveu salvar a pele dele e o mandou prender! Lencastre chegou à conclusão que Gregório na cadeia corria menos risco de ter a garganta cortada que solto pelos becos soteropolitanos. Todavia, nem mesmo ali ele parecia seguro e Lencastre, acreditando que no caso de Gregório quanto mais longe melhor, o despachou para o exílio em Angola.

Gregório embarcou forçado lançando pragas tanto a bombordo quanto a estibordo. “Adeus praia, adeus cidade, adeus povo, adeus Bahia, adeus canalha infernal”.²⁷⁵ Em Luanda, capital da colônia de Angola, Gregório se envolveu em nova encrenca. Desta feita foi um problema de ordem monetária. De fato, aonde ele chegava o tumulto parecia irromper. Mas desta vez ele ficou do lado certo. A tropa se amotinou porque os soldos atrasaram e havia tensão no ar pelo fato de que o pagamento se faria em um novo tipo de moeda a ser introduzido.²⁷⁶ Houve tiros e mortes, mas Gregório ajudou a pacificar os ânimos e o Governador Jaques de Magalhães agradecido permitiu que ele retornasse ao Brasil após um ano de estadia. Lencastre não se opôs, mas precavido determinou que ele não desse as caras em Salvador, devendo permanecer em Recife. Lencastre o conhecia bem e sabia que o potencial dele para a baderna era diretamente proporcional ao talento poético. Em Recife Gregório voltou à velha forma. Voltou a praticar a advocacia. Trabalhava em um escritório entupido de cachos de bananas e, de

²⁷⁴ Idem. p. 17.

²⁷⁵ Ana Miranda. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 322.

²⁷⁶ L. Rebelo de Sousa. *Moedas de Angola*. Luanda: Banco de Angola, 1966. p. 59 e 60.

vez em quando, andava pelado pelas ruas.²⁷⁷ Com sua pena dedicava-se a avacalhar com toda a sociedade de Pernambuco. Sem recursos e doente, Gregório morreu em 1696.

Em toda sua vida ele nunca publicou seus poemas. Eles eram criados no calor do momento, em papéis soltos que eram entregues aos amigos, para tomarem parte na zorra. João de Lencastre, tocado com sua morte, fez um apelo à população baiana para que registrassem os poemas de Gregório. Um livro ficava aberto no palácio e havia filas de pessoas que portavam antigos papéis ou traziam os poemas decorados na memória. Permanece uma dúvida se todos aqueles poemas recolhidos eram mesmo do autor, mas, para o bem e para o mal, os especialistas atuais concordam que a maioria esmagadora só poderia ter saído mesmo da lavra de Gregório.

A poesia de Gregório de Matos Guerra é bem barroca no sentido de ser dualista. Ele tratava de temas sacros e em sua obra há a típica preocupação barroca com a morte. Dentre os temas profanos há uma dedicação quase que exclusiva às sátiras. O poeta satirizava a todos e muito raramente tratava de temas políticos.²⁷⁸

Em um poema bastante específico ele trata exclusivamente dos mecanismos que levaram à falta de moeda em Salvador. Na segunda metade do século, a moeda escasseou progressivamente e esse assunto também foi abordado por Gregório.

Existem problemas bastante claros para se ler um poema do século XVII. Para começar, se o poema foi escrito em uma linguagem coloquial, a falta de uso de certas palavras antigas podem nos colocar em apuros. Por exemplo, quantas pessoas ainda podem conhecer o significado da palavra “pequena” para namorada (década de 50) ou da palavra “supimpa” para uma coisa ou fato apreciável (década de 20), ou ainda “grilo” que significava angústia na década de 70? O linguajar de Gregório às vezes é hermético, fechado em seus significados de mais de trezentos anos.

²⁷⁷ Ana Miranda. Op. cit. p. 322.

²⁷⁸ <http://www.secrel.com.br/jpoesia/grego.html>.

Em segundo lugar, em seus poemas ele parece se referir, de forma indireta e velada, a situações recentemente ocorridas e que para nós são absolutamente desconhecidas. Dessa forma, diversas passagens em seus poemas podem permanecer obscuras.

Gregório também fazia freqüentes alusões a características desagradáveis ou pitorescas de seus contemporâneos. Essas alusões faziam um tremendo sucesso na época, pois todos conheciam a pessoa em questão. Mas para nós, distanciados no tempo e no espaço, não é incomum que a alusão permaneça obscura, incompreendida. Como Carlo Guinzburg observou, lidamos com fontes bastante antigas e indiretas. “Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças (...) do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam”.²⁷⁹ Por outro lado, a distância e o estranhamento podem estar a acenar para frutíferas possibilidades pois, como mostra Darnton, quando “não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou mesmo um poema, temos certeza de que encontramos algo”.²⁸⁰ E o trabalho de deslindar os sentidos inscritos nos documentos deve ser feito com o apoio de todos recursos de que dispomos.

Já foi dito que os principais temas de Gregório eram as mulheres, a religião, poemas laudatórios e sátiras. Em um de seus poemas ele trata especificamente da situação monetária brasileira de fins do século XVII. É um documento precioso e inesperado. Precioso dadas as dificuldades de se encontrar testemunhos de cunho pessoal acerca do dinheiro e inesperada porque é difícil se ver uma situação daquele tipo esclarecida em um poema satírico.

O dinheiro na obra de Gregório de Matos não é um bem desejável. Podemos afirmar que esse bem, para o poeta, é até um tanto indiferente, como costuma ser para a maior parte dos boêmios. Essa definição é importante. Segundo o crítico literário, Antônio Cândido, é fundamental detectar aspectos particulares no todo de uma obra.²⁸¹ Ou seja, entre outros

²⁷⁹ Carlo Ginzburg. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 18.

²⁸⁰ Robert Darnton. “Apresentação” In: *O Grande Massacre dos Gatos...* Op cit., p. XV.

²⁸¹ *Cientistas do Brasil*. Depoimentos. São Paulo: SBPC, 1998. p. 590.

cuidados, deve se verificar se o significado da palavra muda ao longo do tempo. O que não parece ser o caso da obra de Gregório. Apesar de não possuímos uma boa cronologia de sua obra, para ele, em qualquer época, dinheiro é sempre ônus e necessidade, quando não um elemento de corrupção. Fora este poema, onde o autor lamenta os transtornos econômicos provocados pela falta de moeda e pelas desvalorizações, a ótica que mais aparece em seus poemas é a do dinheiro como corruptor maior em uma sociedade que em si já é corrupta.²⁸²

Figura 36



²⁸² Cf. Higinio Barros. Op. cit.

2. “NÃO VOS ESPANTEIS QUE INDA LÁ VEM MAIS”

Tratam de diminuir
O dinheiro a meu pesar,
Que para a cousa baixar
O melhor meio é subir,
Quem via tão alto ir,
Como eu vi ir a moeda
Lhe prognosticou a queda,
Como eu lha prognostiquei,
Dizem, que o mandou El-Rei,
Quer creais, quer não creais,
Não vos espanteis, que inda lá vêm mais.

Manda-o a força do fado,
Por ser justo que o dinheiro
Baixe o seu valor primeiro
Depois de tão levantado:
O que se vir sublimado
Por ter mais quatro mangavas
Hão de pesa-lo as oitavas
E por ser leve hão de enjeita-lo
E se com todo este abalo
Por descontentes vos dais,
Não vos espanteis, que inda lá vem mais.

Porque como em Maranhão
Mandam novelos à praça,
Assim vós por esta traça
Mandareis o algodão:
Haverá permutação,
Como ao princípio das gentes,
E todos os contraentes
Trocarão droga por droga
Pão por sal, lenha por soga,
Vinhas por canaviais:
Não vos espanteis, que inda lá vêm mais.

Virá frota para o ano,
E que leve vós agouro
Senão tudo a peso de ouro,
A peso tudo de engano:
Não é o valor desumano,
Que a cada oitava se dá
Da prata, que corre cá
Pelo meu fraco conceito,
Mas ao cobrar fiel direito,

E oblíquo, quando pagais;
Não vos espanteis, que in da lá vem mais.

Bem merece esta cidade
Esta aflição, que a assalta,
Pois os dinheiros exalta
Sem real autoridade:
Eu se hei de falar verdade,
O agressor de delito
Devia ser só o aflito:
Mas estão tão descansados,
Talvez frota, que esperais;
Não vos espanteis, que in da lá vem mais.²⁸³

As dificuldades de interpretar os poemas de Gregório foram descritas acima. No caso deste poema singular, pois que trata, também, de um tema econômico, se junta a interpretação que o leigo autor dá para a ausência de moedas na Bahia. Isto posto, tentemos então compreender as agruras monetárias seiscentistas.

A segunda metade do século XVII foi uma época de dificuldades arrasadoras para Portugal e suas colônias. Duas guerras travadas simultaneamente (contra a Holanda e a Espanha), aliadas à perda da competitividade do açúcar brasileiro (que era o artigo de exportação mais rentável do império colonial) e as dificuldades de se obter moedas das colônias espanholas, faziam decrescer a prosperidade e aumentavam a miséria. Para facilitar suas exportações, coibir as importações, ao mesmo tempo em que dificultava a evasão de moedas para o exterior, o governo português recorreu a um expediente bastante conhecido dos brasileiros que viveram na década de 1780: a desvalorização cambial.

A desvalorização cambial dava alento a uma classe econômica, a dos exportadores de açúcar, basicamente. O efeito negativo era empobrecer regiões inteiras que não exportavam. Para Gregório de Matos, que viveu parte de sua existência de favores, a desvalorização não trazia benefício algum, além de demonstrar claramente a fragilidade econômica de seu país.

Como já observei, até mesmo pelo caráter profundamente contestatário, não se possui uma boa cronologia da obra gregoriana, pois ele

²⁸³ Higinio Barros. Op. cit. p.104-107.

sabia que não podia publicar todos os seus poemas. Todavia, podemos sugerir que o poema deve ter sido escrito em 1688 ou 1689, isso porque na primeira data o governo metropolitano procedeu a uma desvalorização de 20%, com o conseqüente aumento do valor facial das moedas na mesma proporção. Lembremos que, nas décadas de 70 e 80 do século XX época de desvalorização cambial-inflação, o aumento do valor das notas não importava em aumento de rendimentos. Lembremos que o governo português desvalorizou sua moeda em 1641, apenas um ano após a restauração, voltou a desvalorizar em 1646, 1662, 1688 e 1700, quando a descoberta do ouro mineiro segurou o valor da moeda. Em 1688, Gregório, fato incomum, não estava sendo perseguido por nenhuma autoridade e nem havia ninguém particularmente interessado em cortar-lhe a garganta. Ele muito provavelmente estava estabelecido em Salvador ao invés de perambular pelos engenhos do Recôncavo, o que fazia quando era perseguido. O fato de Gregório provavelmente estar em Salvador quando da notícia da desvalorização, aumentaria o impacto da notícia nele. Ali, ele estaria mais exposto aos comentários em meio a um conjunto muito maior de pessoas que teriam a ganhar ou a perder com a desvalorização.

O poema que se pretende engraçado é bastante pessimista. O refrão “não vos espanteis, que inda lá vem mais”, indica que ele acreditava que os infortúnios econômicos de Portugal e Brasil ainda não acabaram. De fato, dado o festival de desvalorizações que antecederam a de 1688 e a impressão de que o preço do açúcar não deveria subir novamente, o ambiente era obrigatoriamente sombrio. No horizonte de Gregório, na década de 1680, como na dos brasileiros trezentos anos depois, parecia que não havia remédio para os males nacionais.

Na primeira estrofe, na parte “Tratam de diminuir o dinheiro a meu pesar”, o poeta se mostra desgostoso, parece ter consciência de que, pelo menos para ele, a desvalorização cambial não se mostraria proveitosa. A nona linha, “dizem, que o mandou El-Rei”, é um tanto enigmática. Ele critica a posição real na desvalorização? Ou será que ele não acredita na

vilania do rei? Todavia, o final é claro. “Não vos espanteis, que inda lá vem mais”.

Na segunda estrofe, a partir da sétima linha, o poeta afirma que as moedas serão pesadas e recusadas por serem leves demais. Ele está falando das moedas cerceadas ou limadas. O poeta conclui “se como todo este abalo por descontentes vos dais, não vos espanteis, que inda lá vem mais”.

O poeta zomba da aparência atual das moedas. Segundo ele diz na terceira estrofe, as moedas que as pessoas de sua classe possuem valem pouco quanto à aparência e se se der ao trabalho de pesá-las valerão menos ainda. E ainda há uma advertência: se somará à humilhação a falta de solução para o problema, pois ainda virá mais.

Em seguida Gregório trata do Maranhão, onde não corria moeda alguma. É interessante notar que o testemunho do poeta é o único não-oficial da situação monetária do Maranhão de que tenho conhecimento. “Porque como em Maranhão mandam novelos à praça, assim vós por esta traça mandareis o algodão”, na falta de dinheiro amoadado os habitantes usavam rolos de algodão, como já foi comentado. Sobre este fato, Gregório é francamente pessimista. Para ele, o Maranhão vive, no momento, uma situação que a Bahia viverá no futuro. Tudo se dará por meio de troca “haverá permutação, como no princípio das gentes, e todos os contraentes trocarão droga por droga pão por sal, lenha por sogá”. Ou seja, pela falta de moedas, tudo irá voltar atrás. E será uma mudança para pior.

Na quinta estrofe o poeta trata do sistema de frotas. Instituído em 1649 quando as depredações holandesas devastavam o comércio marítimo português, o sistema de frotas foi criado numa tentativa, bem sucedida, de preservar os navios e mercadorias de ataques de inimigos europeus e de piratas muçulmanos do norte da África. Pelo sistema haveria duas frotas anuais, uma saindo do Rio de Janeiro e outra da Bahia. Contrariamente ao período anterior, quando os navios viajavam sozinhos, desta feita os navios mercantes iam juntos, aglomerados, com navios de guerra vigiando os lados,

a frente e a ré. O sistema se mostrou eficaz e as perdas decaíram sensivelmente.²⁸⁴

Todavia, as frotas eram bem mais do que navios indo e vindo. Elas devem ter tido uma tremenda capacidade para marcar o imaginário colonial. Os meses de intervalo entre a chegada e a partida dos navios eram, para a população colonial, uma espécie de limbo. Havia poucas notícias de fora, praticamente não havia novidades. Com a chegada da frota tudo mudava. As notícias da Europa chegavam com cartas de parentes e com encomendas solicitadas meses antes. O comércio se animava com novos artigos para serem vendidos nas lojas. Novas pessoas, novos rostos desembarcavam em grande animação. A expectativa reinava para se saber se os preços dos produtos exportados pela colônia cairiam ou subiriam. E durante um ou dois meses o porto era uma azáfama de barcos indo e vindo dos navios, enquanto nos cais eram amontoadas as caixas de açúcar, cada uma delas com a marca do engenho de onde vinha. Quando os navios estavam cheios, algumas vezes ficavam tão atulhados que era difícil andar pelo convés.²⁸⁵ Quando a frota partia e os navios iam sumindo no horizonte a vida colonial voltava a sua pachorra habitual. Dias transcorrendo devagar, enquanto que para o habitante comum a Europa parecia desaparecer.

Como foi dito, a chegada da frota era um momento econômico tão importante quanto a safra dos engenhos. Gregório viveu intensamente suas chegadas e partidas. Ele observava que: “Virá frota para o ano, e que leve vós agouro senão tudo a peso de ouro, a peso de engano”. Aqui o sentido do verso é tão claro que iremos aplicar a interpretação de Higinio Barros, que apenas talvez soe um tanto pessimista: “Entenda-se. Portugal [a frota] comercializava com a colônia vendendo acima do preço [a peso de ouro], mercadorias e produtos adulterados [a peso de engano]”.²⁸⁶ Acrescentada à desilusão de Gregório com as perspectivas econômicas da chegada da frota está a inevitável evasão do meio circulante, sempre insuficiente. Segundo

²⁸⁴ Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. p. 201-211.

²⁸⁵ Cf. Charles R. Boxer. *As Frotas da Índia e as Frotas do Brasil. O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 219-241.

²⁸⁶ Higinio Barros. *Op. cit.* p. 114.

ele, “...a peso tudo de engano: não é o valor desumano, que a cada oitava se dá da prata, que corre cá, pelo meu fraco conceito, mas ao cobrar fiel direito, e oblíquo quando pagais, não vos espanteis que inda lá vem mais.”

Em sua última estrofe o poeta parece desiludido com os soteropolitanos.²⁸⁷ Ali eles são acusados de nada fazer e esperar, candidamente, que a nova frota traga boas notícias. Para Gregório os habitantes de Salvador deveriam ser os primeiros a se insurgir. Mas estão como que anestesiados pela esperança. Na próxima frota, talvez quem sabe, as coisas melhorem. Mas o poeta, o refrão não permite esquecer, é pessimista. Sempre segundo ele, inda lá vem mais.

Bem merece esta cidade esta aflição, que a assalta, pois os dinheiros, exalta sem real autoridade: eu se hei de falar a verdade, o agressor do delito devia ser o aflito: mas estão tão descansados, talvez frota, que esperais: não vos espanteis, que inda lá vem mais.

²⁸⁷ O termo soteropolitano, que designa o habitante de Salvador, foi criado por ele.

3. O INFAME DOM NICOLAU

A sátira dedicada por Gregório a Dom Nicolau, provedor da Casa da Moeda de Lisboa é apreciável por incluir diversas gírias da época relativas às moedas e por revelar certa impressão com relação a funcionários que trabalhavam na cunhagem de moedas que, como no caso ocorrido em Potosi, eram corruptos.

Pelo que está escrito no poema parece que ele foi feito por Gregório enquanto este ainda morava em Portugal. Ou talvez ele tivesse retornado ao Brasil e falasse de eventos ocorridos em Lisboa. Seja como for, Gregório se dedica com empenho a esculhambar com Dom Nicolau. Higino Barros parece ser de opinião que Gregório fez um requerimento qualquer a Dom Nicolau que não foi atendido. O poeta então abre fogo contra seu desafeto ridicularizando-o e o acusando de corrupção. O poema começa assim:

Marinículas todos os dias
O vejo na sege a passar por aqui
Cavalheiro de tão lindas partes
Como *verbi gratias* Londres e Paris

Ao tratá-lo como marinículas Gregório insinua que Dom Nicolau é mameluco, o que para o poeta era um dado desabonador. Gregório “louva” a elegância de Dom Nicolau dizendo-a digna das grandes capitais da Europa. Mas em seguida vem o opróbrio.

Mais fidalgo que as mesmas estrelas
Que às doze do dia sempre viu luzir
Porque o pai, não sei por que desastre
Tudo, o que comia, vinha pelo giz

O poeta afirma que tanta pose é falsa porque Dom Nicolau é filho de um alfaiate que em seu trabalho usava giz para fazer os cortes. O poeta

lança todo tipo de insulto ao seu desafeto, e vamos nos concentrar apenas na análise dos trechos que tratam de dinheiro.

O tempo todo Gregório declara que Dom Nicolau é funcionário corrupto. Em dada estrofe está escrito:

Senão quando na horta do duque
Andando de ronda um certo malsin²⁸⁸
Extremando-lhe um cão prexilingue
O demo do gato deitou o ceutil.

Aqui o poeta parece insinuar que o provedor foi delatado por alguma falcatrua qualquer. Nesta parte do poema Dom Nicolau é designado como gato. Ceutil era uma pequena moeda de cobre portuguesa que não era mais usada na época de Gregório. José Miguel Wisnik interpretou a expressão como “deitou fora o dinheiro roubado”. Se assim ocorreu, ele se deu mal do mesmo jeito, pois na estrofe seguinte ele se encontra sem dinheiro.

Marinículas vendo-se entones
De todo expurgado sem maravedim
Alugava rapazes ao povo
Por ter de caminho, de quem se servir.

Maravedim é o maravedi, moeda espanhola. Modernamente seria o equivalente a ficar sem centavo. Ao que parece, Dom Nicolau se viu sem dinheiro e, segundo Gregório, teve de realizar expedientes duvidosos para se manter.

Exercendo-se em jogos de mãos
Tão lesto andavam do lestro arlequim
Que se não lhes tirava a peçonha
Ganhara com eles dois mil potosis.

Gregório parece insinuar que Dom Nicolau se tornou uma espécie de jogador profissional. Muito hábil nas artes da malandragem ele tinha potencial. Podia, através de artifícios, ter ganho dois mil potosis. Higinio Barros considerava potosi como uma antiga moeda espanhola. Minha

²⁸⁸ Delator.

interpretação diverge um tanto da de Barros. Imagino que por potosi, Gregório tenha se referido a uma quantidade enorme de dinheiro.²⁸⁹

Nos versos seguintes se derramam uma enorme quantidade de insinuações e insultos. As referências às moedas voltam depois que Dom Nicolau se torna provedor da casa da moeda.

Sendo pois o alterar da moeda
O assopro, o arbítrio, o ponto e o ardil
De justiça, a meu ver, se lhe devem
As honras que teve Ferraz e Soliz.

Aqui Gregório declara que as alterações nos valores das moedas são resultados de patifarias. E por participar ativamente delas, Dom Nicolau merece as honras que já foram recebidas por um tal Ferraz e por Soliz, o último deles um economista de sucesso no começo do século.²⁹⁰

Seu intento é bater amoeda
Correrem-lhe gages, e ser mandarim
Porque andando a moeda na forja
Se ri de Cuama, de Scena e de Ofir.

O objetivo do provedor é enriquecer e mandar, ser chefe. Assim se interpreta o verso “se ri de Cuama, de Scena (no caso, o Rio Sena) e de Ofir”. Ofir era a região da Etiópia aonde o Rei Salomão mandava buscar ouro. Cuama é um rio de Moçambique avistado por Vasco da Gama que o chamou de “rio dos bons sinais”. Estaria o poeta insinuando que, pela situação estar tão boa Dom Nicolau poderia desdenhar todo ouro de Ofir junto com a esperança de Cuama? A maneira como os versos estão arrançados parece indicar que sim. Gregório prossegue:

Sempre foi da moeda privado
Mas vendo-se agora senhor e juiz
Condenando em portais a moeda
Abriu às unhas a porta para si.

²⁸⁹ Gregório costumava empregar o substantivo potosi como equivalente a muito dinheiro. Cf. Higinio Barros. *Op. cit.*

²⁹⁰ Há referência a Soliz em Frederic Mauro, que o apresenta como autor de dois livros sobre economia. Cf. Frederic Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. Volume 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

Higino Barros atribuiu para unhadas o significado de “maneira desonesta”. Assim, Dom Nicolau, apesar de ter sido pobre, depois que passou à condição de gerenciador da fabricação de moedas conseguiu riquezas e prestígio através de meios escusos. Lembremos aqui da primeira estrofe do poema de Gregório quando este vê passar o provedor em sua carruagem cheio de si.

E porque de mecânica tanta
Não foi dispensado, tenho para mim
Que em usar da mecânica falsa
Se soube livrar da mecânica vil.

O passado de Dom Nicolau é comprometedor. Trabalho mecânico significava trabalho manual, desvalorizado. Dom Nicolau por saber utilizar-se da “mecânica falsa” (que poderia significar o envolvimento na falsificação de moedas) se livrou da “mecânica vil”, ou seja, do trabalho manual que denigre o fidalgo.

Por fim:

Marinículas é finalmente
Sujeito de prendas de tanto matiz
Que está hoje batendo moeda
Sendo ainda ontem um vilão ruim.

Gregório transforma Dom Nicolau quase que em um personagem-tipo. Ele é o grande funcionário público corrupto, tornado ainda maior quando lembramos a tolerância leniente para com a corrupção do século XVII, tida como uma coisa natural. A corrupção de Dom Nicolau é mais grave por ser ligada diretamente à produção de moedas. Com relação a isso lembremos o rumoroso caso de Potosi.

Gregório também alinha uma série de gírias relacionadas às moedas. Podemos acreditar que em sua época o numerário mantinha as antigas denominações, sendo chamado pelo nome de moedas que já não eram mais usadas. Ceartil e maravedi, o primeiro uma moeda da época pré-união com a Espanha e o poeta emprega seus nomes como sinônimo de dinheiro.

Gregório, através de seus poemas, é uma testemunha do momento. Culto, erudito e jocoso, o último dos atributos pode ser lido como aquilo que garante em sua poesia a crítica mordaz às práticas que considerava imorais à época, presenciou a grande retração monetária de fins do século XVII, consequência da fuga das moedas pelo Atlântico. Ele conhecia a angústia da espera da frota anual, com suas notícias que podiam mudar todo panorama econômico, criando e destruindo riquezas. As palavras com que ele nomeava as moedas e o dinheiro, potosi, marevedi, ceitil, era usadas nos salões e tabernas. O seu testemunho é evocativo e escapa um pouco da prisão dos relatórios oficiais.

CONCLUSÃO

Em uma visita à França, e por uma dessas coincidências que não podemos prever, eu e minha esposa descobrimos que estávamos perto da igreja abacial de Saint-Denis, panteão dos reis franceses. Decidimos visitá-la. Uma vez lá, observando as estátuas jacentes dos capetos, notei a falta do túmulo de São Luís, rei icônico das dinastias francesas. Por mais que vagasse pela nave da igreja não conseguia encontrá-lo, apesar de ter certeza que ele existia.

Encontramos uma funcionária da igreja e perguntamos onde estava o túmulo. A resposta foi que ele não existia mais. Indaguei se havia sido removido. A resposta foi que não. A estátua jacente foi destruída na Guerra dos Cem Anos.

Zombei da resposta e cheguei à conclusão de que a funcionária não podia saber do que estava falando. São Luís também era patriarca da dinastia inglesa, além de um santo católico. Os soldados ingleses, ou seja lá quem for na França, não poderia ter tocado nele.

Em uma loja situada dentro da igreja comprei um livreto com a história da abadia e, mais tarde, lendo ele descobri que o túmulo de fato foi destruído. A questão é que ele havia sido feito em prata. Foi derretido para dele serem cunhadas moedas. Diante das necessidades monetárias de uma crise, mesmo a majestade de São Luís teve de se curvar.

Esta história de bens régios sendo derretidos poderia continuar. Ela iria abarcar desde a prataria de Gustavo Adolfo da Suécia, derretida para pagar uma dívida de guerra para com a Dinamarca e o ato de Maria Stuart em derreter a pia batismal de ouro de seu filho Jaime I, a fim de pagar tropas para conter uma rebelião.

Quando William Harvey, médico do já citado Rei Jaime I, descobriu em 1616 que o sangue circulava, suas idéias foram apropriadas pelos economistas que passaram a comparar o fluxo sanguíneo com o volume do

caudal monetário que circulava pelos diversos reinos. À percepção era de que se o sangue transportava energia e vida, as moedas faziam coisa semelhante para a saúde financeira dos reinos. As moedas eram necessárias tanto para a guerra quanto para as grandes obras. O dinheiro atendia às necessidades do cotidiano da administração e, de quebra, trazia grandeza.

Assim, era uma preocupação constante dos governos do século XVII conseguir um suprimento constante de metais preciosos a fim de atender aos gastos governamentais. Nesse período o sistema de crédito ainda se mantinha fortemente sobre os estoques de metal cunhado. A administração portuguesa no Brasil não fugiria à regra da procura de metais preciosos. A intensa procura desses metais, com suas pretensas descobertas aumentadas pela imaginação dos povos e com suas posteriores desilusões; as tentativas de se abrir uma rota terrestre viável para o Paraguai e o Altiplano Boliviano; o ativo e dissimulado contrabando que se sobrepunha às questões de fronteira e nacionalidade; a reconquista de Angola aos holandeses cujo verdadeiro motivo impulsionador foi a obtenção das moedas de Buenos Aires foram acontecimentos desse século que demonstram que a procura pelo fornecimento de metais preciosos orientava as ações dos governos no sentido de conseguir e proteger esse fluxo. Essa preocupação iria assediar até mesmo ao poder rival holandês, com Maurício de Nassau imaginando formas de desviar o fluxo de prata e cogitando atacar Buenos Aires. E, muitas vezes adotando um ponto de vista favorável ao país colonizado, tanto governadores portugueses quanto holandeses iriam defender a cunhagem de moedas com peso diferenciado, de forma a mantê-las no Brasil. Assim, as soluções para problemas econômicos envolvendo as moedas, uniam as administrações portuguesa e holandesa nas propostas de soluções.

A essa preocupação por parte de governos promovendo ações políticas e militares mais amplas, coexistiam as ações mais específicas por parte de governos provinciais e da população em geral. Assim, existiam as acirradas disputas entre as câmaras de Olinda e Recife, bem como entre Santos e São Paulo, acerca da migração de moedas entre o interior e a zona portuária, com cada vila procurando manter as moedas para si. Tanto Pernambuco

quanto o Rio de Janeiro se ressentiam das moedas que eram levadas para a Bahia, sede da administração colonial. Havia também os casos das câmaras de vilas coloniais que legislavam em oposição às determinações reais a fim de manter as moedas circulando localmente.

No que se refere à população, esta muitas vezes se encontrava tolhida pela falta de numerário, como de resto, a maior parte da população européia e americana nesse século. Nesse caso havia o recurso ao pagamento em espécie com a eleição de diversas moedas-mercadoria, desde o algodão do Maranhão ao milho de São Paulo. E era algo inevitável que, na ausência de um banco colonial, as instituições que porventura detivessem muitas moedas, por um motivo ou outro, passassem a emprestar dinheiro a juros de forma a obter rendimentos. Assim as Misericórdias e os Cofres dos Órfãos e Ausentes, bem como algumas ordens religiosas, promoviam essa “redistribuição” do dinheiro disponível na sociedade colonial, fornecendo empréstimos e ajudando indivíduos mais empreendedores. Mas a posse do dinheiro não fornecia tranquilidade, ou pelo menos complacência, por parte das autoridades coloniais. Essas instituições usualmente sofriam pressões das autoridades necessitadas de dinheiro para enfrentar as emergências. Seu controle era cobiçado, vigiado. Isto se torna mais notável no caso do Cofre dos Órfãos e Ausentes quando havia disputas pelo cargo de juiz administrador.

Com a grave crise por que Portugal iria passar na segunda metade do século XVII, motivada pela dupla guerra contra a Holanda e a Espanha e a queda nos preços dos produtos exportados, aumentaria a necessidade do país pelas moedas. Nesse caso o Brasil iria sofrer mais pressões pois era o fornecedor ideal, relativamente inexplorado e com uma administração pouco custosa; por oposição, a Índia era tradicionalmente importadora de moedas enquanto que na África a circulação de moeda metálica era muito restrita.

O levantamento do valor das moedas mediante carimbagem foi abordado nesta tese, todavia ele teve menos impacto no cotidiano colonial do que a crescente falta de moedas motivada simultaneamente pela queda da

produção em Potosi, pelas maiores dificuldades em obtê-las no espaço além-fronteira e pela maior emigração delas à medida que o século ia terminando.

A partir da década de 1660 cresceram as reclamações sobre falta de moedas. Essas queixas, com a proposta da solução de que se fundasse uma casa da moeda no Brasil passaram a obter atenção quando se tornou claro que aumentava a hipótese do Brasil sofrer um colapso econômico ou, pelo menos, ter suas atividades drasticamente reduzidas. Com os ânimos acirrados, a elite colonial passou a patrocinar a idéia de constituição de uma Casa da Moeda, a fim de atender às necessidades de criação de um meio circulante mais estável.

A Casa da Moeda não era para ser permanente. Todavia, a crescente produção de ouro tornou impossível sua desativação. Era necessário ter controle sobre aquele manancial riquíssimo que tinha o potencial de fazer a metrópole voltar aos dias de glória da época dos grandes descobrimentos. E, ao fim, ocorreu algo irônico. A Casa da Moeda, que a população colonial pressionou tanto pela criação, a fim de manter o numerário na colônia, tornou-se ao fim um instrumento de vigilância e controle sobre essa mesma população.

Gregório de Matos, em seus últimos anos, conviveu com as moedas fabricadas pela instituição. Não encontrei escritos dele que a mencionassem. Todavia, também ele, sentiria os efeitos da crise monetária e, sarcasticamente, iria desancar toda a situação em sua poesia.

ÍNDICE DAS IMAGENS

1- Peça espanhola de 8 Reales com carimbo de 480 Réis – 1643. *Catálogo Santos Leitão*. Rio de Janeiro: Atlanta Artefatos de Papel, 1948. p.65.

2 - Peça espanhola de 2 reales com carimbo de 120 Réis – 1643. Idem.

3 - Arca feita de tábuas grossas de carvalho, pesadamente ferrada. Em arcas como essa é que eram guardados os cunhos e os impostos recolhidos. Notar as quatro chaves que ficavam em poder de quatro pessoas diferentes. Este exemplar seiscentista, muito raro, consta do catálogo da Loja Rudinel Antiguidades de 1978. p. 36.

4 - Salvador Correia de Sá e Benevides. Este quadro se encontra no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro.

5 – Padre Antônio Vieira. Sua última batalha política foi pela fundação de uma casa da moeda no Brasil. Diogo Ramada Curto. *Cultura Escrita e Práticas de Identidade*. In: *História da Expansão Portuguesa*. Francisco Bethencourt (Org.). Vol. 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 515.

6 – O Padre Eterno, ainda sem os mastros, ancorado na Baía de Guanabara. Charles Boxer. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola*. p. 342.

7 – O Padre Eterno depois de pronto. *Enciclopédia Delta Larrouse*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1970. p. 1854.

8 – Peça de 8 Reales com carimbo de 640 Réis – 1679. *Catálogo Santos Leitão*. Rio de Janeiro: Atlanta Artefatos de Papel, 1948. p. 67.

9 – Reverso da peça acima.

10 – Peça de 1 Real espanhola com carimbo de 80 Réis – 1678.

11 – Carimbos de 480 e 600 réis sobre peça de 8 Reales espanhola - 1688. O aumento das ordens para contramarcas as moedas provocava o surgimento de peças carimbadas duas vezes. *Catálogo Santos Leitão*. p. 67.

12 – Moeda de 4 Reales com carimbo de 300 Réis. *Catálogo Santos Leitão*. p. 67.

13 – Moeda portuguesa de 1 Cruzado com carimbo de 500 Réis. *Catálogo Santos Leitão*. p. 68.

14 – Moeda portuguesa de ouro originalmente com valor de 1500 Réis, teve valor aumentado para 2000 Réis com o carimbo 2 - 1662. *Catálogo Santos Leitão*. p. 13

15 – Debret se interessava por cenas do cotidiano brasileiro no começo do século XIX. Em que pese a distância no tempo, acredito que algumas dessas cenas eram constantes no período tratado por esta tese. Pequenos pagamentos realizados em moedas de pequeno valor, esmolas, são o testemunho de uma época em que o dinheiro metálico era muito importante. Esta cena representa o pagamento de uma multa. Notar o funcionário que faz as anotações. Júlio Bandeira. *Debret e o Brasil. Obra Completa*. São Paulo: Capivara, 2008. p. 256.

16 – Uma velha escrava após trabalhar todo dia pelas ruas, apresenta o produto de suas vendas para suas senhoras, brancas pobres. *Idem*. p. 182.

17 – Uma cena de rua. Uma velha entrega um vintém para poder beijar uma imagem apresentada por um velho. Ao lado, debaixo de uma janela, um homem bem vestido pede uma esmola! Esta lhe é jogada e ele abre um guarda-chuva para apanhá-la. *Idem*. p. 159.

18 – Aqui uma escrava “desonesta” compra doces de uma vendedora. Na pequena bolsa que ela carrega no braço esquerdo estão depositadas as moedas para o abastecimento do dia. A moeda ilicitamente desviada estava escondida junto ao seio. *Idem* p. 201.

19 – Uma cena de venda no Rio de Janeiro. *Idem*. p. 212.

20 – Um balancim. Esta prensa de cunhar moedas, datada de 1670, muito provavelmente fez parte do material enviado de Portugal para a fundação da casa da moeda. Encontra-se atualmente em um museu na Cidade de Sabará. www.sabaranet.com.br/imagens/museu14.jpg

21 – Fotografia de Salvador tirada durante o século XIX. Aqui se vêem o portão que dá acesso ao atual Elevador Lacerda e a Ladeira da Misericórdia. O prédio em que funcionou a Casa da Moeda é o primeiro de frente com telhado inclinado, após a rua.

22 – Moedas de ouro cunhadas na Casa da Moeda da Bahia. Notar o melhor acabamento frente às outras moedas do século. Isabel Andrade Marson. *Moedas e História no Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989. p. 25.

23 – Moedas de prata cunhadas na Casa da Moeda da Bahia. *Idem*.

24 – Câmara de São Paulo no século XVII. Desenho de Wash Rodrigues. www.tratosculturais.com.br/arquivos/album/132/arg-780.jp

25 – Moeda espanhola encontrada nas escavações do Forte de Orange.

- 26 – Moeda francesa. Idem.
- 27 – Moeda frísia encontrada no forte. As escavações no forte trouxeram à luz muitas moedas frísias, o que reforça a idéia de que cada câmara da WIC fornecia à colônia moedas de sua própria província.
- 28 – Maurício de Nassau. *Grandes Personagens de Nossa História*. São Paulo: Abril Cultural, 1969. p. 125.
- 29 – Olinda, pintada por Frans Post. Notar as ruínas situadas à esquerda ao alto e à direita da igreja. Nos assoalhos e nas paredes das casas da cidade foram escondidos tesouros que ocasionalmente eram encontrados por soldados da WIC.
- 30 – Moeda obsidional holandesa com valor de 2 Ducados de 1638. A guerra nos Países Baixos era um confronto de cercos. Nas cidades cercadas, com dificuldades de se conseguir artesãos e materiais, a cunhagem de moedas losangulares era uma boa solução que iria influenciar a cunhagem holandesa no Brasil. Chester Krause. Clifford Mishler. *Standart Catalogo of World Coins. 17th Century*. Iola: Krause Publications, 1999. p. 1045.
- 31 – ½ Daalder – 1632. Idem. p. 1043.
- 32 – 2 Ducados – 1616. Idem. p. 1032.
- 33 – O resultado da inspiração. Moedas cunhadas no Recife – 1646. Isabel Andrade Marson. Op. cit. p. 21.
- 34 – As últimas moedas, cunhadas para atender às despesas finais da colônia holandesa em 1654. Idem. p. 22.
- 35 – Prédio da Misericórdia em Salvador. A imponência do edifício demonstra a riqueza da irmandade. A. J. R. Russell-Wood. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia. 1550-1755*. Brasília: Editora da UnB, 1981. p. 165.
- 36 – Gregório de Matos Guerra. *Antologia*. Porto Alegre: LP&M, 2007. p. 3.

CORPUS DOCUMENTAL

AMARAL, C. M. Almeida do Amaral. *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas*. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1977.

Cartas do 1º Conde da Torre. Volume I. Brasília: Centro de Documentação Histórica – MRE, 1991.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Antologia de Textos. 1531-1800. Rio de Janeiro: EdUERJ: J. Olympio, 1999.

GONÇALVES, Cleber Baptista. *Casa da Moeda do Brasil. 290 Anos de História*. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora, 1984.

GUERRA, Gregório de Matos. *Antologia*. Porto Alegre: LP&M, 2007.

Inventários e Testamentos. Vol. 43. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1975.

Inventários e Testamentos. Divisão de Arquivo do Estado – vol. 46 (1998) 149 – São Paulo: A Divisão, 1998.

LAVAL, François Pyrard de. *Viagem de François Pyrard de Laval*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944.

LISANTI, Luís. *Negócios Coloniais*. Volume I. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973.

Livro Primeiro do Governo do Brasil. 1607-1633. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1937.

MELO, Francisco Manuel de. *Epanáforas de Vária História Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

O Galeão Sacramento. Navigator, Serviço de Documentação da Marinha, nº 17, 1981.

O Rio de Janeiro no Século XVII. Accordãos e Vereanças do Senado da Câmara. In: *Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*.

Projeto Resgate. Rio de Janeiro. 1617-1757. Consulta do Conselho Ultramarino

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. e PÉCORÁ, Alcir. (orgs.). *As Excelências do governador: o Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638*. Lisboa: Coleção Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, 1941.

VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões*. Volume II. Porto: Lello & Irmão, 1959.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda. “O Papel das Misericórdias dos Lugares de Além-Mar na Formação do Império Português”. In: *História, Ciência, Saúde*. Vol. VIII.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADO, James Amado. *Gregório de Matos*. Crônica do Viver Baiano Seiscentista. Vol. I, Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

AMANDRY, Michel. *Dictionnaire de Numismatique*. Paris: Larousse, 2001.

AMARAL, Aracy A. *As Artes Plásticas de São Paulo*. In: *História da Cidade de São Paulo. A Cidade Colonial. 1554-1822*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática Brasileira. São Paulo: Salles Oliveira & Cia. Ltda, 1937.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo. A Casa da Torre de Garcia D'Ávila: da Conquista dos Sertões à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARROS, Higinio de. *Gregório de Matos. Antologia*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

BERGER, Paulo. *Rio Antigo. Pinturas e Pintores*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1990.

BETHENCOURT, Francisco. *As Câmaras e as Misericórdias*. In: *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2 Francisco Bethencourt (Org.). Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

BETHENCOURT, Francisco. “O Complexo Atlântico”. In: *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

- BETHENCOURT, Francisco. *Competição Entre Impérios Europeus*. In: *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.
- BEZERRA, Rubens Borges. *Moedas Holandesas em Pernambuco*. Recife: 1980.
- BLACKBURN, Robin. *The Making of New World Slavery. From the Baroque to the Modern. 1492-1800*. London: Verso, 1997.
- BLANK, Joseph P. “O Fabuloso Tesouro das Caraíbas”. In: *Seleções*. Tomo XIX, nº 110. Julho de 1980.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOBBIO, Norberto. et Alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. “A força da representação” In: *A Economia das Trocas Lingüísticas*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 1998.
- BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo*. Vol 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo*. Volume 3. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “História, historiografia e representações” In: Márcia Kuyumjian e Thereza Negrão de Mello. (orgs.). *Os espaços da história cultural*. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- BRITO, Eleonora Zicari de. “O campo historiográfico: entre o realismo e as representações”. *Universitas*. Vol 1, n. 1, Revista da Faculdade de Ciências da Educação/História, UNICEUB, 2003.
- BUESCU, Mircea. *300 Anos de Inflação*. Rio de Janeiro: APEL Editora S. A., 1973.

- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*. Volume I. Mulheres no Caminho da Prata. São Paulo: Mameluco, 2006.
- CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*. Vol. II. *Padre Guilherme Pompeu de Almeida* São Paulo: Mameluco 2006.
- CALMON, Pedro. O Padre Vieira e a Moeda Provincial. In: *Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*. São Paulo: Salles & Oliveira Cia. Ltda., 1937.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata. 1580-1640*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1984.
- CARDOSO, José Luiz. Pensamento econômico da época da restauração. In: *Penélope*. n. 9/10. 1993.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação” e “Poderes e limites da representação. Marin, o discurso e a imagem” In *À Beira da Falésia*. A História entre Certezas e Inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- CHAUDHURI, Kirti. O Comércio Asiático. In: *História da Expansão Portuguesa. Volume 2*. Navarra: Círculo Leitores, 1998.
Cientistas do Brasil. Depoimentos. São Paulo: SBPC, 1998.
- COSTILHES, Alain Jean. *O que é Numismática?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985..
- CRIBB, Joe et alli. *Coin Atlas*. London, Mac Donald Illustrated, 1990.
- CRIBB, Joe. *Dinheiro*. São Paulo: Editora Globo S. A. 1990.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- DESSERT, Daniel. “O Financeiro”. In: Rosário Villari (org.). *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- DISNEY, A. R. The First Portuguese Índia Company. In: *Economic History Review*. New Series. Vol. 30, nº 2, 1977.

DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987.

DUTRA, Francis Anthony. *Matias de Albuquerque. A Seventeenth-Century Capitão-Mor of Pernambuco and Governor-General of Brasil*. Ann Harbour: Univ. Microfilms Int., 1968.

EAGLETON, Catherine. *Money. A History*. Buffalo: Firefly, 2007.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII”. In: Leslie Bethell. *América Latina Colonial*. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1970.

Enciclopédia Universal Ilustrada. Tomo LVIII. Madrid: ESPASA CALPE S.A., 1927.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FRAGOSO, João. “A Formação da Economia Colonial no Rio de Janeiro e de sua Primeira Elite Senhorial (Séculos XVI e XVII)”. In: João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos. A Dinâmica Imperial Portuguesa. Séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colônia*. Antologia de Texto. 1531-1800. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. .

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

GALANTE, Luís Augusto Vicente. “Sobre a Casa da Moeda da Bahia”. *I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática. Actas*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 2000.

GALANTI, Raphael. *História do Brasil*. Volume I. São Paulo: Duprat, 1911.

GANDIA, Enrique de. Los Piratas em El Rio de La Plata. In: *Historia de La*

- Nación Argentina*. Vol. 3. Buenos Aires: El Ateneo, 1961.
- GIECK, Kurt. *Manual de Fórmulas Técnicas*. São Paulo: Editora Hemus, 1995.
- GINSBURG, Carlo *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GINSBURG, Carlos. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GIRÁLDEZ, Arturo. *Humanista*: Volume 6, 2006.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Volume I. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal and Her Empire. In: *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- GODOY, José Eduardo Pimentel de. *Naus no Brasil Colônia*. Brasília: Senado Federal, 2007.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil Holandês. Correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Editora universitária da UFPE, 1988.
- Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo: Editora Abril, 1969.
- GUTMAN, Margarita. Jorge Enrique Hardoy. *Buenos Aires*: Madrid: Editorial Mappre, 1992.
- HAMILTON, Earl J. *El Tesoro Americano y La Revolución de Los Precios em Espana, 1501-1650*. Barcelona: Crítica, 2000.
- HEMMING, John. *Red Gold*. Southhampton: The Camelot Press, 1978.
- HESPANHA, Antônio Manuel. “As Faces de Uma ‘Revolução’”. *Penélope*. Revista de História e Ciências Sociais. A restauração e sua época. Nº9/10. Lisboa, 1993.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos Séculos XVII e XVIII. Rumo: Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- JENSEN, Jorgen Steen. *Brazilian Emergency Gold Coins From 1646 in Copenhagen*. In: *I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática. Actas*. Lisboa: Gráfica Europam Ltda., 2000.

- KAMEN, Henry . *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KANDELL, Jonathan. *La Capital*. New York: Henry Holt, 1988.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KRAUSE, Chester e MISHLER, Clifford. *Standart Catalogue of World Coins. 17th. Century*. Iola: Krause Publications, 1999.
- LAGERQVIST, Lars. *A History of Sweden*. Varnamo: The Swedish Institute, 2001.
- LANG, James. *Portuguese Brasil. The king's Plantation*. New York: The Academic Press, 1979.
- LAVERY, Brian. *Ship*. London: National Maritime Museum, 2004.
- LEVENE, Ricardo. *Historia de La Nación Argentina. Volume 3*. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1939.
- LEVY, Maria Bárbara. *História financeira do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.
- LIMA, Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira. “A Lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. *Revista de Economia Contemporânea*. Vol. 9 n° 2. Rio de Janeiro Maio/Junho 2005.
- LINDIGER, Harry C. *Os Impérios do Comércio*. Lisboa: Distri Editora, 1983.
- LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Antônio Vieira*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1956.
- LOBO, Maria Eulália Lahmeyer. “Economia do Rio de Janeiro nos Séculos XVIII e XIX”. In: Paulo Neuhaus (Org.). *Economia brasileira*. Uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- MACHADO, Alcântara *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MACLEOD, Murdo J. “A Espanha e a América: O Comércio Atlântico, 1492-1720”. In: Leslie Bethell (Org.). *América Latina Colonial*. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

MAGALHÃES, Joaquim Romero e MIRANDA, Susana Münch. *Tomé de Souza e a Instituição do Governo Geral. Documentos*. In: *Mare Liberum*. n° 17, Junho 1999.

MAGALHÃES, Joaquim Romero Magalhães. A Construção do Espaço Brasileiro. In: Francisco Bethencourt. (org.) *História da Expansão Portuguesa*. Volume II. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O Domínio Territorial”. In: Francisco Bethencourt. (Org.). *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2, Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

MAGALHÃES, Roberto Barcellos de. *Dicionário Jurídico e Repertório Processual*. Rio de Janeiro: Editora Didática e Científica, s/d.

MARCHANT, Alexander. *Do Escambo à Escravidão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

MARSON, Isabel Andrade Marson. *Moedas e História do Brasil. 1500-1889*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.

MAURO, Frederic. *Portugal e o Atlântico*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MAURO, Frederic. *Portugal, Brasil e o Atlântico*. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Rubro Veio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos*. Nobres contra Mascates. Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Nassau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *O Negócio do Brasil. 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987.

MERRIEN, Jean. *Vida Cotidiana dos Marinheiros no Tempo do Rei Sol*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

- MEUVRET, Jean. Monetary Circulation and the Use of Coinage. In: Peter Earle. (Org.). *Essays in European Economic History*. London: Oxford University Press, 1974.
- MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Moedas de Todo Mundo. Guia do Colecionador*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997.
- MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. nº 105. São Paulo: Ed. EDUSP, 1976.
- MURIAS, Manuel. *A Restauração e o Império Colonial Português*. Lisboa: Portugal/Agência Geral das Colônias, 1940.
- NOVAIS, Fernando. “Condições de privacidade na colônia” In SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. Vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and The Spanish Road. 1567-1659*. London: Cambridge University Press, 1972.
- PINHO, Wanderley. *História de um Engenho no Recôncavo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1962.
- PROBER, Kurt. *Manual de Numismática*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1945.
- REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social” In Jacques Ravel (Org.). *Jogos de Escalas*. A experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROMERO, Edgar de Araújo. Dos levantamentos do valor e das medidas para evitar o cerceio da moeda portuguesa no século XVII. Sua execução no Brasil. In: *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática*. São Paulo: Salles & Oliveira Cia. Ltda, 1937.

ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrix Barth e a ‘microstoria’” In: Jacques Ravel (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RUSSELL-WODD, A. J. R. Ritmos e Destinos da Emigração. In: Francisco Bethencourt. (Org.). *História da Expansão Portuguesa*. Volume II. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

RUSSELL-WODD, A. J. R.. “Políticas de Integração e Fixação”. In: Francisco Bethencourt (org.). *História da Expansão Portuguesa*. Volume II. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

RUSSELL-WODD, A. J. R. Grupos Sociais. In: *História da Expansão Portuguesa*. Volume II. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos*. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia. 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RUSSO, Arnaldo. *Livro das Moedas do Brasil*. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas, S. A, 1990.

RUSSO, Arnaldo. *Moedas do Brasil*. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. “As Misericórdias”. In: *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o Caso Fluminense, 1650-1750. In: ABPHE. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica. Belo Horizonte: ABPHE, 2003.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004.

SCHÁLVELZON, Daniel. *Buenos Aires Negra*. Buenos Aires: Emecé, 2003.

SCHUARTZ, Stuart. *Luso-Spanish Relations in Hapsburg Brasil 1580-1640*. In: *The Americas*, Vol. 25, nº 1, Jul. 1968.

SCHWARTZ, Stuart. “Os Escravos: Remédio de Todas as Outras Cousas”. In: *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume IV. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume V. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1977.
- SOARES, Osvaldo. “Numismática Maranhense”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*. São Luís: Lithograf, 1999.
- SOMBRA, Severino. *História Monetária do Brasil Colonial*. In: *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática*. São Paulo: Salles de Oliveira & Cia Ltda., 1937.
- SOUSA, L. Rebelo de. *Moedas de Angola*. Luanda: Banco de Angola, 1966.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Volume 1. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1977.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Volume 2. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- STRAATEN, Harald S. Van der. *Brasil: um destino*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.
- TAUNAY, Affonso de E. Taunay. *História Seiscentista da Villa de São Paulo*. São Paulo: Typografia Ideal, 1927.
- THEODORO, Janice. *São Paulo de Vila à Cidade*. In: Paula Porta (Org.). *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004..
- TRIGUEIROS, Antônio Miguel. Amoedação de Ouro Brasileiro na Casa da Moeda de Lisboa. 1688-1777. In: *Moeda*. Volume XXX. Nº 3. julho/setembro de 2005.
- VAINFAS, Ronaldo. “Inquisição e Judeus Novos no Contexto da Guerra Holandesa”. *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Volume 14, números ½, Brasília: 2006.
- VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. Salvador: Corrupio, 2002.
- VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História. 1450-1820*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

WATJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

ZACCUR, Edwiges. “Metodologias abertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas” In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no Tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SITES CONSULTADOS

www.boliviaweb.com/cities/potosi.htm

<http://palmm.fcla.edu/fh/outline/1492fre.html>

<http://mansell.stucen.gatech.edu/rlg7/data/worlddeconomies/remissionssummary570-650.xls> Consultado em 04/05/2007.

pizarro.fll.urv.es/proyecto/cddocs3/ArgTucuman6.doc Consultado em 18/08/2007.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Cédula_real Consultado em 20/01/09.

www.arq.de/english/mainindex.htm Consultado em 02/04/08.

<http://www.uni-mannheim.de/mateo/camenaref/cmh/cmh316.html> Consultado em 14/09/2007.

<http://www.fact-index.com/a/am/ambrosiospinolamarquesdelosbalbases.html> Consultado em 14/10/2004.

<http://www.authorama.com/history-of-holland-10.html>

www.helsinki.fi/iehc2006/papers2/Lenk.pdf Consultado em 05/12/07

www.helsinki.fi/iehc2006/papers2/Lenk.pdf Consultado em 02/01/08.

www.ancruzeiros.pt/anchistoria-comb-1640.html Consultado em 05/08/2008.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Duarte_Correia_Vasqueanes. Consultado em 05/08/2008.

www.arqnet.pt/exercito/postos.html Consultado em 11/01/08.

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hrsvii.htm>. Consultado em 05/11/2007.

http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_75.pdf
Consultado em 26/12/2005.

http://pt.wikiedia.org/wiki/Manuel_Botelho_de_Oliveira Consultado em
29/11/08.

http://www.geocities.com/Athens/Pantheon/2111/biografias.htm?_id=200724.
Consultado em 24/10/2007.

http://www.segoviamint.org/espanol/articulos/efectos_moneda_potosina_en_Espana.htm

[http://en.wikipedia.org/wiki/HMS_Sussex_\(1693\)](http://en.wikipedia.org/wiki/HMS_Sussex_(1693)) Consultado em 25/06/2007

<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/BT2803022.html> Consultado em
17/04/2008.

http://en.wikipedia.org/wiki/Antonio_Vieira. Consultado em 15/12/2007.

http://www.segoviamint.org/espanol/articulos/efectos_moneda_potosina_en_Espana.htm

<http://www.secrel.com.br/jpoesia/grego.html>

www.secrel.com.br/jpoesia/grego.html#biografia

www.arqnet.pt/dicionario/vidigueira4c.html

<http://elsen.eu/docs/vp91/auction91-lasser.pdf>

<http://www.cunhasimoes.net/cp/Textos/Historia/LivHistoria14.htm>
Consultado em 29/03/2007.

http://en.wikipedia.org/wiki/Piet_Heyn.